

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS**

**LORENE FIGUEIREDO**

**REFORMA NEOLIBERAL NA EDUCAÇÃO E CRISE NO MOVIMENTO SINDICAL  
NO ESTADO DE MINAS GERAIS: OS LIMITES DO REFORMISMO**

Niterói - RJ  
2006

**LORENE FIGUEIREDO**

**REFORMA NEOLIBERAL NA EDUCAÇÃO E CRISE NO MOVIMENTO SINDICAL  
NO ESTADO DE MINAS GERAIS: OS LIMITES DO REFORMISMO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, campo de confluência Trabalho e Educação, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

**Orientador: Prof. Dr. José Rodrigues**

Niterói – RJ  
2006

**LORENE FIGUEIREDO**

**REFORMA NEOLIBERAL NA EDUCAÇÃO E CRISE NO MOVIMENTO SINDICAL  
NO ESTADO DE MINAS GERAIS: OS LIMITES DO REFORMISMO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, campo de confluência Trabalho e Educação, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. José Rodrigues – Orientador**  
**UFF**

---

**Prof<sup>a</sup> Dra. Eunice Trein**  
**UFF**

---

**Prof. Dr. Roberto Leher**  
**UFRJ**

---

**Prof. Dr. Ronaldo Rosa Reis**  
**UFF**

Niterói - RJ  
2006

À longa linhagem de trabalhadores da qual descendo: os Figueiredo.

Meus avós maternos (in memorian) porque me ensinaram os valores da classe em especial a solidariedade e a alegria.

À minha irmã, Luciene (in memorian) com imensa saudade.

À minha mãe, Marlene, cuja história pode ser descrita como trabalho, luta e amor.  
Ao meu pai, Mário, pelo exemplo que soube ser, pelo ser humano ético e absolutamente leal.

Aos meus filhos Kiara Luz, Igan, Arthan, futuros trabalhadores, que reivindiquem essa herança e saibam vivê-la.

Aos trabalhadores em educação.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar ao meu orientador José Rodrigues pela confiança e respeito e pelo excelente professor que é.

As professoras Eunice Trein e Sonia Rumert que integraram minha banca de qualificação e tão generosamente dialogaram com meu trabalho.

Aos professores do campo trabalho e educação com os quais tive o prazer de estudar: à professora Lia Tiriba pela simplicidade, disponibilidade e generosa atenção, ao professor Ronaldo Rosas pelos debates, a professora M<sup>a</sup> Ciavatta pela compreensão. Aos professores Lucia Neves e Giovani Semeraro cujas disciplinas enriqueceram meu contato com a teoria. Ao professor Roberto Leher cujo curso na UFRJ tanto contribuiu para minha formação. A todos esses intelectuais o profundo agradecimento e admiração. Cada um, a sua maneira, foi exemplo com seu trabalho e desejo que um dia possa me parecer minimamente com eles.

Aos demais professores pela acolhida e conversas que são sempre estimulantes. Aos funcionários pela atenção e pelo tratamento sempre carinhoso. Um agradecimento especial à 'Fatinha' pelo bom-humor, alegria, carinho e pelo cafezinho que sempre chegou em boa hora.

Ao CNPq pela bolsa com o desejo de que futuramente as entidades de pesquisa possam aumentar o valor das mesmas e estender o número de alunos atendidos até sua universalização, como já foi, bem como que revejam os critérios de "produtividade".

Todo o carinho e gratidão aos amigos que conquistei ao longo do curso, em especial do nosso campo de pesquisa, mestrandos e doutorandos com os quais tive o privilégio de conviver, aprender e estabelecer laços de amizade: Adriana, André, Grazziani, Jorge Luciana, Marisa, Inês, Pina, Lobo, Kenia, Marcelos, Ozias, Rosilda, Sandra. Amigos queridos com os quais espero continuar caminhando, crescendo junto. Aos amigos dos outros campos de pesquisa com os quais, entre cafés e almoços coletivos, tantos problemas teóricos e existenciais foram resolvidos: Valéria, Adriana, Marisa, Ondina, Lídia, Edilza, Kátia, Leomar, Marcus, M<sup>a</sup> Alba, Raimunda, Vanêsa, Zuleide, Daniela.

Um agradecimento especial à "bancada" de Juiz de Fora: Ana Lúcia, Raquel, Grazziani, Marcelo. À Lauriana, também de Juiz de Fora, por me ajudar a superar as dificuldades com a informática. À prof<sup>a</sup> e amiga Cássia Palha que me incentivou a fazer o mestrado. A Adriane Tomaz e Carla Carvalho amigas e companheiras de lutas que igualmente me incentivaram. Ao professor André Martins que me sugeriu algumas leituras para o projeto de ingresso e pela solidariedade.

Aos companheiros do SINPRO/JF dos quais sou "cria" como militante e àqueles com os quais vivi a experiência de lutar contra a ampliação da jornada de trabalho e contra a parceria da escola municipal onde trabalhávamos com a empresa Belgo Mineira, experiência fundamental para minha formação e consciência de classe.

Aos companheiros do Sind-UTE/JF e da oposição Muda SIND-UTE que lutam por um sindicato independente. Ao Braga que cedeu parte significativa dos documentos fundamentais ao meu trabalho. À diretoria da subsede de Juiz de Fora pelos documentos cedidos e pela total

disponibilidade e amizade e compreensão pelo meu afastamento. À secretária da subsede, Flávia, pela gentileza e pronto atendimento aos pedidos de informações.

Aos amigos Waldeir, Cris, Kiko e Thiago pela ajuda generosa e a Fátima Barcelos, companheira do SINPRO/JF, que generosamente fez a correção do texto. Um agradecimento especial à Victória e ao Guilherme e Tania Lacerda, grandes amigos que tanto incentivaram-me. E também à Célia, companheira trabalhadora, que por muitas vezes cuidou dos meus filhos para que eu pudesse fazer esse curso. Sem ela não poderia ter estado aqui.

Por fim, mas não por último, aos meus filhos Kiara Luz, Igan e Arthan, pelas pessoas que são e porque temos passado juntos por muito mais coisas do que minhas ausências em função do curso. E aos meus pais pelo exemplo de vida e de luta, pelo apoio, pelo amor incondicional, que por tantas vezes foi o único conforto e a única certeza.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>PARTE I: O REFERENCIAL DE ANÁLISE</b>	<b>21</b>
<b>CAPÍTULO. 1- ESTADO, REFORMA ADMINISTRATIVA E SINDICATO</b>	<b>22</b>
1.1 - O Estado e a hegemonia	23
1.2 - A Crise do capitalismo nos anos setenta e o fim do Estado de Bem Estar	26
1.3 - A reorganização das funções do Estado expressa nas reformas administrativas	31
<b>CAPÍTULO. 2- OS SINDICATOS SOB O CAPITALISMO MONOPOLISTA</b>	<b>34</b>
2.1-Os riscos de burocratização do movimento operário	37
2.2-A função dos sindicatos em uma perspectiva revolucionária	41
2.3-A burocratização como mecanismo de controle	43
<b>CAPÍTULO. 3- EDUCAÇÃO E TRABALHO DOCENTE</b>	<b>48</b>
3.1 - As políticas educacionais no quadro das reformas	49
3.2 - A especificidade do trabalho na educação pública sob o regime capitalista	52
3.3 - A educação e a mudança no processo de acumulação	58
<b>PARTE II - A ARENA DE EMBATES ENTRE ESTADO &amp; U.T.E: da transição democrática aos anos 1980</b>	<b>62</b>
<b>CAPÍTULO. 1 - O ESTADO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS EM MINAS GERAIS</b>	<b>63</b>
1.1 - A caracterização do Estado em Minas Gerais	64
1.2 - Os movimentos sociais e sindical em Belo Horizonte	67
<b>CAPÍTULO. 2 - A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA</b>	<b>70</b>
2.1 - Os movimentos sociais na abertura	71
2.2 - O movimento sindical e o surgimento do PT e da CUT	73
2.3 - O funcionalismo público e o movimento dos professores	76
2.4 - O movimento dos trabalhadores em educação a histórica greve de 1979 e a ruptura com a APPMG	78

**CAPÍTULO. 3 - NOS ANOS DE 1980...** **86**

3.1 - As reformas administrativas no Estado de Minas Gerais e suas implicações para os trabalhadores	87
3.2 - A abertura democrática e a sedução da participação sob o governo Tancredo Neves – Hélio Garcia (1982 a 1986)	88
3.3 - As mobilizações dos trabalhadores neste período	89
3.4 - Sob o governo Newton Cardoso - Júnia Azeredo (1987 a 1990): as medidas que concretizaram a reforma administrativa	91
3.5 - Embates na sociedade civil e o protagonismo do sindicato dos trabalhadores em educação	95

**PARTE III - A ARENA DE EMBATES ENTRE ESTADO & SIND-UTE: dos anos 1990 ao início de 2000...** **100**

**CAPÍTULO. 1 – PREPARANDO-SE PARA A DÉCADA: O CONGRESSO DE UNIFICAÇÃO-1990** **101**

**CAPÍTULO. 2 – O PERÍODO DE 1991-1994:** **118**

2.1 - O governo Hélio Garcia e Arlindo Porto Neto: O projeto Pro-qualidade	119
2.2 - Os Congressos do período	121
2.2.1 - Congresso de Governador Valadares: consolidando a unificação - 1991	121
2.2.2 - Congresso de Juiz de Fora: educadores e sociedade, criando novas relações – 1993	135
2.3 - As mobilizações do sindicato no período	148

**CAPÍTULO. 3 – O PERÍODO DE 1994-1997** **150**

3.1 - Eduardo Azeredo e Walfrido dos Mares Guia: racionalização e modernização da máquina administrativa nos moldes empresariais	151
3.2 - Os Congressos do período	154
3.2.1 - Congresso Florestan Fernandes – Diamantina – 1995	154
3.2.2 - Congresso Paulo Freire – Itajubá – 1997	167
3.3 - As mobilizações do sindicato no período	182

**CAPÍTULO. 4 – O PERÍODO DE 1998-2002** **188**

4.1 - Itamar Franco e a aparente democratização: os tempos de Escola Sagarana	189
4.2 - Os Congressos do período	194
4.2.1 - Congresso Dom Helder Câmara – Araxá – 1999	194
4.3 - As mobilizações do sindicato no período	208

<b><u>CAPÍTULO. 5 – O PERÍODO DE 2003-2006</u></b>	<b><u>214</u></b>
5.1 - O governo Aécio, o avanço na reforma do Estado e da educação: o choque de gestão e o curto circuito dos direitos.	215
5.1.2 - Escola Referência: Um Ensaio de Mudança Pedagógica	221
5.2 - Os Congressos do período	225
5.2.1 - Congresso Patativa do Assaré – Governador Valadares – 2003	225
5.2.2 - Congresso Barbosa Lima Sobrinho – Belo Horizonte – 2006	244
5.3 - As mobilizações do sindicato no período	259
5.4 - As últimas atuações da direção do Sind-UTE	265
5.5 - A Mudança na Orientação do Sind-UTE representa o total distanciamento de seu projeto original	267
<b><u>PARTE IV – POR QUE O SIND-UTE MUDOU (?)</u></b>	<b><u>273</u></b>
<b><u>CAPÍTULO. 1 - OS LIMITES DO REFORMISMO</u></b>	<b><u>274</u></b>
<b><u>CAPÍTULO. 2 - AS MUDANÇAS NO PT E NA CUT</u></b>	<b><u>278</u></b>
<b><u>CAPÍTULO. 3 - AS MUDANÇAS NO SIND-UTE</u></b>	<b><u>287</u></b>
<b><u>A TÍTULO DE CONCLUSÃO</u></b>	<b><u>298</u></b>
<b><u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES</u></b>	<b><u>306</u></b>
<b><u>ANEXOS</u></b>	<b><u>321</u></b>

## RESUMO

**PALAVRAS-CHAVES:** sindicato; trabalhadores em educação; reforma administrativa, Estado de Minas Gerais; educação; burocratização, reformismo.

Esta dissertação analisa o Sindicato único dos trabalhadores em Educação do estado de Minas Gerais, desde a sua formação em 1990. A análise procura identificar os elementos que levaram às mudanças na concepção de sindicato, de educação, de política sindical e suas implicações para a organização destes trabalhadores ante a reforma administrativa levada a efeito no Estado em Minas Gerais.

A matriz da organização desses trabalhadores remonta ao ascenso das lutas pela redemocratização do país, bem como as reformas administrativas. Assim sendo a pesquisa se reporta também a esse período.

O objetivo dessa pesquisa é responder a uma pergunta fundamental: Por que o Sind-UTE, que em sua origem se apresentou como um sindicato combativo e classista, em ruptura com a burocracia sindical instaurada nas associações e entidades de representação, mudou?

Também objetiva compreender a influência que a reforma administrativa exerceu sobre esse processo de mudança.

Parte da hipótese de que o processo de burocratização dessa organização que se instaurou com a hegemonia da corrente Articulação, de orientação reformista, está na raiz desta mudança.

A pesquisa toma como referencial teórico o materialismo histórico e dialético. Assim sendo tomamos a conceituação de trabalho como práxis humana material e não material que objetiva a criação das condições de existência. Entendemos educação a partir da categoria princípio educativo: como proposta pedagógica determinada pelas bases materiais de produção em cada combinação do desenvolvimento das forças produtivas para formar os intelectuais necessários para as funções essenciais ao atendimento das demandas das formas históricas de divisão social do trabalho. Enfim, como elemento superestrutural necessário a formação de homens para a sociabilidade necessária para uma determinada forma de organização das relações sociais de produção.

## ABSTRACT

This dissertation analyzes the only Union of the workers in Education of the state of Minas Gerais, since its formation in 1990. The analysis tries to identify the elements that led to the changes in the conception of union, education, syndical politics and its implications for the organization of these workers before the administrative reform taken to effect in the State in Minas Gerais.

The array of the organization of these workers retraces to the promotion of the fights for the redemocratization of the country, as well as the administrative reforms. Thus, the research reports to that period as well.

The goal of the research is to answer a basic question: Why has the Sind-UTE, which, in its origin, has presented itself as a militant and class representative union, in rupture with the union bureaucracy installed in associations and representative entities, changed?

Is also tries to understand the influence that the administrative reform has in this changing process.

It starts from the hypothesis that the bureaucratization of this organization that has installed itself with the hegemony of the current articulation, with reformist orientation, is in the root of this change.

The research takes as theoretical referencial the historical and dialectical materialism. Thus, we take the concept of work as human material and nonmaterial praxis that objectivates the creation of the existence conditions. We understand education from the educational principle category: as pedagogical proposal determined by the material basis of production in each combination of the development of the production forces to form the necessary intellectuals for the core functions to satisfy the demand for the historical forms of social division of work. Finally, as superstructural element necessary for the formation of men to the necessary sociability for a certain form of organization of the social relations of production.

Key words: union; workers in education; administrative reform, State of Minas Gerais; education; bureaucratization, reformism.

“Que a emancipação da classe operária deve ser obra dos próprios trabalhadores; A luta pela emancipação não é uma luta por privilégios e monopólios de classes; A luta é pelo estabelecimento de direitos e deveres iguais e para a abolição de todo domínio de classe. A submissão econômica do trabalhador aos que detém os meios de produção é a primeira causa da servidão em todas as suas formas, a miséria social, o embrutecimento intelectual e a dependência política; A emancipação da classe operária é, o grande fim ao qual todo movimento político deve estar subordinado enquanto meio”.

**Marx e Engels**  
**- Preâmbulos dos Estatutos da 1ª Internacional -**

## **INTRODUÇÃO**



As questões que me movem na presente investigação são fruto da percepção das mudanças ocorridas nas relações de trabalho em minha própria trajetória como trabalhadora em educação.

Trabalho na educação pública desde que ingressei no mercado de trabalho, em 1985, como concursada. Após um longo afastamento, período compreendido entre 1994 e 2000, e a mudança do Rio de Janeiro para Minas Gerais, deparei-me com uma realidade inteiramente nova na educação pública. Essa condição e o fato de retomar ao trabalho como subcontratada em uma escola da rede municipal de Juiz de Fora, que tentava implantar uma parceria com uma multinacional, que implicava em aumento da jornada para capacitação, causaram grande impacto em mim. Tentei recuperar o que tinha perdido em relação a essas transformações. Retornei à universidade para complementar a licenciatura, o que favoreceu minha compreensão do processo de mudança através do contato com a nova legislação.

A experiência de lutar contra uma multinacional dentro da escola, com um grupo inicial de oito profissionais e a obtenção de êxito ao final de um ano de luta, foi o fato mais marcante em minha vida de trabalhadora em educação. A presença constante dos companheiros dirigentes do sindicato, a greve na prefeitura naquele ano que garantiu, pela primeira vez, os critérios públicos de contratação, o enfrentamento diário na escola, a disputa pelo controle do processo de trabalho, foram forjando em mim a consciência de classe. O que iniciou como uma desconfiança e um estranhamento e a defesa contra a ampliação da exploração se tornou muito mais.

Já em 2002 ao ingressar na rede estadual, também em regime de subcontratação, e já com uma greve no início do ano, novo estranhamento. Dessa vez com a direção da subsede de Juiz de Fora<sup>1</sup>. Tudo era absolutamente diferente na condução do movimento. Eu conseguia perceber a diferença, mas não conseguia identificá-la com clareza. Os dirigentes do sindicato da rede municipal não participavam diretamente na condução da luta nesse fórum estadual. Recomendavam, inclusive, que eu não ficasse por perto nas assembleias, para não ser identificada com eles pela direção da subsede. Isso era algo que a minha recém adquirida consciência de classe não era capaz de compreender.

Da mesma forma, a condução da greve naquele ano, as intervenções da direção da subsede em assembleias, as propostas e a finalização da greve demonstravam mais diferenças

---

<sup>1</sup> SUBSEDE: seção regional do sindicato. A subsede de Juiz de Fora representa vinte e duas cidades da região da Zona da Mata, Minas Gerais.

ainda em relação às experiências vividas na rede municipal. Tudo isso não me parecia correto, embora eu não fosse capaz de explicar porque.

Eu via até então o movimento sindical como algo homogêneo. Desconhecia a existência de tendências, a influência recíproca de partidos e sindicatos etc. Essa situação nova e para mim, inacreditável, provocou-me. Já havia o desejo de estudar a organização dos trabalhadores e a vaga idéia da formação dos dirigentes e sua função como intelectuais orgânicos, conceito difícil que acabava de conhecer e começava a vivenciar. Meu foco, evidentemente, até então, era a Rede Municipal, em virtude da experiência de enfrentamento relatada.

Contudo, a situação que me parecia absurda na condução da direção do sindicato estadual fez com que desejasse saber mais sobre esse sindicato. Pensando como Gramsci foi um aprofundamento na necessidade de a partir do sentir, compreender e saber. No ano de 2003 organizei-me para produzir um projeto de pesquisa que me permitisse realizar esse percurso, após duas longas interrupções<sup>2</sup> de contato com a Universidade o caminho de volta foi muito difícil. E eu acreditava que esse primeiro contato seria de reconhecimento, para futuramente, tentar o ingresso de verdade. Da mesma forma não pude permanecer à margem do processo de eleição do Sindicato da Rede Estadual naquele ano. Observei a total ausência de quadros para organizar uma chapa de oposição. A direção do Sindicato, agora eu identificava, vagamente, como Articulação, sem saber muito bem o peso político que isso tinha. Tal experiência viria a se complementar com a participação no Congresso Regional – realizado na cidade de Juiz de Fora/MG– e no Estadual da CUT –realizado na capital mineira– daquele ano, quando ficou evidente para mim o que significava pertencer a uma tendência e como elas operavam nesses encontros.

Um mundo novo, intenso e muito mais complexo do que imaginava apresentou-se para mim. Bem, ingressei no mestrado e tornei - me dirigente sindical no mesmo ano. Curiosamente o percurso de formação acadêmica coincidiu, durante um período, com a formação sindical. No ano de 2005, afastei - me da direção do Sindicato para me dedicar mais ao curso. Tem sido uma tarefa enorme, mas absolutamente necessária para minha formação como sujeito. Pela primeira vez, em muitos anos, as coisas em minha vida têm lugar, sentido e propósito que transcendem a própria condição do trabalho diário para a sobrevivência. Em um sistema calcado na alienação, isso é liberdade.

---

<sup>2</sup> Devido às condições de vida me afastei por dois longos períodos do projeto inicial de formação. Um ainda na graduação com a interrupção do curso e depois do seu término. Retornei à universidade para concluir a licenciatura em 2001.

Esta pesquisa objetiva analisar as transformações ocorridas no Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Estado de Minas Gerais, o Sind-UTE, ao longo da década de noventa até o ano de 2006. Os trabalhadores têm uma história de organização que precede a criação do Sindicato, fruto da unificação de várias entidades de representação desses profissionais, em 1990. A principal dessas entidades surgiu em 1979 com o nome de União dos Trabalhadores em Educação, UTE. Pelo fato da década de oitenta ser especialmente importante para a história recente do país, para a organização dos movimentos sociais em geral e sindicatos em particular nos reportamos a ela e a UTE também nesse período.

Com este trabalho pretendo compreender o processo que ocorreu ao longo da década de 1990 na qual o Sind-UTE - que surgiu como parte do ascenso dos movimentos sociais e intimamente ligado ao surgimento do Partido dos Trabalhadores e da CUT- sofre uma transformação em sua linha de atuação, expressa na mudança de concepção política mais ampla e na concepção de sindicato em particular.

Originariamente, o Sind-UTE herdou a orientação política da UTE, sua concepção de sindicato e de educação, expressa na adoção integral dos seus estatutos no congresso de unificação e na incorporação de suas bandeiras de luta. Tal herança colocava o Sind-UTE como um sindicato pautado na democracia direta, na valorização das organizações por local de trabalho, no protagonismo da base na condução da luta, onde a direção se constituía direção por saber interpretar e encaminhar coletivamente as propostas nascidas na dinâmica da mobilização. Os princípios eram a independência e a autonomia, a solidariedade de classe, a defesa do socialismo. A concepção de educação humanista, crítica e transformadora.

É, pois, a mudança que o Sindicato sofreu, ao longo da década de noventa, em sua estrutura e concepção, a qual se reflete em sua atuação, que pretendo deixar clara através da análise de teses e resoluções congressuais, as principais fontes utilizadas.

A hipótese preliminar de pesquisa que temos é a de que a estrutura sindical foi burocratizada e de que esse fenômeno ocorreu devido ao controle e permanência, na direção deste Sindicato, da corrente política Articulação que detém, igualmente, o controle da Central Única dos Trabalhadores, a CUT e do Partido dos Trabalhadores, o PT.

Acredito que o Sindicato passou a refletir em sua organização a política do Partido e da Central hegemonizados pela Articulação, guardando pouca relação com a identificação de sua origem.

Como fonte empírica principal foram utilizadas as resoluções congressuais para que, através delas, possa identificar as mudanças ocorridas na linha política do sindicato, sua atuação frente aos governos, sua concepção de organização sindical, a concepção de

educação. Assim sendo, foi conservada a própria estrutura de apresentação dos textos originais: conjuntura internacional, nacional, estadual, educação, balanço, plano de lutas etc, com o intuito de facilitar a análise entre os vários congressos. Ao manusear os documentos, pude perceber que a tese aprovada como guia, nas discussões, era sempre da mesma corrente. Tornou-se necessário incluir a análise de todas as teses dos congressos para compreender os projetos em disputa e melhor caracterizar a atuação da corrente hegemônica no Sind-UTE. Os boletins, jornais, informativos e demais publicações foram utilizados para ilustrar uma ou outra posição que fosse necessário ressaltar. Foram utilizados, igualmente, para caracterizar as mobilizações feitas no período estudado. Contudo, não disponho das séries completas desses documentos e o acesso aos mesmos ficou restrita à subsede de Juiz de Fora, assim sendo foram utilizados secundariamente.

Foi necessário também caracterizar o Estado de Minas Gerais, o empregador dessa categoria, no contexto mais amplo das reformas em curso no padrão de acumulação do capitalismo, pós-crise de 1970. Para tanto, foram utilizados os planos de governo, que apresentam o projeto e as intencionalidades. Os documentos que caracterizam a reforma administrativa, a concretização dos planos e seus documentos correlatos para o setor da educação, nosso foco, através de portarias, resoluções ou mesmo leis específicas para o setor. O objetivo foi compreender contra qual modelo de Estado os trabalhadores estariam se contrapondo.

Também foram utilizadas notas de pesquisa, redigidas por mim após a participação em reuniões da subsede de Juiz de Fora, visitas às escolas, encontros regionais, reunião do conselho geral e assembléias estaduais e são fruto da observação direta inicialmente também como dirigente e posteriormente apenas como pesquisadora.

A caracterização das reformas do Estado no Brasil e em Minas Gerais foi realizada com o suporte da ampla bibliografia utilizada. Toda a caracterização dos movimentos sociais, em especial dos sindicatos, do Sind-UTE, bem como dos governos, para os anos anteriores a 1990 foram feitas a partir de fontes secundárias.

Tentando compreender esse processo de mudança através do fenômeno da burocratização, busquei as ferramentas teóricas do materialismo histórico e dialético, utilizando as formulações de Gramsci (2003), Trotsky (1978) e Mandel (2005) sobre a burocracia. Através de Mandel busquei elaborar a compreensão dos riscos de burocratização inerentes às organizações operárias e especialmente as reformistas, no que se encontra com Trotsky em sua análise das organizações sindicais sob o capitalismo monopolista. A caracterização geral do Estado nesta fase do capitalismo coube as apropriações da teoria de

Gramsci e as formulações de Trotsky. As formulações sobre a função que as organizações sindicais devem ter e o método filosófico que tentei utilizar devem-se a Marx.

Para a caracterização do processo de trabalho docente foram utilizados os textos de Marx sobre processo de trabalho, a produção de mais valia, e a Maquinaria. A atualização dessa discussão para o período pós-reestruturação coube a apropriação da discussão do Labour Process Group of Brighthon (1991) pela discussão de subsunção formal e real. Para a aproximação com o trabalho docente e suas implicações, utilizei os conceitos de princípio educativo e sociabilidade elaborados a partir de Kuenzer (1999). A discussão da função da escola foi feita a partir de Frigotto (2000) e Saviani (2003), fundamentalmente.

A pesquisa encontra-se estruturada em quatro partes, além da introdução e das considerações finais. Originariamente deveria ser composta por três capítulos, mas dado o volume de informações e documentos analisados e o longo período histórico, essa divisão tornou-se impraticável, pois o capítulo dois seria enorme e tornaria muito pesada sua leitura. Da mesma forma os temas abordados não se coadunavam facilmente em um texto corrido. Assim sendo, optei por uma apresentação que tem por traço fundamental a divisão. Contudo, procurei preservar, evidentemente, a unidade tanto temática quanto temporal. O fio organizador dos textos é o recorte temporal e a divisão escolhida foi a da história política tradicional, a partir das administrações à frente do estado. Acredito que essa divisão, associada à lógica de apresentação que, das partes II e III, apresenta sucessivamente o governo do período analisado, os congressos realizados pelo Sind-UTE e as mobilizações, favorecem o acompanhamento do percurso feito pelo olhar da pesquisadora. Permitem avaliar as formas que a categoria organizada em torno do Sindicato e seus dirigentes atuaram frente aos governos. Quais as reflexões feitas e táticas traçadas como respostas às reformas empreendidas no âmbito do estado de Minas Gerais e o resultado obtido através das mobilizações. Está presente a tentativa de preservar a unidade também através da temática dos congressos, das questões que se apresentam como mais importantes em um determinado período, conforme explicitarei na apresentação de cada parte e seus capítulos. Alguns intertítulos foram mantidos ao longo do texto para criar intervalos que facilitem a leitura, mas não foram numerados para não ‘poluir’ o já extenso sumário.

A primeira parte é composta por três capítulos que abordam os marcos teóricos da pesquisa. O capítulo um aborda a conceituação de Estado e de hegemonia, elabora a dinâmica do capitalismo sob a fase monopolista e a atuação do Estado na acumulação ampliada do capital. Nesse sentido, também será traçado um quadro sucinto das reformas administrativas que ajustam a estrutura do Estado às novas necessidades do processo de acumulação, tendo

como contexto a crise dos anos de 1970. O segundo capítulo abordará os sindicatos sob a fase monopolista do capitalismo. A partir dos autores já mencionados, tentarei caracterizar a burocracia, os riscos que se apresentam às organizações operárias sob o regime capitalista, as formas de combater a burocratização e as funções do sindicato em uma perspectiva revolucionária, criando os referenciais através dos quais irei às fontes primárias. O capítulo três representa uma tentativa de caracterizar o trabalho docente sob a atual fase da acumulação, as tentativas de controle dos processos de trabalho por parte do capital, seus objetivos, limites e possibilidades. As funções da escola e do trabalho docente se integram nesse contexto. A análise crítica a partir dos autores já relacionados nos ajudará a compreender a inserção do trabalho docente na rede pública, no processo de acumulação, bem como caracterizar a arena de embates que está posta para aqueles que atuam nessa área de trabalho e lutam pela transformação da sociedade.

A segunda parte se apresenta como a caracterização necessária do período de abertura democrática, nascedouro da forma que as organizações dos trabalhadores assumiram a partir do ascenso das greves de 1979. O Sind-UTE surge com estreita ligação com inúmeras entidades que emergem nesse período identificadas pelo movimento chamado novo sindicalismo. Tornou-se necessário, portanto, caracterizar esse período no âmbito nacional e estadual. Os dois primeiros capítulos dessa parte expressam essa tentativa. O capítulo três já aproxima o foco da nossa análise e objetiva apresentar a arena dos embates dos anos oitenta na qual o Sind-UTE se apresenta como um sindicato combativo e capaz de organizar o enfrentamento público contra o Estado e seus administradores, pautando a discussão da qualidade da educação e agregando as demandas das comunidades atendidas pelas escolas estaduais. Para essa década não foi possível ter acesso aos documentos congressuais ou a boletins. Consegui apenas alguns jornais da UTE. Assim sendo, esta seção foi elaborada a partir de fontes secundárias.

A terceira parte, que é o foco central de nossa análise, está dividida em quatro capítulos. Aborda toda a década de 1990 e a metade da década de 2000 no estado de Minas Gerais. O ano de 1990 é especialmente incluído nessa parte, embora pertença ao período final do governo da década anterior, devido à necessidade de manter a unidade temática em relação às fontes primárias e ao Sindicato. É em 1990 que se realiza o Congresso de Unificação das entidades que deram origem ao Sind-UTE. Pela especificidade desse recorte este congresso é apresentado, diferentemente dos demais, antes dos governos dos períodos analisados, com um capítulo à parte. O capítulo dois cobre o período de quatro anos do governo de Hélio Garcia no qual, o programa de qualidade total é implementado no estado, antes mesmo da reforma

em âmbito Federal. Os dois Congressos do Sind-UTE que acontecem no período dessa administração nos ajudam a compreender a dinâmica interna das várias forças envolvidas, as grandes questões que o movimento sindical viveu naquele momento, a tentativa de traçar a linha política do enfrentamento com a administração, a proposta que se torna hegemônica. As mobilizações do período nos ajudam a avaliar os resultados concretos da tática escolhida e o tratamento dado pelos dirigentes, através das avaliações dos congressos e das mobilizações, às questões que a prática política suscitou. É essa a dinâmica dos três capítulos subseqüentes e que integram essa parte da dissertação. O diferencial entre eles é o adensamento dos conflitos que se torna crescente até a administração de Aécio Neves, na qual as contradições são mais evidentes. Ainda no último capítulo da terceira parte há uma síntese das questões referentes às análises congressuais, que introduzem a última parte do presente trabalho.

A quarta e última parte desta pesquisa tenta responder a pergunta que provocou a realização do trabalho e sua hipótese preliminar. Por que o Sind-UTE mudou? É a seção na qual as respostas foram elaboradas. Ela é composta de três capítulos e representa a tentativa de incorporar a sugestão feita na qualificação do projeto. Elaborar uma discussão que trabalhasse não só a burocratização da organização sindical, mas também os limites do reformismo, expressão que surgiu do próprio texto do projeto de pesquisa. A quarta e última parte representa, então, a síntese da discussão realizada e em função das questões suscitadas ao longo desta pesquisa traz as mudanças ocorridas tanto no Partido dos Trabalhadores quanto na CUT nos anos noventa e nos ajudam a compor as respostas para as mudanças no sindicato analisado.

A pesquisa reflete a busca da compreensão desse conjunto de transformações nas quais estamos inseridos, bem como suas implicações para a organização dos trabalhadores. Tem lacunas a preencher, aspectos teóricos a cobrir. Algumas questões exigem paciência histórica para, em sua processualidade, buscarmos respostas às mudanças em curso. Exigem tempo de reflexão e amadurecimento teórico, coisas que as novas exigências de realização dos cursos de pós-graduação, hoje tomados por critérios de produtividade empresarial, acabam por dificultar, em especial no uso do método do materialismo histórico e dialético.

Tentei compensar de todas as maneiras a defasagem tanto intelectual como de vivência política com leituras. Mas o método de pesquisa escolhido tem seus caprichos e percebo que, pessoalmente, será necessário também o devido tempo, para que se possa elaborar o que tentamos tão arduamente aprender. A pesquisa reflete apesar de tudo isso, o que pude apreender de todo esse processo.

Pretendo poder contribuir, através dela, ainda que de maneira modesta, para a compreensão das condições de organização dos trabalhadores em educação do Estado de Minas Gerais e que esses trabalhadores possam usufruir dessa abordagem inicial.

## **PARTE I: O REFERENCIAL DE ANÁLISE**



## **1- ESTADO, REFORMA ADMINISTRATIVA E SINDICATO.**



## 1.1 - O Estado e a hegemonia

O Estado em Gramsci<sup>1</sup> não é restrito ao âmbito da realização administrativa, burocrática, embora haja em suas notas uma preocupação em caracterizá-lo. Na condição de sua realização estrita, técnica, o Estado desempenha duas funções básicas. A manutenção da ordem através da coerção, dos mecanismos de controle e de repressão através dos quais o Estado se realiza como força repressiva e evidencia com maior clareza sua natureza de classe. A outra função é a busca pelo consenso, o consentimento da classe trabalhadora no sistema social em questão, o capitalismo, para a realização das políticas da classe que detém o controle do Estado e dos meios de produção. Concreta e materialmente essa administração dos interesses dos capitalistas através do consenso, se dá via aparelhos de hegemonia (tanto os do próprio Estado como aqueles que são considerados privados) Esses mecanismos operam no seio da sociedade civil<sup>2</sup>, aqui entendida como a arena onde as classes sociais, através dos vários aparelhos de hegemonia, realizam seus embates para construí-la, para universalizar determinada concepção de mundo, certa ideologia.

Pela sua existência e condição, agindo nesse campo de disputas, pelas tarefas que realiza, estruturando, modelando e dirigindo as várias esferas que comporta (os aspectos jurídicos, culturais, educacionais, a organização da produção, etc) o Estado realiza para Gramsci uma tarefa crucial para a reprodução de qualquer modelo de sociedade: a tarefa de educar para a sociabilidade da classe que representa. As esferas de atuação do Estado e o desempenho de suas funções (garantir a estruturação, a reprodução e a manutenção da sociedade) nos permitem ver essa determinada sociedade como um todo orgânico. Assim os elementos mais diretamente ligados à esfera da produção, são mantidos pelas elaborações culturais sendo que estas expressam e organizam a sociedade por que expressam e organizam uma determinada forma de produzir a existência.

O elemento de mediação desse processo, constituído nas relações sociais de produção e que também as organiza é a visão de mundo que permeia as superestruturas, a ideologia<sup>3</sup>. A

---

<sup>1</sup> GRAMSCI, A: C. C. V1 p 89;112;164; 198;199; 427; 428;429;430. V 2p 41; 42; 43; 60; 240; 244; 245; p 255; 256; 285; 286; 330; 331; 332. V 5 p 139;140. V 6 p 74;75; 136.(2000). E GLUCCKSMAN, C.B. Gramsci e o Estado, p 97 a 148. (1980).

<sup>2</sup> WOOD, E. M. Sociedade Civil e Política de identidade, em: Democracia Contra Capitalismo, São Paulo, Boitempo, 2003.

<sup>3</sup> GRAMSCI, A: C.C. V 1, p: 98;99;111;134;175; 208; 237; 238; 284; em especial p:396;403;421;. V 2: p 78;79; V3 p: 27; 40. V 4 p: 67; 247; 248. Utilizei ainda aspectos da ideologia e filosofia: V1 p 302 e da Ideologia e filosofia da práxis: V1 p 149; 191; 217; 218; 246; 320; 368; 387,388 V 6:202.(2000). Questões importantes que contribuíram como roteiro de análise em KONDER, L: A Questão da Ideologia em Gramsci. p 102 a 110, (2002).

ideologia quando se realiza, quando conquista a força de se tornar elemento concreto dando determinada forma às relações sociais, constitui a hegemonia de uma classe ou fração de classe sobre as demais.

A ideologia pensada a partir de Gramsci representa o conjunto dos instrumentos (jurídicos, culturais, morais, filosóficos, científicos) que modelam, justificam e conservam a estrutura, bem como aqueles utilizados para criticá-la, modificá-la, transformá-la. Nesse sentido, ideologia é a chave de leitura de mundo, organicamente estruturada e estruturante, das ferramentas utilizadas para veicular e para ler o mundo. A ideologia é o fio invisível, porém material (por que produz efeitos concretos) que alinhava as superestruturas e compõe com essas e as estruturas um bloco.

Esses processos não ocorrem de forma pacífica, por isso o Estado apresenta as duas funções coerção e consenso, lançando mão de uma e outra de acordo com as condições apresentadas nos embates na luta de classes.

O equilíbrio contraditório conseguido pela construção do consenso, exercido pelos intelectuais e posto em prática a partir dos aparelhos de hegemonia é o campo dinâmico onde as classes elaboram seus intelectuais e suas concepções de mundo e tentam conquistar a hegemonia. A hegemonia é assim ideologia objetivada, realizada.

Nas palavras de Marx apud CARDOSO (1977), ficam evidentes os elementos de contradição e a ênfase dada pelo filósofo à transformação:

“As formas jurídicas, artísticas, políticas, religiosas, filosóficas, em resumo, as formas ideológicas em que os homens tomam consciência desse conflito e lutam para resolvê-lo até o fim”!<sup>4</sup>

A possibilidade de transformação nos remete às condições através das quais a classe trabalhadora conquista espaços de construção de uma nova visão de mundo, a partir da vivência adquirida nas relações sociais de produção e pela mediação das ideologias críticas que se apresentam como as formulações dos intelectuais comprometidos com a transformação e a luta dos trabalhadores.

Gramsci<sup>5</sup> nos apresenta a burocracia como essencial na manutenção das relações do Estado com a sociedade civil. Nosso autor destacava a necessidade de analisar as forças sociais que agiram na história e agem na atividade política de um Estado, levando em conta o lugar que os elementos militar e burocrático têm nessas forças. A burocracia em Gramsci se

---

<sup>4</sup> MARX, K. “Prefácio” Apud CARDOSO, Mirian L. Ideologia do Desenvolvimento, Brasil JK-JQ, p.34. Rio de Janeiro, Paz e Terra. (1977)

<sup>5</sup> GRAMSCI, A: C.C. V3 p 60 a 62; 89 a 92; p 235; 282; 283.(2000) E ainda em GLUCKSMAN, C.B: Gramsci e o Estado, p 135 a 139. (1980).

apresenta como uma força social mediadora das relações que se reafirmam ou das novas relações que se estabelecem, a burocracia é ponto de fusão entre o Estado e a sociedade civil.

Ainda de acordo com Gramsci a burocracia deve ser entendida não apenas como o corpo efetivo de funcionários do Estado, mas como as camadas sociais onde esses elementos do aparelho de Estado são recrutados tradicionalmente<sup>6</sup>.

No caso de países cujo desenvolvimento capitalista é dependente, a pequena burguesia urbana<sup>7</sup>, constitui a base social de recrutamento dessa burocracia. Essa afirmação é válida especialmente para o caso dos funcionários públicos no Brasil, para os trabalhadores em educação em particular, cuja distribuição territorial atinge amplas áreas, presentes em todos os municípios e tendo um importante papel tanto na possibilidade de realizar a mediação exigida pela ampliação e complexificação do Estado na atual fase de desenvolvimento capitalista, contribuindo para a hegemonia de classe da burguesia, como podem atuar para sua desagregação. Para Gramsci a burocracia também pode ser compreendida como intelectuais e nesse sentido atuam organizando e dirigindo os setores sociais onde atuam.

Para os servidores públicos que ocupam os cargos mais imediatos na burocracia estatal (que não ocupam os postos mais altos na hierarquia, que não dispõem do controle sobre o trabalho, que não se encontram na gerência), nas escolas, postos de saúde, que realizam suas funções nos setores de políticas sociais mantidas pelo Estado, isso se apresenta como uma contradição profunda, cuja solução pode reforçar e intensificar as formas de controle social ou podem contribuir para aprofundar essas contradições na relação com o Estado. Para os trabalhadores em educação, essa condição de participar da burocracia do Estado, ainda que a uma enorme distância dos centros de decisão e, portanto, muito mais próximos dos efeitos sofridos pelas comunidades que atendem do que como partícipes da política estatal coloca inúmeras contradições na formação desta fração da classe trabalhadora. A elaboração dessas contradições e dessa vivência no sentido da ruptura, depende, em parte, da atuação dos intelectuais elaborados pelo próprio movimento, de suas lideranças, dos dirigentes que atuam na sua organização de categoria. Os dirigentes sindicais.

---

<sup>6</sup> GRAMSCI, A: C.C. V3 P: 200; 202; 235. GLUCKSMAN, C.B. *Gramsci e o Estado*, p137. (1980)

<sup>7</sup> Prefiro a noção de faixas intermediárias, pois conserva a dinâmica das frações de classe que a compõe, sendo necessária melhor elaboração futuramente. As faixas intermediárias seriam constituídas por operários, pequenos burgueses, burgueses (para o caso de classificá-los pelo nível de renda e consumo). Considero que o acesso à formação e à cultura também deveria integrar essa elaboração. Uma abordagem de faixas intermediárias em SINGER, Paul: *A Formação da Classe Operária*, SP, Atual, UNICAMP, 1988. Uma abordagem inicial com pequena revisão da literatura: RIDENTI, Marcelo (1995).

O sindicato como entidade de organização de classe se apresenta como organismo presente na sociedade civil e, portanto, passível de funcionar tanto para ruptura da hegemonia da classe dominante como para sua sedimentação na classe trabalhadora<sup>8</sup>.

## **1.2- A Crise do capitalismo nos anos setenta e o fim do Estado de Bem Estar**

Os efeitos do desenvolvimento do capitalismo<sup>9</sup> levam a uma concentração crescente dos meios de produção e a uma competição sem precedentes, que ciclicamente entram em crise, levando a uma nova onda de conflitos entre nações em blocos cada vez maiores até que se tornaram mundiais.

A contradição presente na reafirmação da ideologia liberal sob o neoliberalismo se expressa no uso de uma argumentação própria do capitalismo concorrencial em um momento em que o capitalismo já deixou de sê-lo.

Lênin em seu livro “Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo”, escrito em 1916, analisa as relações existentes entre o imperialismo e a guerra e estabelece as bases teóricas para a compreensão da fundamentação econômica do período Imperialista. Segundo Lênin, o Imperialismo teria cinco traços fundamentais<sup>10</sup>: a concentração da produção e do capital tão grande que daí se originam os grandes monopólios; a fusão entre o capital dos bancos e o monopolista industrial, dando origem ao capital financeiro e a uma oligarquia correspondente; a exportação de capitais para áreas coloniais ou protetorados ou de influência; formação de trustes e cartéis, associações monopolistas que negociam a partilha do mundo entre si e a partilha territorial do mundo entre as nações que representam os interesses dessas corporações. O imperialismo é, para Lênin, a fase mais desenvolvida do capitalismo e está na raiz da partilha do globo e dos conflitos pela partilha, como a primeira guerra mundial que estava em andamento quando escrevia seu texto.

Pelas características acima descritas vivemos sob a égide da fase imperialista do capitalismo, portanto, os argumentos da ideologia liberal de livre concorrência e de mediação das relações a partir da própria liberdade de mercado, não podem ser aplicados, correspondendo a um período já superado pela dinâmica da acumulação. As argumentações

---

<sup>8</sup> O aprofundamento da discussão sobre burocracia, direção e sindicato será retomada mais adiante nesta parte, no capítulo 2.

<sup>9</sup> Estado de Bem Estar: Expressão que caracteriza as relações na formação social capitalista do pós-segunda guerra, em um momento de excepcional expansão, caracterizado pela presença do Estado regulando as relações entre o capital e o trabalho com o intuito de amenizar os conflitos imediatos entre ambos e garantir a manutenção da estrutura societária do capital, contendo as lutas operárias.

<sup>10</sup> Lênin, V.I. Imperialismo Fase Superior do Capitalismo. São Paulo, Global, 1985. p 122 e 123.

com base no circulacionismo e no monetarismo recorrentes fundamentos da teoria econômica dos neoliberais representa uma falsificação da realidade, pois não podem ousar como Marx penetrar na ‘câmara escura da produção’<sup>11</sup>, sob pena de acabar por revelar a ideologia que subjaz nessa fundamentação. Por trás das novas elaborações e das novas formas de apresentar a ‘realidade’ se mantém intacta a função do regime do capital: sua valorização através da acumulação ampliada, que se apresenta para os trabalhadores como a ampliação da exclusão pela retirada dos direitos conquistados e pelo aprofundamento da exploração do trabalho.

Marx ao analisar a Maquinaria<sup>12</sup> e o uso da ciência aplicado à produção demonstrava o reforço à busca incessante do capital: a acumulação. Embora o processo de produção da riqueza seja social e cooperativo, embora o avanço tecnológico permita um tempo de fruição e a satisfação das necessidades do homem, as relações sociais e produtivas sob o capitalismo obedecem à lógica férrea da extração de mais valia para a valorização do capital. A propriedade privada e a apropriação privada da riqueza socialmente produzida servem ao moto contínuo do capitalismo. No universo do século XIX, ainda no início do desenvolvimento industrial, Marx pôde explicitar as características do capitalismo e projetar a dinâmica que via surgir. Quando o capitalismo precisa superar uma fase de estagnação recorre às estratégias de gerenciamento do trabalho e da produção e ao avanço tecnológico. Por isso ‘caminha’ de crise em crise. Resulta que esses ‘avanços’ acabam por se constituir em elementos de escravização dos trabalhadores. Permite a desqualificação do trabalho e maior subsunção real<sup>13</sup> do trabalhador, permite a ampliação da exploração do trabalho pela intensificação do ritmo e ampliação da jornada, transforma o homem em apêndice da máquina, permite o aviltamento pelo desemprego estrutural e conseqüentemente a exploração do trabalho feminino e infantil (necessários para recomposição da renda familiar). A reestruturação produtiva avança também sobre os mercados periféricos, reordenando o mundo do trabalho e realinhando sua produção às novas necessidades da acumulação no centro do capitalismo; por fim este processo representa a reafirmação do papel existente desde o

---

<sup>11</sup> Expressão utilizada por Marx na Crítica da Economia Política, MARX, K (1978).

<sup>12</sup> MARX, K: O Capital. Cap XIII, Livro I. (1994).

<sup>13</sup> Subsunção real: Separação real entre capital constante (meios e objetos de trabalho) e o capital variável (força de trabalho ou o próprio trabalho) Através da Maquinofatura o capital se apropria das funções de especificação, organização e controle e as executa de forma independente do trabalhador que se torna mais uma peça na engrenagem da produção e da acumulação ampliada. BRIGHON, Labour Process Group, O Processo de Trabalho Capitalista, EM: Da Silva, T.T (org) Trabalho, Educação e Prática Social. Porto Alegre, Artes Médicas, 1991,p 15 a 43.

colonialismo para aquelas regiões. A reestruturação produtiva e organização dos processos de trabalho materializam a forma da acumulação flexível<sup>14</sup>.

Segundo Foster (2005)<sup>15</sup>, a partir da crise dos anos setenta, o capitalismo se despiu da roupagem racional dada pelos economicistas Keynes e Schumpeter. Foster baseia seu artigo no resgate das teses defendidas por Sweezy e Baran em sua obra *Capital Monopolista*. Além deles, também resgata Magdoff e seu livro “A Era do Imperialismo”. Todos afirmavam que a Era de Ouro do capitalismo era uma bolha de desenvolvimento provocada pelas especificidades da conjuntura do pós-guerra e que entrariam em declínio. A condição normal do capitalismo, segundo esses autores, é a estagnação.

No início dos anos 1970:

“O fato de que a estagnação reaparecera apesar de todos os enormes meios utilizados para apoiar a economia, demonstrava a imensidão da contradição. A crise era, portanto irreversível dentro da estrutura actual das coisas”.

Em seu texto Foster nos mostra que desde 1970 a taxa de crescimento do PIB mundial vem crescendo mais lentamente a cada década. Essa constatação confirma, tanto para a economia americana, quanto para os Estados ricos o mesmo observado para a economia mundial: décadas de aprofundamento da estagnação. Ainda segundo Foster:

“A resposta dos Estados capitalistas avançados ao reaparecimento da estagnação foi quase imediata e uniforme e, pelos finais dos anos 70, assumiu uma forma definida tanto a nível nacional como global. Se o capitalismo racional (na versão keynesiana) tivesse sido mais do que uma simples miragem ideológica, teria havido uma tentativa para adoptar [sic] programas keynesianos mais radicais e social-democratas como resposta para a crise. Presumivelmente, isso teria resultado numa redistribuição da riqueza e do rendimento social de cima para baixo, no relançamento do Estado Providência, na promoção do pleno emprego e da segurança econômica em geral – mesmo naquilo que por vezes foi idealizado como um” plano Marshall global “concebido para ajuda ao terceiro mundo. É eloquente por si mesmo que nada disto tivesse sido tentado e o tão gabado keynesianismo tenha desaparecido instantaneamente sem luta contra a pressão sentida pelo capital nessa altura”. (FOSTER, 2005).

A resposta engendrada foi, segundo o autor, de natureza diversa.

“O que surgiu rapidamente foi um discurso de substituição que reflectiu a tentativa do capital para purificar a sua lógica de acumulação, abandonando todas as tentativas anteriores para dominar e regulamentar o sistema. Assim, nos anos 70 e 80 assistiu-se ao aparecimento de uma legião de termos que são hoje bastante familiares: rigor, reestruturação, desregulação, privatização, sistema de

<sup>14</sup> Compreendo a Reestruturação produtiva através dos estudos de ANTUNES (1995) e *Acumulação Flexível* a partir de HARVEY (2004)

<sup>15</sup> Jonh Bellami Foster: O Fim do Capitalismo Racional, artigo publicado em [www.resistir.info](http://www.resistir.info), acesso em 04/03/2005, o texto não têm marcação de página.

mercado livre, globalização e (de um ponto de vista mais cínico) neoliberalismo. A meta passou a ser forçar a baixa dos salários, aniquilar os sindicatos, eliminar os apoios estatais aos trabalhadores e os subsídios aos consumidores, remover as barreiras à mobilidade do capital, redistribuir o rendimento e a riqueza de baixo para cima, e tomar medidas como estas em todo o globo. Impuseram-se os princípios de um capitalismo sem barreiras em áreas tão fundamentais como o emprego, a saúde, a educação, a reforma, a disponibilidade de alimentos, o ambiente, etc. A presunção de racionalidade, associada a pensadores como Keynes e Schumpeter – e antes deles ao sociólogo Max Weber, que descreveu o capitalismo como “o tempero racional “dum” impulso irracional “– de repente passaram a ser uma lembrança distante, a retórica de uma era já ultrapassada”.

“(…) o sistema degenerou numa forma de exploração mais directa, a qual, se bem que não tenha contribuído muito para promover as fortunas de todas as nações, conseguiu, no entanto reforçar a riqueza no topo. As idéias dominantes, ou seja, a ideologia da classe dominante, fizeram a respectiva viragem. Com uma fé renovada na auto-regulação do sistema, Hayek passou a ser de repente mais importante que Keynes.”(FOSTER:2005).

Esse processo não ocorreu apenas no pensamento liberal. As esquerdas capitularam sob a tese do capitalismo racional. As organizações dos trabalhadores cederam o ideal revolucionário presente no movimento sindical e nos partidos comunistas em troca do reconhecimento dessas mesmas organizações pela ordem estabelecida. Assim como Mézàros em seu livro *Socialismo ou Barbárie*<sup>16</sup>, também Foster aponta para essa reflexão.

“O significado político do que se passa é aparente quando reconhecemos que a política do pós-guerra da esquerda ocidental se afirmou desde o princípio dentro da idéia do capitalismo racional. Isto aconteceu tanto no caso da social democracia como no chamado eurocomunismo. O que se propunha era uma reforma radical no contexto de um capitalismo novo, estável, organizado, consensual e racional”.

E conclui:

“O capitalismo na sua fase monopolista, quando confrontado de novo com a estagnação, revelou a sua natureza essencial: a impiedosa procura da acumulação a qualquer preço. Esquecido de quaisquer promessas significativas de melhoria social para a grande maioria, recorreu simplesmente à linguagem do poder:” não há alternativa“.

É esse o quadro da atual fase do capitalismo e o papel destinado aos intelectuais que atuam na conservação do sistema e que atuam nos mais diversos setores tanto do aparelho do Estado quanto nos aparelhos privados da sociedade civil: conferir legitimidade e uma roupagem aceitável a quebra da promessa integradora do capitalismo racional de Keynes, disfarçando o brutal ataque sobre as classes trabalhadoras sob a lógica férrea da acumulação.

---

<sup>16</sup> MÉSZÁROS, Istvan. *O Século XXI: Socialismo ou Barbárie?* SP, Boitempo, 2003.

A reestruturação produtiva, como se convencionou chamar essa nova etapa, aponta então, no âmbito da superestrutura, para o trabalho de arquitetar e gestar novas relações entre o Estado e a sociedade civil, ambos com nova configuração, adaptada às “novas” estratégias para a acumulação. COGGIOLA (1998) nos ajuda a compreender a reestruturação produtiva sobre a base dos direitos socialmente construídos no pós –guerra e ofertados pelo Estado. Ao distinguir entre trabalho produtivo e improdutivo, didaticamente aponta através da obra de Marx:

“A diferença entre trabalho produtivo e improdutivo consiste tão somente em que, no primeiro caso, o trabalho é trocado por dinheiro enquanto capital, isto é, por dinheiro que em si é capital”. Para o capital essa não é uma distinção capciosa: na medida em que seu movimento é produzir progressivamente mais-valia, sua tendência é transformar todos os trabalhadores em produtivos (produtores de mais-valia para o capital). (...) Um professor de escola que ensina aos outros não é um trabalhador produtivo. Mas um professor de escola, que é contratado junto com outros para valorizar mediante o seu trabalho o dinheiro do empresário da instituição que negocia com o conhecimento, é um trabalhador produtivo “. Daí a tendência do capital de privatizar todas as áreas de intervenção do Estado (medicina, educação, empresas estatais), na medida em que sejam "rentáveis", isto é, em que possam ser transformadas em áreas de produção de mais-valia para o capital. Muitas dessas áreas são improdutivas como resultado de uma conquista dos trabalhadores, como medicina social, serviços do Estado, educação estatal etc; outros são fruto da pressão da burguesia para que o Estado se encarregue de seus setores não rentáveis: nacionalização de empresas que estão dando prejuízos, quando o Estado burguês assume as dívidas dos capitalistas. Na medida em que se tornem rentáveis, a burguesia começa a pressionar para que o Estado devolva à “ esfera privada”: se produz então uma série de formas de transição do trabalho improdutivo, empresas estatais que contratam empréstimos privados as obrigam a incorporar critérios de rentabilidade, autarquização das universidades estatais que acomodam suas funções às necessidades dos grandes monopólios (...).”

A citação é longa mais evidencia de forma clara a questão que envolve a reestruturação produtiva: a possibilidade imediata de extração de mais-valia e a mediata, através de dois movimentos. Um no sentido de se apropriar dos fundos públicos, entendidos como o excedente do capitalismo administrado e agenciado pelo Estado<sup>17</sup>, representados pela reestruturação produtiva no âmbito dos serviços prestados por Ele e o outro, de ampliar os espaços de realização da acumulação pelo processo de privatização, inclusive nos setores considerados não produtivos<sup>18</sup>.

---

<sup>17</sup> OLIVEIRA, F: O Surgimento do Antivalor, EM: OLIVEIRA, F: Os Direitos do Antivalor, Petrópolis, Vozes, 1998.

<sup>18</sup> Considerado de forma geral e não levados em conta diretamente aqui os métodos de gerenciamento do processo de trabalho e a microeletrônica como passagem do padrão de acumulação fordista ao flexível. Conforme ANTUNES (1995), HARVEY (2004) e KUENZER in LOMBARDI et al (2002).

A questão é que após três décadas e meia de neoliberalismo global, os argumentos ideológicos sobre a ‘saúde’ das relações mediadas pelo mercado começam a ceder à crueza dos fatos. O neoliberalismo é uma política de restringir direitos que aprofunda a exclusão, amplia a exploração. Concordamos com LEHER (2003) ao afirmar que como solução à crise estrutural do capital os Estados não abandonaram e nem demonstram ter a intenção de abandonar as políticas neoliberais e que as reformas nos Estados, por toda a parte, continuam assentadas nessas práticas.

Assim sendo, os ideais humanistas e os valores universais a ele associados, se apresentam hoje para a burguesia, como empecilho, como peso morto que precisa ser descartado, mas ainda necessita desses mesmos valores para criar a mistificação sobre os fatos que precisa ocultar. Essa contradição entre discurso e prática deve ser explorada no processo de conscientização da classe trabalhadora, na tentativa de romper a função ideológica dos valores humanistas ainda presentes no discurso sobre as políticas sociais. Conceitos como democracia, igualdade e liberdade têm se revelado expressões vazias de significado e apontado para a degradação daqueles valores humanistas vivida pela sociedade contemporânea, onde graça cada vez mais o individualismo, a competitividade acirrada, a dissimulação, o cinismo e a hipocrisia, a violência. É esse o sinal da degeneração que o sistema provoca, e, em função das perdas concretas que impõe, a degradação da vida, como o avanço da miséria e o conseqüente esgarçamento do tecido social, que apontam como nos mostram Mézàros e Foster, para a necessidade de superação do próprio capitalismo.

### **1.3-A reorganização das funções do Estado expressa nas reformas administrativas**

Ante as novas condições objetivas colocadas pela crise de acumulação a burguesia internacional em suas experiências particulares, nacionais, tratou de reorganizar sua principal ferramenta de organização da sociedade: O Estado. As reformas administrativas em geral, as educacionais em particular são expressão desse reordenamento. Os ajustes provocaram a reorganização no âmbito das superestruturas (em seus aspectos jurídicos, culturais, morais etc) e correspondem ao reordenamento no âmbito das estruturas expresso no que convencionalmente designamos como reestruturação produtiva. A reestruturação produtiva informa o novo gerenciamento do Estado. Uma vez que o processo de trabalho capitalista assume a forma de trabalho coletivo e que sua função atende a forma de acumulação ampliada do capital, além do que o Estado representa um importante papel na co-administração do processo ampliado de acumulação organizando, modelando não só a forma como a riqueza é

socialmente produzida e apropriada (pela regulamentação do trabalho, pelo planejamento de desenvolvimento etc) como também pelos recursos que arrecada e aloca de acordo com a necessidade da valorização do capital (assim sendo envolve tanto a gestão do fundo público quanto a capacidade de extrair excedente de seus funcionários ampliando o fundo público destinado aos setores do capital).

A crise e sua saída conservadora se tornam mais dramáticas em função do lugar que cada país ocupa na economia mundo. Quanto maior a dependência, a subalternidade e a função de fornecedor de insumos primários, a economia do país em questão se mantém mais distante do núcleo desenvolvido do capitalismo, e mais dramático se torna o ajuste para os trabalhadores.

A proximidade do Brasil do centro desenvolvido do capitalismo como 11ª economia mundial, cujas bases históricas estão no desenvolvimento combinado e desigual, não diminui as contradições, pelo contrário, reafirma a lógica férrea do sistema capitalista, faz conviver em espaços muito estreitos a opulência da ‘coleção de mercadorias’ e a mais absoluta miséria e exclusão.

A crise do sistema capitalista no Brasil ocorre concomitantemente ao esgotamento da ditadura empresarial e militar. O fim do milagre econômico é sua expressão no âmbito da economia nacional. Essa condição coincide com o momento em que a população brasileira se torna mais urbana, fruto do processo de industrialização. A carência dos serviços básicos e essenciais como saneamento, fornecimento de água, escolas e educação pública assume uma proporção mais dramática em função daquela crise.

As contradições se aprofundam e o processo de transição ‘lenta e gradual’ para o regime ‘democrático’ se torna ameaçado pela entrada em cena dos movimentos de trabalhadores organizados no final dos anos setenta e durante a década de oitenta. A coincidência da crise com o fim do regime empresarial militar permitiu a leitura da crise como um problema decorrente da ditadura e do peso que a estrutura burocrática repressiva tinha sobre a dinâmica das relações sociais de produção engessando-a. Essa leitura, a quase inexistência dos quadros revolucionários ceifados pelo aparato repressivo, a predominância do reformismo ou do stalinismo nos grupos remanescentes, favoreceu a unificação de amplos setores da burguesia com os trabalhadores na defesa do ordenamento democrático nos moldes liberais. Reforçando no campo da esquerda o social reformismo.

É fato que alguns setores resistiram e a história da construção do PT e da CUT nos anos oitenta é um dos registros dessa resistência. Essa resistência e o agravamento estrutural da crise em âmbito mundial prolongam o chamado período de transição democrática. Durante

esse período prolongado, os aparelhos privados de hegemonia, em especial os de organização da classe trabalhadora, são atacados e há a nova tentativa de cooptação de suas lideranças.

Transição de regime e crise estrutural se prolongam e convergem para o discurso da ineficiência do Estado, aqui identificado como a burocracia do regime ditatorial e a necessidade de modernizá-lo.

Por parte dos trabalhadores a crença de que superada a ditadura, que lhes negava direitos, seria estabelecido um Estado que lhes garantiria o acesso aos mesmos representou a captura ideológica do movimento dos trabalhadores para o reformismo. Inicialmente expresso nas fórmulas genéricas de socialismo e no discurso classista. À medida que o campo da burguesia se recompõe e avança sobre as organizações dos trabalhadores a concepção reformista expõe seus limites e suas contradições. Amplos setores egressos do 'novo sindicalismo' vão sendo cooptados ao longo do período de transição e vão constituindo a nova burocracia para um novo modelo de Estado.

## **2- OS SINDICATOS SOB O CAPITALISMO MONOPOLISTA**

Trotsky<sup>19</sup> ao analisar a degeneração das organizações sindicais e sua aproximação com o poder estatal demonstra as dificuldades que o movimento sindical enfrenta para se manter independente sob a fase do capitalismo monopolista. Sob a maior concentração do capital faz-se necessária maior concentração do poder estatal como meio de conter as organizações de trabalhadores e realizar a operação ideológica de obtenção de consenso, necessário para evitar as crises de hegemonia. Pois a cada crise corre-se o risco do sistema vir a ser colocado em xeque.

Avalia que os Estados em países em desenvolvimento apresentam uma relação de dependência com o capital estrangeiro e o imperialismo. Nessa condição ocorre, segundo Trotsky, uma relação diferenciada entre o Estado e as organizações sindicais. A maior ou menor vinculação dos projetos desses Estados em relação ao capital estrangeiro leva as relações diferenciadas com as organizações sindicais. Trotsky<sup>20</sup> caracteriza para os anos quarenta do século passado, a necessidade de garantir certa autonomia em relação ao Imperialismo levando o Estado ao papel de protetor, patrocinador e árbitro. É o sistema tripartite que vigorou no Brasil a partir da Era Vargas e cujos aspectos vinculantes permanecem ainda hoje, sendo objeto de destruição apenas os aspectos de proteção ao trabalhador, o que demonstra a recomposição do campo capitalista interna e externamente e o abandono da concepção de desenvolvimento autônomo<sup>21</sup>.

Trotsky<sup>22</sup> alertava para o fato de que na fase monopolista os sindicatos podem servir como ferramentas secundárias do capitalismo imperialista para subordinar e disciplinar os operários ou transformar-se nas ferramentas do movimento revolucionário do operariado (no que sua formulação se encontra e corrobora as formulações de Gramsci). Para ele, nesse momento, os sindicatos já não podem atuar apenas voltados para as conquistas corporativas, posto que a atuação do capital também não se restringe ao controle direto, coercitivo sobre a força de trabalho. Igualmente não podem atuar como reformistas. Argumenta que na atual fase da acumulação, não há espaço para reformas sérias ou duradouras, no que a formulação de Foster e Mézàros contribuem para a compreensão.

Trotsky afirma que os governos sob o capitalismo oscilam entre as rígidas ditaduras e a busca de apoio entre os setores da classe trabalhadora, o que nos coloca a condição sob a qual atuam os sindicatos: ou tutelados ou perseguidos. Para realizar a tutela o Estado capitalista exige a criação de uma burocracia reformista e uma aristocracia operária, que nos

---

<sup>19</sup> TROTSKY, L: Escritos sobre sindicato, São Paulo, Kairós, 1978.

<sup>20</sup> Idem, p: 102.

<sup>21</sup> SALLUN JR, Basilium, (1999) e ainda BOITO Jr, A: (1991) e (1999).

<sup>22</sup> TROTSKY, I (1978: 101 a 120). Bem como as demais citações subseqüentes.

remete a dialética das conquistas parciais de Mandel<sup>23</sup> da qual tratarei na seção referente à burocratização.

Ainda segundo Trotsky o objetivo do Estado burguês em criar a dependência da burocracia em relação ao Estado é o disciplinamento da classe operária fazendo-a trabalhar mais a serviço dos “interesses comuns” do Estado e que fazem “coincidir” superficialmente com os da própria classe operária. A tarefa da burguesia consiste em liquidar os sindicatos como organismos de luta de classes e substituí-los pela burocracia como organismos de dominação dos operários pelo Estado burguês.

Gramsci, em sua teoria do Estado<sup>24</sup>, apresenta indicações metodológicas nas quais afirma a necessidade das ações da classe trabalhadora de evitar qualquer método de direção que defenda o corporativismo. Alerta para a necessidade de realizar igualmente uma ruptura metodológica, representada pela necessidade de estabelecer uma visão orgânica e histórica do Estado, para compreender a dinâmica através da qual põe em funcionamento o conjunto de atividades práticas e teóricas para a obtenção do consenso. E finalmente uma ruptura política na qual reafirma a defesa da revolução, posto que apresenta a necessidade de fazer a crítica ao liberalismo, as outras formas de economicismo, inclusive de esquerda, cujo complemento, segundo ele, é o reformismo.

As organizações que melhor se prestam a cumprir esse papel, de se tornar a burocracia a serviço da dominação burguesa, são as reformistas. O afastamento da dialética marxista por parte dos reformistas leva a um erro fundamental: a defesa da possibilidade de ‘liberar’ o Estado de suas amarras capitalistas, de fazê-lo funcionar a seu favor, a retirada do Estado de sua historicidade, sua descontextualização, na feliz expressão de WOOD (2003:210) “a fé ilimitada da social democracia no Estado como agente de melhoria social” e em especial o abandono do pressuposto marxista da luta de classes e da totalidade sistêmica que a formação econômico-social do capitalismo representa. Essa concepção incorre em erro, pois a forma que as organizações econômico-sociais assumem são históricas e expressam em todas as suas representações e estruturas essas relações historicamente construídas. Igualmente é equivocada a defesa de que a tática correta de construção do socialismo seja a reforma do capitalismo, alargando direitos pela contribuição com o aprimoramento de suas instâncias ‘democráticas’. Novamente ocorre a descontextualização do conceito. A democracia tomada como um valor universal acaba por ser definida no âmbito do senso comum da época de sua definição e, portanto no campo da ideologia dominante: a burguesa.

---

<sup>23</sup> Mandel, E. A Burocracia no Movimento Operário. Marxists Internet Archives, 2005.

<sup>24</sup> Conforme as referências anteriores.

Os reformistas em geral, e os social democratas em particular, realizam a cisão de forma orgânica de dois aspectos da luta: o econômico e o político<sup>25</sup>. Realizam uma especialização de tarefas cabendo ao sindicato os aspectos econômicos, portanto, corporativos da luta e ao partido, o aspecto político, para Gramsci o momento ético-político. Análise e síntese deixam de realizar uma totalidade orgânica e passam a compor momentos estanques.

Essa especialização já denotava os limites estreitos sob os quais operavam os social-democratas em um momento de expansão do capitalismo e do Estado de Bem Estar Social, esses limites tornaram-se mais graves frente à crise dos anos setenta. A saída adotada dentro da concepção reformista foi o sindicalismo propositivo, que é uma forma de ir convergindo novamente para um sindicalismo tutelado pelo Estado<sup>26</sup>. A forma como a social-democracia elabora as respostas à dinâmica da luta de classes expressa uma concepção fetichizada das relações sociais de produção e, por conseguinte, o resultado das lutas parciais nas instâncias que dirige tende ao rebaixamento tanto das perspectivas de conquistas imediatas quanto da luta pela transformação da sociedade, na verdade a luta pela transformação acaba por ser abandonada.

A passagem da social-democracia para o social liberalismo, sob a nova investida conservadora nomeada neoliberalismo, é o resultado da fetichização a qual já me referi, do abandono do materialismo histórico e dialético. A apreensão fenomênica<sup>27</sup> na base se dá pela ausência da mediação de uma liderança revolucionária, pela burocratização dos dirigentes e pelo controle que estabelecem a partir da aristocracia que mantém em torno de si.

## **2.1-Os riscos de burocratização do movimento operário**

Segundo Mandel<sup>28</sup> a divisão social do trabalho e o surgimento do Estado fazem nascer potencialmente o germe da burocratização. A cisão entre o fazer e o pensar se aprofunda quanto mais a sociedade se especializa e o trabalho se complexifica. Sob o capitalismo esse risco potencial se agrava, dado o grau de especialização das tarefas na produção. Essa divisão impede que os trabalhadores adquiram os conhecimentos necessários para conduzir autonomamente a atividade política e social de forma permanente. Portanto, nas atividades políticas que desenvolvem os trabalhadores precisam preparar as ferramentas e aqueles que as

---

<sup>25</sup> GRAMSCI, A: C.C. V1, Caderno nº 11, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira,

<sup>26</sup> BOITO JR, A. (1991) e (1999).

<sup>27</sup> KOSIK, K (1995).

<sup>28</sup> Mandel, E: A Burocracia no Movimento Operário, Marxists Internet, Archives, 2005 e A Natureza do Reformismo Social Democrata, combate. info, 2005. Acesso em 18/06/2005. Os textos não contêm numeração de páginas.

utilizarão para que no enfrentamento político, as deficiências de formação do conjunto da classe venha a ser suprida por esse grupo mais bem preparado. Aqui reside o risco de burocratização quando uma camada se especializa na atividade dirigente. Essa possibilidade é reforçada pela fetichização presente nas relações sociais de produção sob o capitalismo, cujo processo de produção leva a um comportamento que cristaliza ideologicamente a fetichização. O trabalhador tende a ver sua atividade laboral como um fim em si. Aqueles que passam a realizar as atividades organizativas da classe tendem a reproduzir esse mecanismo de fetichização e ver essa atividade também como um fim em si. Disso decorre a constante preocupação em não restringir as lutas sindicais aos processos econômicos corporativos. Esse comportamento recorrente nas organizações sindicais demonstra a ‘captura’ ideológica sofrida pelo movimento que acaba por sucumbir à ideologia liberal.

Mandel também considera a questão dos privilégios materiais e a defesa desses privilégios como parte do problema da burocratização e a isso denomina a ‘dialética das conquistas parciais’. Contudo alerta para que a questão não seja reduzida aos privilégios. Mesmo que não haja salários diferenciados:

“A identificação dos objetivos e dos meios, do indivíduo burocrático e da organização, tornando-se uma causa conservadora, suscetível de se opor muito violentamente ao próprio movimento”. (MANDEL, 2005).

O autor nos remete a concepção marxista de que a emancipação humana sob o comunismo cabe aos proletários por que eles não têm nada a defender, nada a perder. O problema surge quando isso deixa de ser verdadeiro, como no caso da burocracia e da aristocracia operária, quando uma parte do operariado possui tanto uma organização quanto ganho superior a condição inicial. Isso pode provocar o surgimento de uma nova mentalidade que coloque como objetivo preservar o que já possuem<sup>29</sup>. Segundo Mandel “Isso é a raiz mais

---

<sup>29</sup> Esta afirmação não deixa de considerar as recentes transformações ocorridas e que são denominadas “reestruturação produtiva”; ao contrário, considero que em face desta a tendência da burocracia e da aristocracia operária é reforçar os mecanismos de controle e administrar as perdas de forma a preservar a posição que dispõem. Conforme BOITO (2005) “O governo Fernando Henrique era baseado em partidos que não possuem a tradição de inserção nos setores operário e popular. Tudo muda quando o governo conta com partidos como o PT, o PCdoB e o PSB. Esses partidos estão obtendo, também aqui, uma acomodação política. Havia predisposição de parte da base petista para estabelecer um compromisso com o modelo neoliberal. O governo pôde desenvolver uma política de cooptação das direções sindicais e populares. Centenas de sindicalistas e milhares de militantes do PT estão vivendo de emprego público arranjado, de puro clientelismo. Mas, a cooptação não é tudo. Há fenômenos profundos, com raízes sociais, porque nos setores com maior capacidade de organização e pressão do sindicalismo, a exemplo dos petroleiros, bancários e trabalhadores da indústria automotiva, que são a nata do sindicalismo metalúrgico, percebe-se, acompanhando a história recente desses sindicatos, que estão procurando acomodação dentro do modelo neoliberal. Esses sindicatos de trabalhadores estão aderindo à aposentadoria complementar e à previdência privada, procuram uma forma das próprias entidades gerirem a aposentadoria privada e estão aderindo aos planos de saúde privado. Ou seja, se afastam da

profunda do conservadorismo burocrático da social democracia”. (2005). Para Mandel a dialética das conquistas parciais e a fetichização em uma sociedade de complexa divisão do trabalho constitui as raízes profundas da tendência a burocratização. Essa condição é especialmente explorada pelo capital na tentativa constante de dividir a classe trabalhadora e é tanto maior quanto mais mecanismos de ampliação da ideologia capitalista estão disponíveis para sua concretização nos aparelhos privados de hegemonia e nos meios de comunicação.

Mandel considera separadamente a questão dos privilégios que podem ser considerados como vantagens e privilégios materiais que procuram ou de autoridade e de poder. Esses problemas assumem maior profundidade e abrangência quando as organizações começam a ocupar posições no interior da sociedade capitalista. O movimento torna-se “polivalente, que tenta intervir em todas as atividades sociais e assimila todas essas atividades” (Idem).

Sob o capitalismo, segundo Mandel, há sempre o risco potencial de que os valores comunistas sejam trocados pelos da democracia burguesa. Ele ressalta que o risco de burocratização está ligado ao “desaparecimento dos obstáculos que a classe conscientemente cria para evitá-lo”<sup>30</sup>.

Assim como TROTSKY (1978), MANDEL (2005) destaca que os riscos sob a fase imperialista do capitalismo tendem a ser maiores e aprofundar de tal forma a dialética das conquistas parciais que ela se apresenta no que considera a fase final do sistema em questão. Pode, segundo ele, aparecer nesse momento mudanças na orientação política, a integração consciente na sociedade burguesa, a colaboração de classes. Sob essas mudanças a burocracia se expande. Mandel as enumera. Considero importante sua apresentação, pois constitui a elaboração de tudo o que pudemos observar no sindicato analisado.

“Uma parte dos dirigentes convive de maneira consciente com a burguesia e integra-se a sociedade capitalista. Os obstáculos à burocratização levantados pela consciência socialista desaparecem; Os privilégios se multiplicam; os parlamentares social-democratas já não oferecem uma parte do salário à sua organização e tornam-se uma verdadeira clientela no seio da classe operária. A partir desse momento, a degeneração burocrática só pode proliferar”. (MANDEL: 2005).

---

luta pelo Estado de Bem-Estar Social, com direitos sociais universais financiados e geridos pelo Estado, que foi o que caracterizou a atuação da CUT e o PT na década de 1980”. Revista Espaço Acadêmico, nº44, Janeiro de 2005; entrevista a Otto Filgueiras.

<sup>30</sup>Para Mandel através de uma organização revolucionária os trabalhadores podem construir mecanismos, conscientemente, através dos quais os trabalhadores tentam evitar que a burocratização e seus efeitos (a degeneração) ocorram. Quando um grupo cuja orientação é distinta ou quando o próprio grupo revolucionário envereda pelo caminho da burocratização esses obstáculos tendem a ser retirados; Isso em si já expressa a capitulação da organização.

Trotsky considerava que sob essas condições o social-reformismo se transformaria em social imperialismo<sup>31</sup>. A necessidade de controlar e tutelar o movimento dos trabalhadores torna qualquer movimento de oposição uma ameaça ao equilíbrio instável conquistado a partir dos acordos com as burocracias sindicais, podendo gerar nova onda de mobilizações de massas, o que não interessa aos representantes do imperialismo. Por isso, segundo Trotsky, as organizações reformistas acabam por realizar um giro à direita, suprimindo a democracia operária nos sindicatos e tendem a contribuir para a evolução de um regime totalitário.

Com a intensificação da crise estrutural dos anos 70 observamos a tendência do imperialismo de reforçar os mecanismos de controle autoritário e a aprofundar as contradições de classe em cada país. Nessas condições afirmamos a partir de Trotsky que o capitalismo imperialista não tolera por muito tempo uma burocracia reformista, a não ser que:

“Esta atue como um pequeno, mas ativo acionista de suas empresas imperialistas de seus planos e programas tanto dentro do país como no plano mundial” (Trotsky, 1978:107).

Considero que merece ser pesquisado esse aspecto do alinhamento da burocracia reformista levando em consideração as vinculações dos sindicatos à CUT e dessa a ORIT e a CIOSL<sup>32</sup>, pois há indícios dessa condição de fazer parte do sistema de controle do trabalho, bem como a relação que essa nova vinculação tenha com a administração de fundos de pensão e outros mecanismo de participação no processo de financeirização de todos os aspectos da economia, sendo esses os mecanismos de cooptação e de estabelecimento de novas relações dentro das organizações de representação, bem como uma ‘nova sociabilidade’ para os trabalhadores por elas representados<sup>33</sup>.

Mandel defende que é necessário um determinado nível de profissionalização, quer dizer de formação específica para a realização da tarefa diretiva e organizativa das organizações de trabalhadores. Ele afirma que sem profissionalizar quadros não é possível avançar nas conquistas. Caso isso não seja feito o movimento dos trabalhadores pode derivar para o que chama de primitivismo ou cair sob a influência de intelectuais pequeno burgueses

---

<sup>31</sup> Trotsky, L (1978:106).

<sup>32</sup> ORIT: Organização Interamericana de Trabalhadores e CIOSL: Confederação Internacional das Organizações sindicais Livres.

<sup>33</sup> Financeirização: CHESNAI, François. Mundialização: o capital financeiro no comando, EM: OUTUBRO, nº 5, ano 2001, Revista do Instituto de Estudos Socialistas; Mudanças: BOITO Jr (1999:215) e COSTA (2003) para as relações internacionais à espera de pesquisadores; GRÜN (2003); RODRIGUES (1998); ALVES (s/d) e BOITO (2005). A questão da nova sociabilidade é uma hipótese que levanto a partir de minha pesquisa e que pretendo desenvolver em relação ao objeto que estudo.

que reproduzem no interior das organizações, o monopólio do conhecimento que já dispõem na sociedade. Ele propõe que se desenvolva uma autonomia real tendo consciência do risco em potencial. As organizações operárias devem realizar todo o esforço necessário para manter a autonomia, desenvolver a capacidade organizativa, evitar o erro ideológico de não ultrapassar o que considera ‘certa fase’ que é a luta corporativa. Devem realizar igualmente um esforço constante para formar, educar, liberar os operários do que considera “escravatura”.

O autor considera regras fundamentais para evitar os riscos de burocratização a luta contra os privilégios; a elegibilidade e revogabilidade dos eleitos em todos os níveis, complementada pelo rodízio na experiência diretiva. Defende a necessidade da atuação da vanguarda da organização permanecer integrada as massas sem substituí-las, que não deve tomar para si as tarefas que cabem às massas. Os profissionalizados não devem permanecer afastados por muito tempo da classe e devem regressar aos seus postos de trabalho e serem substituídos por outros proletários capazes de realizar a mesma experiência. Deve multiplicar as formas de vivenciar a democracia operária e a intervenção direta dos trabalhadores na sua organização, reforçar qualitativa e quantitativamente os quadros através da formação. Devem evitar, igualmente, o isolamento de sua organização em relação à classe trabalhadora em geral. Esses critérios serão objeto de análise nas propostas de mudança estatutária do Sind-UTE.

## **2.2- A função dos sindicatos em uma perspectiva revolucionária**

Marx nos mostrou as duas funções mais importantes que um sindicato deve desenvolver. Uma é imediata que é a organização da luta em defesa dos direitos dos trabalhadores, com o intuito de impedir o aviltamento das condições de sobrevivência. A outra, de caráter mediato, diz respeito à organização dos trabalhadores como classe, tanto os trabalhadores empregados como os desempregados. Conforme nos mostra em ‘O Capital’, em tempos de crise os sindicatos devem:

“Organizar uma cooperação planificada entre os empregados e os desempregados, para anular ou diminuir as conseqüências ruinosas que essa lei natural da economia capitalista traz para a classe” (Marx, apud: Coggiola, 1998:40).

Ainda de acordo com Marx, o sindicato impede que a classe operária se apresente isoladamente diante do capitalista, do patrão. O sindicato apresenta os trabalhadores unidos, como uma força social.

Marx também percebeu a importância do sindicato, ainda nas funções mediatas, na formação da classe, pois “lutando contra a tendência do sistema”, os sindicatos que organizam a ação econômica dos operários contra os capitalistas, tornam-se uma verdadeira “escola de comunismo”. (Idem).

Essas elaborações também estão presentes em Gramsci. A preocupação com a formação dos dirigentes, capazes de levar a cabo essa tarefa organizativa. Essa tarefa consistia igualmente em ser capaz de realizar a mediação através das quais as experiências<sup>34</sup> vividas nas lutas econômicas pudessem ser elaboradas em experiências constitutivas de classe e no desenvolvimento da consciência de classe. Essa é a função das lutas por reformas na sociedade capitalista: amenizar os problemas vividos em decorrência da exploração dos trabalhadores, evitar o aviltamento das condições da existência, propiciar a mediação da leitura dessas experiências de forma a cumprir a tarefa educativa para a emancipação da classe. Nesse sentido, as lutas por reformas devem conduzir a compreensão de que serão sempre parciais e temporárias e que lutar por reformas implica em impor derrotas ao sistema do capital que sempre reagirá. Portanto, a luta deve conduzir a percepção de que deve ser contra o regime de exploração capitalista, ao realizar a mediação que permite essa compreensão, os dirigentes contribuem para a formação de novos quadros capazes de empreender a luta pela abolição desse regime. Recompõem a visão da totalidade, superando a visão parcelar e fragmentada típica da ideologia capitalista, através da unificação dos aspectos econômico-corporativos e ético-político.

Essa é igualmente a matriz de todo o pensamento revolucionário no que diz respeito às experiências organizativas da classe trabalhadora.

Gramsci apontou a necessidade de constituir os intelectuais orgânicos<sup>35</sup> da própria classe trabalhadora de forma que pudessem adquirir autonomia em relação aos intelectuais pequeno-burgueses. Essa tarefa envolve o aspecto educativo das organizações de trabalhadores, para essa pesquisa em particular, dos sindicatos. No processo de formação, há o nível mais imediato, aquele que se expressa pelo sentir, sem compreender e antecede o

---

<sup>34</sup> Experiência no sentido empregado por Thompson: a experiência da determinação, experiência como mediação em um processo histórico de formação de classe e sob as pressões estruturais determinantes das relações de produção, mas que se estende para além do processo imediato de produção e do nexos imediato de extração da mais valia e engloba as unidades particulares de produção. É em meio a essa experiência comum que toma forma a consciência social e a disposição de agir como classe. In: WOOD (2003:73 a 98).

<sup>35</sup> Intelectuais orgânicos: distintos dos intelectuais que existem no sistema pré-capitalista considerados tradicionais pela função que exercem ser anterior ao regime de acumulação capitalista. Os orgânicos teriam surgido com o capitalismo. Nesse sentido há intelectuais orgânicos em ambas as classes fundamentais. O sentido utilizado aqui é o lato. Intelectual orgânico que assume a função de organizar e dirigir a classe. Ver Gramsci (op.cit. V.1 e v. 2).

momento organizativo. Já em um segundo momento, as demandas de natureza econômica assumem o caráter reivindicativo e a função imediata vista desde Marx. É o momento econômico-corporativo onde o Estado é questionado, mas não a ordem societal. Em um terceiro momento atingimos um grau de elaboração superior. O momento ético-político, que supõe um projeto de educação e um projeto de sociedade. Esse projeto questiona a própria ordem social e apresenta um projeto de superação dessa ordem. Como queria Marx:

“A luta contra a queda relativa do salário já não é a luta que se desenvolve no terreno da economia mercantil; mas num assalto revolucionário, subversivo, contra a existência dessa economia, é o movimento socialista do proletariado” (Apud: Coggiola, 1998: 38).

Fica também evidente no pensamento de Marx e de Gramsci a importância do caráter educativo que o sindicato assume nas lutas da classe trabalhadora. Esse processo educativo envolve a vivência de experiências comuns, com um mecanismo de mediação, de leitura de mundo, que possibilite a elaboração e a síntese, a saída da condição do senso comum e da apreensão fenomênica da realidade para a consciência filosófica. Da condição de classe em si para a de classe para si.

Esse processo educativo exige como instrumento de mediação, o uso do materialismo histórico e dialético e uma direção que o adote, aplique ensine e crie as condições para a leitura das lutas através desse instrumento de emancipação. Somente uma direção que adote essa perspectiva e tenha como horizonte estratégico a revolução pode realizar essa tarefa educativa e emancipatória.

No caso específico que me disponho a estudar esse caráter educativo assume especial relevância dada a função desempenhada pela categoria que se organiza em torno do Sind-UTE: profissionais da educação. A função organizativa e diretiva específica dos intelectuais ligados à escola pública na reprodução da sociabilidade capitalista sob a nova base de acumulação ou na superação das mesmas, na perspectiva de contribuição com a luta contra hegemônica<sup>36</sup>. A possibilidade de burocratização encontra nas condições objetivas sob as quais o trabalho na educação pública se realiza um terreno já preparado para seu enraizamento caso não haja um trabalho sindical que explore a contradição inerente à especificidade desse trabalho educativo.

### **2.3-A burocratização como mecanismo de controle**

---

<sup>36</sup> GRAMSCI, A. C. C., vol 3, p 40, 41, 42, 43.

A burocracia não é sinônimo de ineficiência ou de excesso de administração, conforme chegou a acreditar Lênin (apud RODRIGUES, 1990)<sup>37</sup>, mas um excesso de administração como eficiente mecanismo de distanciamento das formas de organização e gerenciamento democráticos da vida social. A burocracia expressa o afastamento de um projeto democrático e sob a atual fase do capitalismo, expresso ideologicamente como neoliberalismo, expõe uma contradição fundamental que perpassa vários organismos na sociedade na atual fase da acumulação: quanto mais participação, proposição, democratização, menos democracia de fato, no sentido da tomada de decisão direta e de participação substantiva na política, capazes de gerar efeitos concretos nos vários aspectos da organização social. A democratização se apresenta como parte da fetichização, é um mecanismo ideológico que cria uma experiência educativa de conformação.

A participação expressa em fóruns e conselhos, em especial nas instâncias tripartites (presença de trabalhadores, empresários e Estado) é a forma adaptativa, a afirmação de uma democracia formal, não dinâmica, cujos efeitos concretos se traduzem pelo imobilismo da classe trabalhadora e pela manutenção dos efeitos das políticas regressivas sob o avanço do capitalismo. Esses fóruns tendem a representar na esfera da participação política, as instâncias flexíveis na rígida estrutura atual do processo de acumulação. Os espaços decisórios, no núcleo estável e não flexível permanecem avessos à atuação decisória tanto dos trabalhadores como de setores da própria classe dominante e nas esferas administrativas reduz a participação de amplos setores da burocracia<sup>38</sup>.

A burocracia avança onde definha a democracia direta. Na atual forma de administrar os interesses do capital a partir dos rearranjos da sociabilidade na esfera da participação democrática podemos afirmar que quanto mais ‘participação’ menos democracia.

O Estado, cumprindo seu papel e sua natureza de representação de classe, gerencia o funcionamento da sociabilidade<sup>39</sup>, realizando sua tarefa educativa, de adequar a sociedade ao contínuo rearranjo das formas de realização do aparelho econômico que responde, no modo de produção capitalista, a alimentação do processo de acumulação.

---

<sup>37</sup> RODRIGUES, Leôncio Martins: *Lênin e o problema da Burocracia na URSS*. EM: Partidos e Sindicatos, RJ, Ática, 1990.

<sup>38</sup> A concentração das decisões políticas no ministério da Economia e do Planejamento e na Casa Civil, nas secretarias estaduais e municipais correspondentes é um exemplo.

<sup>39</sup> Sociabilidade: É a condição de pertencimento a um determinado grupo, o de todos os elementos sociais que compartilham um mesmo modo de pensar e agir. GRAMSCI, Antonio: *Cadernos do Cárcere*, V1: 94; V3: 23; edição de Carlos Nelson Coutinho, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2004.

Nessa atuação busca estabelecer alianças com setores de classe que recruta para o desempenho dessa tarefa organizativa. De acordo com o lugar que ocupam na estrutura do Estado, a importância da função para o propósito da acumulação e a classe social a qual se destina a tarefa organizativa, o Estado recruta seus funcionários nos extratos mais elevados da classe social dominante, nas camadas médias urbanas<sup>40</sup>, no operariado. Na estrutura administrativa do Estado a burocracia expressa e reproduz a distribuição e o mapeamento da divisão social do trabalho sob o capitalismo. As frações da classe dominante e das camadas médias urbanas ocupam os altos cargos da administração os técnicos e especialistas mais qualificados com melhor poder aquisitivo e maior tempo e qualidade de formação. Os quadros subalternos são preenchidos pelos demais setores de classe em relação a sua possibilidade de formação e ao tipo de atuação que realiza no corpo do Estado.

A burocracia constitui um corpo de funcionários diretamente ligados à estrutura administrativa do Estado ou ligados aos aparelhos privados de hegemonia presentes na sociedade civil que realizam a tarefa precípua dos intelectuais: a direção ‘moral’ e ‘espiritual’ de determinada organização social. Por isso o Estado recruta os membros desse corpo de funcionários, conforme dito acima, nos mais diversos setores e nas mais diversas instâncias organizativas da sociedade.

No Brasil, no caso específico dos funcionários públicos da educação, a massificação do ensino ampliou o ingresso na burocracia do Estado de setores da classe trabalhadora que até então não participavam de sua administração e assumem a tarefa de educar os filhos dos trabalhadores que até então continuavam, em grande parte, excluídos do processo educativo. Esse processo de expansão coincide com a crise mundial do capitalismo nos anos 70 e as relações dessa crise com a abertura democrática e a expansão do ensino levando em conta a categoria princípio educativo<sup>41</sup> e o conceito de sociabilidade<sup>42</sup> merecem um aprofundamento que pelos limites desse trabalho não poderei realizar. Contudo a deterioração da educação pública no momento de sua expansão e na onda de democratização nos remetem a necessidade do Capital de condicionar o desenvolvimento das forças produtivas às novas condições colocadas pela crise de acumulação sob a reafirmação do vínculo dos interesses entre a burguesia no Brasil e a internacional.

---

<sup>40</sup> Conforme já explicitado através de SINGER (op.cit) e RIDENTI (op.cit).

<sup>41</sup> Gramsci através de KUENZER, A.Z. IN: FRIGOTTO (2002).

<sup>42</sup> Idem.

Sob esse contexto a proletarização<sup>43</sup> avança sobre os trabalhadores ligados às áreas voltadas para as políticas sociais. Os profissionais da educação em particular vivenciam essa condição.

É nesse universo social que as entidades de organização de classe ligadas ao novo sindicalismo surgem e fundam outros organismos como a CUT, a CPB depois CNTE<sup>44</sup> e o PT. O Sind-UTE, parte ativa desse processo, representa um conjunto de trabalhadores que em sua maioria esmagadora ocupam postos subalternos na estrutura administrativa do Estado. No caso de Minas Gerais são aproximadamente 288 mil trabalhadores cuja distribuição territorial ocupa todos os municípios do estado. Sua condição de trabalho explicita a contradição vivida no processo de proletarização e a expectativa na obtenção de certas garantias nas condições de trabalho pelo ingresso no serviço público. Esse é um rico terreno a ser explorado no que diz respeito ao desenvolvimento de uma concepção emancipadora do trabalho, da educação e das relações que podem vir a estabelecer nas comunidades em que atuam.

As lideranças destas entidades tornaram-se a partir do processo que descreveremos ao longo desse trabalho, funcionários dos interesses da classe dirigente, organizados e gerenciados a partir do corpo de intelectuais e dirigentes que conformam o Estado em nosso país e em Minas Gerais em particular. Essa condição de funcionários assume formas distintas das vinculações formais ao serviço de administração do Estado.

A cooptação dessas lideranças e o estabelecimento de uma burocracia à frente das organizações de trabalhadores é a expressão da criação desse corpo de funcionários do Estado por dentro dessas organizações, é sua ampliação no sentido gramsciano e sua possibilidade de operar não apenas de fora da organização, pelo reforço constante dos dispositivos repressivos do Estado policial militar, mas a possibilidade concreta de atuar, internamente, pelo consenso. Os mecanismos de controle se tornam também internos às organizações e passam a operar o processo educativo para a aceitação das condições impostas pelo capital, mas que são interpretadas como limites naturais das condições de desenvolvimento. Há assim um reforço dos mecanismos ideológicos em ação nos aparelhos privados e a hegemonia da classe dominante, nessas condições, tende a se realizar através deles. Assim o Estado se torna mais amplo, apesar de parecer o contrário.

É evidente que as políticas altamente regressivas impostas hoje a amplos setores de trabalhadores e em especial aos servidores públicos em educação gera uma possibilidade

---

<sup>43</sup> Como avanço dos mecanismos de controle sobre o trabalho, da tendência à subsunção real. BRINGTHON (1991) e AUGUSTO (2004).

<sup>44</sup> CPB: Confederação dos Professores do Brasil e CNTE: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

constante de desequilíbrio e de perda do controle sobre esses trabalhadores, levando os dirigentes a agir vez por outra na defesa efetiva dos interesses dos mesmos, sob pena de perder o lugar de poder que adquiriram na estrutura do Estado exatamente por ‘representá-los’. Assim os mecanismos de consenso começam a ceder lugar aos de coerção não mais nas mãos do Estado policial, mas por dentro das estruturas de representação da classe e inauguram não só uma nova forma de regulação como também de relação intra-organização de trabalhadores<sup>45</sup>. Mas é igualmente evidente que na defesa da posição de poder que assumiram na estrutura do Estado, não podem, de fato, lutar por interesses da categoria que representam, mas devem fazer crer que sim e ainda devem elaborar interpretações e análise da realidade sócio-histórica onde atuam de forma a reproduzir uma visão de mundo conservadora. Toda essa atuação aprofunda as contradições e tende a reproduzir dentro da organização os mesmos mecanismos de controle presentes nas demais esferas das relações sociais.

A burocracia tende assim a romper com os valores e os princípios de organização da classe trabalhadora e se tornar antidemocrática, conservadora. A tarefa das lideranças que assumem a forma burocrática deixa de ser organizativa emancipatória e passa a ser representativa e conformativa. As representações das demandas da classe tendem a se restringir aos limites de concessões feitas pelo próprio Estado Burguês e as lideranças da classe devem fazer parecer conquistas de lutas por eles encaminhadas.

O equilíbrio instável dessa condição pode levar a mudança da representação política dos trabalhadores, quando há a atuação de uma organização revolucionária, ainda que minoritária, ou a desmobilização e a desorganização da classe, ainda que por um período, caso essas lideranças identificadas com os princípios revolucionários não consigam se constituir como lideranças desses trabalhadores no conjunto das lutas da classe pela resolução de suas contradições.

---

<sup>45</sup> Trotsky e Gramsci analisaram essas estratégias de controle intra-organização em regimes totalitários de orientação fascista e Stalinista. O que considero aqui a ‘nova regulação’ é que o mecanismo passa a ser adotado em regime de democracia representativa.

### **3- EDUCAÇÃO E TRABALHO DOCENTE**



### 3.1- As políticas educacionais no quadro das reformas

As reformas no Estado partiram da mudança do ordenamento jurídico, avançaram sobre o patrimônio das empresas públicas e sobre toda a base produtiva do país. Das privatizações das empresas estratégicas como a Petrobrás, a Vale do Rio Doce<sup>46</sup> e as empresas elétricas até a agricultura e a reforma agrária, tudo foi reordenado para se adequar à nova onda de liberalização. O mesmo foi feito na área das políticas sociais: tanto no campo da seguridade quanto do acesso a serviços básicos como saúde e educação. A política econômica adotada aprofundou a dependência do Brasil dos organismos financeiros internacionais, fez saltar a dívida externa e interna, anunciou o desastre social. Após todos os processos de liberalização, desde a abertura comercial até a desregulamentação da proteção ao trabalhador o saldo foi o aumento do desemprego, da miséria, a concentração ainda maior da riqueza e da renda em um país que já era, cronicamente, injusto e concentrador. O saldo é desalentador. Contudo, a tarefa de reordenar a estrutura que atendia as novas demandas do capitalismo ainda estava incompleta: vastas áreas da saúde, educação, previdência e de regulamentação do trabalho e organização dos trabalhadores estava incompleta e emperrada pela ação da oposição, capitaneada pelo PT. Esse quadro mudou com a eleição de Lula para a presidência, na aliança PT/PL. A opção ideológica pela social-democracia dentro do Partido dos Trabalhadores e a imagem do partido junto aos trabalhadores, permitiu o rompimento da linha de resistência dentro do congresso nacional e abre caminho por dentro dos movimentos sociais.

Também a educação passou por um conjunto de transformações que objetivam adequar o trabalho educativo a essa nova organização.

Conforme nos aponta SHIROMA (et al. 2002), as reformas na educação também são iniciadas nos anos 90, com uma enxurrada de regulamentações que compõem o novo “desenho” do Estado. As mudanças ocorreram nas áreas do financiamento com a criação dos “Fundos” como o FUNDEF<sup>47</sup>. O Estado se afastou das obrigações quanto ao financiamento

---

<sup>46</sup>Contudo devemos considerar as diferenças entre ambos os processos: a Vale do Rio Doce foi leiloadada e seu patrimônio passou ao controle da iniciativa privada; Já a Petrobrás segue como empresa de economia mista, parcialmente privatizada.

<sup>47</sup> FUNDEF: O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) foi instituído pela Emenda Constitucional nº 14, de setembro de 1996, e sua regulamentação está na Lei 9.424, de 24 de dezembro do mesmo ano, e no Decreto nº 2.264, de junho de 1997. O FUNDEF foi implantado, nacionalmente, em 1º de janeiro de 1998, quando, a nova sistemática de redistribuição dos recursos destinados ao Ensino Fundamental passou a vigorar. A maior inovação do FUNDEF

público da educação, mas não abriu mão das tarefas de controle e avaliação através de programas de capacitação e gestão e da criação dos sistemas de avaliação. Quanto às áreas onde a dívida social era maior, como o caso da educação de jovens e adultos, o Estado propôs a educação solidária, as “parcerias” com a sociedade civil, a cooperação bilateral, regional, internacional.

Na educação básica, destacamos a mudança de eixo da esfera do direito para o de serviços, leia-se negócios. Também merece destaque a argumentação de que não faltam vagas no ensino público, falta é “corrigir o fluxo” e assim evitar as repetências. Todo esse processo repercutiu no ensino profissional que, para conter a demanda, foi reformulado em três modalidades: básico, técnico tecnológico. Coube ao setor privado os cursos de qualificação e preparo da força de trabalho, através de projetos de parceria e com o uso de recursos materiais e humanos do setor público.

Para o ensino superior manteve-se a lógica da produtividade industrial, a reforma propunha uma “revolução administrativa” e a racionalização dos processos, objetivando a autonomia, a avaliação, a melhoria do ensino. Todos associados à eficácia e à produtividade. Houve mudanças no processo seletivo de ingresso, na gestão das universidades públicas, flexibilização da estrutura e funcionamento dos cursos (com cinco tipos de institutos de ensino). O discurso da autonomia mascarou, no mais das vezes, a cooptação e a privatização. Avaliação de desempenho por critério de produtividade, com caráter quantitativo vem pressionando os professores das pós-graduações. O que podemos observar é uma expansão da oferta sem a contrapartida na infra-estrutura. Nas instituições privadas a pressão sobre os docentes aumentou sobremaneira, pela busca da qualificação e alta eficiência sem a oferta das condições de trabalho. Tudo isso representou mudanças estruturais na universidade.

A reforma na educação remeteu os professores à condição de protagonistas do processo, mas em uma posição desqualificada, na medida que o discurso neoliberal sobre a falência da educação pública passa, necessariamente, pela suposta falta de “competência” do professor. Ele é apresentado como alguém ultrapassado em seu saber, com uma prática retrógrada, que não corresponde às “novas” demandas da educação.

---

consiste na mudança da estrutura de financiamento do Ensino Fundamental (1ª a 8ª séries do antigo 1º grau) no País, ao subvincular uma parcela dos recursos a esse nível de ensino. Fundo pode ser definido como o produto de receitas específicas que, por lei, se vinculam à realização de determinados objetivos. O FUNDEF é caracterizado como um Fundo de natureza contábil, com o mesmo tratamento dispensado ao Fundo de Participação dos Estados (FPE) e ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM).Fonte: [www.sme.salvador.ba.gov.br/fundef1.php](http://www.sme.salvador.ba.gov.br/fundef1.php).

Para resolver esse problema, surge uma enxurrada de cursos e exigência de capacitação, o principal deles até então o normal superior. Esse curso, oferecido em sua esmagadora maioria pelas instituições privadas de ensino, tem demonstrado todo o potencial de retorno de investimento dos empresários em educação e a apropriação dos fundos públicos, através das parcerias entre Faculdades e Prefeituras Municipais para o oferecimento das vagas aos professores. Isto quando os cursos oferecidos não são à distância.

Toda essa articulação no âmbito legal, nas instituições de ensino e com a propaganda maciça nos meios de comunicação, aponta para os compromissos firmados em Jomtien<sup>48</sup> e com a contrapartida exigida por instituições financeiras internacionais para o repasse dos empréstimos contraídos. É a necessária adequação da mão de obra para atender às novas demandas da acumulação, em nosso caso com as especificidades do desenvolvimento do capitalismo periférico.

Além disso, o discurso da inadequação da mão de obra do trabalhador brasileiro e do professor reedita o sentido da teoria do capital humano<sup>49</sup> na atual fase do desenvolvimento do capitalismo. Cumpre o papel ideológico de responsabilizar a população pelo atraso econômico do país, que melhorará na medida que cada um faça a sua parte e invista em sua própria formação.

Como nos mostra SHIROMA (Idem) o discurso de melhoria na educação feito pelo governo, não corresponde à prática, através do levantamento da dotação orçamentária pífia, a forma escolhida para a capacitação, o avanço da terceirização e do contrato temporário em educação etc. Tudo isso mostra aspectos de darwinismo social, produtividade empresarial, exacerbado individualismo, competitividade e, fundamentalmente, a presença do tripé da cartilha empresarial: qualidade na medida que a produtividade não encareça o “produto” e torne inviável a rentabilidade.

O processo de realinhamento da economia brasileira às demandas do capitalismo, cuja expressão é a desindustrialização e o reforço das posições de oferta de produtos de baixo valor agregado, em especial gêneros agrícolas e de extração, nos remete as saídas da crise para a burguesia nacional e internacional. O Estado administra os efeitos da crise direcionando os recursos e ampliando as possibilidades de realização do capital pela exploração direta do trabalho via desregulamentação, pelo enxugamento de seus próprios investimentos nas áreas sociais e sua realocação, favorecendo a classe que representa com financiamentos entre outras

---

<sup>48</sup> Jomtien: Conferência Mundial de Educação para todos, realizado na Tailândia na cidade de Jomtien em 1990, financiado pela UNESCO. EM: SHIROMA et al. (2002: 56-62).

<sup>49</sup> FRIGOTTO, G. (2001).

vantagens, pelo trabalho educativo que realiza para a sociabilidade sob a reestruturação produtiva e a formação da mão de obra na justa necessidade do momento de desindustrialização.

O rebaixamento geral da qualidade do ensino público se coloca como resposta a essa demanda. Os setores da pequena burguesia urbana que dispõem de algum recurso financeiro compensarão a perda da educação pública através do uso da educação privada, completando a expansão sobre as políticas sociais empreendidas pelo capital e sua transformação em serviços. Cumpre ressaltar que na verdade o avanço da educação privada é iniciado na década de 1970, as reformas na educação que incluem a privatização, ainda não estão acabadas.

Esse rebaixamento geral do ‘produto’ da educação, a mão de obra em formação, nos remete ao rebaixamento do trabalhador qualificado que a produz, o professor. Essa condição nos demonstra a funcionalidade e o controle que novos Planos de Carreira têm ao impedir a saída do profissional da educação para a formação através de licenças remuneradas em instituições públicas. Bem como o oferecimento, em serviço, de cursos de capacitação fragmentados e desqualificados que não geram nem mesmo a certificação reconhecida “no mercado” de trabalho em educação, mas garantem a “atualização” nos moldes preconizados pela administração e o tornam “empregável” dentro do nicho de mercado no qual atua.

As reformas têm representado para os trabalhadores em educação de forma mais evidente no momento atual o aprofundamento da alienação no seu trabalho. Essa condição merece ser pesquisada, bem como seus efeitos.

### **3.2-A especificidade do trabalho na educação pública sob o regime capitalista**

Assumimos a conceituação de trabalho como práxis humana material e não material que objetiva a criação das condições de existência<sup>50</sup>. Segundo Marx, o que distingue as diferentes épocas econômicas não é o que se faz, mas como se faz, com que meios se faz.<sup>51</sup>

Sob a época do capitalismo, ou na formação econômico social que chamamos capitalismo, o processo de trabalho muda sua natureza geral e passa a funcionar em benefício do capitalista. Sob o capitalismo o processo de trabalho se organiza para a produção de mercadorias e o trabalho passa a se realizar para a produção da mais valia. Assim sendo, tanto o trabalho quanto o objeto de trabalho tem que estar disponíveis sob a forma de mercadorias.

---

<sup>50</sup> KUENZER, A.Z (2002).

<sup>51</sup> MARX, K. *Processo de Trabalho e Processo de Produzir Mais Valia*. [www.dominiopublico.br](http://www.dominiopublico.br). Acesso em: 10/05/2005.

O trabalhador se apresenta então nas relações sociais de produção capitalista como trabalhador livre, ou seja, cuja única forma de acesso aos meios de subsistência é a venda do seu trabalho. Quem determina a forma e as relações que esses elementos estabelecem no ato da produção é o capital e são os objetivos do capital que determinam o processo de produção.<sup>52</sup>

Contudo, conforme Marx, no processo de trabalho o trabalhador restabelece a unidade entre o objeto do trabalho e sua criatividade. Portanto, para que haja a realização do trabalho em atendimento às demandas do capital é necessário que este estabeleça cada vez mais mecanismos eficientes de controle, de coerção sobre o processo de trabalho. É essa necessidade de controle real que indica a passagem das formas de trabalho de cooperação simples, para a manufatura e finalmente para a maquinofatura. O processo crescente de passagem da subsunção formal para a subsunção real<sup>53</sup>, do artesão ao operador de máquinas e o processo de incorporar à máquina elementos do saber do trabalhador, cujo trabalho é desqualificado e esvaziado quanto mais se aprimora o processo de produção maquinofaturado.<sup>54</sup> O trabalho é mais parcelar, mais fragmentado e tende a funcionar como complementar ao trabalho realizado pela máquina, tornando ao capital mais fácil sua substituição em qualquer etapa da produção sem comprometer o processo de valorização.

A racionalização do trabalho em associação à introdução da maquinofatura permite a possibilidade de cálculo, de controle, pois o ritmo de trabalho da máquina é padronizável.

Segundo o grupo de BRIGTHON, as formas que constituem a base da subordinação real são o trabalho assalariado, os meios de produção (objetos de trabalho e instrumentos de trabalho) e meios de subsistência sob a forma de mercadorias, bem como o produto do trabalho como forma de mercadorias. Ainda segundo o ‘BRINGTHON’ com desenvolvimento da maquinofatura, o capital tenta dar a mesma forma aos postos de trabalho que ainda retém alguma base que não seja a maquinaria.

Assim sendo:

“O processo de trabalho capitalista é aquela forma específica de trabalho coletivo baseada na maquinofatura na qual o capital, tendo o monopólio do conhecimento e do poder sobre as relações entre o trabalhador e os meios de produção de produção, usa esse poder, esta dominação real a fim de fazer valer o objetivo da valorização”.(1991:20)

---

<sup>52</sup> BRIGTHON, Labour Process Group (1991)

<sup>53</sup> MARX, K. Cap.VI, inédito.

<sup>54</sup> Este raciocínio tem como base: BRIGTHON.(1991), MARX, K: A Maquinaria. (1994), Salário Preço e Lucro, In: Os Pensadores, SP, Abril Cultural, 1978.

Como modo de produção dominante de nossa época histórica o capitalismo tende então a universalizar sua forma de produzir a existência e tende a submeter a existência à dinâmica da valorização. Logo, viver sob a época do trabalho sob o regime do capital implica em uma relação de pertencimento e de partilha de um modo de pensar e agir em conformidade com essa forma de organização social cuja finalidade última é a valorização do capital através do controle sobre o trabalho, único a produzir valor.

Conforme Gramsci:

“Somos conformistas de algum conformismo, homens-coletivos, partícipes de um conformismo social. Essa condição nos remete à tarefa educativa e formativa do Estado, cujo fim é sempre criar novos tipos de civilização e adequar a ‘civilização’ e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade”<sup>55</sup>.

Essa função educativa que tende a universalizar as relações sociais dominantes de uma determinada época nos remete ao conceito de princípio educativo:

“Proposta pedagógica determinada pelas bases materiais de produção em cada etapa de desenvolvimento das forças produtivas, para formar os intelectuais necessários ao desenvolvimento das funções essenciais decorrentes das formas históricas de divisão social e técnica do trabalho”<sup>56</sup>.

A tarefa se dá a partir dos aparelhos de hegemonia diretamente ligados à estrutura do Estado ou, conforme já dissemos, através de aparelhos privados. A escola pública, como parte do aparelho do Estado, cumpre o papel diretamente ligado à forma ideológica que esse Estado assume. Materializa-se e expressa no constante ajustamento dos instrumentos de realização do trabalho e do ordenamento legal através das reformas educacionais.

No entanto, a escola guarda especificidades nas relações de trabalho que se faz necessário explicitar. O trabalho docente sob o regime capitalista assume a forma de trabalho assalariado, posto que esse é característico da produção capitalista. Na rede privada o trabalho docente é explorado para a valorização do capital do proprietário da instituição que o contratou. O trabalho docente no setor público não se vincula diretamente ao processo de produção, mas sob a universalização desse modo de produção está submetido às mesmas leis de exploração e expropriação e de controle sobre seu processo de trabalho.

Do ponto de vista da exploração da força de trabalho, os mecanismos de controle e de racionalização se estabelecem com o intuito de constituir o excedente que, através do fundo

---

<sup>55</sup> GRAMSCI, Antonio: Cadernos do Cárcere, V1: 94; V3: 23; edição de Carlos Nelson Coutinho, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2004.

<sup>56</sup> KUENZER.A.Z. In:FRIGOTTO (2002)

público, é redirecionado para os setores considerados estratégicos para o atual estágio de acumulação, na forma como OLIVEIRA (1998) explicita e que se torna evidente através dos Planos de governo de Minas Gerais, por exemplo.

Tendo como referência o processo de produção capitalista e o conceito de sociabilidade sabemos que o trabalho docente é condicionado pela forma organizacional característica desse modo de produção. Através dos mecanismos de disciplinamento expresso nas reformas administrativas que comportam as relações de trabalho docente, podemos avaliar o grau de controle e disciplinamento desejados pelo Estado sobre a realização desse trabalho.

O trabalhador aqui não detém o controle direto sobre os meios concretos do seu trabalho: espaço físico, ferramentas pedagógicas materiais (desde folhas de papel ofício e máquinas de reprodução até o quadro de giz etc) e nem detém o controle sobre a organização do processo de trabalho: seleção de conteúdos, organização de currículos, programas, horários, calendários letivos etc. Assim sendo, podemos considerar que o trabalho docente mantém as características iminentes do processo de trabalho capitalista: a divisão entre o controle hierárquico, a fragmentação e a desqualificação.

Contudo, alguns elementos nos levam a relativizar o controle que o sistema de acumulação detém sobre o processo de trabalho docente pela natureza do trabalho educativo. O resultado do trabalho docente sob o processo de produção capitalista é o aluno, que para o capitalismo não é mais do que ‘insumo’, do que força de trabalho ou capacidade de trabalho ainda não realizada e que lhe interessa baratear o custo (a racionalização do trabalho assume então as características de controle do processo de produção e da qualidade do produto). Com essa concepção o capital atua, tentando modelar o resultado do trabalho, o aluno-trabalhador, mas o Estado não controla todas as mediações presentes no processo de formação desse aluno, embora tente, através dos veículos de comunicação de massa, projetos educacionais desenvolvidos fora do ambiente escolar e em parcerias, por exemplo. Também atua no processo de trabalho tentando realizar o controle hierárquico (através das normas, portarias etc), a fragmentação e desqualificação (separação dos conteúdos e a organização escolar, por exemplo). No que diz respeito à divisão entre o trabalho intelectual e manual, tende a utilizar os mecanismos de controle através da formação continuada e da desqualificação da formação docente, posto que na concepção de conhecimento sob o capitalismo a produção do mesmo se dá a partir da matriz positivista e, portanto mensurável, controlável posto que calcado num viés filosófico restritivo cuja expressão pedagógica se apresenta:

“Ora centrada nos conteúdos, ora nas atividades, sem dar conta de integrar o conteúdo e o método, sem propiciar o domínio intelectual das práticas sociais e produtivas”<sup>57</sup>.

Mesmo com a passagem do padrão de acumulação rígida (fordista) para a acumulação flexível (toyotista) não há mudança na concepção filosófica que informa o processo educativo, pois o processo de produção da existência continua sendo o processo capitalista cujo princípio é a valorização do capital.<sup>58</sup> Nessa concepção os conteúdos formam uma ‘cesta’ de dados e informações coletadas e reproduzidas de forma descritiva pelo trabalhador em educação.

Contudo, o elemento de ligação entre os fatos e os conteúdos que o aluno precisa adquirir e que o professor deve ensinar, a mediação que o trabalho pedagógico deve fazer não pode ser controlada no momento mesmo de sua realização e carrega consigo a visão de mundo, a concepção filosófica, a conexão dos elementos do conhecimento que o docente é capaz de realizar. Essa forma de trabalho é a mais difícil de capturar. Assim mesmo o trabalho docente pode e deve, dentro da lógica do capital, ser desqualificado<sup>59</sup>. A desqualificação do processo de trabalho na educação se materializa através da deterioração dos meios, pelo controle dos processos, pela intensificação da exploração do trabalho e pela restrição na formação/qualificação do profissional.

O processo de desqualificação ocorre tanto para favorecer a maior apropriação do excedente de trabalho como para permitir o uso do conhecimento na formação do futuro trabalhador na estrita necessidade da produção capitalista. Disso decorre o aumento progressivo da jornada de trabalho e o rebaixamento das condições de vida, bem como o discurso da inaptidão do profissional que se encontra ‘desatualizado’ frente às novas demandas do mundo moderno, em especial de sua ignorância no uso das novas tecnologias e a ‘fetichização’ das mesmas. Sendo necessária sua ‘formação continuada’ não através de instituições tradicionais e ainda autônomas como as universidades públicas, mas na forma de

---

<sup>57</sup> KUENZER, A.Z.(2002:83)

<sup>58</sup> Acumulação rígida ou fordista datado como período de organização e expansão entre o pós-primeira guerra mundial e o pós-segunda guerra respectivamente. Constituído por grandes unidades fabris, grande número de trabalhadores, estrutura verticalizada, tecnologia estável, produtos pouco diversificados; Acumulação flexível a partir da crise dos anos setenta e em processo constante de reorganização mas marcado pela flexibilidade dos processos de trabalho e dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo, a organização da produção através de células de produção e pela redução dos postos de trabalho direto na linha de produção. HARVEY (2004), ANTUNES (1995), KUENZER (2002).

<sup>59</sup> A desqualificação como forma de aprofundar o controle sobre o processo de trabalho na perspectiva da subsunção real, e que guarda relação direta com a reestruturação produtiva e o avanço da microeletrônica. Conforme discussão do texto e a ampla bibliografia já citada.

cursos de capacitação oferecidos pelo empregador, no caso, o Estado de Minas Gerais<sup>60</sup>. No que diz respeito à exploração e controle hierárquico do trabalho as reformas administrativas expressas nos planos de cargos e salários, bem como as reformas pedagógicas completam o aviltamento das condições de trabalho do professor e tendem assim a tentativa de exaurir a possibilidade de realização do trabalho criativo, mas não podem controlar a visão de mundo que o processo pedagógico pode ensinar<sup>61</sup>.

No processo mais amplo da produção capitalista a relação entre o capital e o trabalho não se dá de forma linear, estática, assumindo um caráter dinâmico e constantemente reelaborada e reproduzida sob novas condições, como resultado da luta de classes na arena mesma de sua realização, o processo de produção, e a busca incessante do capital pelo seu controle, da forma mais independente possível do trabalhador. Também no processo de trabalho educativo a realização mesma do processo de trabalho é o terreno fecundo no qual a luta de classes se dá e onde os trabalhadores podem adquirir a consciência de sua condição nas relações sociais de produção e vivenciar as contradições desse processo, explicitando-as e tentando resolvê-las até o fim, conforme diria Marx<sup>62</sup>.

Várias são as mediações nesse processo de experiências do processo educativo e ocorrem tendendo ora a experiências emancipatórias ora conformativas, dependendo das alianças que o setor de classe estabelece, dos intelectuais que contribuem para seu processo formativo, dos vários profissionais que atuam na escola e suas diferentes experiências formativas tanto intelectuais quanto de vida, do nível de desenvolvimento ‘moral’ e ‘espiritual’ do grupamento social mais amplo no qual estão inseridos, bem como os que por eles são atendidos, da configuração que as frações de classe que assumem o controle do Estado apresentam. Esses elementos entram em relação e em contradição tanto com a forma que a realização do trabalho assume como entre si e, dialeticamente, constroem o rearranjo que configura, novamente, a maneira pela qual o processo educativo continua a se realizar.

Para os limites dessa pesquisa, as contradições e as mediações que nos interessam são especificamente aquelas vivenciadas a partir da configuração assumida pelo Estado de Minas

---

<sup>60</sup> A formação continuada pensada aqui tanto na perspectiva de uma forma de acumulação rígida quanto na flexível posto que as necessidades de controle da formação e da capacitação continuam vinculadas ao processo de acumulação.

<sup>61</sup> Portanto o movimento de desqualificação dos métodos de análise baseados no Materialismo histórico e dialético bem como das formas pedagógicas críticas e emancipatórias tendem a ser implacáveis, bem como a sobrecarga de trabalho e o corte de financiamento das pesquisas docentes, que o utilizam como estruturante. Inclusa a Reforma Universitária também nesse processo de mão dupla de rebaixamento para extração de excedente e para a conformação social, bem como pela transferência de recursos para o capital privado do ensino superior.

<sup>62</sup> MARX, K (2005) e BRIGTHON, Labour Process Group (1991).

Gerais tendo como pressuposto sua natureza de classe e sua existência para favorecer o processo de valorização do capital. E o principal foco de nossa atenção: as formas como os trabalhadores se organizam na relação com esse Estado, no caso específico dos trabalhadores da rede estadual de Minas Gerais através do sindicato. Disso decorre a importância da concepção política que informa suas lideranças, pois dela decorre a concepção de organização sindical e sua função. Da mesma forma o tratamento dado às questões de análise conjuntural como a política internacional, nacional e estadual. Igualmente importa a concepção de educação que veicula e que toma como elemento de discussão do processo de trabalho daqueles que representa. A concepção filosófica que informa a organização demonstra a visão que terão sobre o trabalho (se parcelar ou se coletivo), se as bandeiras de luta, as formas de encaminhar as experiências de enfrentamento na realização do trabalho concorrem para uma concepção de trabalho coerente com a emancipação ou com a conformação ao processo já existente. Demonstram a forma como essa organização se relaciona com o comprador da força de trabalho e a própria visão que a organização tem de si e sua função: intermediador das relações de compra e venda da força de trabalho, negociador de melhores condições de realização do processo de trabalho ou organizador dos trabalhadores como força social e na luta pela manutenção do controle sobre o processo de trabalho e por sua emancipação.

### **3.3- A educação e a mudança no processo de acumulação**

A longa história da luta da classe trabalhadora pelo acesso a educação demonstra por um lado a consciência que o trabalhador tem da importância do conhecimento para o processo de produção capitalista, embora muitas vezes não seja capaz de compreender os mecanismos de expropriação do conhecimento inerente ao controle que o capital estabelece sobre o processo de produção.

Do ponto de vista do capital o interesse na formação do trabalhador no processo educativo nos remete aos conceitos de sociabilidade e de princípio educativo que nos ajudam a compreender a função da escola sob essa formação econômico social. Gramsci ao analisar o americanismo e o fordismo demonstrou a necessidade de elaborar nova forma de educar posto que os novos métodos de trabalho “envolviam crescente automação e a diminuição de energias intelectuais e criativas no desempenho das funções” (KUENZER, op cit, 79). Conforme KUENZER, “se o fundamento do novo tipo de trabalho (com a ampliação do processo de acumulação sob a maquinofatura e seu aprofundamento sob o fordismo) e a fragmentação tanto nas relações sociais e produtivas como na escola”.(Idem).

No período compreendido como do Estado de Bem Estar Social e que corresponde ao período de expansão do fordismo, segundo OLIVEIRA houve a:

“Sistematização de uma esfera pública onde, a partir de regras universais e pactuadas, o fundo público, em suas diversas formas passou a ser o pressuposto do financiamento da acumulação de capital, de um lado, e, de outro, do financiamento da reprodução da força de trabalho, atingindo globalmente toda a população por meio dos gastos sociais”. (1998:20).

Em um momento de expansão, da bolha de crescimento da economia capitalista, que caracteriza o período, a demanda da classe trabalhadora por educação e a necessidade de sustentar o processo de expansão em sua forma então assumida tenderam a universalizar o acesso à educação e em especial a educação pública, encarregando-se o Estado de formar esse ‘novo homem’, esse ‘novo trabalhador’, inserindo essa formação na órbita daqueles direitos considerados universais dentro de uma concepção humanista.

A escola como local de produção diferenciado, no qual convive a realização de uma forma de trabalho que ‘produz’ trabalhadores tanto na perspectiva do seu uso na produção como de sua conformação social, deve igualmente ser reorganizada.

Assim sendo ao modelo de acumulação flexível que restringe postos de trabalho no setor industrial e a sua crescente ‘microeletronização’ exigem número cada vez menor de trabalhadores especializados e com alto grau de formação. A ampliação do setor de serviços conforme se processa após a introdução de novo padrão de produção industrial (de nova racionalização e nova maquinaria) também exige nova formação da mão-de-obra reorientada para esse setor. Por fim o processo de acumulação flexível ao aprofundar de maneira avassaladora o processo de destruição dos postos de trabalho regular e por se sustentar mesmo pela sua completa flexibilização e precarização tende a exigir uma escola capaz de educar para esses processos, ou seja, para a exclusão<sup>63</sup>. Assim a escola tende a mudar o eixo de sua concepção de formação esvaziando o conjunto de conhecimentos científicos oferecidos e tendendo a sua reorganização, acentuando as tarefas educativas mais amplas, a formação para a sociabilidade, que atenda as novas exigências do padrão de acumulação. A expressão mais evidente desse processo se encontra na elaboração dos planos de educação como o PNE e os Planos Decenais, os PCNS e nas reformas curriculares<sup>64</sup>.

A crise do regime de acumulação exigiu igualmente maior aporte dos recursos administrados pelo Estado para os setores ligados ao capital, nesse sentido a retirada dos recursos dos gastos sociais é uma contradição que se coloca frente ao discurso da qualidade em educação sistematicamente realizado pelo Estado e que deve ser explorada.

---

<sup>63</sup> GENTILI, P. e KUENZER, A. Z. In: LOMBARDI et al. (2002).

<sup>64</sup> PNE: Plano Nacional de Educação, PCNS: Propostas Curriculares Nacionais.

A justificativa ideológica da crise do Estado e da ausência de recursos são complementadas também pelo discurso da educação como serviço.

A educação vista dessa forma permite o avanço da privatização e encontra na população que ainda dispõe de recursos os clientes preferenciais que pagam pela formação de seus filhos, como forma de tentar garantir melhores postos de trabalho e acesso à universidade e contribuindo assim para a ampliação da acumulação e para o avanço da ideologia capitalista (individualismo, competitividade). A educação pública na lógica mercadológica tende a ficar restrita a um conjunto de “clientes” específicos: os que não podem pagar. Sua função de socializar para a exclusão<sup>65</sup> se aprofunda.

A forma dependente assumida pelo capitalismo no Brasil e seu aprofundamento a partir da reorganização da divisão internacional do trabalho e da riqueza sob a forma da globalização<sup>66</sup> aprofunda o processo de educar amplos setores da população para o desemprego ou o emprego precarizado, aprofundando a dualidade estrutural da escola, a partir da qual se definem tipos distintos de escola tanto maior quanto maior for a fragmentação do processo de trabalho e sua complexificação, segundo origem de classe e o papel a elas destinado na divisão social e técnica do trabalho. O destino da formação dessa mão de obra desqualificada, porém ‘conformada’ como novo tipo de homem para novo arranjo na produção sela igualmente o destino da mão de obra que a forma: o professor, em especial o professor da rede pública.

Essa função nos remete novamente, ao conceito de princípio educativo e a sociabilidade sob o capitalismo. A escola pública em particular cumpre a função de disseminar a ideologia hegemônica defendida pelo Estado, assim como a forma como essa ideologia é difundida e é por ele administrada favorecendo a expropriação dos trabalhadores.

A escola configura-se, assim pois, como outros espaços de realização de processos de trabalho em nossa sociedade, um importante espaço constitutivo tanto para a alienação como para a transformação. Contudo, guarda uma especificidade: é espaço de trabalho, mas de um trabalho que consiste em formar novos trabalhadores e com a extrema dificuldade, dada sua especificidade de realização, para o capital controlar a mediação do processo educativo, sendo esse o próprio processo de produção do trabalho docente. Um espaço a ser disputado como estratégico na luta de classes, luta esta que materializar-se-à como nos aponta SAVIANI “no

---

<sup>65</sup> Exclusão aqui empregada em acordo com Kuenzer em LOMBARDI et al (2002). Exclusão includente: estratégias para excluir o trabalhador do mercado formal e sua inclusão no mundo do trabalho em condições precárias; Tem por correspondente a inclusão excludente: as várias modalidades de educação escolar que longe de objetivar instituir padrões de qualidade reedita a formação funcional aprofundando a dualidade estrutural da educação brasileira. P 92 e 93.

<sup>66</sup> Associadas a forma de produção flexível e a organização do Estado a partir do neoliberalismo.

campo pedagógico para fazer prevalecer os interesses até agora não dominantes. E esta luta não parte do consenso e sim do dissenso”. (1986:79).

O grau de consciência e organização atingido pelos profissionais da educação pode contribuir para que as experiências vividas pelos segmentos da classe trabalhadora em torno da experiência educativa na escola pública adquiram a organicidade necessária para alavancar um processo mais amplo de tomada de consciência do papel das reformas empreendidas pelo Estado, contribuindo para a compreensão das relações sociais de produção na sociedade capitalista.

Assim sendo, sindicatos de trabalhadores em educação são duplamente estratégicos tanto para a classe trabalhadora como para os interesses da classe representada pelo Estado, especialmente quando em um momento de mudança no padrão de acumulação, faz-se necessário educar os trabalhadores para uma nova forma de vivenciar a sociabilidade sob o regime do capital.

**PARTE II - A ARENA DE EMBATES ENTRE ESTADO & UTE: da transição  
democrática aos anos 1980**

## **1 - O ESTADO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS EM MINAS GERAIS**



## 1.1 - A caracterização do Estado em Minas Gerais

A abertura democrática em Minas a partir de década de 80 refletiu, assim como para o país, uma derrota histórica dos movimentos sociais. Estava em curso, orquestrada pela burguesia no Brasil, a reorganização do Estado liberal que, de maneira alguma refletia os interesses dos trabalhadores. A frente estabelecida pela abertura e a percepção da ditadura como “apenas” militar, ocultando o caráter de classe do golpe impediu que o conjunto dos trabalhadores identificasse seu caráter classista.

Igualmente havia uma tarefa para os setores organizados da classe trabalhadora: reconstruir os organismos de representação de classe na sociedade civil ceifados pelos anos de chumbo. É importante que se aprofundem as pesquisas sobre o surgimento e a mudança das lideranças e intelectuais da classe trabalhadora ou que com ela se identificavam, para o campo do social liberalismo e de uma modalidade de sindicalismo chamada propositivo<sup>1</sup>. Essa mudança foi importante para o avanço do neoliberalismo nos anos 90 como expressão ideológica mais próxima do liberalismo criando um quadro extremamente desfavorável às organizações e às lutas dos trabalhadores pela ampliação de seus direitos. As tarefas imediatas e o ascenso de demandas sociais criaram a ilusão de que estava em andamento a construção de uma sociedade democrática que, mesmo nos marcos da sociedade burguesa, ampliavam a esfera pública. Essa ilusão, associada às formas de organização “propositiva”, contribuiu para criar as experiências concretas através das quais pouco a pouco a reafirmação da hegemonia burguesa se deu. Foi essa construção que sinalizou a derrota dos movimentos populares e lançou os desafios a patamares mais complexos na arena política atual.

A elite dominante em Minas não foi afetada, no que diz respeito ao controle do Estado, pela onda democrática. A elite seguiu a passos ‘tranqüilos’ a travessia das duas últimas décadas. Suas características fundamentais não se alteraram: continuam firmemente apegadas as propriedades da terra, estabeleceram o desenvolvimento industrial em associação ao capital estrangeiro e são parceiros da nova onda de investimentos externos na fase aguda de financeirização que caracteriza o capital monopolista hoje. Isso traz desdobramentos para as relações econômicas, efeitos que percorrem de cima a baixo a estrutura e a superestrutura.

---

<sup>1</sup> Sindicalismo propositivo: modalidade de negociação que começou a ser utilizada pela CUT a partir de sua IV Plenária Nacional e que consiste em privilegiar a negociação institucionalizada em detrimento das ações de massa. É considerada a modalidade sindical mais próxima ideologicamente do neoliberalismo. Para visão mais ampla, incluindo as outras centrais sindicais ver: BOITO JR, Armando: Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil, SP, Xamã, 1999.

No que diz respeito ao desenvolvimento econômico, o estado de Minas se mantém apoiado nas seguintes áreas: o agronegócio, a siderurgia, o negócio de gemas (incluída a lapidação), os serviços (com destaque atualmente para o investimento em turismo e em educação), as montadoras de automóveis e as fábricas que gravitam em torno delas.

O parceiro de investimentos do Estado é o Banco Interamericano de Desenvolvimento, cujos repasses exige como contrapartida às alterações na forma de organização do Estado e da administração dos fundos públicos. O exemplo recente foi a aplicação do “choque de gestão”<sup>2</sup> que retirou das várias áreas sociais recursos da ordem de 2,4 bilhões de reais (o valor do suposto enxugamento das contas do Estado).

As demandas do capital exigem mão de obra farta, barata, com baixo nível de qualificação para a realização de tarefas pouco complexas. Dadas às atividades econômicas desenvolvidas no estado de Minas, fica caracterizada uma opção de organização da produção por um modelo complementar, periférico. Isso rebaixa ainda mais a exigência de qualificação e diminui a função da escola e seus profissionais.

Itamar Franco orquestrou a eleição de FHC contra Lula e foi o responsável pela costura política até então não vislumbrada: apoiou Lula para as eleições nacionais e Aécio para as estaduais em 2002. Aécio Neves ganhou projeção nacional (até pelo desgastes dos tucanos paulistas pela era FHC) e desde os primeiros momentos do governo Lula se apresentou como seu aliado. A contra partida foi garantida: o apoio ao governador e seu projeto de governo.

Essa garantia também não foi difícil. O PT integrado a ordem passa por um “transformismo”<sup>3</sup>. O governo petista e o amplo leque de alianças que estabeleceu optou pela

---

<sup>2</sup> Choque de gestão: nome dado a um conjunto de medidas tomadas em maio de 2003 pelo governador Aécio Neves. As medidas abrangeram aumento da arrecadação em impostos diretos como o IPVA, redução de gastos nas áreas sociais (materiais hospitalares, escolares etc). A não concessão de aposentadorias, em especial aos servidores temporários, vinculação de aumento de salários a arrecadação do ICMS, reforma geral do Estado seguindo a política de ‘estado mínimo’. Com essas medidas o governo do estado obteve a reabertura do financiamento externo para os projetos dos empresários mineiros. Da mesma forma o governo alardeou a “conquista” do déficit zero que significa só gastar aquilo que arrecadar. Isso demonstrou aos investidores estrangeiros a capacidade de endividamento do estado, ampliando os empréstimos para Minas. Fonte: Diário Oficial de Minas Gerais de 15/05/2003; acesso também pelo site do governo de Minas Gerais. O Banco Mundial mantém investimentos em Minas desde 1952. Como “prêmio” ao governo de Minas e em demonstração de apoio, logo após a notícia do déficit zero o Banco Mundial liberou um empréstimo de US\$170 milhões anunciado pelo diretor do Banco Mundial para o Brasil Vinod Thomas; pelo choque de gestão o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Enrique Iglesias, anunciou a liberação de uma parcela de US\$ 104 milhões e a inclusão de Minas no Prodetur NE II (Programa de desenvolvimento do Turismo no nordeste que inclui o Vale do Jequitinhonha). Fonte: [www.agenciaminas.mg.gov.br](http://www.agenciaminas.mg.gov.br) ou [www.mg.gov.br](http://www.mg.gov.br) ou [www.iof.mg.gov.br](http://www.iof.mg.gov.br)

<sup>3</sup> Transformismo no sentido Gramsciano, como forma de revolução passiva, como cooptação pelo bloco no poder de membros de oposição. Pode ocorrer “molecularmente” quando personalidades políticas elaboradas pelos partidos democráticos de oposição se incorporam individualmente à “classe política” conservadora ou quando grupos inteiros migram para esse campo. GRAMSCI, A (Cadernos do Cárcere, V 3, p 201; V 5 p 63, p 93, p 286, p 287).

posição de gerente dos interesses capitalistas na América Latina. Portanto, não há divergência de conteúdo nos projetos desses governos e seus principais partidos.

O partido que “sela” a união até então improvável é o PL, que conseguiu garantir os cargos de vice-governador do estado de Minas com Clésio Andrade e de vice-presidente com José de Alencar, ambos de Minas Gerais. Esse partido abriga um expressivo conjunto do empresariado nacional ligados a áreas “menos nobres” do processo de acumulação hoje: José de Alencar é empresário do ramo têxtil, proprietário da Coteminas. Já Clésio Andrade tem mais ramificações em seus negócios: originariamente ligado aos pecuaristas ampliou os negócios da família e atua no setor de transportes, no ensino privado e até na área de marketing, como sócio de Marcos Valério, sociedade desfeita às vésperas da eleição no estado<sup>4</sup>.

A possibilidade de obter recursos para investimentos e a ampliação dos negócios pelas concessões realizadas pelo governo do Estado, além dos ganhos advindos dos setores nos quais o governo está investindo mantém o espírito de corpo do empresariado mineiro que vê seus interesses ligados aos interesses dos setores que mantém diretamente o projeto, articulando os interesses regionais aos do empresariado nacional e aos representantes do empresariado transnacional (através do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Banco Mundial).

Minas é um estado de pequenos municípios e amplas áreas rurais. Espelho do país.

A condição de pequenos municípios e amplas áreas rurais estreita as possibilidades de desenvolvimento cultural para uma nova sociabilidade, nos moldes observados como necessários por Gramsci, para o desenvolvimento de intelectuais de novo tipo. Nesses municípios convivem as relações modernas, capitalistas com os mais arcaicos sistemas de produção e trabalho (meeiros, bóias-frias, escravos). A renda dos servidores públicos e aposentados desempenha importante papel na economia local. O agravamento das condições de renda provocado pelo impacto das políticas neoliberais para o setor público contribui para aumentar as dificuldades de inúmeros municípios.

Para as elites locais há a possibilidade de participação nos investimentos estrangeiros, através da avaliação de capacidade de endividamento e, evidentemente, “modernizando” a

---

<sup>4</sup> Marcos Valério: É proprietário de duas agências de comunicação, a DNA e a SMPeB, seu nome surgiu a partir das declarações do Deputado Roberto Jefferson sobre o escândalo do ‘Mensalão’ (compra de votos e tráfico de influência envolvendo vários órgãos e empresas do governo) em atuação conjunta com o tesoureiro do PT, Delúbio Soares. Mas o empresário também se apresentava como financiador de campanhas arrecadando dinheiro entre outros empresários e financiando candidatos tanto do PT como do PSDB. Suas ramificações em Minas Gerais o aproximam tanto de Eduardo Azeredo (ex-governador e atual senador pelo PSDB) quanto de Aécio Neves (atual governador de Minas Gerais).

gestão do “público”. O governo do estado incentiva essa possibilidade, com investimentos próprios em rodovias, a exemplo da Estrada Real (projeto turístico) e através de Parcerias Público Privadas, ainda em discussão no estado.

A contenção da degradação social é realizada pelas políticas compensatórias que permitem a sobrevivência do exército de reserva no estado. Um dos programas chama-se Minas sem Fome: programa de combate à miséria rural (esse último destina recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, a título de doação, ao Vale do Jequitinhonha, norte de Minas).

Nas grandes cidades o desenvolvimento urbano industrial possibilitou a criação de um pensamento crítico e de lideranças de vários matizes ideológicos: comunistas, socialistas, militantes de movimentos católicos, liberais considerados progressistas. Acompanharam o processo de ascensão dos movimentos de massa nos anos setenta e oitenta e já possuíam, pelo menos em cidades como a capital mineira, a região metropolitana de Belo Horizonte, região siderúrgica de Ipatinga e Juiz de Fora longa tradição. A participação no período da reabertura democrática lançou esses trabalhadores na construção da CUT, da CNTE, do PT.<sup>5</sup>

## 1.2 - Os movimentos sociais e sindical em Belo Horizonte

A trajetória de luta dos trabalhadores na cidade é a busca pela superação dessa segregação e por melhores condições de vida<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> CUT - Central Única dos Trabalhadores, fundada 1983 por sindicalistas historicamente identificados com o novo sindicalismo. CNTE –Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, criada em 1990 a partir da Confederação dos Professores do Brasil (CPB), fruto da unificação de várias federações é composta por 29 entidades e aproximadamente 700mil filiados. A principal força política na CNTE é a articulação sindical seguida da Corrente Sindical Classista do PCdoB. PT-Partido dos Trabalhadores: Fundado em 1980 em São Paulo. Fruto da ascensão dos movimentos de massa em especial das greves do ABCD de 1979 e do “Novo Sindicalismo” Se colocava como centro aglutinador das esquerdas e dos intelectuais comprometidos com o processo de democratização do país e das lutas dos trabalhadores.

<sup>6</sup> Distinguindo movimento social como aquele que se constitui a partir das demandas cotidianas dos trabalhadores, que não estão diretamente relacionadas a esfera do trabalho, mas que constituem a luta por melhores condições de subsistência seja pela resolução de necessidades materiais como habitação, transporte, saneamento básico, acesso a tratamento de saúde, escolas públicas ou por benefícios de natureza cultural mais ampla, que nos remetem as necessidades ‘morais’, ‘espirituais’, ‘identitárias’. Nesse sentido incluem-se os movimentos emancipatórios das chamadas minorias, os centros de cultura etc. (Conforme depreendo a partir de SADER. 1988).

Já os sindicatos têm a função precípua de organizar os trabalhadores de determinada categoria profissional. É a organização e a luta pela melhoria das condições da existência na relação de exploração do trabalho vivenciada coletiva e diretamente por todos que em torno dele se agrupam. Tem, portanto, um papel econômico imediato. Ver, para aprofundamento do conceito: ALVES (2003), MARX (1980). Le Ven e Neves (apud DULCI e NEVES).

As entidades de organização sindical seguiram o desenvolvimento similar ao de outros centros urbanos do país. Sendo nos primeiros anos do século vinte predominante a influência anarquista. A partir dos anos vinte os socialistas e os comunistas começam a atuar nesses movimentos. A partir dos anos 1930 a atuação católica se faz presente. Com o Estado novo o modelo corporativo se estabelece.

A partir dos anos cinquenta o processo de industrialização, em especial com a extração de ferro no entorno de Belo Horizonte e a criação da cidade industrial Juventino Dias se intensifica. O período é marcado por intensa mobilização social que se estende até o início dos anos sessenta. Tanto por categorias tradicionais como a dos têxteis e os bancários como por categorias que realizavam suas primeiras manifestações como a dos jornalistas.

O advento do Golpe empresarial-militar de 1964 interrompe esse processo ascendente de mobilizações que colocavam nas ruas as bandeiras pelas reformas de base. Contudo o movimento dos trabalhadores ainda assim realizou uma grande greve em 1968 em Belo Horizonte e em Contagem. A greve de Contagem juntamente com a que aconteceu no mesmo período em Osasco encerra uma fase das mobilizações nesses primeiros anos da ditadura e anunciam o fechamento do regime. O período posterior, 1969 a 1979, é marcado pelo ingresso das multinacionais e novo processo adaptativo nas relações sociais e de trabalho são impostas aos trabalhadores.

À medida que o modelo econômico da ditadura convencionalmente chamado de “milagre econômico” se esgotava dada a sua base na mais absoluta verticalização e concentração da renda, colocava-se novamente o embate irrefreável, naquele momento, entre as demandas dos trabalhadores e o controle político por parte do regime. Os movimentos reivindicativos colocavam expostos os limites daquele modelo.

Durante o processo de abertura a ascensão das lutas sociais acontece em todo o país assim como em Minas Gerais, especialmente em Belo Horizonte. O movimento negro, movimento pelos direitos civis e políticos das mulheres, movimento pela moradia e por transportes começam a se organizar a partir de 1974 de forma expressiva na capital mineira, segundo SOUZA [apud DULCI e NEVES: 1996]. LE VEN e NEVES (Idem) demarcam o período de 1979 a 1990 como de retomada das mobilizações e de participação política na vida da cidade por parte dos movimentos organizados. Dessa vez o espaço público é ocupado na arena política, principalmente, pelos professores, mas o período é rico em organização e crescimento de vários movimentos sociais. Souza acrescenta que nesse momento as lideranças dos movimentos passaram a participar de partidos políticos de esquerda. Esse ingresso nos

partidos e a relação que esses vários movimentos estabelecem com eles se apresentam como rico material a ser pesquisado.

A década de oitenta é marcada pela criação de inúmeras associações em especial àquelas que lutavam por moradia, mas também por transporte, sendo criadas inclusive entidades que agrupavam várias associações afins, como a União das Associações de Venda Nova e a União de Trabalhadores da Periferia<sup>7</sup>.

Em meio a essa ascensão dos movimentos populares e a intensa proximidade entre as várias demandas do mundo do trabalho organizado e dos trabalhadores em geral o PT cresceu como força política em Belo Horizonte. Segundo DULCI (1996), o partido dos trabalhadores ganha força a partir de 1988, abarcando, segundo ele, o voto oposicionista. Conforme podemos inferir, isso ocorre pelo desgaste sofrido pelo PMDB no âmbito nacional em apoiar o colégio eleitoral e pelo que isso representou concretamente nas políticas implementadas no estado de Minas Gerais, que apontavam para a reafirmação do modelo vigente, de aprofundamento da recessão e da concentração de renda, no que diz respeito às necessidades dos trabalhadores.

---

<sup>7</sup> Ambas entidades referente às associações comunitárias e que agregavam entidades de favelas e associações comunitárias de Venda Nova (região de Belo Horizonte). EM: DULCI e NEVES (org) (1996:90).

## **2 – A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA**



## 2.1 - Os movimentos sociais na abertura

Ainda em meio ao período mais agudo da ditadura empresarial militar (1970 a 1977), e tendo como contexto econômico o esgotamento do milagre brasileiro, os movimentos sociais começam a se reorganizar<sup>8</sup>.

Como nos informa SADER (1998) de forma fragmentada inicialmente, em função das condições objetivas nas quais emergem. Essa reorganização é fruto do trabalho do movimento ligado a Teologia da Libertação e a partir das comunidades eclesiais de base, da reorganização, ainda que clandestina dos grupos de esquerda, como o MR-8, a AP, o MEP, POC<sup>9</sup> entre outros. Esses movimentos organizados influenciam os movimentos sociais nascentes, bem como as oposições sindicais, os grupos de educação de base e as pastorais.

As organizações populares se reconstituem e vão ganhando autonomia; proliferam os clubes de mães, onde as mulheres iam buscar o convívio social, o apoio comunitário, a saída da rotina difícil de trabalho e o aprendizado dos cursos oferecidos. O convívio e o desabafo sobre os problemas comuns levaram a organização coletiva por melhorias em seus bairros. Concomitantemente surgiu o movimento do custo de vida que, segundo Sader, se unifica com o clube de mães e se politizam nas atividades de base. O movimento de mães em defesa das condições de vida de suas famílias extrapola a localidade e ganha espaço nacional.

As formas de organização internas baseadas na democracia direta e na autogestão ampliaram as possibilidades de atuação e o autor destaca a multiplicação de atividades como a “educação popular”. Da mesma forma as organizações voltadas para o movimento pela saúde surgem. A tarefa organizativa é aprendida, segundo Sader, com militantes católicos e médicos e enfermeiros sanitaristas identificados como de esquerda que instrumentalizaram politicamente as comunidades por eles atendidas.

---

<sup>8</sup> A breve caracterização que compõe esse quadro é baseada nos textos de SADER (1998), TUMOLO (2002), MATTOS (2003), BOITO (1999) e GARCIA (2000). Para o sindicalismo no setor público utilizei MASCARENHAS (2000), o movimento dos professores é brevemente caracterizado a partir de CAVALHEIRO (1989) RIDENTI (1995), SALOMÃO (2003), MIRANDA (2005). Para os movimentos sociais, sindicais e política em Belo Horizonte utilizei a coletânea organizada por DULCI e NEVES (1996).

<sup>9</sup> MR-8: Movimento Revolucionário Oito de Outubro; assim denominado em memória da morte de Che Guevara nessa data. Consolidam-se nos anos 70. Era em sua origem uma dissidência do PCB. Notabilizou-se por ações armadas, em especial o seqüestro do embaixador americano depois trocado por presos políticos. AP - Ação Popular, nasceu católica. Em meados da década de 60 adota o marxismo de Mao Tsé-Tung. Aproximou-se do PCdoB. Na década de 70 passou a ser conhecida como AP socialista. POC - Partido Operário Comunista, atuou no movimento estudantil e na luta armada. Dissidência da Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (Polop). MEP: Fração Bolchevique da nova Polop, surgida após dissidências e reagrupamentos. fonte: [www.resgatehistorico.com.br](http://www.resgatehistorico.com.br), e ainda: “Dos Filhos desse Solo”, Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, Ed Boitempo.

O autor relata a dificuldade e as divergências surgidas no seio do movimento quando em 1978 algumas lideranças do movimento resolveram lançar candidaturas às eleições no legislativo. Essa atitude foi vista com estranhamento e desconfiança, além do temor da divisão entre os grupos, conforme depoimentos coletados pelo autor.

### **O Movimento sindical**

No mesmo período, grupos de trabalhadores organizados em sindicatos iniciam um movimento de oposição às lideranças burocratizadas e vinculadas ao regime militar. Segundo Sader (1998) essa oposição nasceu em 67- 68, mas as condições para ampliar o movimento só surgem em 1979. Durante a década que se estendeu entre um e outro momento a perseguição, a repressão, a tortura, o desemprego criou muitos obstáculos à organização. Igualmente as eleições por dentro da estrutura corrompida levava a derrotas subseqüentes devido, inclusive, à fraudes. Contudo, as primeiras experiências diretivas das oposições ocorrem na greve de 1979 e o saldo organizativo para as mesmas foi importante. Nesse período o movimento grevista cresceu. Segundo Sader (1998) foram mais de 100 greves só nos primeiros cinquenta dias do governo Figueiredo.

Segundo Mattos (2003), as greves não estouraram com data marcada e nem foram convocadas pelos sindicatos, mas a coesão dos trabalhadores em torno dos movimentos indicava o acúmulo de experiências de resistência nas fábricas, o descontentamento com a política salarial de intenso arrocho, e a representatividade da liderança de São Bernardo, que negociou o acordo. Era presidente do sindicato dos metalúrgicos de então Luís Inácio da Silva, o Lula, apontado como a mais importante liderança dos autodenominados sindicalistas autênticos. Defendiam a ruptura com a estrutura sindical vigente que atrelava os sindicatos ao Estado e dificultava a mobilização e conscientização dos trabalhadores. Só assim seria possível um “novo sindicalismo”, nome com o qual o movimento passou a ser conhecido por essa marca da ruptura com a burocracia sindical e o regime.

Esse sindicato passou a ser visto como referencial de combatividade, de acordo com Mattos (2003). Ao longo da década de oitenta há uma variação tanto na quantidade de greves quanto na forma e abrangência. No início da década de oitenta, com o aprofundamento da recessão é de contenção, a partir de 1983 volta a crescer e atinge em 1985 o patamar de greves nacionais como a dos bancários. São dessa fase também as greves de novas organizações sindicais como a dos funcionários públicos. No mesmo período são convocadas quatro greves gerais nacionais com adesão crescente de trabalhadores, acenando com a possibilidade de elevação do patamar político das lutas e reivindicações. Essa elevação é expressa nas críticas

que se concentraram, segundo Mattos (2003), na política econômica em especial na política salarial, e nas bandeiras de luta como a defesa da reforma agrária e a suspensão do pagamento da dívida externa. Mattos ressalta as perdas acumuladas no período de inflação que subiu vertiginosamente, para justificar as inúmeras greves. Contudo destaca igualmente o componente político dessas reivindicações: a denúncia pública, através do movimento, do modelo econômico do período ditatorial. Mattos destaca a continuidade do processo no governo civil cujos mecanismos de controle inflacionário sempre envolviam o congelamento de salários e que as greves denunciavam o que o autor denomina ‘lógica de classe’ dos planos e a continuidade em relação à ditadura.

## **2.2 O movimento sindical e o surgimento do PT e da CUT**

O movimento sindical em articulação com outros setores sociais, em especial intelectuais de esquerda, arquitetaram a criação de um partido que representasse, de fato os trabalhadores. Surge assim o PT.

GARCIA (2000) demonstra em seu trabalho o ineditismo do PT por nascer com uma clara postura de ruptura com a institucionalidade e o padrão tradicional dos partidos vigentes. Segundo ele, essa postura é evidenciada, por exemplo, pela recusa em participar do colégio eleitoral. Garcia ressalta ainda que o posicionamento petista de ruptura reforçou a posição do movimento sindical de rompimento com a estrutura vigente e contribuiu sobremaneira para a criação da CUT, essa central nascia questionando a estrutura sindical vigente e cumpriu um importante papel na mobilização dos trabalhadores. O PT frente às eleições tinha um papel igualmente inovador e que dinamizou o cenário político da década em questão, pois introduzia na discussão política a independência de classe. Nessa condição o partido ameaçou a ordem vigente, tanto que, segundo Garcia, sua imagem foi pintada como de partido radical. Ainda segundo o autor, o discurso classista do partido se devia a preponderância política do setor sindical em seus primeiros anos. Contudo, Garcia ressalta que o posicionamento pela ruptura não significava a adoção do formato de partido revolucionário, clássico.

A opção pela ruptura e o recorte classista fizeram do PT o porta voz das demandas dos trabalhadores durante o período de abertura nos anos oitenta. O PT protagonizou a luta pelas diretas com o claro intuito de “frustrar as tentativas de conciliação” (Resoluções do 3º Encontro Nacional, apud GARCIA). Essa decisão incluía um posicionamento claro de oposição ao Colégio Eleitoral. Essa decisão manteve o partido coerente com seu discurso e lançava aos olhos da população a imagem de compromisso com as demandas populares. O

regime que nascia a partir do Colégio Eleitoral era fruto de uma proposta de conciliação e colaboração, apoiada pela ‘oposição’, organizada no PMDB. Aos olhos da população o PT nada tinha a ver com aquilo. Garcia avalia que essa postura é que foi determinante para o posterior crescimento do partido. Com a palavra de ordem “Trabalhador vota em trabalhador” o PT se projetou e a cada eleição conquistou mais eleitores, mais militantes. Segundo o autor a possibilidade de protagonismo, de um lugar na construção das transformações foi o maior ganho dessa fase de crescimento do PT e da CUT para os trabalhadores.

Igualmente, desde 1979, tendo por origem o grupo de sindicalistas denominados autênticos e que compunham algumas oposições sindicais, os componentes do chamado novo sindicalismo tentavam aglutinar esforços no sentido de criar uma central sindical que pudesse reunir os sindicatos combativos. Em 1983 surgiu a Central Única dos Trabalhadores, a CUT.

A CUT em sua fundação reuniu os sindicatos identificados com o novo sindicalismo e as oposições sindicais. Inicialmente a CUT não unificou o conjunto desse movimento. Os sindicalistas organizados na esquerda tradicional como o PCB, PCdoB e o MR-8 defendiam a permanência na CGT<sup>10</sup> e que a prioridade no momento era a superação da ditadura e a convocação da Assembléia Nacional Constituinte como prioritárias em relação às reivindicações econômicas dos trabalhadores. Esses dirigentes e militantes organizavam-se na tendência Unidade Sindical e defendiam, no máximo, a criação de uma central de direções sindicais, o que demonstra, o grau de comprometimento atingido com a estrutura vigente e sua burocratização.

MATTOS (2003) destaca que enquanto isso a palavra de ordem dos que fundaram a CUT era “CUT pela base”. Em seus estatutos a CUT incluía como princípios: a democracia sindical, a unidade da classe trabalhadora, liberdade e autonomia sindicais, a organização por local de trabalho. Como perspectiva mais geral defendia o caráter unitário e classista para a organização, e a defesa de uma sociedade sem exploração, com a democracia social, econômica, política.

Segundo BOITO JR (1999) a CUT foi fundada com o lema “A CUT é do peão, sem pelego e sem patrão”. Ainda segundo o autor e em acordo com TUMOLO (2002), várias correntes políticas contribuíram para sua fundação, em especial os movimentos clandestinos, contudo, as principais influências vinham do movimento católico, em especial da teologia da libertação com o qual os metalúrgicos do ABC e os dirigentes do “novo sindicalismo” mantinham contato. Na década de oitenta a CUT mantinha uma perspectiva de luta contra o

---

<sup>10</sup> CGT: Confederação Geral dos Trabalhadores, organizada a partir das lideranças ligadas ao PCB e ao PTB no período de ascensão das mobilizações pelas reformas de base, em 1963.

projeto de desenvolvimento capitaneado pelo Estado brasileiro: pró-monopolista, pró-latifundiário, pró-imperialista. Segundo BOITO JR (1999), as plataformas de luta da CUT se contrapunham, tanto do ponto de vista político como econômico, ao governo. As bandeiras de luta da época são: não pagamento da dívida externa, estatização do sistema financeiro, dos serviços de saúde e educação, do transporte coletivo, reforma agrária sob o controle dos trabalhadores, contra as privatizações das empresas estatais. O principal instrumento político do período era a greve geral. Foram realizadas ao longo da década de oitenta quatro greves com nível crescente de adesão, a maior delas em 1989, ano de eleição para presidente, com dez milhões de trabalhadores.

No campo da política sindical Boito destaca que:

“A CUT via como sua tarefa organizar uma ampla frente de defesa dos interesses do campo da luta popular. A direção via os sindicatos como parte de um conflito maior, de classes. Não era uma concepção marxista, mas via os interesses dos capitalistas representados pelo governo. Tinha a concepção de que era necessário manter um horizonte estratégico que transcendiam a luta salarial, mesmo quando esses fossem inalcançáveis, dentro da correlação de forças políticas” (1999:137).

O texto de TUMOLO (2002) analisa a preocupação com a formação classista expressa nos programas dos cursos de formação política, ainda na década de oitenta<sup>11</sup>. Os princípios sob os quais a CUT foi fundada estavam expressos na atuação e na política de formação realizada, com os princípios que estabeleceu, a forma como atuou ao longo da década e os embates com os governos da transição na defesa dos interesses dos trabalhadores, com as bandeiras mais amplas pela luta popular. A CUT cresceu, se fortaleceu e se tornou referência de luta e emancipação dos trabalhadores, agregando em torno de seus projetos várias categorias.

Durante a década de oitenta as demandas reprimidas pelo período ditatorial foram canalizadas para a criação de inúmeros movimentos sociais: associações de moradores, centros culturais, movimento negro, movimento feminista, movimento das donas de casa e inúmeras categorias profissionais que até então não dispunham de organização buscaram constituí-las. Os funcionários públicos, em especial os professores entre elas. Esses trabalhadores uniram esforços aos sindicalistas do movimento operário na construção da

---

<sup>11</sup> Não aprofundarei essa visão, mas é interessante que a primeira diretoria eleita fosse presidida por uma Trotskyista e que o currículo dos cursos contivesse o estudo básico de economia política e dedicasse amplo espaço ao ensino da tarefa organizativa e da política sindical expresso em cursos cujos temas eram o sindicato como instrumento de organização e luta dos trabalhadores frente às classes dominantes. Conforme evidencia TUMOLO essa preocupação desaparece ao longo da década seguinte (2002: 147 a 182).

CUT. Os professores também atuaram na reorganização da CPPB (Confederação dos Professores Primários do Brasil) para que abarcasse o conjunto da categoria profissional da educação e não apenas o seguimento de professores primários. A CPPB passou a ser CPB (Confederação dos professores do Brasil, em 1979). A CPB consolida sua atuação organizativa dos docentes no período de 1982 a 1988, filiando-se a CUT em 1987. Em um Congresso extraordinário em 1990 a CPB muda o sistema organizativo interno, assimila outras confederações e passa a agrupar os trabalhadores em educação, passando a ter a denominação de CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação)<sup>12</sup>. O sindicato pertence à CNTE desde o período da CPB.

### **2.3 - O funcionalismo público e o movimento dos professores**

MASCARENHAS (2000) apresenta, em sua retrospectiva da organização dos trabalhadores, que as greves iniciadas ao longo dos anos 70 e início dos anos 80 inauguram o período de ruptura com o sindicalismo populista. Nessas greves, segundo ela, teve peso significativo a participação dos servidores em questão, em especial os professores e os médicos. Segundo a autora, no estado de São Paulo a atuação desses servidores foi maior. Sob o impacto das políticas de modernização empreendidas pelo Estado e que levaram a crescente precarização do trabalho os servidores iniciaram uma jornada de greve que se estendeu por toda a década. Segundo a autora a adesão inicial foi restrita a alguns estados, sendo considerada a primeira grande greve do setor a de 1988. O ano de 1989 inaugura nova greve. Fruto desse processo de mobilização é realizada a primeira plenária intersindical. Em decorrência desse encontro os servidores se filiam a CUT e apóiam o candidato Lula da Silva à presidência da república. A partir de então as lutas vão se adensando conforme as políticas regressivas do Estado brasileiro avançam sobre esse setor. Os servidores organizam-se na luta contra as privatizações, além das reivindicações funcionais, incluindo as salariais e a isonomia.

Durante a década de oitenta os movimentos sociais mais amplos reivindicam moradia, transportes, condições básicas de saúde e educação. As demandas econômicas dos trabalhadores em educação e a vivência de muitos professores na militância estudantil, conforme relata RIDENTI (1995) para os professores das universidades federais, contribuiu

---

<sup>12</sup> CNTE: informações do texto a partir do site [www.cnte.org.br](http://www.cnte.org.br) ; seção de história da entidade. Não constam do texto as mudanças organizativas. A CNTE possui organização vertical, possui 35 entidades filiadas, dentre as quais o Sind-UTE, e representa, de acordo com a própria entidade, um total de 960 mil trabalhadores.

muito para o crescimento dessas mobilizações. Como funcionários públicos os professores tinham que superar as proibições de mobilização. A maioria das entidades de representação existentes eram organizações de caráter assistencialista como no caso da UPPEs<sup>13</sup>, relatado por MIRANDA (2005), e da APPMG<sup>14</sup>, presente em vários autores que tratam das organizações em Minas Gerais, dentre os quais CAVALHEIRO (1989). No caso de São Paulo, na APEOESP<sup>15</sup>, conforme relata SALOMÃO (2003), o movimento em ascensão se constituiu como oposição a direção existente e, no processo de organização das lutas foi se constituindo como alternativa à direção.

Ao longo da década de oitenta, a partir do ano de 1979 as greves estouraram por todo o país. Nelas a discussão transcendia os interesses imediatos da classe e levantavam a bandeira de defesa da educação pública de qualidade. Cavalheiro ressalta que o ano de 1985 é especialmente marcado por inúmeras mobilizações de professores em todo o país em luta por melhores salários, novas condições de trabalho e democratização do sistema educacional. As greves reivindicavam o que fora decidido como luta no Congresso de 1985 da CPB, hoje, CNTE<sup>16</sup>. Segundo CAVALHEIRO (1989) a greve ganhou as ruas e o apoio da população em vários estados como Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Pará, Goiás e Distrito Federal. Ainda de acordo com a autora, cada entidade enfatizava em seu estado os pontos mais importantes de acordo com as demandas locais.

A adesão ou apoio da população a luta dos professores nos leva a crer que nesse momento foi possível para o movimento, unificar as necessidades profissionais com a defesa da escola pública. Essa unidade entre as demandas corporativas e a defesa da instituição educação pública compôs um importante momento na experiência vivida por estes trabalhadores, é possível inferir que estivesse em processo de construção através dessas experiências<sup>17</sup> a elevação da categoria a um patamar além do momento econômico corporativo gramsciano. A defesa da educação pública, por sua vez, expressou em alguma medida a vontade da população que se viu representada e apoiou a luta. Em Minas Gerais observamos através de jornais arquivados na subsele de Juiz de Fora, como o Tribuna de

---

<sup>13</sup> UPPEs: União dos Professores Públicos no Estado-Sindicato, atuando desde 1945.

<sup>14</sup> APPMG: Associação dos Professores Primários do Estado de Minas Gerais, fundada em 1931.

<sup>15</sup> APEOESP: Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, fundada em 1945 e em processo de mudança a partir de 1977 para abandonado as ações assistencialistas, assumir as lutas sindicais.

<sup>16</sup> Acredito que seja a indicação de que a Confederação atuava, ou pelo menos, tentava, atuar no sentido da organização mais ampla, de caráter nacional, os professores. Essa atuação da CNTE como entidade organizativa das lutas no país se coloca como objeto de pesquisa à espera de pesquisadores, seguindo os passos da CUT.

<sup>17</sup> No sentido da elaboração conceitual de Thompson. Forma como as frações de classe vivenciam as relações sociais e se constituem sujeitos históricos nesses processos. In: WOOD (2003).

Minas<sup>18</sup>, a publicação de matérias onde pais, alunos e professores realizavam atos conjuntos em defesa da educação.

#### **2.4 - O movimento dos trabalhadores em educação em Minas Gerais: a histórica greve de 1979 e a ruptura com a APPMG**

A caracterização do movimento dos trabalhadores em educação a partir da greve de 1979 é importante para compreender a forma organizativa que o sindicato dos trabalhadores em educação assumiu sob a denominação de União dos Trabalhadores em Educação, segundo Tavares (1995), Furtado (1993), Cavalheiro (1989). Os trabalhos desses autores, em especial os dois primeiros, são nosso principal suporte nessa seção devido ao foco de suas pesquisa ser a forma de luta greve no objeto, oferecendo material mais rico inclusive pelos depoimentos das lideranças dessa fase inicial do sindicato. Segundo Tavares (1995) a forma organizativa experienciada na greve de 1979 foi plasmada no primeiro estatuto da entidade<sup>19</sup>.

A greve dos professores em âmbito nacional tem início no ano de 1978, segundo Cavalheiro. O magistério em Minas Gerais acompanha o processo de mobilização que toma conta desses profissionais. No caso dos trabalhadores da rede estadual o processo de mobilização é deflagrado a partir de uma Assembléia convocada por professores da rede particular em Belo Horizonte a qual os professores da rede pública compareceram.<sup>20</sup> A partir dessa assembléia houve o desencadeamento de mobilizações que se avolumaram. O principal fórum de organização nesse primeiro momento foi a Assembléia de base que nesse caso foi realizada ainda por professores de Belo Horizonte. A pauta de reivindicações foi discutida e votada pela assembléia e encaminhada aos padrões das três esferas de atuação: prefeitura, estado e sindicato dos estabelecimentos de ensino.

A greve tinha um componente essencialmente reivindicativo, em linhas gerais os trabalhadores queriam melhores condições de trabalho (as condições da rede física em Minas

---

<sup>18</sup> O sind-UTE Juiz de Fora dispõe de um arquivo de recortes de jornais da década de oitenta até o início dos anos noventa com algumas das matérias publicadas sobre o movimento dos trabalhadores em educação da rede estadual. Destacam-se nessa cobertura na cidade de Juiz de Fora :Tribuna de Minas e o Diário Regional.

<sup>19</sup> Ainda segundo a autora o movimento tinha sua força e dinamismo na estreita relação direção base, na democracia direta e no conseqüente controle que os trabalhadores tinham sobre a sua organização.

<sup>20</sup> As informações contidas nesse trecho sobre a greve de 1979 e a UTE têm como fonte os documentos que , periodicamente o sind-UTE produz com o Nome “Um Pouco da Nossa História”; consta, igualmente, do site da entidade na seção institucional, [www.sindutemg.org.br](http://www.sindutemg.org.br) .Com diferenças quanto ao enfoque em relação às cartilhas. Os trabalhos de FURTADO (1996), CAVALHEIRO (1989) e TAVARES (1995), retratam a dinâmica da organização desses trabalhadores no período.

são historicamente precárias), efetivação de professores com dois anos de exercício<sup>21</sup> reajuste semestral acima da inflação, aposentadoria aos 25 anos de serviço, pagamento integral do 13º salário, melhoria salarial. Segundo Tavares, o salário de um professor com formação de curso normal era de 1,1 salário mínimo. A reivindicação era para que atingisse 3,5. As reivindicações dos professores foram ignoradas pelos governos.

A entidade de representação dos professores até então era a APPMG, fundada em 1931, de perfil assistencialista, com diretoria personalista e centralizada na figura de sua presidente e que, declarou à época, que a greve era inoportuna.<sup>22</sup>

Novamente os professores se reúnem em assembléia<sup>23</sup> e decidem pela greve. Os autores que analisam a realização da greve desse ano destacam a importância do trabalho organizativo a partir da criação do Comando Geral de Greve<sup>24</sup>. Os professores em Minas Gerais compuseram um comando geral que abarcava 250 representantes de cem cidades<sup>25</sup>. No total a greve chegou a mobilizar 420 cidades. Havia comissões por escolas, coordenações regionais e o comando geral de greve que mantinham o contato dinâmico entre as várias instâncias participativas e o comando geral. O documento “Boletim Organizativo da Greve” que é reproduzido por Tavares em sua dissertação, apresenta as instâncias organizativas e a forma de funcionamento que se tornariam, com pequenas adaptações, as organizações por local de trabalho, no caso das comissões por escola, as subsedes e núcleos, para as coordenações regionais e subcoordenações, e os Conselhos Gerais, originados do Comando Geral de Greve.

Nesse processo de reorganização a direção da APPMG convocou uma Assembléia, Furtado apresenta em trecho entrevista com Luiz Dulci e Tavares a partir de texto dos arquivos da UTE<sup>26</sup> que oito mil trabalhadores compareceram a convocação da diretora da APPMG, que, segundo a autora, também era a presidente da CPB. Esses trabalhadores exigiam a presença do Comando Geral de Greve na coordenação dos trabalhos da

---

<sup>21</sup> Segundo Tavares a reivindicação era a efetivação de 73.000 profissionais, pois o estado não realizava concursos havia dez anos.

Novamente isso ocorreria em 2001 quando o estado realizou concurso para a rede pública que já estava sem concursos desde 1991. Isso gera uma carência crônica de profissionais que são supridos em regime de subcontratação.

<sup>22</sup> Episódio relatado pelos autores TAVARES (1995), CAVALHEIRO (1989), FURTADO (1996). Esse último traz relato de Luiz Dulci sobre o fato (1996:40, nota 2).

<sup>23</sup> No registro dos autores já citados o número de participantes dessas assembléias que aconteceram entre abril e maio de 1979 girou entre 1500 a 2000.

<sup>24</sup> Tavares (1995) relata que essa forma organizativa tinha sido elaborada a partir das organizações de base dos professores em São Paulo, que ao longo da greve de 1978 constituíram o primeiro Comando. A partir dele novas lideranças surgiram e constituíram a chapa que viria a ser vitoriosa na APEOESP, também identificada com o novo sindicalismo.

<sup>25</sup> TAVARES (1995:150).

<sup>26</sup> FURTADO (1996:40) e TAVARES (1995:153).

Assembléia. A recusa da diretora Telma de Freitas em atender essa exigência gerou um clima de tensão e conflito de crescente radicalização. Os trabalhadores, segundo relato, com vaias que não cessavam, impediram o início da assembléia, Telma de Freitas teve que se retirar escoltada pela polícia, e o Comando de Greve assumiu a condução dos trabalhos. A atitude dos trabalhadores mostra o caráter de ruptura com a estrutura verticalizada, controladora e assistencialista herdada da legislação getulista e reforçada pelos anos de ditadura empresarial-militar, expresso na recusa da direção da entidade assim organizada.

Os autores retratam esse movimento como fundamental para a constituição da União dos Trabalhadores em Educação. São elementos importantes dessa greve a ruptura com o modelo associacionista anterior, a efetiva participação nas tarefas diretivas e organizativas da base, a unidade de movimento entre os trabalhadores das redes estadual, municipal e particular, a força da organização coletiva como freio aos interesses das tendências políticas. Segundo “Carlão” em entrevista a TAVARES (1995), as correntes políticas já estavam presentes organizadamente no movimento e lutavam pela direção e, em suas palavras, pelo controle do mesmo<sup>27</sup>. Outro elemento importante destacado é a participação de vários seguimentos da categoria, com especial atenção para a participação das professoras primárias<sup>28</sup> nas tarefas organizativas mais do que na função diretiva e de discussão pública, já demonstrando uma tendência a especialização das tarefas. A autora indica ainda os laços de solidariedade presentes pela formação da comissão de apoio à rede particular. Além disso, as condições concretas de existência dos trabalhadores, o ascenso de outros movimentos reivindicativos, a condição em comum de enfrentamento contra um governo repressivo, criaram laços de solidariedade também com outros movimentos: o movimento estudantil teve ao longo dessa greve participação atuante, diversos sindicatos, inclusive do setor industrial, apoiaram a greve com atos públicos, doações, cessão de gráfica e de sede para reuniões etc. Furtado apresenta um interessante documento de apoio e solidariedade do sindicato dos

---

<sup>27</sup> Membro da primeira diretoria da UTE, vereador, deputado e candidato a prefeito, hoje vereador em Belo Horizonte, Antônio Carlos Pereira, o ‘Carlão’, em depoimento a Tavares, afirmava que havia no Comando Geral de Greve pessoas que não eram parte da categoria, havia militantes de organizações clandestinas de esquerda, foragidos da repressão e que encaminhavam através da atividade organizativa dessas lutas, o enfrentamento com a ditadura. Contudo a autora ressalta que a atividade participativa dos trabalhadores era intensa e significativa e que era ela que determinava o papel no movimento de qualquer outra variante política.

<sup>28</sup> O ensino primário foi extinto em 1971, com a constituição do 1º grau. Contudo essa terminologia aparece na dissertação de TAVARES e a conservei para que facilitasse a compreensão de que se trata dos professores do primeiro segmento do ensino fundamental. Contudo, devo ressaltar que nem essa participação ocorre hoje, sendo difícil que a professora primária realize as paralisações. Esse aspecto de adesão e posterior afastamento deveria ser objeto de análise em pesquisa.

bancários de São Paulo que repudiava a ação do governo e ainda criticava a ação dos pelegos. É interessante sua transcrição:

“Precisamos romper com os órgãos governamentais que nos mantêm atados. Precisamos expulsar os pelegos que fazem de nossas entidades fonte de mordomia e corrupção, precisamos criar nossas entidades livremente e, desta forma, com base em organismos livres, unificar toda a classe trabalhadora brasileira num só órgão sindical - a central sindical independente”.(FURTADO, 1996:40).

O trecho em questão rico pela síntese que faz do sentimento presente no movimento sindical identificado com o novo sindicalismo e renunciando os eventos futuros de organização da CUT é assinado pelos diretores Luiz Gushiken<sup>29</sup> e Ari Neves.

Os professores universitários chegaram a fazer greve de solidariedade, por três dias, segundo Tavares. Os pais realizaram bazares, cobraram pedágios, e fizeram greve não enviando os filhos às escolas, realizando abaixo assinados que chegaram a coletar 80 mil assinaturas de apoio. Suas decisões eram tomadas em reuniões nas associações de bairros e nas coordenações sub-regionais da greve, o que demonstra o estreito laço entre pais e professores. O Clube Criação de Propaganda se manifestou em apoio aos professores ante a ação repressiva violenta do governo do Estado com nota à imprensa<sup>30</sup>.

Furtado, pautando seu trabalho na experiência organizativa dos trabalhadores da UTE, destaca um importante aspecto de busca de legitimação da luta e apoio da comunidade. Segundo o autor o movimento pautou a construção de sua legitimidade, conquistando inclusive setores da categoria resistentes aos movimentos grevistas, pela concepção cristã de justiça e fraternidade, pelo apoio de autoridades eclesiásticas, enfim, utilizando como recurso o imaginário cristão.

Nas palavras de Furtado:

“Numa categoria composta, na sua maioria, de mulheres, submetidas aos ditames de uma sociedade ainda machista, como a de então, e a uma série de

<sup>29</sup> Luiz Gushiken: ex-militante da libelu, braço estudantil da Organização Socialista Internacionalista; administrador de empresas pela Fundação Getúlio Vargas, funcionário do Banespa entre 1970 e 1999, vice-presidente e presidente do sindicato dos bancários entre 1979-1983 e 1984 a 1986, Presidente do PT entre 1988 e 1990, deputado federal por três legislaturas entre 1987 e 1998, coordenador das campanhas presidenciais de Lula de 1989, 1998 e 2002, coordenador da equipe de transição do governo federal em 2002. Ministro-chefe da Secretaria de Comunicação e Gestão Estratégica da Presidência da República. Recentemente, em 2005, teve seu nome envolvido nos escândalos do mensalão, bem como sua ingerência nos fundos de pensão de companhias estatais. fonte: [www.presidencia.gov.br](http://www.presidencia.gov.br); secretaria de comunicação.

<sup>30</sup> Considero que a mudança de ação da imprensa deva ser registrada com base no aprofundamento do controle através da atuação do Estado de forma ampliada também aqui. A cooptação da imprensa se deve, a meu ver, pelo uso do dinheiro público na propaganda institucional que fez jorrar as verbas nas mãos da imprensa e das empresas de propaganda, favorecendo, inclusive o desenvolvimento dos “esquemas” como o Valerioduto. A grande imprensa hoje, aparentemente, pode prescindir da venda de jornais para se manter, não precisa publicar necessariamente aquilo que é do “interesse público”, mas pode pautar esse interesse realizando importante tarefa formativa. Corroborado pelo processo de concentração capitalista também nesse setor.

adversidades no uso de sua liberdade de escolha e, ainda, numa sociedade onde imperava o mais obscurantista anticomunismo, essa estratégia reveste-se de especial significado e de grande alcance na resolução de problemas ligados à penetração da greve no interior”. (FURTADO, 1996: 81).

Segundo entrevista de Luiz Dulci concedida a Furtado, quanto ao recurso às igrejas:

“Em parte era por que isso era das pessoas, que são religiosas, que rezam, que seguem a orientação, que são da igreja católica, que são de outras igrejas, enfim. Em parte também é porque a igreja era, naquele momento, a instituição presente em todos os lugares, e com a autoridade social pra nos resguardar da repressão. O movimento sindical estava muito insipiente [sic], a universidade existia aqui e em algumas poucas cidades, mas não estava presente. Nós fizemos aquela greve em 400 cidades. Não adiantava nada a Universidade de Uberlândia, se o problema era em Centralina. Então, nós procuramos muito os seminaristas, as irmãs de caridade, os padres, como um poder, quer dizer, presente em todo o campo, difícil de ser reprimido, não dava pra invadir”. (FURTADO 1996:82).

Mais adiante:

“Em 79, o governo mandava policiais pra escolas, policiais do interior, muitas professoras foram levadas quase presas, porque o policial ia em[sic] casa perguntar se não ia dar aula. Não permitia piquetes porque ficavam os policiais nas portas com cassetetes, com revólver, repressão mesmo. Então a igreja era um refúgio de um movimento que nasceu antes de ter a entidade. A entidade nasceu do movimento, então não tinha sede, não tinha nada, como hoje tem. Em parte foi espontâneo, em parte nós adotamos como tática do movimento”. (Idem).

Esse depoimento é elucidativo no que diz respeito ao papel de mediação que defendo que deva ser o das lideranças, no exercício da direção de um movimento organizado. É evidente que a mentalidade da base é conservadora do ponto de vista de uma concepção revolucionária. Contudo a direção do movimento soube canalizar esse traço presente na base, para uma experiência de luta. As possíveis mediações realizadas pelas lideranças nesses contextos é que se constitui, no meu entendimento, o elemento educativo que pode contribuir para a elevação da consciência dos trabalhadores aí organizados, que nesse caso veio a ser limitada pela concepção reformista das lideranças em questão, como pretendo elucidar.

Nessa fase inicial da organização desses trabalhadores as lideranças se constituíram os mediadores que poderiam conduzir esse processo através da elaboração conjunta da experiência vivenciada. Igualmente para o que nos interessa em nossa análise é importante a declaração de que o movimento nasceu antes da entidade. É interessante frisar que as lideranças então permanecem junto, ou melhor, é a própria base, embora ‘qualificada’, que se constitui liderança. A institucionalização do movimento colocou o desafio de manter essa organicidade entre liderança e base, fundamental na dinâmica de qualquer movimento, assim como é fundamental a filosofia, a concepção política que o informa.

Os trabalhos de FURTADO (1993) e TAVARES (1995) também nos propiciam a compreensão da relação entre as lideranças desses trabalhadores e os deputados da Assembléia Legislativa. Segundo relato de Tavares os deputados do PMDB tentaram cooptar o movimento. O Comando Geral de Greve tinha agendado uma reunião com os deputados da assembleia. Em diálogo estabelecido entre o líder do comando Luiz Dulci e o deputado Nilson Gontijo do PMDB, este se dirige a Luiz como ‘companheiro’ e, conforme relata a autora disse à época:

“-O campo de luta é o mesmo, com os professores lutando por melhores salários e os parlamentares procurando fortalecer a representatividade do Poder Legislativo” (em alusão a luta comum contra a ditadura). O deputado inquiriu se haveria: “determinado tipo de pressão contra os arenistas, para que ao menos uma vez na vida tomem atitude” ao que teria ouvido em resposta que os professores se dirigiam à assembleia como um todo.<sup>31</sup>

TAVARES (1995) ressalta a tentativa de cooptação por parte do PMDB criando uma proximidade, buscando a identificação do movimento com o partido na luta comum contra a ditadura; outro aspecto também relacionado é o intuito de fazer o movimento supor que a partir da pressão dos trabalhadores os deputados da ARENA iriam atuar contra a sua própria fração de classe. A autora destaca na resposta dada pela liderança a clareza da função de classe do poder representado na ALEMGO e da necessidade de manter a independência do movimento<sup>32</sup>.

Segundo Tavares que analisou o documento “Manifesto ao Povo Mineiro” assinado pelo comando de greve, aquele era uma forma de dialogar com a população que havia apoiado o movimento que tinha chegado ao seu fim. Apontavam os ganhos “imateriais” da greve como tão importantes quanto os materiais. Dentre aqueles destacaram a mobilização de mais de 100 mil profissionais em 420 municípios e com duração de 41 dias. O protagonismo das maiores manifestações públicas da década, a reunião do maior apoio popular a um movimento grevista, a realização da greve naquele contexto repressivo e a revelia tanto da repressão quanto da legislação.

---

<sup>31</sup> TAVARES (1995: 165).

<sup>32</sup> Essa alusão é importante para perceber a mudança provocada na relação do sindicato, surgido posteriormente, com os parlamentares, em especial a relação que estabeleceram com o chamado Bloco de Oposição na ALEMGO, composto por deputados eleitos pelo PT e pelo PCdoB, muitos dos quais egressos dos quadros da UTE. Conforme as análises apresentadas no capítulo que trazem as resoluções congressuais. Aqui ainda não há a diferenciação em relação aos partidos políticos dentro da assembleia, situação que muda a partir do momento em que as várias lideranças dos movimentos sociais tornam-se candidatos e se elegem efetivamente a partir da legenda do PT, em particular. Conforme apresentarei no final deste trabalho.

As conquistas materiais foram: reajuste de 114%, o maior índice da época, equiparação salarial para os inativos, reajuste semestral, decreto regulamentando a convocação. Não desconto dos dias parados e não punição para os integrantes do movimento<sup>33</sup>.

O movimento se declarava insatisfeito, mas não derrotado, pois identificavam as conquistas atingidas e registradas acima.

Igualmente, a partir da experiência dessa greve, as lideranças trabalharam na perspectiva de criar uma nova entidade de organização da categoria, ao que a base correspondeu, conforme registro nos trabalhos dos autores em foco.

A APPMG foi criada em 1931 como Associação e dentro da concepção que viria a se consolidar com o Estado Novo. Sua atuação estava mais ligada à assistência em geral, à formação cultural e o lazer.

Isso não impediu que a APPMG dirigisse importantes greves desde sua fundação e que tenha sido o professorado aí organizado que tenha realizado as primeiras passeatas de uma categoria de trabalhadores desde 1964. Em 1968 os professores foram às ruas contra o atraso dos pagamentos.

Contudo a representação exclusiva de professores primários deixava ampla parcela de profissionais desorganizada. Os limites estreitos sob os quais a APPMG atuava como associação, a estrutura corporativista e centralizada, os efeitos de uma diretoria burocratizada e que, segundo CAVALHEIRO (1989), atuava cada vez mais próxima do regime ditatorial transformaram a APPMG em uma instituição que não expressava as demandas dos professores. A atuação da direção na greve de 1979 claramente de contenção do movimento, inclusive declarando-a inoportuna e segundo os autores, sua atitude colaboracionista com o governo biônico de Francelino Pereira<sup>34</sup>, acabaram por levá-la ao isolamento.

A APPMG continua atuando, mas de forma quase residual, com pouca inserção na base da categoria, o caráter assistencialista e cultural e a postura colaboracionista não se alteraram<sup>35</sup>.

A intensa comunicação registrada nas cartas as quais Furtado teve acesso demonstra que algumas regiões do estado de Minas se destacaram na construção da nova entidade, a UTE, como Belo Horizonte e entorno, Contagem, Triângulo Mineiro e Juiz de Fora. A forma

---

<sup>33</sup> “História que o tempo não apaga”. Publicação do Sind-UTE, Junho de 2000. Acervo pessoal. Consta em arquivos na subsede de Juiz de Fora e na Sede Estadual.

<sup>34</sup> Governo Biônico: aquele que não foi eleito, expressão usada para caracterizar os governos indicados pelos dirigentes da ditadura empresarial militar.

<sup>35</sup> Há documentos disponíveis da entidade em sua página na internet, com estatutos, fotos e atividades que corroboram a observação feita. endereço: [www.appmg.org.br](http://www.appmg.org.br).

de organização adotada foi a mesma da organização da greve, plasmada em seus estatutos e a modalidade de democracia, conforme Tavares, a direta. Foi eleita uma direção provisória referendada em Congresso do mesmo ano (em 1979 ocorreram dois Congressos, um logo após a greve, em julho, e outro em novembro).

### **3 - NOS ANOS DE 1980...**



### **3.1 - As reformas administrativas no Estado de Minas Gerais e suas implicações para os trabalhadores.**

O objetivo dessa seção é caracterizar em linhas gerais as reformas administrativas no Estado de Minas Gerais com especial relevo para o setor educacional e inferir suas implicações para os trabalhadores em educação e para aqueles por eles atendidos.

Tomamos como marco inicial a reforma no Governo Tancredo Neves. Nossa análise se estende até o governo Aécio Neves.

Defendo que há uma linha de continuidade entre os vários governos em questão, tanto no que diz respeito às frações de classe que representam quanto às ações políticas para a educação no Estado. Independente de ter havido 8 governadores em 23 anos de governo desde 1983 até 2006 observamos uma coerência interna nas medidas administrativas e pedagógicas tomadas pelos mesmos. Durante esse período também observamos a presença de dois organismos internacionais como “parceiros” dos projetos em Minas: O Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Consideramos que essa longa sociedade nos financiamentos contribui para a linha política dos projetos e sua coerência<sup>36</sup>.

Consideramos as reformas administrativas no contexto mais amplo das condições pelas quais a sociedade capitalista gerencia hoje a crise estrutural e pela qual procura manter o processo de acumulação. Logo essa caracterização nos remete à discussão do controle e do gerenciamento do processo do trabalho em educação. Essa busca pelo controle se mantém ao longo de todas as administrações desde a abertura e ao longo dos anos foi aprofundada. Contudo, o momento em que esse gerenciamento ganha um corpo doutrinário e é sistematizada é a partir da década de 1990, com a implantação do Pró-qualidade.

Desde os primeiros momentos do processo de abertura democrática, o discurso da modernização da educação e da racionalização da administração está presente nos governos mineiros, tanto quanto a busca pela democratização da educação e a garantia da mesma como direito universal esteve presente nos movimentos sociais.

---

<sup>36</sup> Para caracterizar o período da década de oitenta em Minas Gerais, apóio-me, inicialmente, nas pesquisas de SILVA (1994), TEIXEIRA (2002) e SILVA (2001).

### **3.2-A abertura democrática e a sedução da participação sob o governo Tancredo Neves – Hélio Garcia (1983 a 1986)**

Em 1983 o governador Tancredo Neves e seu vice Hélio Garcia<sup>37</sup> assumiram com a proposta de modernizar a educação. Segundo SILVA (1994) a pressão dos movimentos sociais pela educação pública de qualidade e a mobilização dos profissionais da educação no período de abertura, colocaram na equipe de governo, intelectuais considerados progressistas principalmente ligados a “oposição consentida”, o PMDB, à frente das pastas da área social. A gestão de Tancredo canalizou suas ações no sentido de cooptar e direcionar o voluntarismo presente nos movimentos, em especial dos trabalhadores, para as reformas preconizadas pelo governo. Assim sendo é convocado, pela administração, no ano de 1983, o Primeiro Congresso Mineiro de Educação. As propostas foram consubstanciadas em um documento denominado: “Diretrizes para uma Política de Educação em Minas Gerais” e subsidiaram o Plano Mineiro de Educação (1983/1987). Com base nesse documento foram reformulados currículos, reorganizadas as escolas normais, e foi instituída a direção colegiada das escolas. Segundo SILVA (1994) o documento trazia uma visão progressista da educação inscrita na órbita do direito de todo o cidadão e como dever do Estado.

Concomitantemente ocorriam as reformas administrativas. Começava a produção de documentos<sup>38</sup> que faziam o levantamento de pessoal nas secretarias e a conclusão é que havia um “inchaço” no quadro de funcionários, em especial na Educação. Também para que as reformas seguissem o curso desenhado no núcleo duro<sup>39</sup>, era fundamental o envolvimento dos profissionais e sua participação na “mudança”, seu consentimento. Daí a importância tática do Congresso Mineiro de Educação<sup>40</sup>.

No período final de vigência do Plano Mineiro de Educação, entre 1986 e 1987, os profissionais da educação encontravam-se submetidos às medidas racionalizadoras

---

<sup>37</sup> Após Tancredo Neves deixar o governo para assumir a presidência da República, fato que não se consuma pelo seu falecimento, Hélio Garcia (PMDB) assume o governo de Minas. Secretário de Educação: Otávio Elísio de Alves Brito, Professor da UFMG, pertencente a ala considerada ‘progressista’ do PMDB. Fonte: [www.mg.gov.br](http://www.mg.gov.br)

<sup>38</sup> Primeira visão dos Problemas de cada secretaria, Governo de Minas Gerais, BH, 1983, apud SILVA (1994.230).

<sup>39</sup> As decisões são tomadas nas Secretarias de Planejamento, Fazenda e Governo. São essas três secretarias que chamo núcleo duro do governo. A atuação da Secretaria de Educação torna-se mais executiva com as reformas, cabendo ao núcleo duro as tarefas de formulação, planejamento e controle. O Congresso Mineiro objetivava obter o consentimento dos trabalhadores.

<sup>40</sup> Realizado em 1983 a partir do documento da SEE “Educação para a mudança” as resoluções do Congresso consubstanciadas no Documento “Diretrizes para uma Política de Educação em Minas Gerais” subsidiaram o Plano Mineiro de Educação. (Acervo sind-UTE/JF).

empreendidas pelas pastas da Secretaria de Administração e desburocratização<sup>41</sup>, da Fazenda e da Educação. Os cargos do magistério são separados dos cargos administrativo-burocráticos e de algumas funções especializadas. Os critérios de ingresso e movimentação de pessoal, número de servidores, distribuição de aulas e jornada de trabalho docente foram alterados. A escola deveria se ater a essa nova regulamentação para organizar os seus quadros<sup>42</sup>.

Observamos como tática do Governo do Estado o surgimento da discussão de Planos de Carreiras, de quadros funcionais ou de planos de cargos e salários, todas as vezes que há necessidade de induzir a motivação e a fidelidade dos trabalhadores em relação à reorganização do trabalho. O governo cria assim expectativas entre aqueles que acreditam ter direito à promoção, acena com a esperança de ganhos para os mais jovens. Ao mesmo tempo, a reforma na educação apontava também para a polivalência da força de trabalho do professor em função da racionalização, do melhor aproveitamento no sentido da exploração da força de trabalho. O documento que assim materializa essa questão é o decreto nº 26.515 de 1987 que, em seu artigo 16, inciso III, apud SILVA (1994) define que, em último caso, o uso da regência se dê para “Qualquer atividade, área de estudo ou disciplina”.

São consideradas pelos autores de suporte como medidas de ‘incentivo’: valorização do profissional expressa em gratificação de incentivo à docência, incorporação da ‘produtividade’, acesso e progressão horizontal, convocação via concursos públicos.

Essa política não obteve o resultado esperado por parte do governo e a administração seguinte, Newton Cardoso, teve que adotar outras, dessa vez, não mais de ‘incentivo’, mas de coerção.

### **3.3- As mobilizações dos trabalhadores neste período**

As seções que tratam das mobilizações no período de 1983 até 1990, foram elaborados a partir de documentos do sindicato como cartilhas e jornais. Também foram utilizadas fontes secundárias tanto para cobrir períodos nos quais não foi possível trabalhar com os documentos. O objetivo é caracterizar o resultado do enfrentamento realizado pela categoria contra o governo.

Nas palavras do próprio sindicato, as campanhas salariais do período (entre 1981 a 1983) foram dispersas e, segundo a entidade, não conseguiram envolver o conjunto da

---

<sup>41</sup> O secretário era, desde 1985, Walfrido Silvino dos Mares Guia Neto.

<sup>42</sup> Decreto de 13 de janeiro de 1987, citado por SILVA (1994).

categoria. Os dirigentes da UTE consideraram que o Congresso Mineiro de Educação atingiu, de certa forma, seu objetivo, conforme afirmam:

“Enfrentamos a política demagógica do Governo Tancredo Neves que iludiu significativamente a categoria, através da realização do Congresso Mineiro de Educação” (Sind-UTE, 2000).

Os trabalhadores obtiveram 40% de reajuste quando a inflação era de 83% em abril de 1983 e 30% quando a inflação era de 94% em outubro de 1983.

No período de Hélio Garcia à frente do governo<sup>43</sup> foram feitas três greves, uma a cada ano da administração. São conquistas do período: em 1984, com 17 dias de paralisação e adesão de 237 municípios. Biênio de 5%, progressão por tempo de serviço (horizontal e automática); Acesso para todos os níveis de professores, Salário Mínimo para auxiliares de serviço. Em 1985, sem mencionar os dias de paralisação e os municípios que participaram obtiveram: reajuste semestral acima do INPC, 13º salário, promoção por acesso, concurso para professores de 5ª à 8ª e auxiliares de serviços gerais. Em 1986 o sindicato já registra, novamente, os dias e os municípios que são respectivamente: 28 dias e 476 municípios. Conquistas: piso salarial sobre o salário mínimo de referência de 3 salários mínimos para os professores de 1ª à 4ª séries, de 5 salários mínimos para os de 5ª à 8ª e de 7 salários mínimos para os de 2º grau. No segundo semestre nova greve por que o governo não cumpriu o acordo. Nesse movimento os trabalhadores surpreenderam o Governo ocupando a Assembléia Legislativa pela primeira vez. Segundo TAVARES:

“A Assembléia legislativa foi ocupada por uma semana. Essa forma de luta inédita fez com que os deputados votassem por unanimidade contra os vetos do governador às emendas propostas pela UTE ao projeto de lei de reajuste salarial, que incluía o pagamento do piso”. (1995:174).

Segundo a autora o não cumprimento de acordo por parte do governo era também uma atitude inédita. O sindicato acrescenta que a ocupação provocou a derrubada do veto do governo para a lei de reajuste “a primeira derrubada de veto da história do Brasil” (Sind-UTE, 2000).

Por mais duras que fossem as condições impostas nos embates com os governos, caracterizados quase que no seu dia a dia por FURTADO (1993), TAVARES (1995), SILVA (1994), BONACINI (1980), LOPES (1987) E CAMPOS (1992), a atitude combativa e a

---

<sup>43</sup> Após a saída de Tancredo Neves, conforme nota 38.

busca de agregar ao movimento grevista novas táticas de enfrentamento garantiram algumas conquistas aos profissionais nesse contexto tão adverso. É interessante observar que os documentos do sindicato que tratam da memória das lutas não apresentam como ganhos as questões organizativas, sendo o relato centrado dos ganhos salariais e corporativos imediatos incorporáveis como direito. A questão da exploração do trabalho nos processos de racionalização não são mencionados. O documento do sindicato destaca a ativa participação da UTE na fundação da CUT, em 1983 e a filiação na CPB<sup>44</sup>.

### **3.4 - Sob o governo Newton Cardoso - Júnia Azeredo<sup>45</sup> (1987 a 1990): as medidas que concretizaram a reforma administrativa**

Na avaliação de SILVA (1994:234) a adoção das novas medidas expressam a submissão das secretarias de políticas sociais, em especial a educação, ao setor fazendário. A modernização foi implantada através de ações de caráter econômico e tecnocrático. Logo, a implantação de projetos pedagógicos foi abandonada em favor de medidas de contenção de gastos. Em outras palavras, as medidas de racionalização trataram de permitir a intensificação da exploração da mão-de-obra da mesma forma que os processos de modernização da produção o permitem. É o ajuste conservador<sup>46</sup>. Era evidente o não compromisso com a universalização da educação de qualidade, a lógica economicista e tecnocrática surge em seu lugar, revelando a natureza de classe dos governos desde a abertura.

Decretos como os nº 27.166 de 22/07/87 e o decreto nº 27.276 de 26/08/87 apud SILVA (1994) revogam todos os atos de adjunção<sup>47</sup>, proíbem a concessão de “autorização especial” através do qual os profissionais em educação poderiam frequentar cursos de pós-graduação e de qualificação profissional com licença remunerada.

O Estado passou a cooptar, segundo os autores de suporte, os profissionais mais qualificados no sistema educacional de ensino sendo estes retirados da escola e assumindo

---

<sup>44</sup> SIND-UTE: A História que o Tempo não Apaga, MG, Junho /2000.

<sup>45</sup> Ambos do PMDB, Secretário de Educação: Luiz Gonzaga Soares Leal. PMDB, norte de Minas, Professor de Direito, Deputado, proprietário de concessão de rádio e TV, Deputado de 1979 a 1991. Fonte: Portal Câmara.

<sup>46</sup> FRIGOTTO, G: Educação e Formação Humana: ajuste conservador e alternativa democrática. In: GENTILI e SILVA (org); (1999).

<sup>47</sup> Adjunção: servidores estaduais cedidos para outros órgãos, até mesmo para outras unidades da federação, com ônus para Governo Estadual. Após a intensa municipalização de escolas estaduais de ensino fundamental, os servidores daquelas unidades de ensino passaram a trabalhar para escolas municipais, mediante adjunção, muitas vezes com ônus para o Estado. Fonte: www.sindutemg.org.br ; Departamento jurídico, seção tire dúvidas.

postos hierárquicos superiores pelos quais recebiam complementação salarial e passariam a gerenciar o processo de trabalho na educação. Estratégia que visava viabilizar a reforma administrativa.

A partir de 1987 um conjunto de medidas de natureza racionalizadora foi tomado no estado de Minas Gerais como forma de ajustar o processo de trabalho no setor público ao novo ciclo de acumulação do capital.

Após as medidas iniciais anunciadas no início dessa seção e frente aos embates realizados o governo recuou em algumas questões como, por exemplo, na adjunção permitindo sua continuidade até o final do ano. Contudo, estavam em gestação medidas mais duras no gerenciamento do setor educacional. Através dos decretos nº 27.212 de 11/08/87 e do decreto nº 27.541 de 20/11/87 apud SILVA (1994), o governo transferiu para a Casa Civil a competência de controlar os atos de contratação de pessoal para o Estado. Foi proibida a contratação de professores substitutos.

É importante ressaltar que a ação do governo foi combatida com greve dos professores que foram para o embate contra as medidas controladoras, ainda que na forma dispersa como afirmou o sindicato. Nesse período em que as contratações foram proibidas e cerca de 114mil trabalhadores temporários ficaram sem emprego<sup>48</sup>. Além do efeito causado na categoria podemos avaliar o impacto dessa medida para o efetivo funcionamento das escolas. Além disto, os descontos de filiação ao sindicato foram cancelados e os professores tiveram que ir pessoalmente à secretaria de administração se recadastrar. A tática era inviabilizar economicamente a organização desses trabalhadores e submeter, através das medidas administrativas, toda a organização do trabalho em educação ao controle do núcleo econômico do governo. A administração dos recursos financeiros e o pagamento de pessoal ficam na dependência de autorização da secretaria de fazenda. As ações do governo, apesar das justificativas por ele apresentadas, modernização e racionalização, traduzem com clareza o que representam. O governo conseguiu, sem aumentar a qualificação da força de trabalho ou inserir novos meios de trabalho, não só enxugar gastos com pessoal como fazer o profissional da educação trabalhar mais tempo (tanto do ponto de vista intensivo como extensivo), com os mesmos processos de trabalho.

---

<sup>48</sup> Apesar da luta por concursos públicos o que estava em andamento não era o fim do contrato temporário. Na verdade o governo demite, organiza nova contratação e reconvoça os professores. Isto além de provocar a insegurança permite a recontração à menor, sendo difícil identificar de imediato. É uma das medidas de racionalização que também desarticula a reação.

A partir de 1988 novas medidas são acionadas, ampliando os mecanismos de controle sobre o processo de trabalho e colocando novos desafios para os trabalhadores em educação bem como para as comunidades por eles atendidas. Com o decreto nº 27.868 de 13 /02/88, conhecido como “Decreto da Racionalização do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação” e a resolução nº 6.409 de 25/02/88 ambos com vigência para aquele ano, os diretores de escolas só poderiam convocar pessoal para atuar após a autorização prévia do governo<sup>49</sup>. Enquanto isso a escola deveria funcionar com os profissionais já existentes, em geral, do quadro permanente<sup>50</sup>. Pela resolução se reafirma o uso do professor regente para as atribuições que se fizessem necessárias ainda que de conteúdos distintos de sua formação.

Toda essa reorganização das relações de trabalho na escola se colocava como contradição às propostas progressistas de reorganização pedagógica empreendidas pela própria Secretaria Estadual de Educação e que tinham como pressuposto teórico a formação omnilateral.<sup>51</sup>

A garantia da qualidade apresentada nos documentos do governo estava em clara contradição com as condições objetivas de realização do trabalho. A máxima exploração da força de trabalho é um dos princípios da forma de organização da produção sob o capitalismo e a base de seu processo de acumulação. O Estado com essas medidas visava o máximo aproveitamento da força de trabalho e seu controle, não deixando espaços, horários vagos, na jornada de trabalho. Os professores deveriam complementar plenamente sua carga horária, mesmo que para tanto tivesse que lecionar até cinco disciplinas diferentes. A não autorização de contratações resultou em proibição de licenças, inclusive para tratamento de saúde. Essa prática vigora até hoje<sup>52</sup>. Também as mudanças de lotação ex-ofício (à revelia da vontade do servidor) seriam utilizadas sempre que ocorresse excedência em função da nova forma de distribuição das aulas. Também foi reduzido o número de profissionais como especialistas de Educação e de vice-diretor cujos cargos só poderiam ser preenchidos após o atendimento de

---

<sup>49</sup> Através das secretarias de fazenda e planejamento que então encaminhavam à Casa Civil que, finalmente, autorizava a contratação para que a secretaria de educação a realizasse.

<sup>50</sup> Quadro permanente: composto por funcionários concursados e estáveis o número desses profissionais é cronicamente deficitário em Minas Gerais.

<sup>51</sup> Omnilateral: aplicada à educação como a possibilidade de formação integral, do desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano e sua realização efetiva. Coloca-se na dimensão da utopia, pois sua realização efetiva só será possível sob outra organização societal. KUENZER (2002) In SAVIANI, LOMBARDI e SANFELICE (op.cit.) e FRIGOTTO, G (1999) In: GENTILI e SILVA (op.cit). É evidenciada assim a incoerência entre o discurso e a prática que caracteriza todo o discurso que não passa de “sedução” para obtenção do consenso.

<sup>52</sup> Não podemos mensurar isso, essa afirmação é feita com base na observação direta na subsede de Juiz de Fora, pelas queixas recebidas pelo Jurídico da subsede. Inclusive parte da remuneração que não compõe o piso e está expressa em gratificações e regência, é descontada quando o trabalhador, finalmente, consegue a licença.

todas as turmas de primeira à quarta série por supervisores pedagógicos e de quinta a oitava séries pelos orientadores educacionais.

Outras duas medidas também alteraram o quantitativo de trabalhadores e sua relação de trabalho: o fim do acesso e a criação do quadro permanente<sup>53</sup>. O acesso garantia ao profissional da educação que tivesse atingido novo grau de formação mudar de nível de atuação recebendo o salário correspondente tanto à formação quanto ao nível de ensino. Já o quadro permanente veio atender a necessidade do governo de recompor o quadro administrativo. O pessoal do magistério podia optar pela nova carreira<sup>54</sup> que tinha como atrativo, salários melhores. Contudo os níveis salariais foram baixando ao longo dos anos, de acordo com os autores de suporte. Isso gerou pressão sobre o governo. Através de novo decreto nº 28.255/88, foi concedido ao pessoal o direito de reoptar pelo Quadro do Magistério com a condição de que a re lotação seria nas Unidades Escolares. Resultando novamente em demissões dos temporários que perderam as vagas para as quais foram contratados sem direito a aviso prévio, indenização ou prioridade em recontração caso surgissem novas vagas. Essa relação de trabalho se mantém e se aprofundou no Estado de Minas Gerais<sup>55</sup>. Igualmente as implicações pedagógicas de tais medidas tomadas no meio do ano letivo, não foram levadas em conta. O discurso sobre o “pedagógico” é o canto sedutor da sereia<sup>56</sup> para desviar a atenção do professorado das reformas administrativas, estas sim, informam quanto às intencionalidades dos governos para garantir a ‘qualidade’ na educação. Também é conflituosa a participação dos professores nas esferas de decisão e de administração. Os Governos de Estado tendem a ceder parte do controle sobre a administração da escola, dentro da perspectiva de “autonomia regulada” com limites estreitos. Professores, pais, alunos participam, através do colegiado, das decisões pedagógicas e das decisões administrativas afins. Mas o Estado não cede naquilo que lhe é essencial para garantir o controle da exploração do trabalho e da formação da força de trabalho. Dessa forma a administração dos processos de trabalho na escola ocorrem em permanente tensionamento entre as demandas

---

<sup>53</sup> Acesso: Progressão na carreira por formação; o acesso era automático. Quadro Permanente: Pessoal administrativo.

<sup>54</sup> Com a transferência do pessoal administrativo para um quadro independente da carreira do magistério, foi criada uma nova carreira, a carreira do Quadro Permanente.

<sup>55</sup> Essa relação de trabalho absolutamente precarizada e a relação desse grupo de trabalhadores com os demais e o impacto na relação de pertença desses trabalhadores, na subjetividade ainda aguarda o tratamento da pesquisa científica, novamente o Núcleo de Trabalho e Educação da UFMG tem desenvolvido alguns trabalhos nesse sentido. Ver ASSUNÇÃO (2003) In: OLIVEIRA (org). (op.cit.).

<sup>56</sup> Expressão utilizada por Adalberto Cardoso.

dos trabalhadores (profissionais da educação e comunidade) e aquelas que garantem a manutenção do controle sobre o trabalho e do eixo político da formação por parte do Estado.

### **3.5 - Embates na sociedade civil e o protagonismo do sindicato dos trabalhadores em educação**

As ações truculentas e autoritárias do então governador Newton Cardoso produziram seus efeitos e amplos setores sociais se mobilizaram em torno das questões por ele suscitadas, em especial aquelas destinadas às mudanças na Educação Pública do Estado.

A União dos Trabalhadores da Educação assumiu importante papel nesse embate. É da avaliação de todos os pesquisadores<sup>57</sup> seja do movimento sindical, dos movimentos sociais e de políticas públicas para a educação: a UTE protagonizou os mais importantes embates em defesa da educação pública ao longo da década de 80, com especial atuação nesse momento do governo Newton Cardoso.

Através do levantamento feito por SILVA (1994) no registro diário da imprensa escrita podemos caracterizar a ação da UTE. O sindicato encaminhou ações no sentido de registrar suas concepções na mídia bem como a denúncia de falsos pronunciamentos do governo, o desemprego, os atrasos de pagamento, a anulação de concursos, demissões ilegais de professores, a não renovação de contrato de 20 mil professores, o descaso com a qualidade da educação. Denunciou a substituição de professores com critério político e o desvio de verbas, empreendeu ações junto a justiça em defesa do concurso (através de liminares, mandatos de segurança etc), pela estabilidade, contra redução do quadro de pessoal, realizou *lobbies* e protestos junto aos deputados. A UTE realizou importante papel organizativo das lutas através da mobilização de pais, alunos e trabalhadores em educação contra as medidas do governo. A ação da UTE foi incisiva e esta se manteve como protagonista das críticas ao governo.

Todo esse confronto chamou a atenção dos profissionais formadores de educadores; vários intelectuais se sentiram compelidos a se pronunciar. Essa necessidade assumiu materialidade na realização do Fórum de Debates promovido pela UFMG. Os objetivos do Fórum eram: “Debater a política de Educação no Estado de Minas Gerais; esclarecer as recentes medidas educacionais tomadas pelo governador Newton Cardoso em relação aos

---

<sup>57</sup> Esses pesquisadores são os que constam na bibliografia cuja produção de dissertações e teses referentes ao período reportam a atuação da UTE, em especial: ASSUNÇÃO, BONACINI, TAVARES, CAMPOS, FURTADO.

especialistas e professores e discutir a situação dos profissionais da educação em exercício nas escolas estaduais (em razão destas medidas)” (Fórum de Debates, Apud SILVA 1994:250).<sup>58</sup> Miguel Arroyo foi o expositor do segundo dia e fez todas as críticas ao modelo implantado desde a “sedução” pedagógica pelo Congresso Mineiro de Educação até as medidas de racionalização do trabalho que considerou arbitrárias e autoritárias, bem como contraditórias com os pressupostos da discussão feita no Congresso. Miguel Arroyo também apontou o caminho que os trabalhadores deveriam explorar: a ferida aberta que expõe o governo está na organização do trabalho que inviabiliza qualquer proposta pedagógica. Os debates chegaram, inclusive, na TV.

Podemos perceber que as ações do governo contribuíram para despertar o interesse da população sobre esses acontecimentos expresso na cobertura dada pelos meios de comunicação ao embate. A atuação de intelectuais como Miguel Arroyo foi fundamental e, a partir de então, a imprensa escrita passou a noticiar dia a dia as escolas que estavam entrando em colapso de funcionamento em decorrência das medidas governamentais. Esses artigos cobrem o período de todo o ano letivo de 1988 até o início de 1989. Os jornais de então relataram também outros desdobramentos das medidas do governo: as perdas de direitos adquiridos e atrasos nos pagamentos, quanto mais as medidas racionalizadoras são implementadas.

O desfecho desse processo de embate é relatado de forma excelente por CAMPOS (1992) e TAVARES (1995) e resultou em uma CPI da educação.

Novas medidas de racionalização do trabalho atingem a reorganização da escola e de seu funcionamento, segundo SILVA (1994) e SILVA (2001). Nesse aspecto a Resolução 4.811/84, que materializou o ordenamento da mudança, incorporava em seu texto as diretrizes do Congresso Mineiro de Educação que apregoavam: “a escolarização para a formação de indivíduos aptos para a cidadania através da apropriação da cultura”; descentralização; participação da comunidade escolar pela administração colegiada. As ações, contudo, apontavam para outros aspectos. Um exemplo que podemos citar é o critério de organização de turmas. Uma vez que as contratações foram restringidas, que estavam sob controle das secretarias da fazenda e da casa civil e que a perspectiva do governo era do máximo

---

<sup>58</sup> Participaram do Fórum várias entidades de representação de profissionais da educação como a Associação Mineira de Supervisores (AMIS) Associação dos Orientadores Educacionais de Minas Gerais (AOEMIG), Associação Mineira de Inspectores de Ensino (AMIE), Associação dos Diretores das Escolas Oficiais de Minas Gerais (ADEOMG), Associação dos Professores Primários do Estado de Minas Gerais (APPMG), União dos Trabalhadores de Ensino de Minas Gerais (UTE), Instituto de Educação de Minas Gerais (IEMG) e Diretório Acadêmico da Faculdade de Educação (DA).

“aproveitamento” da capacidade de trabalho, o resultado foi a superlotação de turmas. A máxima ocupação do espaço em sala (através cálculo do *per capita* em relação à metragem da sala) foi garantida pela inspeção escolar subordinados diretamente ao secretário de educação e a fiscais da secretaria da fazenda. A superlotação de turmas causou transtornos para alunos e mestres. E resultou, mais uma vez, em desemprego para os trabalhadores temporários pela redução de turmas. Todas essas medidas foram tomadas em meio ao ano letivo.

As medidas foram reeditadas no ano seguinte, 1989, através da resolução 6.518, de 16/02/89 que, entre outras coisas, congelava o número de vagas nas escolas estaduais pelo prazo de 60 dias. A imprensa ao noticiar esse congelamento associou imediatamente o fato a redução do quadro de trabalhadores nas escolas, talvez fruto do acúmulo criado a partir do Fórum de Debates.

O quadro absurdo a que chegou a rede estadual de educação em Minas Gerais teve como resposta a mobilização de vários setores da sociedade civil, conforme já foi relatado em trecho acima, materializada na criação de uma CPI da educação, implementada a partir de pedido de deputada eleita pelo PT, Maria José H. Freire. Os números eram impressionantes. Só para ilustrar a questão havia, nessa época, 200 mil alunos matriculados sem salas de aula e sem professores. Ao mesmo tempo, o governo havia reduzido em 5 mil o número de salas de aula<sup>59</sup>.

Nesse contexto, a mobilização de pais e alunos também levou pressão pela CPI, conforme os trabalhos já citados como de CAMPOS (1992). A relatora indicada foi a deputada Maria Elvira (PMDB). No processo de apuração foram ouvidos professores, alunos, membros do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais, representantes de entidades de representação de trabalhadores, representantes da Faculdade de Educação da UFMG. Escolas foram visitadas e o grau de deterioração da rede física foi registrado. No relatório final estavam registradas todas as mazelas da educação. Desde as precárias condições de trabalho até a defasagem salarial e o enxugamento do quadro de trabalhadores. Mas, na condição de membro da bancada governista, suas propostas para solucionar os problemas apontados faziam coro com as propostas do governo, entre elas a reforma administrativa da secretaria de educação e a implantação gradativa da municipalização. O relatório final da CPI mapeava todos os problemas de forma precisa, mas apontava uma solução que aprofundaria esses

---

<sup>59</sup> Segundo levantamento de SILVA (1994) nos jornais da época. Racionalização e Qualidade na apropriação dos recursos públicos e na negação do direito à educação. Os compromissos do Estado estavam evidenciados “até os ossos”.

mesmos problemas. A prática operatória neoliberal já estava em andamento em Minas Gerais. Os desdobramentos e as implicações dessa maneira de gerir a Educação teriam ainda seria objeto de novas reformas e novos embates ao longo da década seguinte.

A atuação do sindicato na mobilização social em defesa da educação pública já foi apresentada ao longo do texto. Registro abaixo apenas as mobilizações da categoria em torno das questões de natureza corporativa. Os trabalhadores fizeram greves em 1987, 1989 (ano da CPI) e 1990. Respectivamente: Greve de 71 dias atingindo 564 municípios tendo como ganhos reajuste de 78% e cumprimento do acordo do piso salarial de 3 SMR e 5SMR<sup>60</sup>. Depois de 33 dias de duração com adesão de 263 cidades, tendo como conquistas vinculação do salário à BTN, reajuste mínimo de 121% para os auxiliares de serviço, reajuste de 57% a 207% para o quadro permanente, reajuste para professores de 35% e 41% como parcelas e mais 10% de pó-de-giz<sup>61</sup>, readmissão de 7 mil serventes, compromisso do governo de estudo para a implantação do Quadro Único Da Carreira da Educação, retorno no remanejamento das especialistas e auxiliares de serviço para suas escolas de origem, concurso público para professores do ensino médio e de 5ª à 8ª, nomeação de professores concursados de 1ª a 4ªséries, revogação do decreto de municipalização e simplificação dos procedimentos para assegurar a estabilidade, redução do ano letivo de 196 para 180 dias, para os grevistas, não retaliação e não corte de ponto dos dias parados. Por último a greve durou 46 dias e teve a adesão de quase 400 municípios, conseguindo o pó-de-giz com incorporação de 30% e manutenção dos 20% já existentes, concurso para ‘professor primário’, aumento do número de BTN’S<sup>62</sup> para serviços gerais e magistério, pagamento de salários atrasados com atualização e com calendário de reposição dos dias parados.

---

<sup>60</sup> Salário mínimo de referência.

<sup>61</sup> Gratificação recebida pelos prejuízos à saúde em contato com essa substância mais que não figura como insalubridade e sim como mecanismo de recomposição de perdas por um lado e por outro a negação da recomposição no piso.

<sup>62</sup> BTN: Bônus do Tesouro Nacional. Bônus é uma obrigação de renda fixa, similar às notas promissórias, que é emitida por empresas, bancos ou governo. Um bônus é um certificado de dívida no qual o emissor se compromete a pagar um montante específico de juros em intervalos pré-determinados durante um período de tempo, além de pagar também o montante da emissão na data do vencimento. Como o bônus é um instrumento de dívida (renda fixa) o comprador é um credor da empresa e não um acionista como no caso do comprador de ações. Em Janeiro de 1989, o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, anuncia o Plano Verão. Preços são congelados, o Cruzado perde três zeros e passa a se chamar Cruzado Novo (NCz\$). A OTN (Obrigação do Tesouro Nacional) e a URP (Unidade de Referência de Preços) são extintas. É criado o BTN (Bônus do Tesouro Nacional), pelo art 5º da Lei 7.777/89. O objetivo era prover recursos necessários à cobertura de déficits orçamentários ou à realização de operações de crédito por antecipação de receita e efetuar troca voluntária por Bônus da Dívida Externa (BTN-BIB). O fator de remuneração, quando da Criação, foi o índice de preços ao consumidor (IPC) ou variação da cotação de venda do dólar americano. O título foi extinto, existindo alguns ainda em circulação. Fontes: [http://www.tesouro.fazenda.gov.br/divida\\_publica/include\\_htm/btn.html](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/divida_publica/include_htm/btn.html) ; <http://almanaque.folha.uol.com.br/dinheiro80.htm> ; [http://www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=mtvm\\_btn](http://www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=mtvm_btn)

É necessário considerar para a análise da década seguinte o tamanho da tarefa que foi realizada nesse período mesmo com a diminuição das liberações sindicais e sob o forte ataque do governo, que, segundo Tavares e Furtado, agiu com forte repressão seqüestrando carro de som, ação policial, prisão de diretores e parlamentares de partidos de esquerda e cortando o repasse da contribuição sindical. As manifestações se tornaram maiores segundo os autores e trinta mil professores tomaram as ruas e enterraram, simbolicamente o PMDB. É necessário destacar que não foi Newton Cardoso o ‘enterrado’ e sim o seu partido o que tem um enorme valor para a educação política da população em um país cuja marca do personalismo permanece. Em seguida a repressão se aprofunda, mas os trabalhadores voltaram às ruas atendendo ao chamado da CUT, CGT, CPB e ANDES pelo dia nacional do de luta pelo gatilho salarial<sup>63</sup>. Segundo Tavares, dos 60mil trabalhadores a maior parte era de professores da rede estadual.

É importante registrar que ao final de seu governo Newton Cardoso tinha acumulado três processos de impedimento e ainda a CPI da educação<sup>64</sup>. Não levantei quantas CPI’S aconteceram na época sendo essas informações fruto da literatura já mencionada.

É importante também lembrar que em 1989 a greve havia se realizado no ano da primeira eleição direta para presidente sendo Collor vitorioso. A greve de 1990 teve baixa participação, sendo que Tavares aponta a queixa da direção do sindicato diante da ‘apatia’ da categoria e ainda que pais e alunos começaram a se posicionar contra os professores<sup>65</sup>.

Durante a década de oitenta o Sind-UTE realizou, em dez anos de existência, onze Congressos, dois no ano da histórica greve e da fundação da UTE em 1979 e um a cada ano subsequente até a unificação, além de inúmeros encontros de núcleos de disciplinas, encontros pedagógicos, cursos de formação.

O ano de 1990 é significativo também para a institucionalização do sindicato: é o ano do Congresso de Unificação das entidades que criou o Sind-UTE.

---

<sup>63</sup> Gatilho Salarial: expressão que designava o reajuste de salário a partir do aumento da inflação, que no período, assumia índices extremamente elevados. Seria um mecanismo de proteção ao salário.

<sup>64</sup> TAVARES (1994) e CAMPOS (1992).

<sup>65</sup> Em relação aos pais acredito que o discurso do governo de ‘defesa’ da qualidade associado às greves anuais levaram ao desgaste na relação com os trabalhadores em educação que, suponho, foi acentuado pelo processo de afastamento dos dirigentes do sindicato das bases e das comunidades em um processo similar e complementar ao que é objeto dessa pesquisa. Quanto à baixa mobilização, apresenta indícios do início do processo de burocratização das lideranças.

**PARTE III - A ARENA DE EMBATES ENTRE ESTADO & SIND-UTE: dos anos 1990  
ao início de 2000...**



**1 – PREPARANDO-SE PARA A DÉCADA: O CONGRESSO DE UNIFICAÇÃO -  
1990.**

---

O ano de 1990 guarda a especificidade de pertencer ao período administrativo do governo anterior, mas também é o ano que inaugura uma nova fase na organização dos trabalhadores em educação. É nesse ano que se realiza o congresso de unificação de todas as entidades que organizavam setores dessa categoria, através da forma associação, para criar o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Estado de Minas Gerais. Pela especificidade apresentada, nem o ano nem o Congresso caberiam no período do final do governo de Newton Cardoso, nem integra o período do novo governo de Hélio Garcia. Assim sendo, considereei que a melhor forma de ressaltar essa especificidade seria apresentá-lo em um capítulo á parte, integrando a nova década, sem se vincular às administrações.

O ano de 1990 é marcado pela posse do primeiro presidente eleito pelo voto direto, Fernando Collor de Mello. É um período de inflação de 84% ao mês. A crise econômica que assolava o país inaugurava, com a eleição de Collor, o caminho de saída pela direita: o neoliberalismo. O discurso de posse do presidente anunciava o credo liberal: liberalizar a economia, estimular a concorrência internacional, privatizar. O arrocho seria institucionalizado com o lançamento do Plano Collor, considerado a maior intervenção econômica da história do país. A medida mais agressiva e espetacular foi o confisco da poupança. A economia, após um ano de governo, continuou em profunda recessão combinada com inflação alta. Segundo PILAGALLO (2002:188) “O PIB encolhera quase 5% no primeiro ano do governo Collor, quando houve quase 200mil demissões apenas na indústria paulista”.. Toda a década seria marcada pela recessão para a classe trabalhadora, por maior concentração da riqueza e da renda e ainda pelo congelamento de salários. No caso dos servidores públicos, por mais de dez anos.

É interessante destacar que autores como Garcia (2000) e BOITO Jr (1999) apontam que é durante esse período final da década de 1980, precisamente a partir das vitórias eleitorais de 1988, até os primeiros anos da década de 1990, em especial os anos de 1990 e 1991, que outra importante entidade organizativa da classe começa um período de mudanças: O PT. Não dispomos de elementos documentais para analisar o período anterior ao congresso de unificação, mas seria interessante poder analisar os documentos congressuais da UTE e verificar o que motivou essa unificação, para além das recomendações da CUT de criar sindicatos únicos por ramo de atividade e da necessidade de unificar a luta contra as reformas administrativas e o arrocho que se abatia sobre a classe trabalhadora em geral e os funcionários públicos em particular.

### **UNIFICAR É PRECISO.**

Com esse tema é realizado o Congresso do ano de 1990, que tem a especificidade de ser um evento que reúne as várias entidades de representação de setores da categoria profissionais da educação. Foi eleita uma direção provisória e estabelecidos critérios de organização e estrutura que seriam validados ou modificados em 1991. Não disponho das resoluções desses Congressos. Mas podemos confrontar o que ficou sedimentado a partir deles nas resoluções dos Congressos subseqüentes.

A análise que se segue é fruto do confronto das teses das várias correntes presentes, respeitando-se a organização do caderno de teses. Os pontos convergentes serão tratados em bloco tendo destaque às divergências seguidas de minhas considerações.

Foi preocupação, ao longo da leitura, tanto identificar as posições ideológicas nesses cadernos e identificar nas resoluções dos congressos subseqüentes a concepção que se tornou hegemônica, quanto a análise das transformações mundiais, as implicações nacionais e estaduais, as bandeiras de luta, a concepção de sindicato, de educação, a relação com outras entidades sindicais e com as centrais sindicais nacionais e internacionais e como essas concepções se cristalizam na estrutura do sindicato a partir das mudanças estatutárias. Ao final desse percurso acredito ser possível desenhar o processo pelo qual o Sind-UTE passou ao longo da década de noventa, identificar a corrente político-ideológica que prevaleceu e a partir disso tecer as considerações que considero pertinentes para a pergunta que motivou essa pesquisa: por que o Sind-UTE mudou?

As teses das correntes chamam a atenção pelo detalhamento, sua completude, a organicidade, além da preocupação em atender as especificidades de um sindicato cujos trabalhadores têm uma relação de trabalho muito específica: a educação de outros trabalhadores.

### **CONJUNTURA INTERNACIONAL**

Não há grande distinção na análise das correntes: Articulação Sindical, Corrente Sindical Classista, CUT pela Base, Democracia e Luta, Unificação na Luta e diretoria do SINPEP<sup>66</sup>.

---

<sup>66</sup> Articulação da UTE: braço sindical da tendência de mesmo nome (articulação) do PT e corrente majoritária no sind-UTE, na CNTE, na CUT e no PT. É importante dizer que até aqui a articulação, nessa organização, se chamava “articulação da UTE” após a unificação passou a se chamar Articulação Sindical e hoje nos encontros e congressos são identificados como Art-Sind.

Foi feita a crítica ao modelo capitalista e a exclusão que provoca. A análise da especificidade da crise atual que aponta para o esgotamento do sistema e o rearranjo internacional pela organização dos blocos de países como o Nafta e a União Européia, a avaliação do salto tecnológico nesse contexto em especial do modelo japonês.

A crítica ao modelo construído no leste europeu a partir da URSS e a crise que resultou na queda do muro de Berlim são vistas como a crise do modelo burocrático do Stalinismo, do autoritarismo e dos privilégios dos dirigentes daqueles países.

Contudo há pequenas, mas significativas diferenças.

### **A Articulação sindical:**

A Tese da Articulação da UTE apresenta o “salto tecnológico” dado pelo Japão como ameaça a hegemonia dos EUA e Europa descolando o avanço tecnológico da dinâmica intrínseca do sistema mundial do capital. Aponta os conflitos no leste (a desagregação do Bloco socialista) e no ocidente (a crise da acumulação) como resultado dos gastos excessivos dos países hegemônicos com armamentos e esses como responsáveis pelo déficit público nos EUA e como a “incapacidade de elevar o nível de vida das massas”.

Na URSS, essa elevação do nível é identificada com os investimentos em “bens de consumo e de capital”. A Articulação coloca como desafio dos países que viveram a experiência socialista: “avançar no aperfeiçoamento democrático, promover a readaptação econômica; manter e alargar os avanços conquistados na última década”.

A Articulação, contudo, não qualifica nem socialismo, nem democracia e não deixa claro de que “readaptação econômica” está tratando.

### **A Corrente Sindical Classista:**

Coloca o socialismo como uma necessidade histórica. Caracteriza a construção do socialismo como “o único sistema capaz de resolver os graves problemas que afligem os trabalhadores”. Quanto a crise no leste europeu atribuem-na a pressão do capitalismo mundial sobre esses regimes e elegem como prova as enormes dívidas contraídas, segundo eles, pelos

---

Corrente Sindical Classista (CSC) braço sindical do PCdoB e majoritária na CONTEE. Tradicionalmente compõe um bloco com a Articulação Sindical. CUT pela Base - Educação: corrente que agrupava várias tendências internas ao PT principalmente a Democracia Socialista (DS) e, posteriormente, também a Tendência Marxista (TM) oriundos do norte e do oeste de Minas; posteriormente assumem a denominação Alternativa Socialista. Criticavam a falta de democracia interna na CUT e posteriormente também no sind-UTE. O texto da Democracia e Luta foi apresentado pelo coletivo que viria a constituir a Convergência Socialista dentro do Sind-UTE. Não foi possível identificar o coletivo que apresentou a Tese Unidade Sindical. As denominações estão presentes nos documentos apresentados ao Congresso e constam dos Cadernos de Teses.

países do Bloco no sistema financeiro. Para a CSC o que ocorreu foi “o abandono de uma política socialista conseqüente”.

### **A CUT pela Base:**

Na análise que realizam destacam a crítica à democracia burguesa qualificando o conceito de democracia. Defendem uma sociedade socialista “intrinsecamente democrática”, sem classes, sem exploração e opressão, revolucionária e humanista. Caracterizam suas linhas gerais como “apropriação social controlada pelos trabalhadores, o Estado representando a auto-organização do povo expressa em Conselhos, com regime político que garanta democracia real, direitos individuais e coletivos, no quadro da legalidade socialista”.

**Democracia e Luta:** Não distingue nenhum ponto e faz a defesa genérica de um “socialismo democrático”.

### **SINPEP**

Embora utilizem o vocabulário marxista carecem de precisão teórica, assim como as demais correntes. Um exemplo é a concepção positiva que apresenta da ideologia do progresso em relação às transformações técnico-científicas que caracterizam a reestruturação do capitalismo, sem nenhuma crítica ou separação entre os avanços científicos e sua apropriação pelo sistema, ou melhor, que o que determina o avanço científico sob o capitalismo é a sua funcionalidade para o regime de acumulação. Assim sendo a crítica que fazem ao regime dos países do leste europeu é “a incapacidade de garantir o acesso a bens de consumo para a população e o atraso frente à revolução técnico-científica”. Consideram que o que se passa no leste europeu é uma “revolução democrática”.

### **Unificação na luta:**

Assinada por quatro militantes<sup>67</sup> é a que melhor analisa o quadro de desagregação do bloco socialista e a crise do capitalismo, além da CUT pela Base. O coletivo trabalhou com o pressuposto do conflito de classes em suas análises, realiza a ligação entre as transformações do capitalismo com as reformas na América Latina, mas preserva um viés nacionalista na análise das burguesias nacionais cujo papel nas reformas caracterizam como “A submissão e a

---

<sup>67</sup> Esse coletivo de professores reaparece em 1991 com a Tese: “Sind-UTE é para Lutar”. Não foi possível identificar se o coletivo de professores possuía filiação a corrente política e/ou partidária.

covardia das burguesias nacionais do continente” sem utilizar aqui a análise que fazem das relações de classe e sem avaliar o caráter dependente do capitalismo brasileiro e sua adequação ao interesses ontológicos da elite nacional cujo berço é a relação com o mercado externo em caráter complementar e periférico.

### **CONJUNTURA NACIONAL**

Todas as correntes analisam as eleições de 1989 como de transição conservadora, apontam o governo Collor como neoliberal com boa caracterização das ações em suas linhas gerais e seu perfil neocolonialista. A grande preocupação no momento era o pacote antiinflacionário como parte de um projeto mais amplo de reestruturação da economia e do Estado. Todos avaliam que a Frente Brasil Popular<sup>68</sup> e a candidatura Lula forma importante momento de fortalecimento e de criação de uma alternativa popular ao neoliberalismo.

Também nessa é importante distinguir alguns aspectos que nos aproximam dos dilemas que o movimento dos trabalhadores já começava a enfrentar e que tornam mais claras as opções que as várias correntes fizeram ao se posicionar no quadro econômico recessivo.

A principal distinção diz respeito a Greve Geral marcada pela CUT para junho de 1990 e posteriormente desmarcada pela central. As análises de cada corrente ou seu silêncio nos fornecem pistas importantes quanto a adoção de um posicionamento emancipatório ou a adoção da defesa do pacto social.

#### **Articulação sindical:**

A Tese da Articulação Sindical aponta a necessidade de organização dos trabalhadores para o enfrentamento ao neoliberalismo em especial do movimento sindical cutista junto com várias bandeiras políticas de caráter universal. Emenda para a defesa de uma escola pública para além das demandas da produção e de caráter emancipatório articuladas às lutas dos trabalhadores em educação a dos trabalhadores em geral.

#### **Corrente Sindical Classista:**

A CSC, em sua Tese, realiza análise minuciosa das medidas econômicas do governo, em especial do Projeto Brasil Novo, destacando sua afinidade com a reestruturação capitalista no país e no mundo. O documento ainda resgata, a partir de 1930, a atuação histórica do

---

<sup>68</sup> Frente Brasil Popular: Coligação para as eleições presidenciais de 1989, mantida para as prefeituras municipais, composta pelos partidos PT, PSB e PCdoB.

Estado como interventor na economia e seu caráter classista e finaliza com a máxima “privatização dos lucros e socialização das perdas”. Sua principal crítica recai sobre a chamada “modernização das relações de trabalho”. Denuncia igualmente a relação do governo com o que chama de direita sindical e defensora do chamado “sindicalismo de resultados”<sup>69</sup>.

### **CUT Pela Base:**

Na caracterização do governo Collor apenas acrescenta que foi eleito com os dispositivos “sórdidos e alguns ilegais, pressões nos currais eleitorais do interior, corrupção” etc. É a primeira a pontuar a grande vitória que foi a expressiva votação recebida pela Frente Brasil Popular com 48% dos votos válidos e aponta que isso:

“Credenciou o PT como o principal e mais prestigiado partido do país. Alternativa real de governo e desde já na oposição, reúne excelentes condições para potencializar o movimento popular organizado, juntamente com a CUT e demais partidos de esquerda no país” (TESES, 1990:42).

Nem uma palavra sobre a Greve Geral ou sobre a Livre Negociação.

### **Democracia e Luta:**

A análise do governo presente na tese da corrente Democracia e Luta é bastante sumária. Aponta as linhas gerais que o caracterizam como reacionário e direitista e que a recessão provoca crises entre as frações de classe da burguesia sem, no entanto, defini-las.

Esse coletivo apresenta, assim como a “Unificação na Luta”, maior análise voltada para a atuação do movimento sindical, em especial, da Greve Geral que foi desmarcada pela Direção Nacional da CUT.

Avaliam que a Greve Geral era a melhor tática de luta para “derrotar de vez a política salarial do governo e fazer o Congresso Nacional aprovar uma lei salarial que além de garantir as perdas do Plano Collor, garantisse a indexação de acordo com a inflação” (TESES, 1990:50).

O fato da Direção Nacional da CUT ter desmarcado a greve garantiu, segundo a corrente, fôlego ao governo para novos ataques e afirmavam: “É preciso que nossas direções

---

<sup>69</sup> Sindicalismo de Resultados: Modalidade de negociação sindical com base nas reivindicações corporativas e dissociadas da dimensão política nas quais essas demandas se inserem. Essa modalidade foi adotada pela Força Sindical inicialmente. Segundo BOITO JR (1991:158) a Força Sindical entende o sindicato como intermediário na venda da mercadoria força de trabalho. Essa modalidade chegou à CUT à partir da IV Plenária Nacional, em 1990, BOITO Jr (1999:131) com o nome de sindicalismo propositivo, propondo que não basta a crítica ao sistema e colocando como necessária a participação dos sindicatos na elaboração de propostas que superem a “má distribuição da riqueza”, é a aposta no pacto social e no gerenciamento conjunto (Capital e Trabalho) da crise do capital.

[...] assumam que preferiram apostar na negociação com o governo em lugar de jogar toda a força nas lutas”. Defendiam o caminho da negociação com mobilização e concluem “caso contrário estamos fazendo o jogo do governo” (TESES, 1990:51).

### **SINPEP:**

Em sua Tese o SINPEP fez a análise de conjuntura nacional em bloco com a internacional e a estadual sem aprofundar nenhuma e se manteve ao largo da discussão sindical, indo direto ao plano de lutas e a estrutural sindical.

### **Unificação na Luta:**

Há um grande destaque para a avaliação crítica da atuação da Direção Nacional da CUT e do fato político assinalado pela suspensão da Greve Geral. Demonstram que os vários sindicatos da base cutista apontavam em suas campanhas para a Greve Geral. Relatam que a Direção Nacional da CUT foi à Brasília com empresários e a CGT negociar com o governo melhores condições para o empresariado, já apontando para a linha do sindicalismo propositivo<sup>70</sup>. Avaliam que essa atitude surpreendeu e “desarmou” o movimento com o discurso de “defesa da democracia” e “lutar contra a recessão” e de “união contra a recessão”.

Conforme fica claro a corrente denuncia o caminho de conciliação de classes. Afirmaram que as greves que ocorreram naquele ano e intensificadas no período da greve geral denunciam a contra-mão da opção da Direção Nacional da CUT. A atitude da CUT afetou negativamente as mobilizações que estavam em ascenso.

### **CONJUNTURA MINEIRA**

A caracterização do governo Newton Cardoso é o ponto mais unificador das teses. Todos concordam que é um governo de direita, truculento, autoritário e que Hélio Garcia representava sua continuidade. Todos os textos ressaltam o caos que se instaurou nos serviços públicos em Minas Gerais, especialmente a educação.

Segundo as Teses, Hélio Garcia, frente ao desgaste de governo Newton Cardoso, que terminou seu mandato com três processos de impedimento, com a CPI da Educação, ajudou a criar um partido “bonde” o PRS, Partido das Reformas Sociais ao qual ele e seu vice, Arlindo

---

<sup>70</sup> Conforme referenciado na nota anterior.

Porto Neto se filiam<sup>71</sup>. Todas as correntes defendem a atuação junto à Frente Minas Popular e à candidatura de Virgílio Guimarães (PT), como alternativa contra o desmonte do estado. O SINPEP não se posicionou quanto ao debate.

As três correntes de maior expressão nesse Congresso, todas pertencentes e co-fundadoras do PT, da CUT e da CNTE, a saber Articulação, CSC e CUT pela Base, silenciaram sobre a questão da greve geral de 1990 e da negociação sem mobilização realizada pela direção nacional. A ausência dessa análise demonstra sua relação orgânica com essas decisões, pois a Articulação era e é a corrente hegemônica de todas essas entidades. Nesse momento ainda com pequena vantagem na direção do Sind-UTE.

### **Articulação Sindical:**

A tese da Articulação Sindical avaliava que a conjuntura de recessão e crise delineou um quadro extremamente difícil de realização da greve que a UTE encaminhou em maio de 1990, caracterizada, segundo eles, por erros da campanha semelhantes aos cometidos em 88 e 89 sem explicitá-los<sup>72</sup>. Outros problemas apontados referem-se a:

*“Participação reduzida da categoria na definição do movimento, [...] a assembleias questionadas em sua legitimidade e desrespeito às suas decisões”.*(TESES, 1990:09).

Assembleias locais e por escola e “plebiscitos” considerados pela articulação como “formas primárias de ataque à democracia que tão duramente construímos” (Idem). Apontava igualmente o ‘crescimento invisível da greve’ pela ausência da categoria nas assembleias<sup>73</sup>. Criticavam o declínio das bandeiras mais gerais e o avanço do corporativismo que permeia a relação com as comunidades. Tudo isso e o comportamento da categoria “sem ser um enigma, exige um estudo mais detido. Novas formas de luta têm que ser necessariamente pensadas e produzidas” (Ibdem).

A relação que estabelecem é com as dificuldades mais gerais e com as ações do governo Collor, a manipulação feita pela mídia surge como um problema, mas não há menção à organização mais geral das lutas, em especial à greve geral daquele ano.

---

<sup>71</sup> O PRS é extinto logo em seguida. Carregam de herança do governo Newton o então secretário de administração, desburocratização e modernização Walfrido dos Mares Guia, que assume a pasta da educação no “novo” governo e implementa então o Programa de Qualidade Total na educação.

<sup>72</sup> Não tive acesso a esses documentos.

<sup>73</sup> É costume nessa organização designar por crescimento invisível a adesão a greve através da paralisação das atividades, mas sem movimento de massa, sem a participação em atos e assembleias.

## CONCEPÇÃO DE SINDICATO: PRINCÍPIOS E PRÁTICA

Também aqui não há divergência entre os documentos apresentados pelas correntes sindicais no que tange as linhas mais gerais. Todas as correntes defendem a autonomia sindical, um sindicato classista e de massas, combativo, democrático e plural, a relação sindicato-partido baseada na independência sem neutralidade, sua sustentação exclusivamente pelos filiados e a organização por local de trabalho, filiação à Central Única dos Trabalhadores, à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e à Coordenação Intersindical<sup>74</sup>.

Só o SINPEP apresenta claramente um perfil reformista e conciliador.

A discussão mais profunda da especificidade do sindicato de trabalhadores em educação coube a corrente Articulação Sindical que trabalhou a discussão da “Luta Pedagógica” a partir do conceito de alienação.

A Unificação na Luta não apresentou proposta de texto sobre concepção e prática sindical.

### **Articulação sindical:**

Na concepção dessa corrente a Luta pedagógica conduzida e organizada pelo sujeito coletivo que dá força e consistência às lutas: o sindicato. A Articulação realiza a autocrítica quanto à relação orgânica dos trabalhadores em educação e comunidade que ficou aquém dos objetivos propostos em suas bandeiras de luta dos anos anteriores. Defendia a ação a partir dos núcleos permanentes de professores nas escolas e sua extensão para as demais frações da categoria como forma de dinamizar as lutas e preservar-se da alienação do processo de produção capitalista.

É necessário igualmente destacar sua concepção da relação Partido-Sindicato. A Articulação conceitua o partido como:

“Instrumento para tomar o poder, assumir a condução do estado, com um programa para toda a sociedade. O ingresso no partido implica em aceitar sua ideologia”. Já o sindicato é caracterizado como: “representação de todos os trabalhadores independente de suas posições políticas e ideológicas, religiosas etc”. (TESES, 1990:14).

E sua função como a de mobilizar contra a exploração capitalista constituindo-se uma escola de formação de consciência de classe, o sindicato deve ser autônomo, mas não neutro.

---

<sup>74</sup> Coordenação Intersindical dos Servidores Estaduais: entidade que congrega, conforme o nome indica, os vários sindicatos e associações do setor público estadual em Minas Gerais.

Acrescenta que “deve combater as visões conciliatórias e o sindicalismo de resultados”.(Idem).<sup>75</sup>

É importante observarmos que a caracterização do partido encerra uma visão reformista uma vez que não se trata da conquista revolucionária da hegemonia na sociedade, mas da tomada do Estado e da realização de um “programa para toda a sociedade”. A função do sindicato nas lutas não é de se constituir em uma escola de comunismo como queria Marx, mas da construção da consciência de classe, que fica abstrata sem associação à ideologia marxista. A corrente já demonstrava sua propensão à concepção de conciliação que pautaria o sindicalismo cutista sob sua hegemonia. Apesar de no discurso se apresentar de forma velada pela natureza das críticas feitas aos setores mais à direita do movimento sindical e pela então, ainda recente, abertura política que polarizou de forma muito marcante direita e esquerda durante o regime empresarial militar.

#### **Corrente Sindical Classista:**

Essa corrente fazia a discussão do conflito de classe apontando o rumo ao socialismo. O movimento sindical como estratégico para a sua construção. Apontava a participação nas lutas econômicas tendo como diretriz a politização dessas lutas, ou seja, superando a concepção meramente corporativa. É importante a indicação feita pela CSC de que o movimento deve se solidarizar com o movimento sindical internacional, preservando sua independência e “sem se filiar a nenhuma das centrais internacionais existentes” então (FSM, CMT, CIOLS)<sup>76</sup>.

#### **CUT pela Base:**

A CUT pela Base fazia o resgate histórico da luta pela construção da CUT e a construção de nova estrutura sindical em contraponto com as formas como a burguesia tenta controlar a classe trabalhadora, ora com a repressão, ora com a institucionalização de suas entidades. Apresentava os princípios cutistas que deviam pautar o sindicato único. Conceituava autonomia sindical: “não permitir que a entidade pertença organicamente ou esteja ligada ao Estado, aos patrões, às religiões, aos partidos”. (TESES,1990:46).Distinguia

---

<sup>75</sup> Posição que mais tarde a corrente viria a assumir conforme as notas 84 e 85.

<sup>76</sup> Respectivamente: Federação Sindical Mundial, advinda do bloco socialista e ainda marcada pelos problemas decorrentes do stalinismo; Confederação Mundial do Trabalho, de origem Cristã e a Confederação Internacional de Sindicatos Livres, de orientação liberal.

sua concepção da neutralidade, mas defendia que o sindicato devia assumir posição frente aos fenômenos sociais o que significava assumir posição política e ideológica. Defendiam a devolução do imposto sindical aos trabalhadores.

A corrente iniciou uma discussão breve das limitações da luta sindical que não rompe com a organização imposta pelo capitalismo, tendendo ao corporativismo e apontou, como tentativa de evitá-lo, no nível mais imediato, a orientação da CUT de constituir sindicatos por ramos de profissão, que afinal, parece ser a demanda do Congresso: atender a essa orientação.

### **Democracia e Luta:**

Defendem a proporcionalidade da diretoria provisória a ser constituída no Congresso a partir da representação das diretorias das entidades em processo de fusão e também das “correntes de pensamento” presentes na base.

### **CUT pela Base:**

A concepção e a prática sindical foram discutidas sem nomear, mas não fogem a defesa dos princípios cutistas de então. Merece destaque o único ponto a mais colocado nesse item: a utilização da imprensa sindical como instrumento de agitação política.

### **Estrutura e estatuto**

Todas as correntes concordavam que a estrutura da UTE e seu estatuto <sup>77</sup> contemplavam os princípios defendidos. Havia acordo quanto às instâncias deliberativas máximas, sendo o principal Fórum o Congresso Anual e abaixo dele, pela ordem, Assembléia Geral, Conselho Geral e Diretoria.

Contudo há diferenças. A principal delas diz respeito aos participantes da Assembléia Geral. Para a Articulação as Assembléias deveriam ser de filiados, já a corrente CUT pela Base defendeu Assembléia de Base. Essa última posição prevaleceu. A CUT pela Base defendia também a proporcionalidade nas eleições à Diretoria e estendida ao Conselho Geral. A Diretoria Estadual, em sua concepção, deveria ser colegiada e composta por uma executiva. Já a Articulação defendia a organização vertical isto é que mantivesse a hierarquia de cargos e especialização de tarefas. A saída de delegados aos Congressos deveria ser feita por escola para todas essas tendências. Já o SINPEP, refletiu, em sua tese, nesse tópico, toda a burocracia

---

<sup>77</sup> A UTE existia desde 1979, conforme procurei evidenciar na primeira parte do capítulo, seus estatutos serviram de base para a criação do estatuto do Sind-UTE que esse Congresso se reuniu para criar através da Unificação das entidades que dele participaram.

no modelo administrativo proposto, preocupados em distinguir órgãos de instâncias, direção geral de coordenação regional, eleição de direção indireta pelos delegados em Congressos. De fato, copiaram a denominação dos órgãos administrativos do Estado.

Apresento abaixo aspectos expressivos no estatuto e que poderão ser confrontados mais à frente com as análises de outros Congressos.

### **Articulação Sindical**

Apresenta a preocupação de definir como princípio que “A referência está nas escolas, nos locais de trabalho”. Ou ainda: “Todos têm necessariamente que praticar e estimular o vínculo político com a categoria”. E por fim: “Queremos toda a direção, diretoria de subsedes, representantes de escola e militantes em geral fazendo política com a categoria e não apesar da categoria”.(TESES, 1990:19).

Essa insistência da Articulação em reforçar a relação com a categoria é um indício importante de que já havia um afastamento entre direção e base em curso esse afastamento é indicado nas pesquisas de TAVARES (1995) e BONACINI (1992). Outra preocupação que a corrente demonstra é com a função do Conselho Geral. Em sua tese de unificação A articulação defendeu: “O Conselho deve refletir o enraizamento da categoria no sindicato [...] é preciso resgatar o papel político de direção estadual ampliada que o Conselho Geral tem”. (TESES, 1990:18).

A Articulação realizou também uma breve análise da greve de 1990, não a geral, que foi desmarcada pela CUT, mas da categoria trabalhadores em educação. Apontou que a categoria decidiu na assembléia por posição contrária a da diretoria em vários momentos; criticou a “democracia ao avesso” quando as escolas (e as cidades) decidiram contra a greve depois da decisão da assembléia o “fórum legítimo” da categoria. Declarou igualmente que a decisão “é de todos e não apenas dos que querem a luta”. (Idem).

Essas avaliações e apelos fazem retroceder em mais de dez anos as preocupações que motivaram essa pesquisa e que foram fruto da observação direta<sup>78</sup>.

Por fim a Articulação avaliou que o “Congresso de Unificação é a síntese de um longo processo de maturação da unidade orgânica da categoria”. Expressando assim, uma contradição em relação a “democracia pelo avesso” criticada acima. (TESES, 1990:19).

---

<sup>78</sup> A crise que observei ao começar a trabalhar na rede estadual, em 2002, era exatamente o abandono da participação em Assembléias e a tomada de decisões dentro das escolas à revelia daquele fórum.

Em sua proposta de organização, a corrente defendeu que abaixo da organização de base estadual estariam as subsedes, de caráter regional, com o intuito de evitar a pulverização e de proteger a categoria do enfrentamento com as lideranças de caráter coronelístico pelo interior. As cidades que tivesse acima de 200 filiados poderiam constituir uma subseção e com 50 filiados poderiam constituir um núcleo. Para as redes municipais propuseram a preservação das estruturas já existentes e estabeleciam como meta o encaminhamento de campanhas salariais conjuntas.

A articulação defendeu a realização de uma intensa atividade cultural e de formação através de projetos, seminários, palestras etc<sup>79</sup>.

Tanto a Articulação quanto a CUT pela Base, defendiam a organização por local de trabalho. A defesa dessa modalidade de organização apontava para a organização da luta tanto na frente pedagógica quanto na corporativa e se constituía tanto da eleição de representantes quanto da organização de comissões de escolas.

É importante destacar que a Articulação propõe a manutenção do estatuto da UTE adaptado.

Destaco como aspectos relevantes o artigo 2 que trata dos princípios, no inciso VIII que trata da autonomia:

“Assegurando sua autonomia frente às entidades patronais, organizações religiosas, partidos políticos e em relação ao Estado; Garantia de autonomia das subseções assegurando expressão em todos os organismos e imprensa da entidade; Adesão a organismos de representação de classe que promovam a unidade dos trabalhadores. Permitindo a existência de tendências sindicais com expressão pública nos órgãos de imprensa do sindicato respeitados os princípios e a representatividade de 10% dos votos na última eleição”. (TESES,1990:24).

Aqui já aparece uma contradição: defendem a pluralidade de idéias, mas restringem a comunicação de tendências no jornal a uma representatividade de dez por cento. Igualmente confundem a existência de tendências organizadas com a eleição, a tendência com a chapa ou a participação em uma chapa.

Nos capítulos dois e três dos Estatutos que tratam especificamente da admissão e dos direitos e deveres dos filiados, observo que todas as relações com o sindicato ocorrem mediante a comprovação de vínculo empregatício que se expressa na apresentação do contracheque.

---

<sup>79</sup> Essas iniciativas foram levadas a cabo e, durante longo tempo, o Sind-UTE foi referência, inclusive, no que diz respeito às criativas atividades de greve como teatros, aulas públicas, campanhas de solidariedade etc.

Há uma parcela significativa da categoria que permanece muitos anos em regime de subcontratação. Esse quadro sempre foi crônico no estado de Minas Gerais. Essa parcela de trabalhadores que se encontra mais exposta pelo regime de subcontratação, tem problemas recorrentes com a sua condição de filiados<sup>80</sup>. Não há alteração nos estatutos para contemplar a existência dessa parcela da categoria<sup>81</sup>.

O artigo 17 dessa proposta estabeleceu a periodicidade dos congressos como anuais, assim como era na UTE.

No artigo 21 há um item importante quanto às liberações de dirigentes. A Articulação afirmava que os membros da diretoria só receberiam remuneração com autorização do Conselho Geral (que é composto pela diretoria estadual e por diretores de subsede e representantes de base indicados para compor a chapa específica do Conselho).<sup>82</sup>

O artigo 29 estabelece que a reunião ordinária do Conselho Geral seja trimestral, sendo convocada pela diretoria estadual.

Já o artigo 33 trás uma importante modificação na relação da entidade e da direção com a base. O artigo apresenta como atribuições do Congresso estadual adendar ou modificar o estatuto, destituir a diretoria, dissolver o sindicato. No início da UTE, a partir dos Estatutos dos Congressos de Fundação, em 1979, a diretoria poderia ser destituída em qualquer tempo pela categoria em Assembléia<sup>83</sup>. Essa é uma importante modificação na forma de exercer a democracia no sindicato: uma atual e representativa outra das “origens” e direta. Outro exemplo expressivo dessa mudança na democracia interna do sindicato é a competência da diretoria para determinar os critérios de relação do sindicato com o movimento sindical em geral e de elaborar normas para o reconhecimento de novas subsedes, uma vez que a proposta original era que diretoria executiva e que caberia à Assembléia Geral essas decisões.

---

<sup>80</sup> Apesar de não haver nenhuma restrição à sua filiação, o fato de entrar e sair da folha de pagamentos do Estado gera problemas nos descontos de contribuição e muitas vezes o trabalhador acredita estar filiado, sem que isso seja fato, esse problema se torna mais grave em períodos de eleições do sindicato, quando muitos membros da categoria não conseguem participar do processo.

<sup>81</sup> Conforme dados do DIEESE/MG em 2000 representavam 47% dos trabalhadores da rede estadual de Minas Gerais. Acesso pelo site do sind-UTE/MG: [www.sindutemg.org.br](http://www.sindutemg.org.br). Em 10/07/2005.

<sup>82</sup> Sabemos da existência de vários diretores tanto na direção estadual como em subsedes do interior que são liberados com ônus ou profissionalizados, mas não dispomos desse levantamento. Há uma edição comemorativa da subsede de Governador Valadares que nos dá uma idéia aproximada desse quadro. Estão liberados pelo Estado de Minas quatro diretores para o sindicato, dois para a CUT e um para a CNTE perfazendo um total de sete diretores com liberação total. Os sete pertencem à articulação sindical, todos entre os fundadores da UTE. Além deles ainda é possível liberar integralmente diretores pelas redes municipais em acordos com as prefeituras e ainda conseguir liberações parciais, com ônus para o sind-UTE, em negociação com ambas as redes. Em 1999, ano da publicação dessa edição, havia 20 diretores liberados para a diretoria do sindicato entre os da executiva e das regionais Caderno Documento, “Resgatando Nossa História”, publicação da subsede de Governador Valadares, Sind-UTE/MG, Tiragem 7.000 exemplares, 1999. Edição Comemorativa dos 20 anos do sindicato.

<sup>83</sup> TAVARES (1995).

No que diz respeito às receitas a divisão obedece ao seguinte critério: 70% da contribuição dos filiados ficam com a subseção e 30% ficam com a diretoria estadual. Os descontos são realizados pela administração estadual e repassados à direção estadual. É a estadual que repassa os recursos para as subseções.

O Capítulo VIII, dos Estatutos, tratava das eleições e merecem destaque os parágrafos 4, 5 do artigo 76 que tratam respectivamente da divisão equitativa das verbas de campanha e da garantia de livre acesso das chapas a todos os meios de divulgação do sindicato. Já o artigo 78 trata do livre acesso das chapas inscritas a qualquer arquivo da sede central.

### **PLANO DE LUTAS**

As bandeiras clássicas são defendidas por todos. As unanimidades são: Não pagamento da dívida externa; Reforma agrária; Contra as privatizações; defesa do meio ambiente; pela emancipação feminina; pelo fim do preconceito racial; solidariedade aos povos na luta contra o imperialismo.

As de caráter nacional também foram unanimidade e são: O “Fora Collor”; o apoio às candidaturas de caráter popular apoio à “Frente Minas Popular” com Virgílio Guimarães (PT), fortalecer a CUT e a CNTE, defesa das liberdades democrática; estabilidade no emprego; política de reposição de perdas salariais.

As lutas no estado diziam respeito à denúncia do governo Helio Garcia e barrar suas reformas e para tanto as correntes defendiam: a unificação das lutas do funcionalismo público do estado, a denúncia do caos na educação e nas demais áreas sociais. Nas lutas específicas apontaram para a reivindicação do quadro único para a carreira do magistério; o salário base pelos cálculos do DIEESE, recuperação da infra-estrutura das escolas, cursos de capacitação; tempo escolar dentro da jornada de trabalho<sup>84</sup>; eleição direta para diretores; unificação das campanhas salariais também com as redes municipais.

A unidade nas propostas de luta, em especial de unificação de campanhas, demonstram a percepção que as correntes tinham da ação orquestrada pelo capital e a clareza da necessidade de unir forças. Mesmo assim, podemos identificar alguns aspectos diferenciados que caracterizam essas tendências e correntes. A Articulação sindical estava mais preocupada com a organização das lutas entre os militantes do sind-UTE, as comunidades atendidas pelas escolas estaduais e a unidade com as redes municipais. Já a CSC

---

<sup>84</sup> Tempo escolar: é o nome dado no Estado de Minas ao horário destinado às reuniões pedagógicas. É costume da administração ocupar os sábados para sua realização sem que haja remuneração pelas horas trabalhadas fora da jornada.

estava mais atenta às bandeiras mais gerais e a realização de uma campanha mais ampla através do Fórum de Defesa da Escola Pública<sup>85</sup>. O mesmo é válido para a CUT pela Base que dava especial destaque as lutas internacionais, ao fortalecimento da CUT, a questão das eleições que se aproximavam. No que dizia respeito às lutas específicas essa corrente acentuava as de natureza corporativa. Merece destaque uma bandeira específica dessa corrente: “Rejeitar qualquer proposta de pacto social com esse governo”. (TESES, 1990:45).

Já a Democracia e Luta defendia a necessidade de rever o Plano de Lutas da CNTE que não tinha conseguido unificar as lutas dos trabalhadores em educação dos vários estados e era considerado por essa tendência defasado.

A Unificação na Luta apresentou o conjunto de propostas com mais clareza de defesa de classe. Destacou os acontecimentos que levaram ao cancelamento da greve geral pela CUT e a necessidade de retomar essa mobilização pela unidade nas lutas.

O Congresso de Unificação adotou a proposta de estatuto da UTE com pequenas alterações mais no vocabulário do que no conteúdo. A entidade foi filiada à CUT e à CNTE. A importante manutenção no estatuto foi a assembléia de base e não de filiados como queria a Articulação. No estatuto, as instâncias permaneceram democráticas. A proporcionalidade qualificada não foi aprovada. Na diretoria, provisória os professores obtiveram a maioria dos cargos. Na UTE a articulação era a corrente majoritária, mas ainda não hegemônica. No Sind-UTE ela começa com alguma vantagem sobre as demais. Ao longo da década que se iniciava junto com o nascimento do sind-UTE ela viria a se tornar a força hegemônica no sindicato, na Coordenação Intersindical, na CUT Minas e na Nacional, na CNTE. Com ela cresceu a CSC.

---

<sup>85</sup> Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública: “é uma articulação de entidades e movimentos sociais organizados da sociedade brasileira os quais, partilhando de ideais semelhantes, buscam defender a educação pública, gratuita, democrática e de qualidade social, para todos os cidadãos e cidadãs brasileiros(as)”. Carta de Princípios, DF, 21/08/2001. Disponível em [www.andes.org.br](http://www.andes.org.br). Acesso em: 10/03/2006.

## **2 – O PERÍODO DE 1991-1994**



## 2.1 - O governo Hélio Garcia e Arlindo Porto Neto: O projeto Pro-qualidade

O governo<sup>86</sup> apresentou em seu plano de gestão a crítica as tentativas da década anterior em lançar o estado a um novo patamar de modernização. Considerava que as ações tinham fracassado e que o estado continuava com uma estrutura “inadequada” às novas demandas do desenvolvimento. Para atingir a modernização o Governo Hélio Garcia defendia então uma “vigorosa política para o setor público, reinstitucionalizando o planejamento do Estado e recuperando as instituições que compõe a máquina pública”. “Um novo estilo e um novo sistema de planejamento será implantado no Estado”.(Plano de Governo Minas XXI, 1991: 12).

Após o período de mudanças drásticas as reformas se aprofundam com a implantação do Programa Pró-Qualidade. A Recuperação Institucional do Setor Público é apresentada como um dos pilares para a solução dos problemas enfrentados pelo Estado. Essa recuperação seria realizada através de três aspectos da reorganização: institucional, financeira e administrativa.

A reorganização administrativa previu a modernização do aparato administrativo do Estado<sup>87</sup>.

*“Através da racionalização dos métodos e processos de trabalho dos serviços públicos a par da reestruturação dos quadros de pessoal para adequá-los aos novos objetivos, almejando o resgate da dignidade dos servidores públicos”.(Plano de Governo de Minas XXI,1991:17)*

É sob a égide desse documento que é criada a versão adaptada para a educação do programa de reorganização do Estado. O projeto pro-qualidade na educação surgiu sob os auspícios do Banco Mundial e aprofundou as alterações no funcionamento da Secretaria de Educação.

Com a administração de Hélio Garcia a Secretaria de Educação assume em sua política educacional o eixo de busca da “qualidade” do ensino. Dentro dessa concepção cabia a preocupação com os índices de aprovação com base nos princípios da eficácia e da produtividade. Ocorre uma mudança de eixo do enfoque dado à questão da educação: de

---

<sup>86</sup> Hélio Garcia não se candidatou pelo PMDB, dadas as condições do final de governo de Newton Cardoso. Ele e seu vice se candidataram pelo recém criado Partido das Reformas Sociais, em 1990 e extinto logo após as eleições daquele ano. Os documentos apartir desse trecho são objeto de pesquisa em fonte primária. Constan dos arquivos da Fundação João Pinheiro. A Legislação, contudo, é fruto de fonte secundária das obras já mencionadas.

<sup>87</sup> É importante ressaltar que essas medidas são adotadas antes da reforma do Estado empreendida por Bresser Pereira no âmbito da União. Contudo a ideologia neoliberal e sua ‘nova’ cartilha estavam presentes. Para aprofundar a ideologia que permeia o projeto: FRIEDMAN (s/d) e HAYEK (1977).

assunto pertinente à área das políticas públicas passa a questão meramente técnica, de racionalização e otimização da administração dos recursos materiais e humanos. As mazelas da educação deixam de ser estruturais e crônicas como a falta de vagas, de investimentos, de aparelhamento das escolas, de salários, de corpo docente efetivo e passam a ser a evasão e reprovação. O novo padrão de qualidade apregoado pelo governo está contraposto à repetência e esta torna-se a medida do desempenho escolar. O projeto delineia a gestão escolar tanto do ponto de vista da administração quanto da organização do ensino (métodos e processos de trabalho). O Pró-qualidade estabeleceu cinco prioridades básicas<sup>88</sup>. São elas: a autonomia da escola no âmbito financeiro, administrativo e pedagógico; o fortalecimento da direção da escola; o aperfeiçoamento e a capacitação dos professores; a avaliação externa dos alunos; a integração dos municípios. A concepção de qualidade, pelo viés empresarial que estava presente na reforma, estava atrelada ao enxugamento dos gastos, a racionalização do trabalho e evidentemente não comportaria a concepção de formação humana emancipatória, mas sim aquela que atende de maneira funcional ao sistema capitalista e às necessidades do empresariado mineiro<sup>89</sup>. A proposta do governo ao inserir a lógica da qualidade empresarial na educação pública rompe com a perspectiva de garantia da educação como direito universal e transforma-a em um “produto” destinado a um “consumidor” muito peculiar: aquele que não pode pagar e que engrossará as fileiras dos trabalhadores assalariados e de baixa qualificação do Estado de Minas Gerais. Essa concepção é confirmada pela diretriz destinada ao corpo de funcionários: um núcleo dirigente formado pelo próprio estado, estável, que garante a continuidade do projeto. Aos executores no final da linha de produção: desregulamentação<sup>90</sup>.

Um outro mecanismo que se estabelece a partir dos documentos é a avaliação externa dos discentes. Cumpre destacar que a avaliação está no “pacote” de recomendações do Banco Mundial, financiador do projeto e demais agências internacionais segundo Fonseca (apud TEIXEIRA, 2002:76). Foram criados seis subprojetos como forma de viabilizar a melhoria da produtividade na escola. A gestão seria fortalecida através da implantação de avaliação de desempenho docente; a melhoria da infra-estrutura e gestão foi considerada como o aperfeiçoamento do gerenciamento tendo como objetivo o aperfeiçoamento dos recursos humanos; aprimoramento constante do currículo e dos docentes; fornecimento de materiais e equipamentos; reestruturação e otimização dos recursos existentes com vista a reorganização

---

<sup>88</sup> As prioridades estão delineadas no documento: Programa Minas Séc. XXI.

<sup>89</sup> Sobre a concepção de qualidade que informa os projetos do empresariado em geral, excelente análise em GENTILI in: GENTILI e SILVA (1999)

<sup>90</sup> Adequado à forma de acumulação flexível. Ver Harvey (2004).

do atendimento escolar; coordenação e supervisão do projeto e das suas articulações com o Banco Mundial.

É importante destacar que os subprojetos também previam a contratação de serviços de estudos e pesquisa sobre gestão, sobre métodos e práticas de capacitação docente, avaliação de sistemas entre outros. Suponho que todos esses procedimentos interferem na relação de trabalho do professor como elementos que retiram dele a autonomia, a autoridade sobre o processo de trabalho em educação. Considero as reformas como um processo de expropriação crescente e, nesse sentido, um aprofundamento da alienação<sup>91</sup> nas relações de trabalho na escola, desqualificação do trabalho, justificando assim os baixos salários e favorecendo a ampliação da exploração.

## **2.2 - OS CONGRESSOS DO PERÍODO**

### **2.2.1 - Congresso de Governador Valadares – consolidando a unificação - 1991**

O primeiro congresso da nova entidade, o Sind-UTE, aconteceu em novembro de 1991 em Governador Valadares. O total de teses continuou o mesmo: seis. A Convergência Socialista<sup>92</sup> apareceu organizadamente no congresso.

A primeira tese tinha por título “Sind-UTE é para Lutar” e era assinada nominalmente por professores que já tinham assinado a tese do Congresso anterior “Unificação na Luta”. A segunda tese foi assinada pela “Unidade Sindical” e apoiadores. O terceiro texto pela corrente CUT pela Base, que manteve a mesma denominação e não vem acompanhada de nomes de apoiadores. O texto quatro pertence à Convergência Socialista. A Articulação trouxe a tese cinco e seu nome mudou de Articulação da UTE para Articulação no Local de Trabalho. Finalmente, a última tese pertencia a Corrente Sindical Classista. Houve a apresentação de um texto de contribuição com tema específico sobre cooperativismo com a proposta de criar uma cooperativa de trabalhadores em educação apresentado por um representante da subseção de Ubá, Zona da Mata.

---

<sup>91</sup> No conceito clássico e central do Marxismo. Excelente síntese em BOTTOMORE (2001).

<sup>92</sup> Convergência Socialista: tendência interna ao PT, de orientação Trotskista, formada por militantes cujas origens estão na Liga Operária (1973) e ao PST argentino. O nome Convergência Socialista designa o movimento criado em 1978 nas jornadas de organização das greves do final da ditadura empresarial militar, participe da construção do PT e da CUT. Em 1992 a Convergência é expulsa do PT e funda o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado, o PSTU.

As análises de conjuntura tiveram poucas divergências. A maior polêmica coube a atuação da CUT frente à crise do governo Collor<sup>93</sup>. Também recebeu destaque a greve de 1991 do Sind-UTE, a forma de direção do sindicato e a concepção de educação e de escola. O aspecto mais geral das lutas, mas não menos importante, que ficou pouco discutido, foi a filiação da CUT a alguma Central Internacional<sup>94</sup>. Passado um ano da unificação o balanço dos embates da classe trabalhadora com o governo Collor, através da CUT, deixaram importantes lições para o Sind-UTE.

### CONJUNTURA INTERNACIONAL

As linhas gerais são as mesmas do Congresso anterior. Nos textos das teses, a crise na URSS em geral é caracterizada como a crise do Estado burocrático e dos PCs da Europa alinhados com o Leste Europeu. Essa crise atingia, segundo os textos, igualmente, o movimento operário ligado a esses partidos. A onda privatista capitaneada pelos partidos comunistas “renovados” e pela social democracia também era caracterizada e apontavam a onda de resistência a esse modelo.

Os textos das Teses apresentaram análises críticas à “Nova Ordem Mundial” liderada por George Bush e relacionam os novos processos produtivos ao processo de financeirização da economia e os instrumentos desse processo: FMI e Banco Mundial.

A expressão da nova ordem na América Latina, a “Iniciativa das Américas” e o Mercosul<sup>95</sup> também foram analisados de maneira crítica.

---

<sup>93</sup> Crise do Governo Collor: Uma crise que iniciou com a edição de dois planos econômicos cujo objetivo era debelar a inflação de 5.000% ao ano, mas que não obtivera o êxito esperado e que realizou o inédito confisco da poupança, associado aos escândalos folclóricos do ministro e ex-peleiro Magri, ao *affair* entre a ministra da economia e o ministro da justiça Bernardo Cabral; o tráfico de influência e um amplo esquema de corrupção mantido através de PC Farias, o tesoureiro de campanha, denunciado pelo irmão do Presidente, Pedro Collor (em disputa pelo controle dos meios de comunicação em Alagoas com PC) não resistiram a insatisfação popular que sofria com a inflação não debelada e o aprofundamento da recessão (congelamento de salários, aumento de impostos, corte de subsídios, abertura indiscriminada às importações e seqüestro da poupança). Para os capitalistas ele já não era capaz de encaminhar os ajustes econômicos necessários. Ao mesmo tempo em que alguns setores dos movimentos sociais exigiam o “Fora Collor”, os parlamentares tiveram que abandonar a resistência apresentada inicialmente e aprofundar as investigações da CPI instaurada que culminou com o Impedimento de Collor, em 1992.

<sup>94</sup> A CUT propunha a filiação à CIOSL, Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres, de caráter liberal.

<sup>95</sup> Nova ordem na América Latina: dizia respeito ao avanço do neoliberalismo no continente; a “Iniciativa das Américas” era expressão desse processo, elaborada por George Bush (o pai) é o antecedente mais próximo da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) de cariz imperialista; Mercosul: É a União Aduaneira (livre comércio intrazona e política comercial comum) de cinco países da América do Sul. Em sua formação original o bloco era composto pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. O bloco também é chamado de Cone Sul porque sua formação original abrangia os países do sul do continente. A Venezuela aderiu ao Mercosul em julho de 2006.

As divergências se aprofundam quando partimos para a análise da conjuntura nacional. Não há diferença quanto à posição de atacar o governo Collor, mas a forma como o movimento dos trabalhadores realizaria essa tarefa, bem como o papel da Central Única dos Trabalhadores, levou a um importante debate nesse congresso.

### **CONJUNTURA NACIONAL.**

O texto do grupo ‘Sind-UTE é para Lutar’ analisa criticamente o governo Collor apontando-o como “fraco, falta-lhe apoio orgânico na burguesia”. Identifica a manobra de saída burguesa para a crise como sendo a “busca do entendimento nacional”. Igualmente realiza importante crítica à social democracia e seus conceitos economicistas e de administração da crise do capitalismo e aos fóruns tripartites, mecanismos de controle sobre o movimento operário. Apresenta Lula como alternativa de poder, construção dos trabalhadores e suas lutas. Esse grupo também realizou importante crítica a atuação da CUT frente o quadro apresentado. Tendo como referência a Greve Geral de 1990 afirmam:

“A maioria da direção da CUT, a principal central da classe trabalhadora, deu uma guinada em julho de 1990: desmarca a greve geral contra o Plano Collor I e logo anuncia a ida ao” entendimento”. Ora, Collor já vinha buscando desesperadamente o entendimento para ter condições de governar. A direção da CUT lança confusão e desânimo ao sentar à mesa com Collor. Afinal o que há para negociar?”. (TESES, 1991:2).

E prosseguiu a análise ao apontar o fracasso da negociação, a desmobilização do movimento de trabalhadores fruto da hesitação da direção da CUT que:

“Não aponta formas efetivas para derrotar Collor”. E ainda: “A própria greve geral ficou presa nessa indefinição quanto aos objetivos de um movimento dessa envergadura. Como pode haver Greve Geral se a própria direção do ABC não chama greve na base?”.(Idem).

O texto explicitava a contradição entre o discurso radicalizado, revolucionário da direção da CUT e de sindicatos importantes de sua base e atuação reformista na prática. A ausência aqui é a não explicitação de que tanto a Central quanto o sindicato do ABC eram dirigidos então pela Articulação Sindical.

O texto da ‘Sind-UTE é pra Lutar’ concluiu:

“O fundamento da CUT é a luta pelas reivindicações o que é incompatível com o pacto e quaisquer outras formas de parceria com o governo e os patrões a pretexto de buscar ‘projetos globais para toda a sociedade’”.(Ibdem).

Com a mesma perspectiva a corrente colocou como plano de lutas internacional a necessidade da CUT se relacionar com o sindicalismo independente dos aparelhados e burocráticos sindicatos tradicionais. Por isso mesmo defendeu que no IV CONCUT<sup>96</sup>, que se realizaria no ano seguinte, a Central não se filie a nenhuma central sindical mundial. Contudo, a corrente apoiou a iniciativa de convocar uma conferência sindical latino-americana para pautar as formas de defesa contra os ataques imperialistas à educação pública em particular e aos serviços públicos no geral.

A corrente Unidade Sindical limitou-se a apontar uma crise do governo e não do regime, pois avaliava que a legalidade burguesa estava mantida. Convocava as forças democráticas, progressistas e de esquerda para organizar um projeto alternativo para o país. Passava ao largo da polêmica da CUT.

A Corrente CUT pela Base - Educação, realizou uma significativa análise da recomposição de setores da burguesia ante o “susto” provocado pela candidatura Lula. O plano Collor representou, para eles, a ofensiva da classe dominante contra o movimento dos trabalhadores. Avaliavam inclusive que a reação ficou aquém. As discussões não teriam saído da órbita das categorias.

“Ficamos discutindo as medidas sobre uma e outra categoria não enfrentando globalmente o problema. Nossa Central acabou entrando por um túnel, que acabou levando-a a assentar à mesa do “entendimento”- Pacto Social”.(TESES, 1991:21).

A mesma corrente fez uma importante intervenção na discussão do papel da CUT no movimento operário internacional, da necessidade da Central definir sua identidade socialista, para nortear sua intervenção nesse fórum ampliado e para criar um campo de identidade comum e de construção de uma alternativa dos trabalhadores ao capitalismo. Para tanto defendiam a proposta de que nesse momento a CUT não deveria se filiar a nenhuma central internacional.

A Convergência Socialista fez a análise mais completa da situação em sua tese de conjuntura, privilegiando o cenário nacional. Denunciou a capitulação de intelectuais à ideologia burguesa: “Até mesmo intelectuais como José Genoíno e Aloízio Mercadante do PT e Roberto Freire do PCB, vestem uma roupa de esquerda moderna [...]”.(TESES: 1991:28).

Os militantes da CS afirmaram, categoricamente, a impossibilidade de humanizar o capitalismo ou o socialismo de mercado, que são, para eles, “utopias a serviço da exploração”.

---

<sup>96</sup> Quarto Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores.

Denunciaram um aspecto específico dessa ideologia na prática dos pactos sociais. Defenderam, diferente das demais correntes, que a crise é uma crise profunda de governabilidade pela popularidade de Collor em 18%, que para se manter se apoiava em um Congresso eleito com 35% dos votos. Nesse sentido, procuraram demonstrar o equívoco que foi a suspensão da greve geral e a tentativa de negociar com o governo naquelas condições, sem mobilização unificada, o que resultou na entrada da CUT na linha política do entendimento nacional. Isso foi benéfico para o governo que ganhou fôlego, e prejudicial para os trabalhadores que não obtiveram nenhuma conquista. E denunciaram:

“A responsabilidade pela suspensão da greve geral e pela entrada da CUT na armadilha do pacto social recai, exclusivamente sobre a tendência Articulação Sindical, que usou sua escassa maioria de votos na Executiva Nacional, para tomar aquelas decisões recusando-se a convocar instâncias democráticas da CUT e desconsiderando a opinião da maioria das entidades filiadas”.(TESES: 1991:30).

A Articulação silenciou sobre essa polêmica centrando sua avaliação sobre a luta específica no estado de Minas Gerais e nas questões de natureza pedagógica e educacional, demonstrando assim, a guinada que iniciava rumo ao reforço do corporativismo e da fragmentação, que tipificam o sindicalismo reformista sob a égide do neoliberalismo.

A Corrente Sindical Classista apresentou um discurso dúbio e evasivo quanto aos conceitos marxistas que tradicionalmente usava. Não havia análise do governo, sob a ótica das opções de classe avaliavam – no como “louca obstinação” dificultando a compreensão de como o projeto nacional se articula ao projeto internacional e seus reflexos nas políticas dos estados. O discurso passou à análise de “perda da soberania” por conta da implantação de um projeto “antinacional de procedência mais que suspeita, camuflado pela política pretensamente neoliberal”.(TESES: 1991:48).

Vemos que a corrente coloca claramente a possibilidade de haver uma diferença entre a política neoliberal e o que ocorre no âmbito nacional. Embora afirmasse que Collor representava certos interesses de classe da burguesia, toda a análise foi feita com base na defesa do ente ‘Nação’, conceito que dilui exatamente a percepção dos conflitos de classe e propicia o Pacto Social ou Entendimento Nacional. A posição dessa corrente dá suporte à da Articulação Sindical.

## CONJUNTURA ESTADUAL

A conjuntura estadual também é uma unanimidade. Todos os textos caracterizam os governos de Newton Cardoso e Hélio Garcia como alinhados com o projeto do governo Collor, que realizavam a política de desmonte no serviço público através da reforma do estado, sendo beneficiários os empresários. As correntes CUT pela Base, Articulação e Corrente Sindical Classista praticamente não realizaram análise de conjuntura estadual, ficando o conteúdo de críticas disperso no corpo do texto, em especial no balanço das lutas do período.

A Unidade Sindical se preocupou em demonstrar a estagnação econômica em que se encontrava o estado de Minas e que se aprofundou na gestão de Newton Cardoso e permanecia com Hélio Garcia.

A Convergência alinhavou em sua análise do liberalismo o mundo, o Brasil e os estados, mostrando o quanto eram semelhantes as políticas implementadas pelos governadores de vários estados brasileiros e explicitando o porquê. Apresentaram vários exemplos de ações do governo Hélio Garcia que o caracterizavam como neoliberal e na educação destacavam:

“Colocou o maior padrão do ensino na direção da secretaria de educação disfarçando mal o seu projeto ‘collorido’ de privatizar o ensino”.(TESES: 1991:31). E comparava com o governador de São Paulo, Fleury, que colocou no mesmo cargo o dono da rede Objetivo<sup>97</sup>.

Aproveitam para, criticamente, avaliar as possibilidades de governos de coalizão progressistas, populistas ou de unidade popular. Por fim defendem que os próprios trabalhadores devem governar.

As principais correntes silenciaram quanto ao governo estadual deixando a crítica diluída nos textos de luta. As lutas propostas também apontaram para as características corporativistas mais imediatas. Os governos em Minas são caracterizados por essas correntes como um resquício do período ditatorial. A ausência de uma boa análise de conjuntura aponta para duas possibilidades: ou a incapacidade de avaliar que leva a incapacidade de estabelecer a melhor tática, muitas vezes gerando o imobilismo, ou a ausência de vontade política de organizar a luta. Nesse caso a omissão na análise de conjuntura é intencional e caracteriza uma tendência de ação política que reforça a afirmação que já fizemos pró - pacto social e o reforço das posturas corporativistas.

---

<sup>97</sup> O secretário de Educação de Minas Gerais era Walfrido Silvino dos Mares Guia Neto, proprietário da Rede de Colégios Positivo.

## **BALANÇO DA GESTÃO, CONCEPÇÃO E PRÁTICA SINDICAL.**

Nessa parte é necessário deixar a tese da Articulação Sindical para o final da análise. Sua redação não seguiu nenhum dos modos de organização de textos de Congresso. Apresentou poucos subtítulos e temas e a ordem de apresentação foi quase inversa, partindo de uma análise da educação como processo produtivo. A tese foi apresentada de forma que se tornou difícil estabelecer uma comparação entre os textos. Há uma mistura de temas que confunde.

Sind-UTE é para Lutar avaliou positivamente a unificação. Avaliava que a greve de 1991 apresentou muitos problemas, mas foi positiva, pois a categoria teria demonstrado grande combatividade e confrontou os limites de classe do governo. E avaliavam:

“Desta maneira, a via a ser seguida deveria ser a constatação de sua completa falência e a necessidade de sua substituição, caminho negado pela maioria da direção que preferiu o respeito às instituições e a criação de expectativas no governo estadual”. (TESES: 1991:05).

Não foi possível levantar a que episódio da greve de 1991 o grupo se refere, mas fica claro aqui mais uma vez, o limite da concepção política que informa as ações da Articulação, ou seja, os limites do reformismo da social democracia que em momentos de crise dos governos do capital não consegue apresentar respostas ao movimento dos trabalhadores que aponte um caminho diferente do rebaixamento das demandas, mesmo que dentro da institucionalidade burguesa.

A corrente Sind-UTE é para Lutar propunha que o Sind-UTE priorizasse a eleição de representantes e a criação de comissões de escola, fortalecendo os trabalhadores em seus locais de trabalho.

Já a Unidade Sindical reafirmava em seu texto os princípios aprovados desde o Congresso de Unificação: “um sindicato democrático, classista, pluralista e de massas, unitário de fato”.(TESES: 1991:09). Suas propostas tinham como centralidade a unidade tanto da categoria, como do funcionalismo público e dos cutistas. Apresentavam também a proposta de lutar pela reforma do sistema de organização sindical imposto pelo Estado. Propunham, igualmente, a regulamentação do direito de greve. Da mesma forma afirmavam ser:

“Imprescindível que o movimento estabeleça uma sistemática não apenas para as greves nos setores essenciais, mas também para as greves em geral. Essa sistemática deverá considerar a possibilidade de solução negociada para os movimentos, a questão da duração das paralisações, as exigências mínimas para a convocação de uma greve geral e as condições para o recurso à

arbitragem quando uma situação de prolongado impasse se apresentar”.(TESES, 1991:14).

A corrente apresentava as mesmas contradições que levam ao sindicalismo propositivo, às negociações tripartites tendo o Estado como árbitro. Tinham, igualmente, uma enorme preocupação com a institucionalização das lutas como a regulamentação da greve e em especial dos setores essenciais. Quanto ao balanço da gestão, viam os aspectos positivos como os demais, os ganhos organizativos. Demonstravam ‘preocupação’ com a direção executiva pela experiência da direção provisória que abrigou uma enorme diversidade de posições, fruto da composição de antigas diretorias e tendências. Demonstravam a disputa interna na diretoria e o descompasso entre o discurso da concepção de sindicato e a prática da direção.

Concluía:

“Não se pode conceber uma direção que não se pautar por esses princípios (ética e democracia) cujos membros se comportam como inimigos, digladiando-se entre si numa disputa sem ética... enseja a intromissão de pessoas e/ou grupos de inimigos dos trabalhadores desgastando as direções de esquerda dos sindicatos”.(TESES, 1991:17).

Finalmente apresentam a grande questão que o discurso em torno da unidade deixava encoberto: “O IV CONCURTO foi um desses momentos de autofagia do movimento sindical no campo da esquerda”.(Idem).

O IV CONCURTO definiu o ingresso da CUT na CIOSL, a central mundial de orientação liberal e a adoção do sindicalismo propositivo, que a IV Plenária Nacional já havia aprovado.

Já a ‘CUT pela Base’ defendia os mesmos princípios de organização sindical, mas criticava a prática da direção. O tema destacado é a democracia sindical. Propunham uma convenção cutista para formação da chapa da direção. Denunciam que:

“A direção se posicionou contrária a convenção com o argumento de que é impossível construir uma chapa com pensamentos divergentes, que a convenção é o avesso da democracia direta, na base comparando a democracia burguesa com a operária e popular”. E concluem: “No fundo, todos os argumentos apresentados pela maioria da diretoria do Sind-UTE sintetizam a concepção e a prática sindical que defendem”.(TESES, 1991:23).

Com isso procuravam demonstrar a contradição entre o discurso e a prática da corrente sindical Articulação, cujo discurso para fora é voltado para a ‘negociação’ e o

‘entendimento’, mas não ‘acredita’ que seja possível realizar o entendimento no campo da própria categoria que representa.

A ‘CUT pela Base’ defendia a proporcionalidade qualificada para que houvesse democratização da diretoria executiva. E declaravam: “O Sind-UTE não pode ser o aparelho desta ou daquela corrente político-sindical”, a proporcionalidade qualificada evitaria “o hegemonismo, monopolitismo, o exclusivismo”. Defendiam ainda uma direção colegiada. (Idem).

A Convergência Socialista avaliava que:

“A responsabilidade pela suspensão da greve geral e pela entrada da CUT na armadilha do pacto social recai, exclusivamente, sobre a tendência Articulação Sindical, que usou sua escassa maioria de votos na Executiva Nacional para tomar aquelas decisões recusando-se a convocar instâncias democráticas da CUT e desconsiderando a opinião da maioria das entidades filiadas”.(TESES, 1991:24).

Avaliou que a greve de 1991 foi heróica e se constituiu como parte de um movimento mais amplo que já acontecia em âmbito nacional, em enfrentamentos estaduais na defesa do salário e da escola pública. Destacou uma forma radicalizada de luta dessa greve: a ocupação. Criticou a omissão da CNTE que, segundo a corrente, como entidade que organiza e unifica as lutas dos trabalhadores em âmbito nacional, falhou, pois deixou as várias manifestações isoladas nos estados, o que facilitou a repressão. Apresentou a proposta de que o Sind-UTE interferisse na CNTE propondo uma campanha nacional para 1992. Internamente propunha a unificação das campanhas das redes municipais e da estadual<sup>98</sup>.

A Convergência contribuiu com o debate sobre as novas formas de luta. Oportunisticamente virou senso comum na categoria em questão considerar que as novas formas de luta pensadas eram um substitutivo para as greves. Através de sua tese a Convergência demonstrou que o instrumento principal é a greve e que é a partir dela que as ações de massa são pensadas caracterizando novas formas de luta. Defendiam a organização de base nas escolas para que “a nossa concepção de sindicato não se transforme numa fórmula vazia”.(TESES, 1991:32).

---

<sup>98</sup> No estado de Minas Gerais a campanha unificada sairia no ano de 1993 através da atuação da Coordenação Sindical, hoje Intersindical.

Apontava, também, a contradição entre as instâncias que funcionavam democraticamente como Congresso, Assembléias, Conselhos de Representantes e as chamadas “monolíticas” como a executiva da diretoria.

Assim, para evitar tudo isso propunham: proporcionalidade direta qualificada, eleições anuais para o conselho geral e subseções e bianuais da direção estadual, rodízio de liberados, direção colegiada, organização por local de trabalho e divisão de escolas atendidas por cada subseção em grupos menores.

A Corrente Sindical Classista limitou-se a comentar os aspectos positivos da greve e as vantagens que o governo estadual dispunha, também defendia a necessidade de buscar aliados na sociedade. Não entrou na polêmica da forma de direção ou da burocratização ou das críticas a Articulação Sindical.

As imprecisões da tese da Articulação Sindical destoam do congresso anterior. A tese da unificação embora não deixasse claros alguns conceitos ligados à concepção política e ao socialismo, era bastante clara na concepção de sindicato, na elaboração das relações escola e comunidade, na defesa da escola unitária, na organização por local de trabalho etc. Havia uma boa análise de conjuntura também.

A tese dessa corrente no segundo Congresso demonstra algumas mudanças. A principal delas: a desordem. Havia uma desorganização em relação à estrutura convencional de teses que não significa que havia uma construção original, pelo contrário. Sua apresentação ficou empobrecida. A introdução apresentava uma tentativa explícita de desqualificar os demais participantes ao perguntar:- “Você está pensando que vai ler mais uma daquelas ‘teses’ chatas, cansativas e arrogantes?”.(TESES, 1991:37). E declaram que essa é uma tese diferente, pois priorizaram “os pensamentos sobre a nossa prática”. Assim as análises de conjuntura aparecem no final da tese antes do balanço e do plano de lutas em avaliações curtas e superficiais, com análises que não trabalhavam na perspectiva de classe e que ficavam restritas às denúncias.

Ao tratar da questão da democracia e da estrutura sindical, destacavam a questão da democracia na sociedade e aqui se torna evidente qual a concepção política que informa essa corrente:

“A existência de democracia pressupõe a existência de um Estado de Direito, onde prevaleçam as mais amplas liberdades civis e políticas, onde os mecanismos da democracia representativa não estejam submetidos ao poder econômico e onde esses sejam combinados com formas de participação direta do cidadão nas decisões econômicas, políticas e sociais”. (TESES, 1991:41).

Afirmam ainda, que um dos aspectos da democracia é:

“A forma concreta pela qual a sociedade pode discutir e escolher, pelas maiorias, os meios e as formas de progresso material, de produção, de repartição e de circulação dos bens materiais e culturais por ela produzidos”. (Idem).

Há uma explicitação a partir desse congresso de qual democracia essa corrente defende. Não é a democracia operária, não há o recorte de classe, ao contrário, mas há um modelo representativo que deve funcionar “independente do poder econômico” e para toda a sociedade. A eliminação do pressuposto básico da teoria marxista do conflito de classes como motor da história, a cisão orgânica entre o econômico e o político, a preponderância “da circulação de bens” sobre a garantia de direitos. Tudo nos demonstra que a mudança ocorrida na social-democracia em âmbito mundial foi acompanhada pela Articulação Sindical que passou a implementar o social-liberalismo também no Sind-UTE. O reforço de comportamento se tornou tanto maior e mais ‘eficiente’ quanto mais organizações da classe trabalhadora a Articulação passou a hegemonizar tanto horizontal como verticalmente.

No sindicato avaliava que a estrutura democrática garantia a democracia, o que contradiz a sua preocupação inicial de refletir sobre a “nossa prática”. Avaliava, contudo, que as condições de exploração sob o capitalismo promovem o individualismo e a competição, que a cultura sindical dos trabalhadores é muito reduzida. Assim sendo, concluem que esses elementos provocam o acúmulo de poder decisório nas mãos da direção, restringindo a ação dos militantes e da categoria. A circulação de informações e o funcionamento interno tendem a uma burocratização dos sindicatos, o que consome tempo e energia das direções, reduzindo a ação sindical a uma disputa interna de poder.

Toma a conseqüência como causa. Embora a análise mais ampla esteja correta quanto ao capitalismo e a cultura sindical não há proposta de superação dessa condição pela corrente.

Considero que a não participação da categoria e militantes e a concentração de poder são tendenciais e dependem, fundamentalmente, da concepção e da prática sindical que fundamenta a mediação feita pelos dirigentes.

Por fim, demonstrava a contradição em seu discurso, pois avaliava que a discussão de montagem das chapas ficou restrita às tendências e seus militantes e, ainda assim, afirmava considerar que a convenção cutista proposta pelos demais não iria resolver as polêmicas entre as forças e ficaria restrito a uma pequena parcela da categoria. Considerava de difícil compreensão para a categoria a coexistência, em uma mesma chapa, de duas tendências opostas e “rivais” como a Articulação e a Convergência. A Articulação era igualmente contra a decisão em Congresso pela proporcionalidade, alegando que toda a categoria deveria conhecer e opinar quanto às propostas.

Avalio que com o pretexto de ser mais democrática a Articulação alterou o Estatuto na prática, desconsiderando o Congresso como instância máxima de deliberação, rompendo com os princípios que defendeu ao longo da década anterior. A defesa de discussão com a categoria, não se fez acompanhar de uma proposta de encaminhamento dessa discussão com forma e prazo, fazendo com que mesmo a defesa de mais democracia, caísse no vazio.

Apresentavam uma discussão de finanças para enumerar as enormes dificuldades em administrar o sindicato e sustentá-lo e ainda que: “a atual administração sindical consome tempo e energia demais dos dirigentes, acabando por se refletir nas repostas políticas à categoria”.(TESES, 1991:42).

Apresentou como proposta a contratação de um administrador e de um corpo de funcionários, bem como assessores, o aumento da contribuição para 2% sobre o vencimento e a reeleição de diretores por dois mandatos.

Na seção destinada ao balanço o retrospecto da ação foi positivo, apesar das inúmeras dificuldades causadas pela maior greve da história do sindicato. Preocupou-se em identificar:

“Como encontrar e quais serão as novas formas de luta que sempre procuramos?”.(TESES, 1991:44).

Fica evidente a diferença de tratamento na questão das “novas formas de luta” que confunde a categoria ao colocá-la logo em seguida da afirmação das dificuldades de encaminhar uma greve é essa atitude que identifiquei como oportunismo. Essa afirmação também é feita descolada de uma análise de conjuntura aprofundada, o que desarmou a categoria em questão para a correta avaliação das táticas de enfrentamento com o governo, ficando cada vez mais a mercê das avaliações da corrente majoritária do Sind-UTE e também detentora da esmagadora maioria das direções de sub-sedes.

### **EDUCAÇÃO E LUTAS ESPECÍFICAS.**

Nesse contexto adverso a discussão da ‘luta pedagógica’ ficou relegada a segundo plano, reproduzindo a maior parte das propostas de luta e bandeiras já lançadas no Congresso anterior. A preocupação dos participantes desse Congresso esteve voltada para as condições específicas de salário e de trabalho. As bandeiras específicas também foram reafirmadas como democratização da direção, ampliação da relação com a comunidade, organização por local de trabalho em comissões e representantes. Merece destaque a defesa da CUT pela Base de preparar a discussão do projeto da LDB.

A Convergência discutiu as questões estruturais da educação brasileira com a defesa da garantia do acesso, da permanência, da qualidade. O conceito de educação foi explicitado e vinculado a concepção da Escola Unitária de Gramsci. Apontou a necessidade de superar as contradições entre as questões corporativas e pedagógicas, unindo-as.

A Corrente Sindical Classista encaminhou discussão semelhante à da Convergência, bem como a necessidade da discussão do projeto da LDB, retomando a proposta do Fórum de Defesa da Escola Pública.

A Articulação Sindical no início de sua tese assumiu o discurso da obsolescência da escola perante o desenvolvimento capitalista sem qualificar essa afirmação. Em sua análise considerava os professores como os principais ‘colaboradores’ diretos da escola. Considerava necessário avaliar o movimento dos trabalhadores e da ‘crise’ que atravessa a luta como meio de evitar ‘formas individualistas e grupistas’. Propôs a reflexão sobre os processo de trabalho a partir da análise de autores como Milton Santos e Oder Santos<sup>99</sup> com uma boa discussão teórica sobre a escola como formadora de mão de obra sob o capitalismo. Discutiu, igualmente, o conceito de alienação no trabalho docente e a partir daí conceituou qualidade, bom rendimento etc. Caracterizou a Reforma do Estado como burguesa e que isso representava a redução do sistema público.

Nas conclusões considerou que a perda de prestígio da escola pública é anterior ao neoliberalismo, mas, não conectou essa afirmação com a questão da produção da mão de obra sob o capitalismo ou uma análise mais imediata referenciada nas reformas da educação sob a ditadura empresarial militar e a lei 5692/71. Só vinculou essa avaliação ao “crescimento desordenado do sistema público” este sim, vinculado ao capitalismo. Mas não aprofundou a discussão.

Propôs que a categoria estabelecesse ‘parcerias’ com a população, para alterar o ‘quadro de forças na sociedade’ pois caso contrário a luta dos professores estacionaria na luta reivindicatória. E ainda, que os professores em geral defendem uma escola com valores distintos dos que aplica no seu trabalho, propôs superar preconceitos, construir um projeto político pedagógico transformador e que fossem criados fóruns de discussão sobre a educação e a escola pública com organizações da sociedade civil.

As conseqüências foram, novamente, tomadas como causas e a responsabilidade pela superação dos problemas gerais, a superação individual dos preconceitos e contradições que o

---

<sup>99</sup> Intelectuais da UFMG.

professor vivencia no cotidiano escolar. A síntese proposta se apresenta como sem relação com as análises. Uma distorção típica do pensamento liberal.

### **O QUE O CONGRESSO APROVOU.**

A tese guia<sup>100</sup> foi a da Articulação. Contudo, foi aprovada a composição das direções por proporcionalidade direta. A disponibilização dos espaços de comunicação do sindicato para todas as tendências também foi um ganho. A necessidade de se articular com outros sindicatos, em especial do funcionalismo público estadual também foi aprovada. As bandeiras específicas permaneceram a luta pelo quadro único de carreira, o piso salarial e a política de recomposição salarial, as eleições diretas para diretores entre outros. As mais gerais, de reformas de base, também. A adesão da CUT à CIOSL foi aprovada.

Após a unificação e sua consolidação como os títulos dos congressos dizem, a arena política do Sind-UTE está composta e a partir daqui as variações serão pequenas e a tendência geral foi a cristalização das várias posições até aqui apresentadas. A Articulação Sindical torna-se hegemônica e a Corrente Sindical Classista tendeu a apoiá-la, a CUT pela Base desapareceu dos Congressos<sup>101</sup> ao final da década e a Convergência se transforma em MTS<sup>102</sup> após a expulsão do PT e a fundação do PSTU. As teses de grupos de professores e diretores de sindicato desaparecem gradativamente. As listas de apoiadores também. A quantidade de teses também diminui permanecendo as das tendências que possuem maior expressão no Sind-UTE e no cenário político do país.

As próximas seções serão trabalhadas a partir das resoluções e da tese guia, sendo que recorri as demais teses quando foi necessário examinar o embate de idéias em torno de alguma proposta.

---

<sup>100</sup> TESE GUIA: É a tese que é aprovada como roteiro da discussão e como base para a construção das resoluções. É comum que as contribuições das demais teses se transformem em algumas emendas ao texto original da tese guia. O uso do recurso de votar uma tese como guia tende a transformar essa tese no próprio texto das resoluções quando não há uma dinâmica que seja, de fato, democrática (é claro que há exceções e pode haver mesmo consenso, fruto de um intenso debate democrático).

<sup>101</sup> Ao que tudo indica era composta por membros da Alternativa Socialista, tendência interna do PT. O coletivo deixou de apresentar teses ao Congresso do Sind-UTE. Não foi possível identificar o motivo ou se continuaram a contribuir ao se agregar à outra corrente sindical. Dois militantes reaparecem com uma tese no VI Congresso, mas assinada nominalmente, sem vinculá-la à corrente.

<sup>102</sup> MTS: Movimento por uma Tendência Socialista. É uma tendência do movimento sindical, suprapartidária constituída a partir do V Congresso Nacional da CUT e que tinha em seus quadros membros do PSTU, PT e PCB e militantes sindicais sem partido.

### **2.2.2 - Congresso de Juiz de Fora: educadores e sociedade, criando novas relações - 1993.**

Com o tema que dá título ao Congresso - educadores e sociedade, criando novas relações - já podemos observar a mudança significativa no conteúdo das lutas do sind-UTE. Se na década de oitenta a UTE, atuava juntamente com os movimentos populares pela democratização e pela qualidade da educação pública, cumprindo um importante papel organizativo como sujeito e intelectual coletivo, a proposta agora é de outra ordem. É a uma sociedade indiferenciada, sem o recorte de classe que o tema reporta à categoria. O conteúdo social democrata da corrente hegemônica começa a se materializar com maior nitidez na orientação política.

A abertura dos jornais e boletins para os grupos de oposição enriqueceu o debate de avaliação do Congresso e revelou aspectos que a rigidez do documento não pudera demonstrar. Assim sendo, ao final da exposição desse congresso, acrescentei alguns comentários de correntes minoritárias com o intuito de enriquecer a análise.

A abertura do Congresso contou com a presença de palestrantes do PT: o deputado federal Paulo Delgado e do Deputado Estadual Antônio Carlos Pereira, o Carlão, hoje vereador em Belo Horizonte. Ambos pertencem à Corrente Articulação, ambos foram diretores da UTE, ambos professores.

Foi aprovada como tese guia a tese da Articulação e seus apoiadores com o título: “Resistência e autonomia dos trabalhadores em educação: Articulando a luta contra as elites”.(TESES: 1993:08).

Nesse momento, após a mais longa greve da história dos trabalhadores em educação até então, 86 dias, em 1991, em um contexto difícil e a brevíssima greve de 1992, oito dias, a questão da mobilização e da participação política da categoria estavam no centro do debate, bem como a necessidade de formar alianças para enfrentar o governo Hélio Garcia.

Ao mesmo tempo ocorriam mudanças na orientação política do sindicato que podem ser observadas na contradição entre análises e propostas, bem como nos conceitos que aparecem no corpo da discussão.

#### **CONJUNTURA INTERNACIONAL.**

Surge um discurso mais elaborado tendo uma boa avaliação do impacto da reestruturação produtiva nas entidades de organização de classe. No entanto aponta para uma

crise “ética” e de “valores” que resultaria, segundo eles, no pessimismo frente às instituições e à defesa da democracia. Fazia, igualmente, a crítica à adesão da social democracia europeia ao neoliberalismo e a adoção, pelos governos socialistas, do receituário neoliberal. Constava e avaliava o enfraquecimento do movimento sindical pela flexibilização de contratos de trabalho e pelo programa de administração com base na qualidade total.

O conceito de democracia não é definido. A crise das instituições não foi apresentada como expressão da crise do capitalismo, como a explicitação da atual fase do processo de acumulação em contradição com os valores universalizados a partir das revoluções burguesas. Disso resulta o “embaçamento” conceitual característico do pensamento social liberal<sup>103</sup> pelo abandono do pressuposto do antagonismo das classes fundamentais.

### **CONJUNTURA NACIONAL.**

A Articulação destacou a grande vitória popular que foi o impedimento de Collor. Caracterizou o governo Itamar como “antioperário e burguês, demagógico e populista”.(TESES, 1993:09). Criticava o plano de ação imediata que aprofundava as reformas de natureza conservadora e que faziam avançar as privatizações; igualmente aprofundou a crítica à economia quanto à inflação, à financeirização etc. Avaliava que o governo, a título de antecipar a campanha presidencial e neutralizar o possível crescimento da candidatura Lula, poderia aplicar um choque na economia a semelhança do “Plano Cavallo” na Argentina<sup>104</sup>.

Contudo apontava a necessidade de combater a política econômica do governo, não ao governo. Apresenta, portanto, uma cisão orgânica entre o econômico e o político, como fica explícito no plano de lutas.

### **CONJUNTURA MINEIRA.**

Em uma análise breve a tese guia vinculou o governo Hélio Garcia à política mais ampla aplicada no país e como a continuidade de Newton Cardoso. Denunciou a relação entre o governador e os empreiteiros, seus financiadores de campanha, com os proprietários do

---

<sup>103</sup> Aproprio-me dessa forma de caracterizar o pensamento da Articulação através das recentes palestras de Ronald Rocha, em Minas Gerais, a respeito do PT e do governo Lula. É uma forma de caracterizar a adoção do receituário neoliberal mantendo com tudo, as preocupações de ‘natureza social’ presentes, ainda que na modalidade da atuação focalizada, no difere do populismo. Sua conceituação encontra-se na parte IV do presente trabalho.

<sup>104</sup> A avaliação se mostrou correta; o governo Itamar lançou o Plano Real alavancando Fernando Henrique Cardoso que venceu as eleições de 1994.

jornal Estado de Minas e a correlação de forças do legislativo, que oferecia esmagadora maioria ao governo, caracterizada como o maior bloco de sustentação de todo o país. Ressalvou as bancadas do PT e do PSB. Citava como exemplo da relação orgânica entre os dois poderes a cassação das liberações dos sindicalistas que no Sind-UTE reduziu de trinta e seis para quatro o número de liberados para todo o estado.

### **A CUT FAZ DEZ ANOS.**

O Sind-UTE e, em especial a Articulação, deu grande destaque à comemoração. Foi escrito um significativo histórico da ação do Estado sobre o movimento sindical e ao nascimento da CUT como o rompimento com a estrutura corporativista então vigente. A dificuldade destacada desse período foi o impacto das reformas neoliberais sobre os processos de trabalho e a precarização dessas relações com grande impacto nas sindicalizações. Avaliou positivamente as lutas empreendidas pela central e não mencionou a greve geral desmarcada. Igualmente foram consideradas positivas as relações internacionais que a Central vinha estabelecendo, entre elas, a criação da Coordenação das Centrais Sindicais do Cone Sul e sua filiação a Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres -CIOLS - e concluem: “mesmo que façamos críticas às políticas desenvolvidas até então pela CIOLS, política que, acreditamos, a entrada da CUT poderá alterar”. (TESES, 1991:11).

Propuseram a aprovação de 1% de contribuição do Sind-UTE com a CUT para que pudessem fazer frente à Força Sindical que é identificada com o governo e o grande capital.

### **AVALIAÇÃO DA GREVE DE 1993.**

A tese guia considerou que a grande lição foi à unificação do funcionalismo do Estado. Fez críticas a coordenação sindical que não vinha cumprindo seu papel de organizar e coordenar essa luta o que teria desacreditado a coordenação perante vários setores do funcionalismo.

É importante ressaltar que grande parte dos sindicatos que participam da coordenação é dirigida pela própria articulação<sup>105</sup>.

---

<sup>105</sup> Notas de pesquisa, de acordo com relatos de dirigentes da subseção de Juiz de Fora e que pertencem à rede estadual desde 1991.

### **AValiação da Gestão.**

É visível no documento o quanto à experiência de embates com os governos liberais impactou o sindicato. Na tese guia foram retomadas as greves de 1991 e 1992 de forma recorrente. A categoria enfrentou demissões, corte de ponto, não pagamento de reposição e teve, inclusive, que estabelecer postos de arrecadação de alimentos para distribuição de cestas básicas para uma parcela da categoria em 1991. Em 1992 veio a desmobilização. Os trabalhadores participaram da campanha unificada em 1993. O texto da tese guia ressaltou os esforços da diretoria para sua concretização, que, segundo o texto, impôs derrotas ao governo e sua bancada na Assembléia e que deixaram um bom saldo organizativo.

A tese guia verificou ainda, a necessidade de solucionar o problema da baixa arrecadação; identificou o sind-UTE como o maior sindicato de Minas e o quarto maior do Brasil, sendo o vigésimo quarto em arrecadação.

O texto considerou os anos de 1992 e 1993 como anos de resistência. Defendeu que a organização por local de trabalho é fundamental e necessária e propôs seminários para diagnosticar, junto à categoria, os problemas para sua realização e para sua construção.

### **EDUCAÇÃO.**

A tese guia avaliou que todos os governos demonstravam enorme “descaso” com a educação. Propôs a unificação das lutas dos vários trabalhadores estaduais através do departamento específico da CUT e com a CNTE tendo como plataforma o piso salarial unificado, condições de trabalho, defesa da escola pública.

### **INFORMAÇÕES SOBRE O PLANO DE QUALIDADE TOTAL.**

Toda a crítica feita pela tese guia é bastante pertinente quanto à definição do projeto, sua origem, a extensão e seu financiamento. Toda a relação com a reestruturação produtiva e com a formação para o trabalho também foi bem pontuado. A análise explicita a lógica do controle e da cooptação, do envolvimento através dos círculos de qualidade. Criticou a padronização dos procedimentos, a despolitização da educação que é o efeito decorrente e a terceirização que acompanha o Programa de Qualidade Total do Estado. Denunciou a relação de consumo que o neoliberalismo estabelece para a educação tendo o aluno como consumidor. Associou, em contra partida, a escola de qualidade com a criatividade, avessa à padronização. Nesse item abriu espaço para a discussão do Plano de Carreira e para o piso salarial calculado pelo DIEESE e a recomposição de salário, contudo, não descartavam a

avaliação de desempenho<sup>106</sup>. Esse é um aspecto importante, pois um dos pilares do Programa Pró-Qualidade que viria a ser implementado em 1994 era, exatamente, a avaliação de desempenho. Ela não foi implantada até 2005. Só durante a gestão de Aécio Neves e com a negociação do sindicato ela foi levada a efeito com o caráter que interessava ao governo: individual, meritocrática e demissionária.

### **INTEGRAÇÃO DOS MUNICÍPIOS.**

A discussão da integração dos municípios se tornou importante para o Sind-UTE em função do processo de municipalização de várias escolas estaduais<sup>107</sup>. Este resultou na diminuição de quase 50% da rede. A Articulação Sindical distingue Municipalização de Prefeiturização. Afirmava, na tese que se tornou a tese guia, que a primeira implica em maior autonomia dos municípios, inclusive no que diz respeito aos orçamentos. Já a segunda, seria o processo feito em Minas, pelo governo do Estado, então sob o comando de Hélio Garcia, de simplesmente entregar por decisão unilateral, inúmeras escolas à administração dos municípios. Denunciou o uso do dinheiro do repasse de investimentos em educação para outras finalidades pela impossibilidade de certos municípios absorverem os recursos, enquanto outros tinham problemas para administrar a rede exatamente por falta de recursos.

### **ORGANIZAÇÃO SINDICAL;**

Várias alterações são feitas, em especial no enxugamento de departamentos que passam a ser seis coordenações mais a geral, com o objetivo de buscar uma organização mais dinâmica e horizontal. A eleição para a direção tomou como princípio a proporcionalidade direta na base, com um percentual de 20% de votos para a composição. Os congressos que no período da UTE eram anuais passaram a bianuais, com uma conferência intermediária. No que diz respeito à infra-estrutura a queixa da direção (composta até esse Congresso, sem

---

<sup>106</sup> Avaliação de Desempenho: mecanismo de controle da força de trabalho que está presente em todas as reformas administrativas ocorridas ao longo da década de noventa no Brasil. Os critérios dessa avaliação variam tanto entre as instâncias federativas, quanto entre os órgãos administrativos em função do embate que os servidores forma capazes de realizar contra esse instrumento. A Articulação no Sind-UTE sempre defendeu a realização de avaliações de desempenho associada tanto à qualidade como aos critérios de valorização e promoção profissional.

<sup>107</sup> Segundo o próprio texto do I Congresso a rede era composta de 7000 escolas estaduais, o que na época, era apontado como um desafio ao trabalho de base. Entre 1991, data do I Congresso, e 2004, ano da implantação do Projeto Escolas Referência, a rede foi reduzida a aproximadamente 4000 escolas (esse número consta dos documentos do próprio projeto). A maior parte das municipalizações foram feitas durante o governo de Eduardo Azeredo, do PSDB, durante o período de 1994 a 1997.

proporcionalidade, pela Articulação) será sempre a mesma até os dias de hoje: a falta de recursos. As Resoluções afirmaram a necessidade de ampliar a arrecadação em dois aspectos, tanto no aumento do número de filiados, através de campanhas de sindicalização, como pelo aumento do valor da mensalidade com 1% sobre a remuneração total do cargo.

### **PLANO DE LUTAS**

Aqui observo uma significativa mudança. Até esse Congresso, as análises eram críticas, embora carecessem de maior precisão conceitual. Concomitantemente, as bandeiras de luta eram mais radicais e lançavam a categoria a um patamar de reivindicações de caráter corporativo, mas também de enfrentamento político. Nesse Congresso é possível observar o contrário. Há um exaustivo detalhamento das transformações na produção, da política econômica, do governo de Minas Gerais, das políticas para a educação tanto no âmbito federal quanto estadual, seus programas e projetos. Contudo à descrição das ações não se associava um conjunto de conceitos vinculados a um pensamento crítico que permitisse explicitar qual encaminhamento devia ser dado pela categoria. Ao contrário. Ocorre um crescente embaçamento conceitual e as bandeiras perdem a objetividade. No geral há um rebaixamento das lutas.

As propostas representam o conjunto de resoluções da VI Plenária Nacional da CUT (agosto de 1993) aprovadas integralmente. Aqui vejo vários problemas que pontuarei ao final.

- “Não à política econômica de Itamar; combater a fome, a miséria; Propor comitês que discutam temas como reforma agrária, reajuste mensal e salário mínimo “decente”, fim da recessão e do desemprego, não pagamento da dívida externa; envolver setores da sociedade em comitês...Propor políticas imediatas de novos empregos.
- Discutir a política orçamentária do estado e dos municípios e propor a inversão de prioridades como a produção para o mercado interno; Questionar o pagamento da dívida externa e emprego de seus recursos na geração de empregos; Acompanhar e fiscalizar os recursos para o “combate à seca”; Propor aos professores que realizem em outubro uma semana de aula sobre a miséria”.(TESES, 1993:18).

Conforme fica explícito no emprego dos verbos que iniciam as proposições não há ação direta, não há resultado concreto, imediato e palpável das propostas e essas não são endereçadas a nenhum interlocutor específico, ficando no campo das generalidades, da retórica, ainda que algumas possam ter sido encaminhadas. Em especial as duas primeiras ações merecem destaque. A oposição é à política econômica de Itamar e não ao governo Itamar. Igualmente, não há relação direta, nas lutas, entre a política econômica e o combate à miséria. São apresentadas como duas ações distintas, desconectadas. O salário defendido

deixa de ser o do DIEESE ou Piso Nacional da CNTE e passa a ser “um salário decente”. Ao propor envolver setores da sociedade novamente falta o caráter classista.

A meu ver, quanto à política para novos empregos, não é tarefa dos sindicalistas e militantes propor políticas. Nem encontrar respostas dentro do sistema para isso. A resposta, de acordo com a concepção de sindicato classista, deveria ser a abolição do regime de propriedade e exploração, pelo menos como bandeira, como utopia. A idéia mais simples nesse aspecto seria, simplesmente, disputar os fundos públicos e exigir novos postos de trabalho, tensionando o governo e os patrões.

Quanto à dívida externa, a bandeira deixou de ser o combate à dívida, o não pagamento, para se tornar “Questionar o pagamento”. Ao invés de apoiar as lutas dos trabalhadores por saneamento e pelo fim da indústria da seca, simplesmente assumir funções de fiscais do estado “acompanhar e fiscalizar os recursos”.

Reforço à questão da perda da objetividade nas proposições, a ausência de ações concretas de massa e o uso de verbos que apontam uma conformação e não a luta. Em alguns itens o papel do Estado é visivelmente assumido como no combate a fome, na abertura de novos postos de trabalho. Já podemos observar aqui as mudanças do eixo político da CUT refletindo no Sind-UTE.

#### **OUTROS ASPECTOS ABORDADOS PELA TESE:**

- **Reestruturação Produtiva:** “A Executiva [da CUT] deverá impulsionar a realização de debates sobre a participação da central, não só nas Câmaras Setoriais, mas também nos Fóruns Institucionais (FAT, FGTS etc...)”.(TESES, 1991:18).

Vemos a defesa explícita dos fóruns institucionais, tripartites, das câmaras setoriais. É o começo da cooptação das entidades de base que passam a produzir co-administradores de recursos do Estado e participar de suas políticas de distribuição. Inicia-se não só a burocratização, mas nas palavras de Mandel a “degeneração”.

- **Eleições:** “A CUT deve se empenhar ao máximo durante as eleições presidenciais para discutir e apresentar uma plataforma democrática e popular de governo, baseada em reformas estruturais...”. (Idem).

A questão é que não houve, na tese guia, sequer a proposta de enfrentamento ao governo Itamar. A direção<sup>108</sup> desqualificou os demais militantes de tendências diferentes afirmando que confundiam as funções de partido e sindicato, numa clara cisão entre o econômico-corporativo e o ético-político. Então, no momento de eleição, a direção considerava possível discutir um programa através da Central, mas não defendia a oposição a um governo cujo programa promovia todas as mazelas que Central e sindicato pretendiam combater, pontualmente.

- **Greve Geral:** “Este processo de organização e mobilização deverá ser analisado pelos sindicatos da CUT que debaterão a oportunidade de convocação de uma greve geral”(Ibdem).

A greve geral deixa de ser o principal instrumento tático de ‘dialogar’ com a ‘sociedade’ e de confrontar os governos e patrões. A Central e os sindicatos se envolvem em fóruns, e comitês, e câmaras e a greve fica sob a avaliação de sua “oportunidade”. A questão é: em relação a quê essa oportunidade deverá ser avaliada.

- **Outras Ações Propostas:** “O sind-UTE deve propor um projeto alternativo ao liberal”.(Ibdem).

Há contradição com a proposta apresentada no tópico das eleições quanto a divisão de tarefas entre os partidos e sindicatos que a Articulação apontava como sendo necessária e criticando a proposta dos movimentos de oposição em relação ao embate contra o governo Itamar.

## MINAS GERAIS

“Contra o governo de Hélio Garcia”. (TESES, 1993:18).

Vemos que aqui podiam ser contra o governo. As orientações eram contraditórias mesmo no campo do reformismo. Não havia um princípio orientador que fundamentasse uma prática coerente nas várias esferas de atuação. Essa postura se entrega aos oportunismos políticos.

“Contra os deputados traidores”.(Ibdem)

---

<sup>108</sup> A Articulação dirigia, até esse Congresso, o sindicato em ‘chapa pura’, sem proporcionalidade. A tese guia aprovada é a tese da Articulação que também é direção.

Aqui vemos mais uma postura distorcida que pouco contribui para a formação política dos delegados que são uma base qualificada e constituem, ou deveriam, lideranças em formação. Não foi feita a discussão do porque esses deputados votaram as reformas regressivas, os partidos aos quais pertencem e seu caráter de classe. Nem a associação de tudo isso com as brilhantes análises de conjuntura. Os deputados são simplesmente traidores. A perda do referencial teórico e dos pressupostos como a luta de classes e sua substituição pelo pacto social produzem esse tipo de contradição.

### **EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO**

O texto da tese guia propunha: organizar uma Conferência em 94 com os temas: "O Estado que Queremos" e "A Formação Cultural da Burguesia e as influências sobre as classes trabalhadoras". (TESES, 1993:18).

Além disso, se posicionar e assumir a luta contra a Municipalização. As demais bandeiras já recorrentes como a eleição direta para diretores, fortalecimento do colegiado e assembleias escolares, contra o programa de educação do governo etc também foram contempladas.

O que desapareceu das resoluções e das bandeiras foi a concepção de educação original (do Congresso de unificação), da escola unitária pensada por Gramsci. Vemos apenas propostas focadas e pontuais que tinham como balizador o Programa do Governo. A concepção de totalidade do processo desapareceu.

O texto propôs ainda, pesquisa para aferir a visão da categoria sobre o sindicato, suas condições salariais, sua visão de si mesma, do local de trabalho etc. Discutir os empecilhos para a categoria participar e implementar a OLT.

- **Salários e Trabalho.**

Eram quatro propostas de bandeiras só sobre os salários: reajuste, recomposição, incorporação, revisão de salários e tabelas, vantagens. E ainda:

Lutar pela contagem de tempo de designação para o acesso<sup>109</sup>; pela pensão para os filhos e cônjuges no caso de falecimento do servidor em educação. Além disso: "Lutar para que o Estado e os Municípios promovam cursos de aperfeiçoamento".(TESES, 1993:19).

---

<sup>109</sup> Acesso: Mudança de nível por tempo de serviço e formação. Era 'automática', bastava requerer.

Não considero a melhor tática os trabalhadores lutarem por formação oferecida pelo governo, uma vez que criticam os programas dos governos, em especial o Pro-Qualidade, pelo seu teor liberal. Parece claro que não deveriam esperar que esse governo pudesse oferecer um curso de capacitação que realmente contemplasse a concepção de educação que defendiam. Mas de fato, a concepção de educação desapareceu das bandeiras de luta. Nesse sentido, qualquer capacitação serviria.

- **Plano de Carreira**

O plano de carreira aparece no texto bem detalhado, respeitando o princípio da unidade da carreira com a definição das gratificações, dos cargos e funções e as fases, critérios para o acesso automático. A questão polêmica: Promoção por tempo de serviço com avaliação de desempenho simultânea e como resultado da avaliação institucional, vinculada ao PPP e anual.(TESES, 1993:19).

A tese guia defendia, ainda, um mecanismo subjetivo para regulação de um direito com critérios de produtividade, pois a qualidade do trabalho, segundo o texto, também pode ser avaliada através de trabalhos publicados, pesquisas, frequências a cursos. Observamos que alguns desses critérios foram incorporados pela SEE na avaliação de desempenho proposta pelo governo Aécio Neves (já em 2005) com negociação da direção do sindicato. No Programa de Qualidade do Governo Hélio Garcia, Walfrido Mares Guia também defendia a avaliação de desempenho.

- **Demais Lutas**

**Organização sindical:**

“Buscar maneiras de se colocar pessoas a disposição trabalho sindical com a discussão de critérios no Conselho Geral (caso não haja liberações)”.

“Promover uma discussão ou seminário sobre ética no movimento sindical para eliminar as disputas que impedem os avanços da categoria e do sindicato”. (TESES, 1993:19).

Há uma clara mudança no conceito de democracia, na concepção do que seja ético e, principalmente no que faz avançar as lutas. Vemos um progressivo abandono por parte da diretoria do sind-UTE, dos valores socialistas, em especial da democracia operária e do conflito como forma de desenvolver a melhor posição sobre determinado assunto. Vemos que a pedagogia política do sindicato progressivamente muda de eixo.

## O CONTRAPONTO

Com o objetivo de clarear o foco das preocupações da categoria organizada em torno do Congresso retirei, de forma sintética, alguns temas e reflexões feitos pelos demais coletivos presentes ao II Congresso.

A centralidade da discussão era a reorganização do Sind-UTE e a democratização das instâncias administrativas. Todos os grupos ressaltaram a necessidade de organização a partir das escolas. Igualmente o trabalho junto às subseções deveria ser aprofundado, saindo do centro administrativo de Belo Horizonte.

A distribuição dos cargos, na diretoria do sindicato, deveria ser por proporcionalidade direta qualificada<sup>110</sup>. O rodízio anual e a limitação do número de diretores liberados também foi defendida pelas demais tendências e grupos de professores. Defendiam como controle da base sobre as direções, eleições bienais, revogabilidade do mandato de diretores e conselheiros deliberada pelos trabalhadores da subseção à qual se vinculam. Prestação de contas através de balancetes mensais das diretorias de subseções e estadual. Os jornais e boletins do sindicato deveriam estar abertos à contribuições de todos os trabalhadores na educação.

É importante destacar que a possibilidade de revogação do mandato pela assembleia dos trabalhadores era, no tempo da UTE, norma estatutária.

Em relação às assembleias há uma pista importante da mudança na forma de fazer política e na democracia interna. Os militantes do PSTU propunham que: “o acesso à palavra fosse democratizado em Assembleia, sendo 50% das falas em plenária reservada a militantes de base sem mandato sindical. Nas questões polêmicas deve ser garantido o direito de defesa antes da votação”. (TESES, 1993: 32).

O trecho acima indica a mudança nas relações internas do sindicato. Antes da unificação e mesmo nos primeiros anos após, não havia número fixo de falas, o microfone era utilizado por qualquer trabalhador em educação e era garantido o direito de ampla defesa. O assunto só era votado quando estivessem esgotadas todas as possibilidades e dúvidas.<sup>111</sup>

<sup>110</sup> Proporcionalidade Direta Qualificada: cada chapa escolhe, alternadamente, por ordem de maior votação, os cargos que irá ocupar. Representa a tentativa de evitar concentrar departamentos considerados estratégicos como o financeiro e o jurídico, nas mãos de um mesmo grupo.

<sup>111</sup> Nota de pesquisa, relato colhido em uma assembleia geral em BH, no ano de 2005, quando um diretor da subseção de Juiz de Fora lembrou o que era a organização do sindicato e como estaria descaracterizada então. O mesmo é afirmado por TAVARES tanto em sua dissertação (1994), como na tese apresentada no IV Congresso em 1997 assinada por um coletivo que se denominava independente e do qual a autora fazia parte, bem como na cartilha do mesmo coletivo denominada “Por uma Nova Pedagogia de Lutas” lançada logo após aquele congresso e que gerou a defecção de Rosilene dos quadros da Diretoria do sindicato bem como ataques ao grupo,

Na análise das últimas mobilizações, em especial a greve de 1992, essas tendências e grupos avaliavam que contribuíram para o enfraquecimento do sindicato: o afastamento dos dirigentes sindicais da base nas escolas, em parte devido ao o “*carreirismo político*”, em parte pelo monolitismo nas diretorias estadual e de subseções. A concepção defendida pela corrente Articulação Sindical de que a diretoria deve ser formada apenas pela chapa vencedora fazia, segundo esses militantes, com que a representatividade se restringisse. Igualmente criticavam um comportamento corporativista e o isolamento nas lutas, que ignorou as próprias experiências constitutivas da categoria organizada em 1979 e em 1986-87.

Contudo, esse Congresso (1993) ainda teve aspectos democráticos. Um deles é a abertura dos órgãos de comunicação prevista na mudança estatutária e que começou a funcionar já na avaliação do evento. Foram quatro páginas de avaliações, apenas uma ocupada pelos grupos minoritários ou de oposição. Duas correntes apresentaram avaliações críticas. Uma a dos trabalhadores vinculados ao PSTU recém expulsos do PT e ainda sem novo nome de tendência; outra denominada Alternativa Socialista Sindical<sup>112</sup>.

Os militantes apresentaram o decréscimo da participação da base nos fóruns da organização e a política inconsistente levada a cabo pela direção.

Vejamos os números de delegados aos Congressos. O de unificação (1990) contou com 3.000 delegados; o do ano seguinte (1991) 1.000; o de 1993 e que acabamos de analisar as resoluções, 850. Esse número continuou em decréscimo e se estabilizou em torno de 600 delegados, mantendo-se assim até o Congresso de 2006.

No II Congresso (1993) quatro diretores estaduais, ligados à própria articulação, se demitiram publicamente de suas funções denunciando o afastamento da diretoria da base, a falta de democracia na direção e na condução das lutas e “práticas de exclusão” daqueles que têm opiniões diferentes.

Do ponto de vista das resoluções políticas aqueles militantes são diretos na crítica:

“Não preparam a categoria para enfrentar a atual crise. Aprovou-se a política vacilante da atual direção do sind-UTE (que também dirige a CUT e o PT) de apenas lutar contra a política econômica e não contra o governo

---

por parte da diretoria, nos jornais do Sind-UTE (jornal Outras Palavras, ano, nº22, setembro/outubro de 1997,p 08 e 09).

<sup>112</sup> Alternativa Socialista: corrente sindical que se originou do grupo CUT pela Base Educação e que já fazia dentro da CUT a crítica a perda da democracia interna na Central. Agrupava militantes de tendências internas ao PT como a Democracia Socialista (DS) e a Tendência Marxista (TM). Muito ligados aos gabinetes de Gilmar Machado e Virgílio Guimarães (candidato ao governo de Minas Gerais pela Frente Minas Popular). Concentravam-se originariamente no Norte de Minas, em especial Governador Valadares e no oeste, na região de Uberlândia. Nessa última foi o primeiro grupo de oposição a ganhar as eleições de uma subseção.

continuista de Itamar/FHC. Aprovou-se que nosso movimento deve se limitar a pressionar a CPI de Jarbas Passarinho<sup>113</sup>.(RESOLUÇÕES: 1993:03).Seção especial destinada à avaliação do Congresso.

Na opinião desses militantes o que ocorria em relação à Articulação Sindical frente ao governo Itamar era a conivência.

Outro aspecto considerado ruim foi o percentual de 20% de votos para participar da composição da direção proporcional, que a Articulação conseguiu garantir que não seria qualificada e sim direta<sup>114</sup>.

Já a Alternativa Socialista Sindical centrou sua atenção em outros aspectos não menos significativos. Apontaram como causa do enfraquecimento do sindicato a falta de investimento em formação política da categoria. “A supremacia hegemônica” da corrente articulação sindical que compromete a livre manifestação de outras correntes ideologicamente distintas. O que, segundo eles, contribuía para o afastamento de outras lideranças que sempre contribuíram com o movimento e inibindo a participação das novas. Apontavam como avanços desse congresso a diretoria colegiada e a proporcionalidade, ainda com a ressalva de não ser proporcionalidade qualificada<sup>115</sup>. Uma crítica especialmente grave no que diz respeito à direção democrática é a denúncia de que a diretoria decidiu unilateralmente, manter a realização do II Congresso, mesmo após não conseguir o alojamento nas escolas estaduais em Juiz de Fora. A saída encaminhada foi alojar os participantes nos hotéis da cidade, com quatro estrelas e refeições self service, sem reserva financeira para isso. Segundo essa corrente, a diretoria definiu essa opção em reunião ordinária e que para suprir o caixa as subsedes deveriam contribuir com 30% a mais de sua arrecadação com a Sede Central. O problema apontado é que as subsedes já contribuem com 30% de sua arrecadação com a Central estatutariamente e mais 14% de extras para a CUT, CNTE, Coordenação Sindical, e de 20% a 40 %, segundo eles, com jornais, correios etc<sup>116</sup>.Com essa atitude unilateral a direção do

---

<sup>113</sup> CPI de Jarbas Passarinho: Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou os ‘Anões do Orçamento’, parlamentares que montaram um ‘esquema’ de desvio do dinheiro público que era ‘lavado’ através de prêmios em loteria. O nome da CPI se deve à baixa estatura dos parlamentares investigados e cassados. Jarbas Passarinho, senador, foi seu relator.

<sup>114</sup> Proporcionalidade Qualificada: As chapas escolhem os cargos pela ordem de votação alternadamente, assim os cargos e comissões são distribuídos de forma mais equilibrada entre as várias forças políticas que venham a compor a diretoria. Proporcionalidade Direta: Os cargos são escolhidos diretamente, de acordo com a votação obtida por cada chapa. Assim sendo, a chapa mais votada escolhe todos os cargos que lhe cabem de acordo com seu interesse, antes dos demais.

<sup>116</sup> O Sind-UTE funciona com o regime de rateio. Inicialmente o rateio surgiu como mecanismo solidário. Através dele subsedes e núcleos com baixo número de filiados em cidades muito pequenas participariam de

sindicato reduziu o orçamento de algumas subsedes a um quinto do seu montante habitual inviabilizando-as financeiramente.

Um aspecto que destaco, para finalizar, é a alteração do estatuto em seu capítulo II, artigo 3º, referente ao quadro social do sindicato em sua composição. Até então era vedada a filiação de colaboradores do regime militar e órgãos de repressão, bem como de sócio ou proprietário de estabelecimento de ensino. Nesse Congresso o parágrafo mantém a vedação para os colaboradores dos órgãos de repressão, mas no parágrafo segundo surge a seguinte redação: “A inclusão de filiados proprietários ou co-proprietários de estabelecimento de ensino será analisada caso a caso pelo Conselho Geral”.

É o completo abandono do conflito de classes, o não reconhecimento dos interesses antagônicos entre proprietários de estabelecimentos de ensino e trabalhadores em educação.

### **2.3 - As mobilizações do sindicato no período**

Essa seção trabalha com os boletins e as cartilhas que relatam a história do sind-UTE, bem como com os autores que, em suas pesquisas, analisaram as greves ocorridas. Houve greve nos quatro anos do governo de Hélio Garcia. A primeira (1991) durou 86 dias e atingiu mais de 400 municípios, sendo a maior greve em termos de duração, já feita pela categoria. Os trabalhadores conseguiram vale transporte e vale refeição, concurso para professores de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental e auxiliares de secretaria, eleições para diretor e vice, repasse periódico de verbas para a escola por aluno, manutenção dos ‘acessados’ no seu nível de atuação, pagamento do restante do 13º salário de 1990, restauração do Colegiado e instituição das Assembléias Escolares, retorno aos 180 dias letivos, para o 1º grau, atualização e agilização de biênios e quinquênios, acerto do pagamento do pessoal contratado em contracheques com base mensal, pagamento dos dias parados, nomeação imediata de professores primários e inspetores escolares concursados.

---

todos os eventos, cursos, caravanas etc. Mesmo que sua arrecadação não comportasse a despesa, pois, seria solidariamente dividida por todas as subsedes. Com o passar do tempo o rateio passou a ser utilizado pela direção estadual para amortizar seus gastos. Todas as despesas que não digam respeito a manutenção do funcionamento interno da Central são rateados. Os 30% de cada subseção que a direção estadual recebe ficam para o funcionamento interno da sede central. A prestação de contas das subsedes é mensal: sem prestação de contas, sem repasse. A prestação de contas da direção estadual é feita em documento simples a cada três anos, nos Congressos.

A segunda greve (1992), durou oito dias. A direção do sindicato não registrou quantos municípios aderiram à greve e teve pouca participação da categoria<sup>117</sup>. Os trabalhadores conseguiram: adicional de 15% sobre o salário de outubro além dos 80% concedidos para todo o funcionalismo público em 4 parcelas.

A terceira greve (1993) durou 76 dias, não consta no documento o número de municípios. Os trabalhadores obtiveram pagamento dos dias parados, política salarial quadrimestral com reajustes mensais de acordo com o aumento da receita do estado. A criação de uma comissão para discutir e ampliar a discussão do Plano de Carreira. O ganho organizativo foi a realização da greve unificada com todo o funcionalismo público estadual.

A última greve do mandato de Hélio Garcia (1994) não apresenta nem os dias e nem o número de cidades paralisadas. Os trabalhadores conseguiram a realização de concurso público para professor de 1ª à 4ª série, reajuste para esse mesmo setor da categoria e, posteriormente, estendido para os demais.

Segundo TAVARES (1995) e FURTADO (1993) o eixo da greve de 1991, foi a defesa da qualidade na educação e ao que indicam seus estudos, conseguiu o apoio da comunidade atendida pela rede estadual. O governo reagiu com violência direta com corte de ponto e repressão policial ao que a categoria respondeu com a ocupação da secretaria de educação.

TAVARES relata:

“O pagamento dos dias cortados não estava sendo feito; havia descontos inexplicáveis nos contra cheques e os professores contratados estavam sem receber desde o mês de fevereiro (oito meses), havia denúncias de punições e demissões de grevistas; a reposição dos dias parados estava proibida ao pessoal do magistério; sem reposição, sem pagamento. A última parte do 13º salário não estava sendo paga para uma parte dos trabalhadores, contra-cheques desapareciam o que impedia o acompanhamento da progressão salarial e benefícios. O abono salarial não estava sendo pago aos professores com aulas facultativas, perdas e vantagens pagas com atraso e sem correção, os calendários produzidos conjuntamente com professores e a comunidade escolar foram recusados”. (1995:205).

Conforme fica evidente os mecanismos de coerção utilizados pelo governo foram implacáveis. O acordo de greve não foi cumprido e explica, em parte, a desmobilização do ano seguinte. As dificuldades de reposição para fechar o calendário e cumpri-lo, o uso da operação tartaruga<sup>118</sup> que tentava reeditar a criação de novas formas de luta, contribuíram para

<sup>117</sup> Esses dados constam das Cartilhas “A História que o tempo não apaga”: reivindicações e conquistas dos trabalhadores em educação/MG, 1979 a 2000. Sind-UTE, BH, Junho de 2000. Existem várias Cartilhas congêneres, pois o Sind-UTE de tempos em tempos atualizava-as. A última foi lançada em 2002.

<sup>118</sup> Na rede estadual denominamos a operação tartaruga, eufemisticamente, de “compressão de horário”, a redução do módulo - aula de 50 para 30 minutos. O saldo de tempo restante deve ser utilizados nesses períodos

o imobilismo também. Para Tavares já há indícios da tutela do movimento pelos dirigentes que faziam as propostas para a base votar. Para Tavares aquela foi uma “não greve”.

É importante ressaltar que na greve em 1993 o momento coincide com a opção da CUT pelo sindicalismo propositivo e com a adesão a CIOSL. A direção trabalhou na construção de uma greve conjunta com os demais sindicatos do funcionalismo estadual. O debate em torno dessa tática é realizado no Congresso daquele ano, bem como os debates em torno da burocratização. Estamos às vésperas do plano real e em franco avanço das políticas neoliberais.

### **3 - O PERÍODO DE 1994-1997**

### **3.1 - Eduardo Azeredo e Walfrido dos Mares Guia: racionalização e modernização da máquina administrativa nos moldes empresariais**

As eleições de 1994 não trouxeram novidade para Minas Gerais. Alinhados mais uma vez, os projetos de governo federal e estadual estavam sob a direção de um mesmo partido: o PSDB. Fernando Henrique Cardoso foi eleito presidente da república pelo partido do qual era fundador. Eduardo Azeredo foi eleito governador.

A eleição de Eduardo Azeredo para o governo mineiro não alterou o conjunto de reformas que vinha sendo aplicado, sistematicamente, na estrutura administrativa do estado e, em especial, na educação. O homem de ligação, o responsável, pelo gerenciamento desse processo, é Walfrido dos Mares Guia Neto<sup>119</sup>. Seu currículo e sua ficha de serviços prestados ao avanço dos projetos neoliberais no estado são extensas e repletas de êxito. Sua participação direta na gestão do estado em Minas atravessa quatro gestões atuando nas pastas da administração, do planejamento e da educação. Foi responsável pela concepção e implantação do projeto Pro-Qualidade, na gestão de Eduardo Azeredo foi vice-governador e ocupou, ao mesmo tempo, a Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do governo. Além disso, a pasta da Educação foi entregue a Ana Luiza Machado Pinheiro, secretária adjunta da gestão anterior (na qual Walfrido fora secretário de educação). Depois a educação também foi pasta do próprio Walfrido, que respondeu por ela interinamente, teve como secretário adjunto seu irmão, João Batista dos Mares Guia e este veio a ser o titular em seguida. Também Eduardo

---

<sup>119</sup> Intelectual orgânico conservador filiado ao PMDB (início da carreira e ainda no período de abertura) ao PRS, Partido das Reformas Sociais e PTB (ao qual se mantém filiado). cursou Engenharia Química, UFMG, Belo Horizonte, 1961-1966; Administração de Empresas, FUMEC, Belo Horizonte, MG, 1971-1973. Administração Financeira, Controle Administrativo e Análise Financeira, Fund. João Pinheiro e Columbia University, Belo Horizonte, MG, 1972; Política e Estratégia Empresarial, Fund. João Pinheiro, Belo Horizonte, MG, 1975; Praticum in Administration e School Leadership, University of San Francisco, Califórnia, EUA, 1981; Estratégias para o Aperfeiçoamento Federalista do Brasil, ESG, Rio de Janeiro, RJ, 1984. Como profissional é Sócio Fundador, Curso Pitágoras, Belo Horizonte, MG, 1966-1973; Professor, 1968-1971, UFMG, Belo Horizonte; Diretor, Biobrás S.A., Belo Horizonte, MG, 1971-1981 e 1980-1985; Presidente Sistema Pitágoras de Ensino Ltda., Belo Horizonte, MG, 1973-1994; Sócio da Apolo Inc. Multinacional do Ensino; Secretário Municipal de Planejamento, Belo Horizonte, MG, 1983-1985; Secretário de Desburocratização e Reforma Administrativa do Estado de Minas Gerais, 1985-1986; Presidente, CETEC, MG, 1986-1987; Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado de Minas Gerais, 1986-1987; Secretário de Educação do Estado de Minas Gerais, 1991-1994; Secretário de Planejamento e Coordenação-Geral do Estado de Minas Gerais, 1994-1998. Foi vice-governador de Minas Gerais pelo PTB entre 1994 e 1998; deputado federal pelo PTB –MG entre 1999-2003; atual Ministro do Turismo pelo mesmo partido, no governo Lula (PT/PL). Fonte: página de Walfrido como deputado, acessível pelo portal Câmara.

Para os demais membros do Governo Estadual o portal do governo fornece um sistema de comunicação institucional que pode ser consultado.

Azeredo já ocupou a pasta da administração no governo Hélio Garcia, de quem obteve apoio nas eleições em 1995.

Assim, a política em Minas Gerais, o projeto de “modernização” da administração, a gestão “racional” do estado nos moldes neoliberais se manteve e aprofundou com as administrações do período da transição e pós-abertura democrática. Afirmo o compromisso de dar seqüência ao conjunto de ações que foram desenvolvidas ao longo dos últimos anos e “aumentar o alcance do processo de fortalecimento da educação pública” (Minas para Todos, 1994:104). O novo governo mantém o Pró-qualidade.

As premissas para a política de educação: autonomia administrativa, financeira, pedagógica. Uma política, de acordo com o texto, comprometida com o ‘sucesso’ dos alunos e com a elevação da qualidade e avaliada externamente. Valorização do magistério promovendo sua profissionalização. Redefinição do papel do estado e suas secretarias. Além disso, financiamento das ações de valorização como remuneração. Análise dos impactos previdenciários de ativos e inativos, projeções de aposentadorias, aumentos de remuneração e alteração na carreira, gestão de políticas, planos e normas de acesso, promoção e avaliação do magistério.

No que diz respeito à vida escolar: avaliação dos resultados da escola, fortalecimento da direção da escola através de ‘seleção competitiva interna’ seguida de treinamento dos novos escolhidos, capacitação e requalificação do magistério, municipalização da educação fundamental. O plano mantinha a racionalização liberal e suas implicações.

Com as resoluções 7.762, 7.763, 7.764, da Secretaria Estadual de educação, que trataram da organização e funcionamento do ensino, das normas de organização do quadro de pessoal e do desmembramento e integração das escolas estaduais respectivamente, foi posta em andamento a nova etapa do programa Pró-Qualidade<sup>120</sup>. Foram processos de intensa movimentação e deslocamento de pessoal e geraram reações de temor, resistência e protestos. A administração pública alegou que os ajustes tinham por objetivo viabilizar o cumprimento do piso salarial nacional de salários para o professor, fruto de um acordo realizado em 1994, entre as seguintes entidades: UNIDME, CONSED, MEC e CNTE<sup>121</sup>.

---

<sup>120</sup> Resoluções citadas por SILVA (1995).

<sup>121</sup> UNIDIME: União Nacional dos Dirigentes Municipais em Educação (fundada em 1986, sede em Brasília); CONSED: Conselho Nacional de Secretários de Educação (fundado em 1986, sede em Brasília) CNTE: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (fundada em 1990 a partir da Confederação dos Professores do Brasil e pela unificação de várias entidades, sede em Brasília) MEC: Ministério da Educação e Desporto.

A conseqüência imediata da publicação das resoluções foi a não renovação do contrato de 32 mil trabalhadores, sendo 18 mil professores e 12 mil auxiliares de serviços gerais. Segundo levantamento do sind-UTE, até abril de 1996, as demissões contabilizavam um total de 6.000 trabalhadores em 62 municípios<sup>122</sup>. A resolução que tratou do desmembramento e integração (nº 7.764) promoveu a nucleação e a municipalização das escolas da rede estadual.<sup>123</sup> Observo que esses dispositivos como a não renovação dos contratos, a nucleação e a municipalização, cumpriram um papel favorável e eficaz no conjunto dos processos de reordenamento da escola: permitiram a economia dos recursos e sua realocação de acordo com os interesses da administração, permitiram o disciplinamento da força de trabalho e o rebaixamento geral das condições de reprodução da mesma. Decorre dessas funções a manutenção de número tão expressivo de trabalhadores em regime de subcontratação<sup>124</sup>. Isso inviabiliza igualmente os projetos pedagógicos pela perda da continuidade, reforçando a fragmentação e a desqualificação do trabalho docente e da função da escola. Mas atende, pela flexibilização, a racionalidade do governo na expropriação dos trabalhadores e a apropriação do fundo público. A solução para as demandas sociais pela educação pública nos vários segmentos que atende seria a política de focalização<sup>125</sup>.

## **3.2 - OS CONGRESSOS DO PERÍODO**

### **3.2.1 - Congresso Florestan Fernandes – Diamantina - 1995**

O Congresso de 1995 prestou homenagens ao professor, militante e deputado pelo PT, Florestan. Esse Congresso aconteceu logo após a vitória de Fernando Henrique Cardoso à

---

<sup>122</sup> Boletim do Sind-UTE, sem número, sem ano, Título: Azeredo demitiu 32 mil trabalhadores no ensino. Arquivo da subseção de Juiz de Fora. A administração recontratou, ao longo do período, esses profissionais e ao final foi contabilizado o desemprego, de fato, de seis mil trabalhadores.

<sup>123</sup> A nucleação consistiu em enxugamento das escolas com ensino médio e ensino médio noturno. Estando com número considerado deficitário de alunos, suas turmas e cursos eram encerrados e os alunos deveriam ser transferidos para outra escola que seria o pólo receptor. Todos os cálculos de contratação e repasse de verbas é feito a partir do número de alunos (per capita), assim sendo o procedimento da nucleação permitiu o enxugamento dos gastos e de pessoal, novamente o desemprego rondava os trabalhadores em educação no Estado.

<sup>124</sup> Dados do DIEESE/MG para o ano de 2000 o número desses profissionais encontrava-se em torno de 133.713, do total de 282.127, ou seja, 47% dos profissionais da rede.

<sup>125</sup> Focalização: aqui empregada para indicar a criação de inúmeros projetos que uma escola em particular ou grupos de escolas. Essa prática se aprofunda a partir do governo Itamar (PMDB) e permanece com Aécio (PSDB/PL).

presidência da república em 1994. O país ainda estava sob o impacto do plano real<sup>126</sup> e seus desdobramentos ainda não podiam ser compreendidos pelo conjunto da população. Embora importantes aspectos da conjuntura nacional e internacional tenham sido abordados com profundidade o debate fundamental ficou em torno da proposta da CUT de sindicato orgânico<sup>127</sup> e, internamente, a profissionalização de quadros na diretoria estadual ou a chamada liberação com ônus<sup>128</sup>.

A apresentação dos textos demonstra um refluxo na participação. Apesar do Congresso apresentar quatro teses só duas abordam todas as questões: a da direção estadual do Sind-UTE e outra do movimento de oposição (que agrupou várias correntes)<sup>129</sup>. É importante ressaltar que excetuando a corrente sindical classista e a ala do PSTU na corrente MTS, todas as correntes organizadas no sind-UTE eram internas ao PT. As outras duas teses podem ser consideradas, pelo seu formato e tamanho, textos de contribuição (abordaram um único tema específico cada uma). Contudo, não são menos importantes. Um coletivo de trinta e um professores de Juiz de Fora, alguns filiados ao PT e outros não, outros eleitos conselheiros do sindicato, apresentaram um texto cuja centralidade temática era a defesa da educação pública e contra o ‘desmonte da nação’.

Os textos de contribuição propriamente ditos referem-se ao movimento negro, à condição subalterna do auxiliar de serviços gerais na categoria, o trabalho de prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis nas escolas e um texto sobre a relação do sind-UTE

---

<sup>126</sup> Plano Real: Plano Econômico implantado no Brasil ainda sob o governo de Itamar Franco, que assumiu a presidência após o impedimento de Fernando Collor. O plano, gestado por Fernando Henrique Cardoso e economistas que já tinham trabalhado com o Plano Cruzado, previa uma mudança na moeda que ocorreria gradualmente, mantendo indexadores no período de transição. A nova moeda seria equiparada, em seu valor, ao dólar. O plano previa também medidas ortodoxas liberais como ajuste fiscal e medidas alterariam a forma de financiamento do setor público e à reforma no Estado. O plano tinha nítida inspiração no Consenso de Washington e guardava semelhança com outros planos recentemente implantados em outros países da América Latina, como a Argentina. BATISTA (2001), BIONDI (1999), CAROS AMIGOS (nº 2 /1998). PILAGALLO (2002).

<sup>127</sup> Sindicato orgânico: é uma forma de organização sindical na qual o sindicato é incorporado à outra, no caso a CUT. O sindicato passa a funcionar como um departamento da outra entidade. Na prática torna-se um executor das políticas decididas em outra instância distintas dos seus fóruns que perdem a função deliberativa. Representa a perda da independência do sindicato.

<sup>128</sup> Liberação com ônus: o dirigente se afasta de suas atividades funcionais (através de uma licença sem vencimentos, por exemplo) e a entidade sindical passa a remunerar seu dia de trabalho para que ele fique à disposição do sindicato.

<sup>129</sup> Não foi possível identificar se todas as correntes que se apresentaram nos Congressos anteriores tinham representação no movimento ou mesmo se novos grupos surgiram dentro desse movimento.

com a Coordenação Sindical<sup>130</sup> cujo eixo era a defesa da permanência do sindicato naquela organização.

A tônica geral das teses: a organização das lutas contra o desmonte da educação e a necessidade de que o sind-UTE esteja melhor preparado. A tese de Juiz de Fora se além mais a questão macro, contudo, articula bem a discussão do projeto federal de reforma do Estado, em especial na educação, e sua articulação com o projeto mineiro e acrescenta importante crítica a CNTE e ao Sind-UTE demonstrando o caminho da negociação que o sindicato escolheu sem a mobilização. Em suas palavras:

*“Por outro lado, a CNTE e a maioria da direção do sind-UTE, até hoje não organizaram um plano de lutas capaz de mobilizar a categoria. Ao contrário, a CNTE, em troca da promessa do MEC de implementação do Piso Salarial Nacional, aceitou participar das discussões do Plano Decenal de Educação, demonstrando sua disposição de contribuir com o governo FHC em seu projeto de parceria ou câmara setorial da educação, cujo objetivo é um só: destruir o ensino público e gratuito. Ao mesmo tempo só vem adotando a tática de Dias Nacionais de Luta, não organizando uma greve unificada da categoria. Na mesma linha segue o sind-UTE. Em campanha salarial/ educacional desde março, até hoje só vem marcando reduções, paralisações, caça ao governo, campanha de mídia. A diretoria recusa-se sistematicamente a defender e organizar a greve, a organizar caravanas, passeatas e ocupação da SEE em BH. Na assembléia de 20 de agosto de 1995, a diretoria defendeu, ao mesmo tempo, o fim das paralisações e a retirada do indicativo de greve; demonstrando sua intimidação, recuo e conivência diante dos sórdidos ataques do governo estadual” (TESES, 1995:27).*

A citação é longa, mas importante para a constatação dos efeitos da adoção da modalidade de sindicalismo propositivo nas organizações de classe ligadas à CUT.

A CSC, única tendência que apresentou texto próprio, se preocupou em explicitar o que significa ser um sindicato orgânico e se posicionou contrária a ele. Sua pequena tese é assinada junto com o movimento de oposição. Sua preocupação foi demonstrar o quanto que essa proposta feria o princípio do sindicato e do próprio sindicalismo cutista de independência e autonomia.

A oposição destinou parte significativa de sua tese à análise da questão sindical, evidentemente, e aos dilemas enfrentados e questionou a responsabilidade de suas lideranças em função das proposições da CUT, do PT e do próprio Sind-UTE. É um importante instrumento para compreendermos essas mudanças. Nessa conjuntura, a oposição não abordou a questão educacional. Colocou como foco das questões internas mais imediatas a discussão da proporcionalidade direta que foi implantada na entidade a partir do segundo

---

<sup>130</sup> A coordenação sindical é uma entidade que agrega os sindicatos do funcionalismo público de Minas Gerais. Sua atuação também é criticada como vacilante. Os sindicatos da Coordenação são todos cutista e em sua grande maioria dirigidos pela articulação.

congresso (1993). A oposição obteve, no cômputo geral, 17% dos votos do Estado. A proporcionalidade direta aprovada exigia 20%. A Articulação Sindical continuou, portanto, a dirigir, sozinha, o sindicato. A oposição também apresentava como proposta de debate os seguintes temas: Pactos, acordos com governo, câmaras setoriais, sindicato orgânico, burocratização de dirigentes sindicais, distanciamento da base, atrelamento aos governos democrático-populares etc. É importante destacar de seu texto a avaliação que faziam da política de pactos e conciliação.

“Infelizmente o que vemos da direção majoritária da CUT e do PT e dos sindicatos mais fortes desse país é a política de conciliação e de pactos com o governo e os patrões. As câmaras setoriais e o pacto das montadoras nos provaram que só os trabalhadores pagam e cumprem seus acordos”. (TESES, 1995:24).

Esses trabalhadores demonstraram a perfeita compreensão do que estava em jogo e apresentaram como proposta o aprofundamento da discussão do pacto e a deliberação pela imediata saída do acordo. Preocupavam-se igualmente com os rumos que o Partido dos Trabalhadores tomava no Congresso Nacional.

“O PT, que reivindica representar a classe trabalhadora, ao invés de organizar uma ampla campanha nacional contra a reforma constitucional ilegítima e patronal, prepara seus remendos (emendas) que já sabemos, não serão aprovadas e sequer serão discutidas por um congresso falido e corrupto”.(Idem).

E propunham a saída imediata do PT da negociação das reformas e seu trabalho na organização das lutas dos trabalhadores, cujas bandeiras designarei como reformas de base<sup>131</sup>. Quanto à proposta do sindicato orgânico, incluíram a mudança no conjunto das transformações políticas da CUT e do movimento sindical mais amplo e concluíram: “A proposta de organicidade como está apresentada, vai à contramão da concepção cutista para os sindicatos”.(Ibdem)

A oposição finalizou avaliando que a organicidade é dada pela observância dos princípios e pela unidade na luta de forma democrática. E apresentou como propostas os princípios organizativos da origem do Sind-UTE, cujo objetivo era permitir que a base controlasse a direção:

“Conselho de delegados, assembléias, congressos, desenvolvimento permanente das OLTS, proporcionalidade nas eleições, adoção de formas de gestão colegiada, adoção de critérios que assegurem a transparência no trato

---

<sup>131</sup> Reforma agrária, não pagamento da dívida externa, reforma urbana, educação pública de qualidade etc.

*das finanças, austeridade em relação aos benefícios concedidos aos dirigentes”.(TESES, 1995:25).*

Ainda mais à frente em seu texto, o coletivo da oposição apresentou uma seção da tese dedicada ao que chamaram de “Crise do Sind-UTE”. O movimento avaliou que as Campanhas Salariais de 1994 e 1995 foram as mais fracas da história da categoria. Criticou a direção do sindicato que, segundo esse coletivo, continuava surda às críticas que vinham não só do movimento de oposição, mas das escolas e regiões do estado. A oposição criticou ainda, o distanciamento da direção da base, fruto do investimento na política sindical de conciliação e ‘parceria’ com o governo. Defendeu, por fim, que a reconstrução do sindicato (a superação da crise interna) passava pela ruptura com a política levada a cabo pela direção do sindicato e pela formação de novos ativistas surgidos na base.

A tese da Direção do Sindicato leia-se Articulação Sindical, foi votada e aprovada como tese guia apresentava como título: “Um Mundo Globalizado”.

Essa tese define globalização como estratégia política mundial a partir do consenso de Washington, como reordenamento da economia no mundo, tendo como motor o FMI e o imperialismo americano. Apontou as transformações do Estado e as reformas como parte desse processo, fruto do avanço da financeirização da economia que está na base das mudanças do sistema de acumulação atual. Apontou, também, como pressupostos desse momento: abertura da economia, o “Estado mínimo”, as reformas da previdência, ataques à livre negociação sindical.

Nesse último aspecto, o ataque às organizações sindicais, a tese afirmou que a estratégia era “debilitar os sindicatos” para impor a flexibilização e a informalidade do trabalho, ampliando a exploração. Aqui se encontra o ardil, em suas conclusões apontavam o seguinte:

“Diante desses problemas globais as soluções localizadas são insuficientes. Por isso a CUT desenvolve uma estratégia de inserção orgânica no movimento sindical internacional, a partir dos seguintes pontos:

1) Fortalecimento da CIOSL e ORIT<sup>132</sup>, visando colocá-las como interlocutoras dos trabalhadores frente às instituições multilaterais como ONU, OIT, FMI, Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio etc.

---

<sup>132</sup> Organização Regional Interamericana de Trabalhadores (ORIT) é uma organização sindical fundada no México em 1951 e atualmente agrupa 33 confederações e centrais sindicais de trabalhadores em 29 países das Américas. A ORIT é o braço americano da Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL). Agrupa entre seus quadros associados no continente 45 milhões de trabalhadores. A ORIT considera seu objetivo promover no continente americano o fortalecimento das centrais sindicais independentes, autônomas, democráticas e éticas, que lutem pela democracia política, social, econômica e que ponham em prática os conceitos do internacionalismo dos trabalhadores.

2) Fortalecimento das relações bilaterais com centrais sindicais do Norte e do Sul, visando construir estratégias comuns de enfrentamento ao neoliberalismo”.(TESES,1995:06).

No campo da Conjuntura Nacional, a tese da direção, fazia um bom retrospecto das eleições e do pacto de unidade das elites em torno da candidatura de Fernando Henrique Cardoso. Essa unidade foi materializada na construção e realização do plano de estabilização econômica que segundo a tese da direção, tinha como objetivo, mudar a correlação de forças do período do impedimento de Collor, que apontava a preferência do eleitorado ao candidato petista Lula. A CUT teria adotado então como tática a denúncia do caráter eleitoreiro do Plano Real.

“Denunciamos [e aqui a fala da direção do sindicato se confunde com a da direção da central] a irresponsabilidade de sustentar a estabilização no câmbio, sobrevalorizando o real, e na política de juros altos. Para nós a estabilização não era duradoura. Seu objetivo era eleger o candidato das elites em primeiro lugar. Suas conseqüências foram desastrosas para o Brasil”.(TESES, 1995:06).

Mas logo abaixo, a própria direção do sindicato e da central que criticou com tanta propriedade o Plano Real acrescentava em sua análise:

*“... Devemos reconhecer que o problema da estabilização não era apenas uma questão eleitoreira. Tratava-se de um profundo anseio da população ver-se livre dos efeitos perversos da inflação. Esta questão o movimento sindical não soube enfrentar com propostas claras e alternativas. Por isso hoje, está na ordem do dia defender a estabilidade econômica. Porém, através de uma política que além da estabilidade combata a concentração de riquezas, o desemprego e a miséria social”. (TESES, 1995:06).*

A distorção é evidente, a direção afirmou claramente a incapacidade da liderança para dar respostas e sua capitulação à ordem estabelecida.

O texto da direção aprofundou a análise do plano real e acrescentou a análise da base eleitoral e das alianças que colocou FHC na presidência. Avaliou que a política seguiria o curso das reformas e que para isso a negociação por uma boa base no Congresso seria costurada politicamente, ainda que apoiada em vícios seculares das elites brasileiras como o fisiologismo. Avaliou o papel da mídia de apoio às elites e reafirmou o papel do governo como a concretização do novo pacto das elites cujos artífices principais seriam o PFL e o PSDB. Finalmente, depois de muitas análises, apresentou suas propostas.

“No final de 1994, a Executiva da CUT já avaliava que o governo Fernando Henrique Cardoso tentaria aprofundar a implantação do projeto neoliberal no Brasil. A conclusão da Executiva apontava a resistência propositiva como a estratégia correta. A tática passava necessariamente pela mobilização dos trabalhadores e

---

contraposição e debate das nossas propostas, construindo uma forte aliança com os setores populares da sociedade.

A CUT se colocou na oposição às chamadas reformas neoliberais, mas considerando que era imprescindível apresentar uma alternativa para a sociedade”. (TESES, 1995:07).

Percebemos a troca da estratégia de mobilizar a classe trabalhadora em torno de um projeto de transformação social pela “resistência propositiva” e a perda do referencial de classe uma vez que a alternativa deixava de ser os valores historicamente defendidos pela classe trabalhadora, os únicos que podem ser universalizados, e passava a ser a apresentação de uma alternativa para a sociedade, ou seja, que contemplasse todas as classes sociais e seus setores. Evidentemente que essa postura tendeu a um rebaixamento crescente da plataforma política dos trabalhadores que em um contexto de recessão foram levados a continuar ‘cedendo’, garantindo a ‘estabilidade da economia’ para contemplar todos os ‘setores da sociedade’.

Um exemplo lapidar das conseqüências desse processo de mudança de orientação da CUT e dos sindicatos afinados com sua direção foi o tratamento dado pela Central à greve dos petroleiros, que tiveram que enfrentar sozinhos a repressão do governo. Nas palavras da direção do sind-UTE e da CUT a *‘mea culpa’* tardia:

“A CUT não acreditou que pudesse trabalhar pelo menos um dia de greve geral em apoio aos petroleiros. Temos que admitir que os petroleiros ficaram isolados, em que pese a intervenção da CUT no processo de negociação com o governo”.(TESES, 1995:06).

A Central definitivamente abandonou a mobilização de massas e passou a trabalhar no âmbito das negociações institucionais, a partir do ‘capital político’ que construiu ao longo da década anterior. Esse comportamento seria acompanhado pelos sindicatos dirigidos pela Articulação Sindical.

A direção do sindicato apresenta ainda algumas propostas mais gerais de mobilização na contraposição ao projeto neoliberal, contudo, a tônica é a contradição e a falta de clareza.

“Para enfrentarmos essa ofensiva autoritária do governo é preciso combinar a denúncia e mobilização contra a MP com a apresentação da nossa proposta de Sistema Democrático de Relações do Trabalho, avançando nos direitos coletivos, organização sindical, e consolidando a estrutura sindical cutista horizontal e vertical. A fusão de sindicatos, a consolidação das Confederações da CUT, e a construção de um sindicalismo orgânico é a principal tarefa para o próximo período”. (TESES, 1995:07).

A confusão entre organização e institucionalização é deliberada. As lutas podem e devem ser articuladas e coordenadas pela Central. Isso não implica em, estatutariamente,

passar a compor um setor ou órgão ou departamento da Central e depender das determinações da sua direção para realizar as tarefas que demandam da sua base sindical originária.

Na segunda parte de sua tese a direção do Sind-UTE apresentou sua perspectiva de construção do modelo sindical cutista. Fez um amplo retrospecto da formação da Central dentro da estrutura corporativista e assumiu um discurso radicalizado onde até o conceito de luta de classes reaparece. No entanto, apresentou nas linhas finais de sua argumentação o que está em jogo nessa proposta de sindicalismo orgânico:

“Infelizmente, apesar de fazermos o discurso contra o imposto Sindical, ainda dependemos muito dele. Cerca de 30% dos orçamentos dos nossos sindicatos ainda dependem deste imposto.

O pior é que o modelo oficial nos remete sempre a montarmos uma estrutura sindical corporativista própria, de departamentos que triplica os gastos em todo o movimento sindical.

Se isso não bastasse, nossas estruturas são submetidas a verdadeiras ‘batalhas campais’ em eleições entre chapas cutistas. É colocado como prioritária, muitas vezes, a luta por cargos ou por termos o sindicato como aparelho”. (TESES, 1995:08).

A Articulação Sindical pretendia, ao que tudo indica, com a anuência das bases em instâncias máximas dos sindicatos, fazer aprovar a incorporação patrimonial e o imposto sindical ao patrimônio da Central, por ela controlada, e ainda eliminar a possibilidade de disputa interna nos sindicatos pela direção do mesmo. Centralizaria o poder de decisão na cúpula, monopolizaria a representação e enxugaria os quadros, conforme o segundo parágrafo. É a própria reestruturação produtiva feita a partir do movimento que deveria combatê-la. Curiosamente, a proposta de sindicato orgânico está amplamente contemplada pela Reforma Sindical gestada no Fórum Nacional do Trabalho<sup>133</sup>. A sociabilidade do capital e o controle empresarial-corporativo tomaram conta da cúpula dessas entidades, deixaram de ser representantes da classe trabalhadora para ser tornarem gerentes, solidários, do sistema que originariamente se dispuseram a combater.

No que diz respeito à conjuntura mineira, a direção do Sind-UTE avaliou os índices de desenvolvimento econômico e humano do estado que eram muito baixos em contraste com o crescimento econômico considerado satisfatório dentro da conjuntura recessiva<sup>134</sup>. O texto

<sup>133</sup> Fórum Nacional do Trabalho: Organismo Tripartite (composto por sindicalistas, empregadores e representantes do governo) criado pelo governo para elaborar mudanças para ‘modernizar’ as Instituições Trabalhistas no Brasil, adequando-a à ‘economia aberta’. O Fórum foi lançado em 29 de julho de 2003, sua composição numérica comporta 23 representantes dos sindicalistas, 21 do governo e 22 dos empregadores. As principais centrais sindicais (CUT, CGT, Força Sindical) participam do Fórum. O texto da Reforma trabalhista foi gestado nesse organismo.

<sup>134</sup> Segundo a Tese da direção viviam na miséria absoluta 20% dos mineiros, na região do Vale do Jequitinhonha e Mucuri, região mais pobre do estado, 60% da população não tinha água encanada e só 13% possuía rede de esgoto. O número de analfabetos chegava a 18% da população. Em contra partida Minas Gerais possuía o 2º maior PIB do Brasil. Quanto às perspectivas de crescimento, as avaliações de Paulo Hadad serviram de suporte ao texto da Tese.

ressaltou o elogio de economistas ao desempenho da economia mineira e destaca em especial o Vice-presidente da Associação Comercial de Minas que considerava como favorável ao estado “as características do movimento sindical mineiro, com relativa harmonia na relação capital/trabalho”.(TESES, 1995:09). Essa avaliação, embora conste do texto da tese, não recebeu, por parte da direção do Sind-UTE, qualquer comentário crítico.

Quanto à análise política do governo de Eduardo Azeredo<sup>135</sup>, a direção identificou-o com as elites mineiras, caracterizou o próprio governador “como tímido e subserviente aos propósitos do governo federal”.(Idem).

A ausência das análises com base no conceito de classe fez toda a diferença ao definir o perfil do governo. Eduardo Azeredo e Fernando Henrique pertencem ao mesmo partido político, o PSDB, defendem o mesmo projeto político, têm as mesmas características de formação e são intelectuais orgânicos da elite financeira empresarial do país. São sócios, não há relação de subserviência. Ao que tudo indica, a direção do Sind-UTE confundiu, deliberadamente, a exposição, confundindo assim a percepção da base.

Em seguida a direção gastou quatro longas páginas para discutir o programa de qualidade total no estado de Minas Gerais contextualizando-o e desviando o foco das questões fundamentais desse congresso referentes à organização dos trabalhadores e das lutas decorrentes das formas de organização.

Quando finalmente retornou à questão da organização, a direção abordou a organização por local de trabalho não mais voltada para as táticas de formação de comissões ou núcleos, mas enumerando uma enorme quantidade de tarefas a ser realizada pelos trabalhadores, supostamente como forma de se conscientizar das suas relações e dos processos

---

<sup>135</sup> Eduardo Azeredo: Engenheiro com especialização em Informática Formado em Engenharia Mecânica pela Pontifícia Universidade Católica - PUC/MG; Pós-Graduação em Engenharia Econômica Fundação Dom Cabral. Filho de Renato Azeredo que era ligado ao grupo mineiro vinculado ao nacional desenvolvimentismo, em especial ao grupo de Juscelino Kubstchek.

Especializou-se em Informática, iniciando sua carreira profissional na IBM do Brasil, onde trabalhou 11 anos. A convite do então governador Tancredo Neves dirigiu a PRODEMGE - Empresa de Processamento de Dados de Minas Gerais, na qual permaneceu até o fim do governo Hélio Garcia. Depois foi superintendente da DATAMEC. Ajudou a fundar em Minas o PSDB -Partido da Social Democracia Brasileira, ao qual permanece filiado. Como vice-prefeito de Pimenta da Veiga (PSDB), 01/01/1989 a 09/04/1990, ocupou a direção da PRODABEL e, depois de deixar a Prefeitura de Belo Horizonte, presidiu o SERPRO, a empresa de processamento de dados do governo federal. Prefeito de Belo Horizonte em substituição a Pimenta da Veiga de 09/04/1990 a 31/12/1992 Governador: 01/01/1995 a 31/12/1998 - MG Senador: 01/02/2003 a 01/02/2011 - MG, foi afastado da presidência do PSDB por ocasião do escândalo do valerioduto, no qual aparece como receptor de 1,4 milhão de reais de Marcos Valério. Foi investigado por improbidade administrativa. O portal da Câmara; do Senado e a página oficial do senador oferecem bons dados biográficos.

de trabalho e a partir disso criar uma nova cultura<sup>136</sup>. O discurso nesse caso é completamente elaborado, consistente e com cores revolucionárias. Essa forma de apresentação da proposta possivelmente contribuiu para afastar os trabalhadores que já lidam com uma sobrecarga enorme de tarefas na escola. Os conceitos e os marcos filosóficos da escola unitária e da politecnia desapareceram das teses. As propostas giram em torno de organização do trabalho sem vinculação direta com nenhum referencial naqueles conceitos.

## AS LUTAS

Por fim a direção apresenta os planos de lutas. No âmbito mais amplo as propostas adotadas e aprovadas na íntegra são aquelas apresentadas na 7ª Plenária Nacional da CUT e nas resoluções do XXV Congresso Nacional da CNTE. Destaco apenas o uso sistemático do conceito de Sociedade Civil sem rigor teórico no lugar do conceito de classes e entidades de representação de classe. Dentre essas propostas destaco a seguinte:

“Incorporar a Campanha ‘Igualdade de oportunidades na vida, no trabalho e no Movimento Sindical’ preparada pela CNMT - Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT”. (TESES, 1995: 16).

As direções da CUT e do Sind-UTE abandonaram a defesa de igualdade de direitos e adotaram a fórmula liberal “igualdade de oportunidades”.

Nas campanhas político – educacionais estavam preservadas todas as bandeiras históricas do movimento. Desde a gestão democrática da escola até o Plano de Carreira. Destaco apenas a luta contra o projeto de LDB substitutivo Darcy Ribeiro que se apresenta como uma contradição uma vez que a Articulação participava do Pacto Nacional da Educação

---

<sup>136</sup> A página 14 é dedicada a enumerar questões que devem ser pensadas e discutidas no interior da escola que vão desde o controle do processo de trabalho até a discussão de teorias pedagógicas e a auto-análise do coletivo escolar, além da avaliação das condições sócio –econômicas que condicionam o desempenho do aluno. Igualmente os trabalhadores deveriam analisar as relações familiares e comunitárias nas quais estão inseridos. Feito isso, os trabalhadores deveriam pensar nos procedimentos teóricos e depois nos procedimentos práticos para aproveitar ‘todo o saber’ sistematizado e o produzido pela comunidade. Deveriam criar as condições materiais e da organização do processo de trabalho pedagógico que propiciem este fim. Cada escola (molecularmente) deveria se transformar em uma unidade de produção e distribuição de conhecimento. Apresentam então seis eixos de lutas que cobrem a relação professor aluno; a nova organização do processo de trabalho, a recuperação do poder da escola como centro de decisão, o fortalecimento das instâncias de democratização da escola, modificação do eixo que guiava a prática pedagógica, criar um corpo de trabalhadores com dedicação exclusiva. Na página 15 apresentam alguns instrumentos, em torno de nove, que são espaços de reuniões e grupos de trabalho para a realização das discussões elencadas na página 14. A concepção que informa a ação é “A consciência de que não existe metodologia do ‘como’ trabalhar com esta perspectiva porque isso seria negá-la, já que propõe que é trabalhando, fazendo, construindo que se expressa sua essência filosófica, que é a práxis”. E ainda: “Em nosso entendimento a consciência é a expressão da existência e não o contrário”.

e da discussão do Plano Decenal<sup>137</sup>. Mas que cumpria a função de garantir a imagem de direção combativa diante da base.

A direção apresentou ainda, a proposta de organização da diretoria como colegiada, de organização horizontal consolidando a nova estrutura aprovada no II Congresso (1993). Igualmente retomou a proposta de criar mecanismos de sustentação financeira de diretores sindicais não-liberados. A direção justificava a proposta afirmando ser um mecanismo de garantir a participação de toda a diretoria na definição das políticas sindicais. Em seguida, defendia a luta pela liberação sindical junto aos governos estadual e municipais. Dessa forma, apresentava a proposta de liberação com ônus para o sindicato, como paliativa, temporária.

Contudo, uma vez instalada essa possibilidade, a direção estadual ampliou, sistematicamente essa modalidade de liberação, inclusive para as subseções sob sua orientação política. Não é possível ter acesso ao número de liberações com ônus para o sindicato, que a direção do sind-UTE ‘administra’ hoje. As liberações são muitas vezes viabilizadas através de gabinetes de vereadores ou das próprias prefeituras administradas pelo PT ou mesmo através de acordos com prefeituras administradas por outros partidos<sup>138</sup>.

Uma outra proposta que teve muito empenho da direção estadual foi o ‘Plano de Ação do Departamento de Comunicação’. Há no texto um amplo debate sobre a questão do monopólio e da necessidade de democratizar o acesso à informação, em contraposição à grande mídia. Fazia a defesa da informação responsável e democrática. A direção, então, apresentou a proposta de estruturação de um departamento profissionalizado de imprensa, com acessoria, com banco de dados, utilização de várias mídias, racionalização no uso de materiais e utilização de pesquisas de opinião junto à categoria.

---

<sup>137</sup> Pacto Nacional da Educação: mecanismo semelhante ao Entendimento Nacional e ao Pacto pela governabilidade sobre a gestão de Itamar. Com a promessa do governo de implantação de um piso salarial profissional nacional (PSPN) a CNTE abandonou a organização das lutas nos âmbitos estaduais e nacional, privilegiando a atuação negociada em gabinetes e relegando à segundo plano o enfrentamento com o governo contra Plano Decenal e a Nova LDB. Sua vinculação remonta aos compromissos internacionais firmados a partir de 1991 em Jomtien e, portanto, vinculados aos interesses hegemônicos mundiais. Caracterizam-se pela implementação de políticas reducionistas em relação aos gastos públicos, privatistas. Através desses instrumentos ficou plasmado o abandono do acúmulo de discussão democrático das propostas conhecidas como “Propostas da Sociedade Brasileira” (tanto para a LDB, como para o PNE). Ver debate em NEVES (2000) e SAVIANI (2004).

<sup>138</sup> O caso mais evidente é de um diretor da Sede Central, da corrente Articulação Sindical, participando da direção do sindicato desde a unificação e candidato a deputado estadual. Esse diretor é liberado pela prefeitura de Contagem, grande BH, desde o início da década de noventa, quando Newton Cardoso “caçou” as liberações sindicais no estado. A prefeitura de Contagem foi até então administrada por políticos de partidos como PMDB, partido do próprio Newton e, mais recentemente, pelo PSDB, que manteve a liberação. A atual administração é da petista Marília Campos.

O Sind-UTE possuía então quatro publicações regulares: Jornal Outras Palavras, enviado às escolas e aos associados, O Equilibrista – Jornal Mural, Boletins regulares e especiais - quando necessária a abordagem de algum tema específico, revista. Os jornais tinham no tempo da UTE (até 1990) periodicidade mensal. Os Boletins sempre apresentam uma média de 25 ao ano, sendo sua concentração maior no período de Campanha salarial, evidentemente. A revista era a novidade. A proposta era torná-la uma publicação regular quadrimestral com assinatura e preço de capa. Há ainda a ONG “Centro de Comunicação Democrática”, criada para gerir o Programa Faixa Cidadão e para lutar pela democratização dos meios de comunicação. O Sind-UTE participa da gestão da ONG junto com outros sindicatos cutistas que custeiam, solidariamente, o programa em questão. O Sind-UTE comunicou nesse congresso que enviava contribuições para a pauta do programa e articulava a participação dos trabalhadores em educação de acordo com as demandas da categoria. A questão é que até esse Congresso essa ONG e a contribuição do sindicato na sua gestão não tinham aparecido. Pelas resoluções e pelas teses não há indicações sobre em qual instância deliberativa sua participação teria sido decidida. Não consta dos documentos dos congressos anteriores essa deliberação o que causa estranheza, pois envolve o uso de recursos dos filiados e um importante instrumento de comunicação.

O Jornal Outras Palavras possui hoje uma tiragem média de dois jornais anuais com 21.000 exemplares, o que considero um número baixo em relação ao número de filiados e da categoria.<sup>139</sup> Ainda em relação ao jornal o objetivo destacado é claro na apropriação desse instrumento de comunicação, apesar de toda a argumentação pela democratização da informação.

Vejamos: “O propósito é realizar um jornal atrativo, que reflita as posições da diretoria e tenha a participação das subsedes, de equipes escolares ou do leitor em geral”. (TESES, 1995:18).

Nos jornais disponíveis na subsede de Juiz de Fora que cobrem o período de publicações do Sind-UTE desde 1992, praticamente não demonstra o uso do jornal Outras Palavras pela base, ou coletivos de escolas organizados, ou de movimentos independentes, ou correntes políticas atuantes no movimento sindical da categoria para a discussão política ou a apresentação de debates através dos quais a categoria tenha acesso a posição distintas sobre o tema apresentado pela direção.

---

<sup>139</sup> Segundo dados fornecidos pelo sindicato por telefone à subsede de Juiz de Fora em julho de 2006, aproximadamente 78.000 filiados em uma categoria de 288.000 servidores.

## MUDANÇAS ESTATUTÁRIAS.

O estatuto do Sind-UTE regulamentou da seguinte maneira a base de cálculo para tirada de delegados ao Congresso: a escolha de delegados ficou registrada como um para 20 ou fração superior. Às unidades escolares que tivessem número inferior de trabalhadores ficava assegurado um delegado. Isso garantia a possibilidade de ampla representatividade. A regulamentação de Conselheiros Gerais que segue o caminho da restrição de participantes. A base era de 200 filiados - 2 representantes; 320 filiados - 3 representantes e assim sucessivamente, inclusive com 1000 filiados - 7 representantes sem limite máximo na representação.

A proposta de alteração restringia a participação na representação da seguinte maneira: A partir de 800 filiados cada grupo de 200 trabalhadores dará direito a um representante (art 23 do estatuto). A regulamentação das eleições também ocupou uma boa parte da proposta de alteração. As chapas deveriam apresentar os titulares e suplentes para todos os cargos a preencher, mesmo com a proporcionalidade na direção. A composição da chapa que antes era livre também passou a ser regulamentada sendo a proposta de sua composição de 50% de representação do interior e de pelo menos 40% das subsedes em funcionamento.

Apesar desse dispositivo parecer representativo ele na verdade inviabiliza a organização de chapas a partir de militantes da categoria que, ao discordar do rumo tomado pela política do sindicato, decida apresentar-se como uma alternativa para o debate. De saída os militantes têm que ter representação no Estado de pelo menos 40% das subsedes, ou seja, territorialmente e de 50% de candidatos do interior. Por outro lado isso facilita a manutenção do grupo político que esteja à frente do sindicato que já está quase onipresente em todas as diretorias de subsedes, controlando a máquina administrativa, os recursos, as possibilidades materiais de viajar pelo interior e estabelecer seus contatos. Quem pode concorrer na verdade é quem possui alguma relação orgânica com partidos ou movimentos cuja rede de contatos e apoio possa utilizar, ainda assim, uma tarefa difícil de concretizar. E que pode comprometer a independência do movimento ou ainda pior, seu aparelhamento no âmbito de poder burguês nas suas formas mais tradicionais. Essa proposta inviabilizaria a criação do próprio sindicato em sua origem. A UTE, em 1979, foi criada, fundamentalmente, por professores da região industrial de Belo Horizonte e seu entorno.

Outro aspecto que se destaca é a condição do trabalhador temporário. Em artigo novo a direção explicita a condição do refiliado que, no meu entendimento, se aplica mais à questão do subcontratado.

“O filiado que perder esta condição e, posteriormente, inscrever-se novamente no sindicato, será considerado associado novo, para efeito de observância dos prazos de votar e ser votado para compor instâncias da entidade”. (TESES, 1995:20).

O sindicato reproduz a relação precária que o trabalhador possui com o empregador na entidade de representação. Também aqui ele está sempre começando de novo. É importante dizer que esse não é um problema menor em uma rede que possui, historicamente, a média de 40% de subcontratados. No que diz respeito à direção, é mais uma forma de manter o controle da máquina.

Há algumas inclusões de novos artigos no estatuto do sindicato merecem destaque.

Na página 21, nos artigos que seriam incorporados ao capítulo VI do Estatuto, a preocupação é com o Conselho de representantes de Escolas. A proposta é que cada subsede constitua seu conselho. Ele deveria ser composto por um representante de cada turno de cada escola. O problema está no critério para ser representante: ele ou ela deve ser filiado. A democracia da base foi progressivamente abandonada pela direção do Sind-UTE e este é um dos indícios desse abandono.

O III Congresso não aprovou o sindicato orgânico. Uma grande vitória da oposição cuja posição era comum à Corrente Sindical Classista. De acordo com uma antiga dirigente do Sind-UTE, que já foi diretora estadual no período de gestão colegiada e continua como liderança na categoria, a não aprovação no congresso não impediu que na prática essa modalidade de organização fosse implementada pela articulação à frente da direção do sindicato.<sup>140</sup> A proposta do departamento de comunicação foi aprovada. As mudanças estatutárias também.

As ausências desse congresso:

Os trabalhadores em educação da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte, filiado ao Sind-UTE, constituíram a grande ausência no congresso. A direção estadual não atuou nas lutas municipais onde a prefeitura era do PT ou compunha seu arco de alianças. Os trabalhadores da rede Municipal de BH decidiram, então, em congresso, não realizar mais

---

<sup>140</sup> O nome da militante foi preservado. Essa informação foi obtida através de conversa informal na subsede de Juiz de Fora em abril de 2006 e consta das notas de pesquisa.

repasses à Central, o que inviabiliza participação. No ano de 2005, por decisão congressual, realizaram o plebiscito que decidiu pela desfiliação da rede municipal do Sind-UTE. A Rede Municipal de Belo Horizonte adotou o nome de Sind-Rede.

### **3.2.2 - Congresso Paulo Freire – Itajubá - 1997**

O IV Congresso do Sind-UTE, o Congresso Paulo Freire, acontece em um ano de intensa mobilização e discussão dado o processo de eleições gerais. Os debates mais uma vez estiveram centrados em questões polêmicas que diziam respeito à crise de representatividade que os movimentos independentes observavam, a burocratização, as liberações sindicais e a polêmica estrutura e representação. Além disso, as correntes avaliavam que as greves de 1994, 1995 e 1996 tinham sido as mais difíceis em termos de mobilização da categoria e isso exigia uma séria reflexão dos Congressistas. Os coletivos anti-racismo, saúde, mulheres contribuíram com suas reflexões e realizavam um interessante trabalho com núcleos de discussão e plenárias como preparatórios para o congresso. Os textos apresentados eram resultado da aprovação dos mesmos nos fóruns de discussão organizados pelos coletivos. Todos desenvolveram suas abordagens com uma boa reflexão sobre o modo de produção e classe, bem como com a questão específica do trabalho em educação.

Um texto merece destaque pela iniciativa: um manifesto pela democracia no Sind-UTE com a defesa da “proporcionalidade na direção, com todas as forças políticas nas eleições de 1998” (TESES 1997:30). Trazia a defesa de princípios como a democracia operária, sem, no entanto, explicitá-lo. Propunha o amplo debate sobre a importância do conflito e da diversidade na democracia interna e da unidade na luta. Foi apresentado como assinado por trabalhadores em educação, lideranças sindicais, populares e parlamentares. Circulou pelas escolas para coleta de assinaturas e foi apresentado no Congresso pela corrente MTS<sup>141</sup> e simpatizantes.

O texto mais polêmico, contudo, foi “Movimento Independente por uma Nova Pedagogia das Lutas”, assinado por 49 militantes, quadros de liderança, e ainda dois diretores de subseções<sup>142</sup>. Sem dúvida, o texto da tese trazia uma análise muito precisa do movimento

<sup>141</sup> MTS: Movimento por uma Tendência Socialista: é uma tendência suprapartidária constituída a partir do V Congresso Nacional da CUT e que tinha em seus quadros membros do PSTU, PT e PCB e militantes sindicais sem partido.

<sup>142</sup> Uma delas Rosilene Horta Tavares, quadro histórico do sindicato e militante desde a associação de professores de Contagem, ainda na década de 1970, como professora primária e colaboradora da construção da

sindical dos trabalhadores em educação e sua direção. Talvez seja o texto mais importante produzido para um Congresso da categoria no que diz respeito a análise do comportamento interno da direção e da direção com a base.

As teses nesse congresso foram três. Um coletivo de diretores do Sind-UTE que representava a parcela que ingressou pela proporcionalidade, apresentou um texto com o tema “Derrotar FHC e Azeredo”. Teses apresentadas por correntes políticas apenas duas: a da Articulação Sindical com o tema “Valorizando o Sindicato como espaço de Cidadania” e a do MTS com o tema “Por um Sind-UTE Democrático e de Luta”. A disputa política girou em torno dessas duas formas distintas de ver a organização sindical e que representam projetos igualmente distintos de organização social, de política, de visão de mundo.

O texto oficial da direção do sindicato teve como tema “Anos 90: Os sistemas educacionais em movimento... Para onde estamos indo?”.

A diretoria se eximiu de entrar no debate e dar respostas ao movimento organizado. Prendeu-se a análise do macro; era muito mais um texto de contribuição, de subsídio ao debate das reformas educacionais do que uma tese propriamente que analisasse e organizasse o enfrentamento da categoria com essas reformas. A grande ausência desse texto é a linha política. Há críticas pontuais ao projeto das reformas e há defesas pontuais. Há também afirmações fatalistas como “A reforma resultará em demissões...” ou ainda “É fato que será...” (TESES, 1997:06) sem colocar ao lado a perspectiva do enfrentamento. Está ausente a dialética. No IV Congresso todos os coletivos e tendências tiveram textos seus incorporados ao documento das resoluções. Mas não houve espaço para a discussão do que era essencial. Sempre se aprova como tese guia a tese da Articulação ou da direção. O espaço de disputa democrática dos Congressos é muito estreito.

A tese “Valorização do Sindicato como Espaço de Cidadania”, se tornou a linha política para os próximos três anos. As contribuições incorporadas dos demais grupos foram as seguintes: O MTS conseguiu incluir os textos ‘Não à ALCA’ ; ‘ Dívida Externa’; ‘ Caracterização do governo FHC’; Internacionalização da luta dos trabalhadores’. O Movimento independente por uma nova pedagogia de lutas aprovou ‘ Da maldição do trabalho ao desespero do desemprego’. Os dirigentes estaduais que ingressaram pela proporcionalidade aprovaram sua análise ‘O Tratado Multilateral de Investimentos’. É o verniz democrático garantido pela direção. Os demais itens como: Neoliberalismo,

---

UTE, da CUT e do PT, do qual também era militante. Ela tinha acabado de concluir o mestrado na UFMG com tema: “Os trabalhadores em educação e suas formas de luta”.(TAVARES, 1995).

reestruturação produtiva e exclusão; análise do governo Eduardo Azeredo; CUT; defesa de uma Frente Democrática e Popular contra o Neoliberalismo, Balanço da Gestão; Plano de Lutas, Lutas específicas da educação; Organicidade; Organização; Formação; Redes Municipais e Departamentos couberam a Articulação.

Na caracterização macro tanto da mudança mais ampla ocorrida desde o fim do Estado de Bem Estar Social e as implicações das mudanças na educação, passando pela montagem do sistema de financeirização da economia, da reestruturação da produção e da atuação de organismos financeiros como o Banco Mundial e o FMI a Articulação fez um bom trabalho de análise. O problema é a síntese, a conclusão que tira. Quanto à reorganização do Estado afirmava: “A greve da polícia militar foi apenas a ponta de um problema maior: os estados já não têm como garantir os serviços sociais básicos à população” .(TESES, 1997:04).

Conforme fica explícito assume a posição dos representantes do Capital de que o Estado não tem recursos. Assim sendo, não adianta organizar lutas. Sucumbe à tese de que não há alternativas. A perda do referencial na luta de classes e na revolução leva ao conformismo e a adaptação à política neoliberal.

A tese da Articulação é, contudo, contraditória. Ao fazer um novo balanço do Programa de Qualidade Total a Articulação afirmava: “A palavra de ordem do discurso reformista é a qualidade e produtividade dos sistemas escolares”.(TESES, 1997:04).

Criticam a atuação de Walfrido dos Mares Guia e ao final questionam: “Não houve por parte do governo, um balanço final dos ganhos oriundos dessa sua injeção de gerenciamento japonês - Controle de Qualidade Total – na educação”.(Idem).

Não havia motivos para que o governo o fizesse. Os ganhos foram evidentes no que diz respeito ao disciplinamento da força de trabalho e à maximização da exploração. Não houve análise crítica por parte da direção do sindicato dessa qualidade proposta pelo governo, embora tivesse condição de fazê-lo pelos textos que apresentou como referência no final da contribuição, pelos militantes que concluíram pesquisas sobre reformas administrativas e pelo contato histórico que o sindicato possui com intelectuais engajados, muitos deles atuando na UFMG.

Outro aspecto que a direção destacava sem, no entanto, apresentar alternativa é a questão do aporte de recursos temporários via projetos como o Pró-qualidade e mesmo através do FUNDEF. Afirmava que ocorrerá o sucateamento dos programas quando os recursos terminarem. Não questionou as formas de financiamento propondo uma alternativa como a

defesa dos 10% do PIB, não conectou esses dois aspectos. Ao analisar o FUNDEF não discuti a política de desvinculação do tesouro que informa a criação de fundos dessa natureza e considerou positivos os critérios objetivos de aplicação dos recursos.

Por fim trata da questão da municipalização associada ao FUNDEF. O Sind-UTE sempre trabalhou em suas campanhas contra a municipalização e mesmo nesse texto a direção apontou os vários problemas do processo. Contudo, ao final da seção referente ao tema afirmou: “Nossa perspectiva implica em pensar o Planejamento Municipal de Educação, antes mesmo de negociar com a SEE o processo de municipalização”. (TESES, 1997:07).

Houve o abandono da perspectiva do confronto, do embate, e a aceitação da negociação pelo ‘mal menor’, assumindo tarefas do administrador, pensando o Planejamento Municipal, antes de negociar a municipalização.

Por fim a pauperização do trabalho docente também foi analisada no contexto da ‘valorização’ da educação básica. A direção traçou o quadro da reforma administrativa e do fim da estabilidade e ainda o desenho do Plano de Carreira a partir dela. Concluiu como sendo necessária a mobilização para que o Plano de Carreira atingisse os objetivos da categoria.

### **Articulação Sindical e o sindicato como ‘espaço’ de cidadania.**

Nas análises das relações entre os governos federal e estadual, a Articulação insistiu em qualificar a condição do governo mineiro de refém da política de Fernando Henrique. Assim sendo avaliam que: “Os governo dos estados, intimidados pelo governo federal, pouco fazem para alterar a centralização dos recursos. Preferem empreender uma verdadeira guerra fiscal [...] favorecendo ganhos de capital e definhando os recursos públicos”. (TESES, 1997:11).

Quanto ao governador Azeredo:

“A subserviência de Azeredo a FHC moldou-lhe uma imagem de imobilismo e passividade na defesa dos interesses de Minas junto ao governo federal”. (Idem).

Acrescentou ainda que o problema não era apenas a guerra fiscal, mas sim “A negligência do governo estadual promove uma perda de cerca de 40% da receita do potencial arrecadador”. (Ibdem).

As distorções nas análises prosseguiram, ao longo do texto, sem que houvesse nenhum referencial crítico de fato. Foram sucessivas as caracterizações como incompetência, traição, erros, subserviência. Havia um total distanciamento do referencial socialista, das lutas de

classe, das relações sociais de produção e do alinhamento das frações de classe que explicitariam os desafios que estão colocados para os trabalhadores retirando assim os elementos que poderiam fundamentar o referencial das lutas.

Havia também uma mudança significativa na análise do papel das esquerdas na composição das forças políticas nesse ano eleitoral.

Caberia à esquerda (subentenda-se o PT): “Procura romper o clássico isolamento e busca aliados que fortaleçam suas possibilidades eleitorais”.(TESES, 1997:12).

E corrobora essa nova concepção de política e de alianças com a atuação do movimento sindical: “No quadro de exclusão crescente, a luta por espaços de cidadania assume uma importância estratégica para o movimento sindical e popular”.

E prosseguem: “Quando em geral propomos promover uma aliança com a sociedade, não podemos pensá-la de modo utilitário, trazendo-a apenas para defender nossos interesses de categoria”. (Idem).

A aliança e a solidariedade deixaram de ser de classe para ser com a sociedade, porém, os problemas levantados são de classe e são apresentados como independentes dos problemas vividos pela categoria que também é classe trabalhadora. Embora não haja clareza até aqui de quais alianças, qual cidadania, que tipo de inclusão irão defender, podemos vislumbrar contra quais valores e concepções estão se colocando. “As frases de efeito, os velhos chavões e as simples citações dogmáticas do marxismo não darão conta de absorver e nem mesmo superar essa nova realidade” (TESES, 1997:12).

Ainda que pese a favor a crítica contra os argumentos panfletários e pouco consistentes, há uma evidente distorção na apresentação da posição contrária ao reformismo assumida por setores da esquerda marxista, que é o alvo das críticas da Articulação. A Articulação questionou ainda, seguindo essa linha de distorcer os argumentos da esquerda marxista, se existiam espaços neutros, onde a ação revolucionária estaria a salvo da influência da burguesia. Perguntavam: “O que nos faria pensar que apenas as instituições estatais estariam a serviço das classes dominantes e sua ordem? É possível ocupar algum espaço institucional e não ser cooptado?”.(Idem.).

E continuam: “A ordem burguesa penetrou em todos os poros da sociedade, inclusive na cabeça dos trabalhadores, formando opinião, cultura e atitudes, não havendo mais espaços sem influência”. (Ibdem)

E finalmente: “Cabe insistir na democratização, o que implica na luta pelo acesso e gestão de espaços públicos monopolizados pela elite dominante”.(TESES,1997:12).

Afirmaram por fim a defesa da democracia e da cidadania plenas para que, uma vez alcançadas: “Possam criar novas relações e com certeza novas demandas, que mobilizarão novos homens e novas mulheres para dominá-las e exigi-las futuramente”. (TESES, 1997:12).

É evidente que a busca pelo controle de aparelhos privados de hegemonia (deixa de ser revolucionária) torna-se funcional e utilitária para, em seguida, favorecer a ocupação de cargos dentro do aparelho de Estado, o que corrobora minha afirmação de mudança de concepção política. O conceito de hegemonia foi distorcido, ou melhor, ressignificado. Também aparece aqui a confusão conceitual típica do reformismo que considera a democracia um valor em si, que pode ser atingido antes de conquistar materialmente essa mesma condição. A partir da democracia como valor absoluto todo o restante pode ser alcançado no enfrentamento político formal e através da ocupação de espaços na institucionalidade burguesa. Não tem a clareza, ou prefere não ter, de que a construção da democracia implica, necessariamente, em impor derrotas ao capital e que isso não se dá respeitando os ritos da democracia formal, mas lutando para alterá-los através da ampla mobilização da classe trabalhadora. Da mesma forma não avaliava as determinações que a estrutura burocrática burguesa é capaz de provocar naqueles que ingressam em postos de atuação nas instituições que foram erigidas pela burguesia<sup>143</sup>.

Por fim a Articulação defendeu a construção de governos democrático-populares. Considerou um equívoco a discussão de frente classista ou frente ampla, afirmou que já foi superada a estratégia de que trabalhadores e militantes tem que se isolar frente aos ataques do capitalismo. Contudo, ao apontar as alianças, deixou claro que todos os exemplos são dados com frações da classe trabalhadora e alguns considerados progressistas, apontados como oriundos do campo social, estudantil e popular, sendo citados CUT, CNTE, UNE, CNBB, OAB, UBES, MST. A frente popular deveria se constituir como de oposição ao neoliberalismo e a FHC e se constituir como alternativa para disputar as eleições presidenciais.

---

<sup>143</sup> A análise aqui se torna mais ampla porque nos remete a atuação de uma corrente política que é hegemônica nas organizações de trabalhadores em âmbito nacional e que é igualmente hegemônica na Central Única dos Trabalhadores, na Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, no Partido dos trabalhadores. O controle que a Articulação tem de espaços tão estratégicos na organização dos trabalhadores nos permite tomar o Sind-UTE como exemplo concreto dos efeitos da atuação mais ampla dessa corrente e seus desdobramentos para a política nacional.

## O BALANÇO

O texto das resoluções apresentou a atuação do sindicato em um contexto difícil de ataques intermitentes sofridos pela classe trabalhadora tanto no setor público como no setor privado. Apresentou como tarefa de todos a busca por uma saída; colocou a necessidade de fazer avançar a organização, em especial setores como as direções escolares alvo constante da ação do governo para gerenciamento das reformas na escola.

Apontou, igualmente, as dificuldades internas, na direção sindical, para a melhor atuação. Apresentou como dificuldade a nova estrutura departamental criada a partir do II Congresso de 1993, em Juiz de Fora. Em suas palavras:

“Como forma de potencializar uma ação mais colegiada e que acabou criando um paradoxo na medida em que, comparando com a estrutura anterior, acabamos perdendo muito em termos de ação mais colegiada e harmoniosa, sendo necessário repensar nossas ações e funcionamento no sentido de garantir que a estrutura seja a expressão consonante da concepção e prática definidas pelas instâncias onde reside a melhor tradição deste sindicato”. (RESOLUÇÕES, 1997:08; TESES, 1997:13).

Esse Congresso aprovou como mudança estatutária o fim da direção colegiada e da proporcionalidade. A estrutura passava a materializar e institucionalizar aquilo que a prática já vinha demonstrando. O instrumento de luta da categoria dos trabalhadores em educação, o Sind-UTE, estava se tornando, em um longo, sutil, mas firme processo histórico, um instrumento da política da corrente Articulação que construía sua hegemonia sobre os trabalhadores em educação.

A Articulação também apresentou na tese e conseguiu incorporar nas resoluções uma outra concepção de “Novas Formas de Luta” capturando e ressignificando o discurso da esquerda do movimento. As oposições e em especial o próprio coletivo que apresentou o texto “Por uma nova pedagogia das lutas” considerava a necessidade de elaborar atos e manifestações capazes de manter as mobilizações e surpreender os governos. Partiam do pressuposto da capacidade dos governos de assimilar os golpes e ações recebidos no enfrentamento com os trabalhadores e se organizar para o novo embate. Assim defendiam que a cada campanha o movimento dos trabalhadores deveria repensar suas formas de luta dentro do processo de mobilização de massa, a greve, criando atos dentro desse processo que pudessem surpreender o governo. Para tanto era necessário criar espaços democráticos para que os próprios trabalhadores, ao expressar suas experiências concretas de resistência nos locais de trabalho pudessem, juntos às lideranças, reinventar suas formas de manifestação.

A leitura que a direção do sindicato passou a fazer dessa proposição deu outro sentido a ela.

Conforme o texto tanto da tese quanto da resolução fica claro que a proposta é diversa:

“Um repensar que se faz necessário hoje, diz respeito às novas formas de luta presentes, inclusive na nossa atual campanha salarial educacional, onde a questão da greve (tempo determinado - tempo indeterminado) assim como a redução de jornada etc nos coloca a necessidade de sairmos do isolamento corporativo indo de encontro à sociedade por considerar que não será apenas nossa organização, mobilização e luta capazes de enfrentar os desafios colocados pelo neoliberalismo”.(RESOLUÇÕES, 1997:08; TESES, 1997:13).

A greve é apresentada aqui como mais uma forma de luta entre outras. A diferença é sutil, mas significativa. Todas as outras formas apresentadas deixam de ser meios para a construção de um movimento de massa e que em seu processo de construção elabora, na dinâmica das lutas, novas formas de enfrentamento, para ser uma das opções a ser utilizada dependendo do processo de negociação. Há uma inversão do papel principal, a mobilização está submetida à negociação e não o contrário.

Por fim o balanço apresenta também um aspecto significativo da concepção de carreira profissional presente na corrente Articulação que está expressa na avaliação da proposta de progressão no Plano de Carreira:

“Outro desafio que se coloca refere-se ao Plano de Carreira onde o governo insiste no mérito, não como forma de possibilitar avanços na valorização da carreira, e sim, como meio para fazer as economias pretendidas com as reformas administrativas”.(RESOLUÇÕES, 1997:09; TESES, 1997:13).

A presença dessa concepção liberal no pensamento da articulação à frente da direção do Sind-UTE e a forma propositiva de organização é em grande parte responsável pela aprovação da avaliação de desempenho com o caráter meritocrático e demissionário que se apresentou no enfrentamento da categoria com Aécio Neves em 2004. Se é fato que a organização dos trabalhadores conseguiu retardar em dez anos a implantação do Programa de Qualidade Total com todos os seus fundamentos, a direção do sindicato na condução da política que desenvolveu em relação ao governo e à categoria contribuiu para sua implementação.

A decisão de aceitar esse instrumento não passou por assembleias da categoria. Houve uma reunião do Conselho Geral em novembro de 2004 que, a partir de uma proposta da oposição, recusou o instrumento de avaliação. Na primeira reunião do Conselho Geral de

2005, no entanto, a direção reapresentou o tema para discussão desconsiderando a decisão anterior e apresentando a proposta de participação em um seminário conjunto com a secretaria de planejamento e gestão para melhorar o instrumento. Ele passou a compor um dos critérios de progressão da carreira do magistério no formato pretendido pelo governo<sup>144</sup>.

### **PLANO DE LUTAS**

O texto das Resoluções apresentou como tarefa do movimento sindical construir a unidade em âmbito nacional e internacional e ampliar a aliança com a sociedade civil. Bem como aprofundar a unificação das lutas sociais através da CUT e da CNTE articuladas ao plano de lutas do Sind-UTE. Da mesma forma a articulação de políticas com as entidades educacionais da América Latina para a elaboração de propostas alternativas e lutas unificadas contra as reformas neoliberais.

No âmbito nacional, lutar pela superação dos pontos negativos no texto da LDB, que já havia sido aprovada com o texto de Darcy Ribeiro. A continuidade da luta pela implantação do Plano Nacional de Carreira e pela “participação tripartite nos Fundos Públicos de Educação Profissional” (RESOLUÇÕES, 1997:10).

Apresentou ainda as propostas históricas da categoria. E ainda a participação da categoria e da sociedade para o acompanhamento do ‘*Fundo Paulo Renato*’<sup>145</sup> e dos Conselhos Municipais e Estadual. Vemos mais uma vez a cisão entre o econômico e o político e as tarefas do sindicato e do partido. A luta do sindicato apenas contra as reformas neoliberais e não contra os governos neoliberais. Quanto aos fóruns, apontava para a adaptação da direção às formas de organização sindical típicas do próprio sistema, para um desgaste das lutas e seu rebaixamento até o âmbito corporativo, sem imprimir derrotas aos representantes do capital, o que evidentemente, não poderia mais ser o foco da atuação, uma vez que se propunha ‘alianças com a sociedade’.

---

<sup>144</sup> Nota de Pesquisa, novembro de 2004. Também registro em VHS e DVD feito pela diretoria estadual. Cópia em DVD no acervo da subse de Juiz de Fora; Cópia em VHS em meu acervo pessoal.

<sup>145</sup> FUNDEF: O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério foi instituído pela Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996, e regulamentado pela Lei nº 9.424, de 24 de dezembro do mesmo ano, e pelo Decreto nº 2.264, de 27 de junho de 1997 foi implantado em 1º de janeiro de 1998. Institucionaliza a mudança da estrutura de financiamento do ensino fundamental no País, pela subvinculação de uma parcela dos recursos destinados a esse nível de ensino e pela desvinculação do Tesouro Nacional e dos Estados, dos recursos destinados à educação. [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br) ou <http://qese.edunet.sp.gov.br>. Excelente análise em DAVIES (1999).

## OUTROS ASPECTOS DA LUTA.

- **Organicidade:** Fortalecer a participação na CNTE e na CUT. O texto das resoluções defendia que o Sind-UTE, que ajudou a construir a Central, tinha a responsabilidade de fortalecê-la, aprofundando-a tanto horizontal quanto verticalmente, a partir dos locais de trabalho. Afirmou essa necessidade como construção de uma alternativa à globalização neoliberal. Recolocou assim o debate do sindicato orgânico, sem nomeá-lo.
- **Organização:** o texto retomou a proposta de implementação das várias formas de organização coletiva a partir da escola: dos vários núcleos, subsedes, coletivos de temas, de disciplinas, representantes de escola etc.
- **Formação:** O texto trouxe a defesa da participação nos cursos de formação do Sind-UTE, da CNTE e da CUT, como forma de superar a visão do sindicato como ‘correia de transmissão’ e praticar a autonomia.
- **Princípios e papel:** a formação não deveria se restringir aos aspectos políticos e sindicais, deveria se ocupar da formação do ser humano integral. O texto enumerava as ações formativas empreendidas a partir do departamento de formação e acrescentou como resultado positivo:

“Esse investimento está demonstrado pelo grande número de atividades realizadas e pela presença de seus dirigentes em: Secretaria de Formação da CUT/MG, Secretaria de Formação da CNTE e na Coordenação Geral da Escola Sindical Sete de Outubro”. (RESOLUÇÕES, 1997:12; TESES, 1997:14).

O resultado positivo apresentado, longe de ser a formação de quadro qualificados de liderança nas escolas, surge como quadros profissionalizados que passaram a exercer sua função nos espaços institucionalizados na estrutura vertical do movimento sindical. Esse processo ocorre juntamente com a administração das verbas de formação profissional pelas quais o próprio sindicato levantou bandeiras de luta nos Congressos anteriores a esse e mesmo nesse texto. Levando em conta a presença majoritária e posteriormente hegemônica da tendência Articulação nas entidades citadas (Sind-UTE, CNTE e CUT) vemos que a formação funcionou como reprodução e ampliação de quadros profissionalizados dessa corrente que passaram a reforçar seu controle sobre essas instituições.

## DEPARTAMENTOS EM DESTAQUE:

- **Administrativo Financeiro:** realizou o terceiro seminário e ponderou da necessidade da implementação do orçamento participativo<sup>146</sup> para que a gestão financeira fosse mais transparente, com a participação de 53 diretores de subseções presentes ao seminário. A conclusão da proposta considerou que era fundamental que o coletivo discutisse e aprovasse o orçamento após a democratização das informações. Não há notícias de sua implementação, embora tenha sido aprovado no conjunto as resoluções.

No período dessa última gestão em que acompanhei a direção estadual ora como diretora de subseção, ora como observadora em pesquisa<sup>147</sup>, não houve nenhuma reunião para discussão de orçamento.

### **MUDANÇAS ESTATUTÁRIAS:**

O artigo 21, do estatuto do Sind-UTE, que tratava da distribuição de departamentos e do número de diretores sofreu alterações. O número total de diretores passou de 50 para 54. O número de diretores regionais passou de 30 para 38 e os da capital de 20 para 16. Além disso, os departamentos foram reduzidos de 12 para 6. Os coordenadores de cada departamento são eleitos pelos demais diretores e também escolhem, entre os seis, aquele que será o coordenador geral do sindicato. Embora a estrutura pareça mais dinâmica e enxuta o que observamos é uma redução da participação no centro das decisões<sup>148</sup>, agravado pelo número reduzido de liberações (quatro). Outra importante alteração nesse artigo está no parágrafo quarto. Até então a remuneração de diretores do sindicato era proibida. A partir desse congresso o Conselho Geral teria a prerrogativa de permitir a remuneração de diretores.

Em 2003, seis anos após essa deliberação, houve eleições e não há registro de que as reuniões do Conselho Geral tenham pautado a discussão das novas liberações. Podemos inferir que as liberações com ônus foram mantidas sem o referendo do novo Conselho Geral,

---

<sup>146</sup> Orçamento Participativo faz parte da ‘cartilha’ do ‘modo petista de governar’ e implica na criação de conselhos que acompanham e sugerem onde os recursos orçamentários, já aprovados, irão ser aplicados. Em minha avaliação o sind-UTE contribui com a formação para a sociabilidade dentro da concepção política que partido e organizações sindicais assumem. Constitui excelente propaganda indireta da ‘ética’ e da ‘transparência’ petistas.

<sup>147</sup> A atual gestão começou em dezembro de 2003 e terminará em dezembro de 2006, quando a nova diretoria eleita tomará posse. Acompanhei a gestão, como observadora, por todo o ano de 2005 até abril de 2006.

<sup>148</sup> Os departamentos até então existentes eram: financeiro, imprensa, organização BH, organização Interior, Formação Sindical, Pedagógico - Cultural, Grande BH, Jurídico, Intersindical, Redes Municipais, Social, Movimentos Populares. Mais quatro cargos da executiva. A mudança reduziu aos seguintes: Administrativo e Financeiro, Políticas Sociais, Jurídico, Comunicação e Cultura, Organização, Formação.

uma vez que os novos conselheiros não receberam nas convocações nenhuma pauta sobre esse tema<sup>149</sup>.

**Retirado do Estatuto:** A proporcionalidade direta que vigorava desde o II Congresso, em 1993, realizado em Juiz de Fora. A direção voltaria a ser exercida por chapa única.

**Não Aprovado:** O aumento da contribuição estatutária de 1% para 1,2% dos filiados para o sindicato.

## O CONTRAPONTO

Os demais grupos que apresentaram teses ao IV Congresso deram importantes contribuições, em especial a corrente MTS pela clareza, objetividade e precisão de suas análises, e o coletivo ‘Por uma Nova Pedagogia das Lutas’ pela riqueza de detalhes com que elaborou sua avaliação do movimento. Apresento então as análises, críticas e propostas desses grupos que, justamente por não fazerem parte das resoluções, revelam muito do processo de burocratização que pretendo demonstrar.

A corrente MTS considerou que as correntes Articulação Sindical, Alternativa Sindical Socialistas e Corrente Sindical Classista vinham imprimindo um direcionamento equivocado ao movimento. Avaliava:

“A crescente institucionalização dos partidos de esquerda (PT e PCdoB), a contínua burocratização dos dirigentes sindicais e a recente entrada de ex-dirigentes sindicais em governos democrático-populares tem levado a uma adaptação e defesa do regime democrático-burguês”. (TESES, 1997: 24).

O MTS afirma a necessidade da defesa do socialismo como única alternativa para a humanidade. Defendia uma frente classista para a disputa eleitoral de 1998, que reunisse os partidos operários PT, PSTU, PCdoB, PCB, em unidade com o MST, a CUT e sindicatos, o movimento popular organizado e o movimento estudantil.

No balanço que apresentou da direção afirmou que a grande discussão era o distanciamento da direção sindical dos seus locais de trabalho. Aprofundando a discussão sobre as causas deste fato, apresentou razões burocráticas, político partidárias e eleitorais, além de interesses pessoais em detrimento do trabalho de base.

A categoria teve nos anos de 1994, 95 e 96, segundo o MTS, os anos mais duros. O MTS atestou que não houve greves com poder de confrontar o governo Azeredo (PSDB). A

---

<sup>149</sup> Vários conselheiros são também diretores de subseções. Em Juiz de Fora os Conselheiros não receberam em suas convocações, através de carta nominal, nenhuma pauta sobre esse tema.

corrente avaliou que grande parte dessa dificuldade de enfrentamento advinha do apoio político que esse governo recebeu da direção do sindicato no segundo turno das eleições. Segundo esses militantes o resultado era visível até no texto dos boletins que não caracterizava esse governo como neoliberal.

No ano de 1997, para eles, a direção errou ao não avaliar a oportunidade de realizar uma greve conjunta com os policiais militares. O mais grave, no entanto, é que a Assembléia do dia 15 de maio teria aprovado, segundo o MTS, a realização de nova Assembléia para o mês seguinte. No entanto, a diretoria estadual não encaminhou a deliberação aprovada e a categoria não pode discutir a realização de uma greve naquele período.

Este é, sem dúvida, um dado de fundamental importância, uma vez que até então as críticas eram dirigidas às instâncias administrativas e executivas do sindicato no que diz respeito às questões internas. Eram respeitados por todos, inclusive pela ‘monolítica’ e ‘burocratizada’ direção do Sind-UTE, as deliberações das instâncias superiores como as Assembléias e Congressos. Essa mudança representa um importante ponto de inflexão e autonomização crescente da direção em relação à base que levou a outros atos da mesma natureza, descaracterizando o fórum deliberativo Assembléia e rompendo sua legitimidade e representação. Esse processo associado à forma propositiva de negociação sindical contribuiu para que um processo progressivo de fetichização<sup>150</sup> se estabelecesse na categoria, tanto mais forte quanto mais avançou o processo de fetichização na sociedade e de burocratização das organizações sindicais.

O Coletivo por uma Nova Pedagogia de Lutas não disse nada muito diferente, apenas explicitou como esse processo de burocratização se deu no cotidiano, nas lutas, na organização de forma quase imperceptível.

Apontou ainda, a progressiva adaptação da direção e da esquerda ao discurso e às práticas do ‘patrão’ expressa na acomodação das impossibilidades de vitórias, uma vez que os sindicatos estão na defensiva pelo mundo afora e pelo estreitamento da democracia nas instâncias deliberativas, expressa particularmente na negativa da proporcionalidade.

---

<sup>150</sup> Fetichismo no sentido gramsciano: “Um organismo coletivo é constituído de indivíduos, os quais formam o organismo na medida em que se deram, e aceitam ativamente, uma hierarquia e uma direção determinada. Se cada um dos componentes pensa o organismo coletivo como uma entidade estranha a si mesmo, é evidente que este organismo não existe mais de fato, mas se transforma num fantasma do intelecto, num fetiche”. (C.C. V3, 200:332). O fetichismo desta espécie, segundo Gramsci, se reproduz em organismos ‘voluntários’ do tipo ‘não público’ ou estatal, como os partidos e os sindicatos. “Chega-se a pensar as relações entre o indivíduo e o organismo como um dualismo, e se chega a uma atitude crítica exterior do indivíduo em relação ao organismo (se a atitude não for de uma admiração entusiástica e acrítica)”. (*Idem*).

Esse coletivo fazia um minucioso retrospecto das formas de luta desenvolvidas pela categoria desde a greve de 1979 até o Congresso em questão:

“A greve de 1979, pelas relações que criou, pela alteração ao nível do pensamento dos trabalhadores sobre sua condição de vida, pela forma assumida pelas atividades de massa, pelo enfrentamento à repressão, e, principalmente, por ter se desenvolvido e se caracterizado pela capacidade de mobilização ativa dos trabalhadores em educação, se expressou como um momento extremamente educativo. E uma forma de luta inigualável”.(TESES, 1997:32).

O coletivo avaliou que o crescimento do papel institucional do sindicato pode ser observado em seu estatuto. As formas de democracia direta, presentes no estatuto original da formação da UTE como a destituição dos mandatos de diretoria a qualquer momento pela base, em Assembléia Geral, foi substituído pelo Congresso da entidade. Da mesma forma o estatuto original limitava mandatos para *‘impedir continuísmos’*. Este item desapareceu, podendo os mandatos ser renovados indefinidamente.

Nas palavras desse grupo:

“É importante pensar aqui o fato de que instituições que aparentemente são as mesmas, assim como seus canais de relacionamento, podem ir mudando a forma como esse relacionamento se concretiza, ou seja, a maneira como são usadas as instituições”. (TESES, 1997:33).

Uma direção proporcional e qualificada, colegiada poderia contribuir muito para evitar os problemas que se seguiram, decorrentes do ‘conflito de interesses’ entre uma e outra função assumida pela Articulação (à frente, através do Partido dos Trabalhadores, de sindicatos e de administrações públicas).

O Congresso foi se constituindo cada vez mais em um encontro de dirigentes ou lideranças com os mais diversos vínculos com a direção e uma parcela minoritária de militantes de base, ou de esquerda, ou apenas de oposição a esse processo que não conseguiram reverter esse quadro pela cristalização das posições. A denúncia desse coletivo da degeneração da democracia e do funcionamento internos do sindicato corrobora minha avaliação:

“Observamos o reforço de práticas gestoriais, com ela tomam acento progressivo as posições autoritárias, controladoras, personalistas e centralizadoras da ação sindical e, também, do aparelho sindical, ainda que ideologicamente, se expressem com o rótulo de democracia e de poder de decisão do coletivo”.(TESES, 1997:33).

Quanto às formas de controle da base e de despolitização:

“Culto da ignorância, reforçando a política capitalista de divisão do trabalho entre os que se encarregam de planejar, e a quem é reservada a participação nos cursos e atividades mais importantes, tanto nacionais quanto internacionais, e os que executam, isolamento de diretores ou militantes “não enquadrados”; privilegiamento em apoio ao trabalho de alguns dirigentes em detrimento de outros, pressão sobre funcionários, admissão de funcionários e assessores para atuar em função de uma corrente política”.(Idem).

As propostas que esse coletivo apresentou para evitar o processo de degeneração burocrática são basicamente as mesmas apresentadas pelo MTS.

Segundo a tese desse coletivo, na campanha salarial de 1997 as propostas da diretoria foram sucessivamente derrotadas nas Assembléias pela base. A contradição instalou-se também na defesa da diretoria de um desconto a mais de 1% de cada associado, a título de constituir um fundo de greve, sendo que a própria diretoria defendeu contra a greve.

Os militantes desse coletivo concluem denunciando: “Chegamos a uma situação em que a luta das classes foi substituída pela luta de cargos, criando um sindicato rico, bem aparelhado, mas a categoria passa por sua pior fase desde a fundação”. (TESES, 1997:37).

A constatação feita pelo grupo ainda em 1997 iria se aprofundar nos anos subseqüentes, caracterizando o que Mandel qualifica como degeneração burocrática, levando a uma autonomização crescente da direção em relação a base e aprofundando seus vínculos com o Estado em Minas Gerais.

### **3.3 - As mobilizações do sindicato no período.**

As seções que tratam das mobilizações foram construídas a partir de outros documentos do sindicato como cartilhas, boletins, jornais. Em alguns casos fontes secundárias também foram utilizadas tanto para cobrir períodos nos quais não foi possível trabalhar com os documentos, como suporte para melhor analisar alguns deles. O objetivo é caracterizar o resultado na prática, do enfrentamento realizado pela categoria contra o governo, a partir das táticas aprovadas nos encontros Congressuais.

A partir do último ano de governo de Hélio Garcia (1994) o Sind-UTE deixa de registrar em seus documentos que contam a história das lutas a adesão dos municípios. É sintomático que, pela primeira vez, desde a histórica greve de 1979, o sindicato apresente, sob o governo de Eduardo Azeredo (PSDB), ‘conquistas’ sem greve. Ao que me parece é uma tentativa de justificar a opção pela via negociada. É evidente também nos documentos o quanto a greve se tornou uma ritualização, inclusive, previsível pelo empregador. As greves

com prazo determinado surgem pela primeira vez como ‘tática’ de luta. A utilização de paralisações contínuas sem greve também. Pela especificidade do período apresento as campanhas salariais ano a ano. Nas análises congressuais ficará evidente o que provocou essa mudança. Os boletins de mobilização das campanhas do período Azeredo trazem elementos interessantes no tratamento dado a informação e na veiculação das políticas sindicais das quais esse sindicato é partícipe.

Em 1995 o Boletim nº1, do dia 1º de março, trazia a data do início da campanha salarial com paralisação e ato público para o dia dezesseis do mesmo mês. Mas trazia a notícia de que já tinha acontecido uma audiência com o governador para a entrega da pauta de reivindicações em 22 de fevereiro. Os presentes na reunião com o governo: a diretoria do Sind-UTE, a Coordenação Sindical e a CUT. A pauta foi entregue antes que a categoria se reunisse.

No mesmo boletim o Sind-UTE apresentava a discussão da Reforma da Previdência e a proposta da CUT. Segundo o boletim a Central reconhecia o direito do trabalhador, mas aceitava o discurso da previdência deficitária e a apresentava “propostas” para sanear a mesma, ou seja, aceitava o discurso da reforma. Ao longo do ano paralisações e redução do ‘módulo aula’<sup>151</sup> foram as táticas. A discussão ficou centrada na reforma constitucional e na luta pelo piso salarial nacional. O Boletim de 23 de novembro considerava que a campanha salarial tinha sido positiva. O magistério foi, segundo o sindicato, a única categoria do funcionalismo público mineiro que conseguiu reajuste acima da inflação, 15%, todas as demais, 10%. Naquele mesmo mês os não docentes realizavam ato público em frente ao Palácio do governo contra a terceirização através de cooperativas e contra os baixos salários. A manifestação contou com cerca de 500 pessoas. Em 1995, os boletins da diretoria não mencionam se houve paralisações e nem quantas, nem mesmo o número de municípios que aderiram à elas (caso tenham ocorrido). A direção considerou ‘conquistas’: 13,21% em maio; 11,11% em junho; 12,5% em setembro; 13,35% em outubro, cumprimento parcial do acordo nacional, a não terceirização dos Auxiliares de Serviços Gerais.

Em 1996 o ano começou com a demissão dos 32 mil trabalhadores subcontratados da Secretaria de Educação e o 13º salário em atraso. Foi criada uma frente de defesa do serviço público pelas entidades de representação dos servidores, entre elas, o Sind-UTE. O sindicato

---

<sup>151</sup> Módulo Aula: É composto de 50 min. Em momentos de redução o módulo passa a ter 20 min. É uma espécie de ‘operação tartaruga’. O horário reduzido permite a utilização do tempo para atividades preparatórias de informação, conscientização, diálogo com a comunidade, preparação de materiais, enfim, momento organizativo da luta. Nesse momento se transformou na própria luta.

tentava reverter às demissões na justiça e, ao mesmo tempo, sensibilizar os efetivos para se mobilizar com o slogan “O próximo é você” (boletim do dia 10/02) . Havia um calendário de vários seminários sobre as reformas de FHC e de Azeredo. E também um aviso de que na assembléia seria discutida uma nota de solidariedade à CUT, quanto à opção de participar das negociações em torno da reforma da Previdência. A direção do Sind-UTE já antecipava a discussão no sentido da defesa dessa posição na CUT. Alegava que a Central estava correta em negociar com o governo e apontava que havia avanços para os servidores. Que havia a possibilidade de defender direitos. Verificamos dois problemas: a possibilidade de defender direitos não é luta pela garantia dos direitos. Implica em permitir que alguns sejam cortados ou pior, que sejam cortados apenas para alguns trabalhadores. A sinalização de que havia avanços para garantir direitos dos servidores rompia com a unidade classista contra reformas regressivas que acabaram atingindo a todos, mas que, sem dúvida, no caso da previdência, os primeiros atingidos foram os trabalhadores da iniciativa privada. Da mesma forma, em uma conjuntura adversa, de políticas regressivas, sinalizar com a possibilidade de garantir direitos através de negociação pela cúpula, contribui muito mais para a desmobilização pela luta mais geral e a concentração das atenções nas lutas imediatas. A perspectiva corporativa é reforçada. A forma que a CUT escolheu encaminhar a campanha da reforma da previdência e seu encaminhamento pela direção do Sind-UTE cumpriu um papel educativo de conformação e não de emancipação.

O mesmo boletim trazia uma nota de “esclarecimento” sobre a nota de repúdio da subsede de Belo Horizonte à CUT. A direção estadual, através do boletim, criticava a entidade por repudiar a participação da Central nas negociações da Previdência. Conforme expressava:

“Autônoma para expressar sua posição, a atual direção da subsede, ao cometer esse erro, confunde a categoria. Ressaltamos que em momento algum a nota reflete a nossa posição que é de apoio e solidariedade à direção nacional da CUT”. (Boletim Sind-UTE, dia 10/02).

Na seqüência, dava destaque a posição da CNTE de apoio à permanência da CUT nas negociações da Previdência.

Vemos a tentativa de isolar a posição da subsede e desqualificá-la como equivocada, o tratamento dado de direção para direção, como uma disputa entre dirigentes, mas que não deixa claro quais as questões que estão em disputa. A democracia que a direção defendia em seu discurso, não foi garantida nesse debate, pois se o intuito fosse realmente esclarecer, a

direção da entidade garantiria o amplo debate das duas posições em seus órgãos de comunicação e suas instâncias. O que, efetivamente, a nota demonstra não realizar. A política da Articulação Sindical à frente da CUT e do Sind-UTE é que são garantidas, de cima para baixo, sem o amplo debate na base.

No mesmo boletim havia uma pequena nota (a última do final do boletim à direita da página), sobre o fato da prefeitura de Belo Horizonte não haver cumprido o acordo de final de greve de 1995. Noticiava a assembléia da categoria. A prefeitura de Belo Horizonte era, e ainda é, governada pelo PT.

Ao longo do ano as paralisações apontaram um índice de adesão de 35% a 40%. A atividade de mobilização em torno das reformas de Azeredo envolveu o uso de debates na TV, *outdoors*, seminários, greves nas redes Municipais, *lobby* com deputados, abaixo assinados, propaganda em cadeia nacional na TV. A atividade de massa da categoria foi restrita. Os calendários de atividades previam, cada vez mais, ações regionais; esvaziando o centro administrativo: Belo Horizonte. A proposta de greve foi feita para o período de 18 a 21 /06, não sendo realizada. A assembléia do dia 03/07 avaliava que apesar de não aprovar a suspensão das atividades a partir do dia 04, a mobilização foi positiva. O argumento utilizado para não paralisar era a proximidade do término do semestre letivo. Em setembro a média de adesão às paralisações era de 40%. Após a repetição de paralisações para o segundo semestre, em 02/12, a assembléia estadual avaliava o movimento como positivo sem enfrentar o debate sobre a baixa mobilização e a não greve. Não houve ‘conquistas’.

Em 1997, ano do Congresso Paulo Freire, a campanha se inicia com comunicados do Sind-UTE através de boletins desde o dia 05/01 com agendamento de assembléias regionais. Segundo o boletim com os informes da Assembléia do dia 01º/03, boletim nº 04 de 03/03, a categoria optava por construir a campanha a partir dos locais de trabalho, para “refletir sobre os rumos da educação em Minas Gerais”. As deliberações de calendário e atividades correlatas reproduziam a forma que algumas atividades assumiram na greve de 1979. Não foi possível avaliar através dos documentos disponíveis se o trabalho de mobilização por local de trabalho foi feito e em quais condições.

Esse foi um ano de intensa mobilização em torno das reformas federais. Foi o ano da Marcha dos Cem Mil em Brasília<sup>152</sup>. O Sind-UTE enviou vinte caravanas de ônibus. O que

---

<sup>152</sup> Marcha dos Cem Mil: Em 26 de agosto de 1999, uma multidão de trabalhadores, que variou das 40 mil (na avaliação da rede globo de televisão), de 60 mil (na avaliação da Polícia Militar de Brasília) a 130 mil pessoas (na avaliação dos organizadores) ocupou a Praça em frente ao palácio do governo para exigir o fim da política econômica recessiva e a renúncia do presidente Fernando Henrique Cardoso. Foi a maior manifestação contra

considero um êxito enorme uma vez que os apelos à mobilização da categoria em torno das campanhas salariais apontou, ao longo da última década e meia, para a desmobilização<sup>153</sup>. No segundo semestre, um dos eixos das atividades foi o “estabelecimento de laços com a sociedade para discutir a Municipalização e a LDB”.

As deliberações da Assembléia do dia 21/08 que optou pela paralisação das atividades, incluíam 27 itens, sendo 26 de tarefas que iam desde a discussão das municipalizações, da LDB, a atuação do BID no estado. Tudo com os colegas nas escolas e a comunidade, em apenas seis dias.

Segundo o Boletim do dia 17/09, houve greve de sete dias em setembro com índice de adesão à paralisação de 75%. A avaliação da Assembléia é que a mobilização tinha sido extremamente positiva e o objetivo de abrir negociação, conquistado. O objetivo da campanha era conquistar o Plano de Carreira, discutir a reforma da educação, denunciar o governo, garantir a incorporação do abono. Quando o governo abriu a negociação, a paralisação foi suspensa. O Secretário oferecia, como resposta, em documento, a discussão do Plano de Carreira, abono, escala de pagamento, garantia das vantagens como biênios etc, concurso para Auxiliares de Serviços Gerais (ASG), discussão dos critérios de designação (subcontratação), garantia de férias prêmio, reposição de perdas, aposentadorias. Boletim do dia 22/09. Após a suspensão do movimento só garantiu um abono de R\$ 45,00 por cargo.

O ano de 1998 é tomado pela discussão da reforma da previdência federal. No Sind-UTE a tônica é a autonomia escolar e o projeto político pedagógico. O ano é marcado também pelas eleições majoritárias e também no próprio Sind-UTE. A chapa ‘Sindicato Cidadão’ venceu as eleições no sindicato.

Os primeiros boletins do ano apontavam várias questões polêmicas nas primeiras rodadas de discussões<sup>154</sup>. Os apelos à mobilização são recorrentes nos boletins. Foi aprovado o uso da mídia televisiva e dos grandes jornais com contribuição especial para custeio. Em 09/03 o boletim trazia o relatório da Plenária da CUT/MG contra a reforma da Previdência em

---

esse presidente em cinco anos de mandato, nesse momento seu índice de popularidade era o mais baixo (menos de 50%). A manifestação foi organizada por Centrais Sindicais, movimentos sociais e partidos políticos de oposição entre os quais a CUT, o MST, o PT, o PSTU, o PDT.

<sup>153</sup> A forma como as mobilizações foram construídas para as Campanhas Nacionais comparadas com as estaduais em Minas Gerais, também constituiria um bom objeto de pesquisa para o caráter educativo da direção na relação com as bases, em especial na organização sindical. No Sind-UTE o que observo de 2003 para cá é a despolitização da atividade de organização de caravanas. As motivações para a participação vão desde necessidades pessoais até compromissos assumidos com as lideranças.

<sup>154</sup> As negociações ocorriam em torno de temas como: a implantação da avaliação de desempenho e as jornadas de trabalho de 25h de regência e mais 5h de extraclasse para professor de ensino fundamental, 24h mais 6h de extraclasse para o ensino médio e 40h para os especialistas.

tom denunciista. No boletim de 25/03 o Sind-UTE aconselhava sua base a disputar assento nos Conselhos Municipais do FUNDEF para “termos a maior representatividade possível”.

Questiono a palavra representatividade. A representatividade de um sindicato deveria estar relacionada à sua base. Para os demais aparelhos de hegemonia seria apenas o reconhecimento dessa construção. Enquanto isso, o Sind-UTE acumulava problemas para mobilizar sua base em torno das campanhas salariais e, ao mesmo tempo, tinha levado recentemente uma grande caravana para a Marcha dos Cem Mil em Brasília. A mudança na linha política para o sindicato cidadão corroborava o sindicalismo propositivo e aprofundava as contradições. Começava a se delinear o eixo da democracia indireta, representativa, contra a direta. Intervir em fóruns de caráter quase sempre consultivos, através das lideranças ao invés de protagonizar diretamente as disputas.

Quanto à discussão do Plano de Carreira o eixo da SEE era:

*“Governo e categoria devem abrir mão de certas culturas definindo novas diretrizes para a vida Funcional”. Já a o eixo do sind-UTE era: “a categoria deve permanecer alerta para situações não resolvidas na rede como a realização de concursos para ASG e o número de designações elevados que inviabilizam a entrada no Plano de Carreira” (Mesmo boletim de 25/03).*

De acordo com o Boletim do dia 26/06, a assembléia aprovou greve por tempo determinado com início em 18/08 e término em 04/09. Entre outras deliberações a proposta era discutir uma taxa assistencial para fortalecer o movimento. Ao longo dos dias que antecederam a greve, em agosto, os boletins faziam repetidos apelos à adesão à greve: “está aí, se todos tivermos consciência do nosso papel o governo não terá alternativa senão atender às nossas reivindicações” (boletim de 03/08) e ainda “a greve é nossa única alternativa”(boletim de 12/08).

O governo acenou, após a greve, com o estabelecimento de piso e aceitou o quadro único para a carreira.

O último boletim da campanha que tenho disponível data de 07/12, nele há a comunicação de que seria realizado um seminário sobre avaliação de desempenho. A direção do sindicato defendia a avaliação de desempenho desde que fosse diagnóstica e não punitiva. Tanto esse boletim, quanto o produzido imediatamente após o término da ‘greve’ elogiavam a luta, a persistência do estado de greve como necessário e que tinha surtido seus efeitos na negociação. O movimento foi considerado positivo. As conquistas foram: prorrogação do concurso de P1 até outubro de 200, redução da escala de pagamento, escala de pagamento de

verbas retidas<sup>155</sup>, plano de carreira com quadro único da escola, nomeação de concursados P1, não retaliação da greve, não corte de pagamento. Os trabalhadores fizeram 10 paralisações e 16 dias de greve. O sindicato em seu texto ressalta, no entanto, que o governo perdeu a eleição e não deu encaminhamento ao que foi negociado.

---

<sup>155</sup> P1: professor do ensino fundamental, do primeiro segmento, que tem como qualificação a formação para o magistério de Ensino Médio. Verbas Retidas: é o nome dado a um conjunto de direitos pecuniários que o servidor, em algum momento, por ato unilateral do governo, deixou de receber, como por exemplo: biênios, quinquênios, ajustes de planos econômicos etc. O governo retém a verba destinada a esses pagamentos em um fundo e libera o pagamento de tempos em tempos a seu critério.

#### **4 - O PERÍODO DE 1998-2002**

#### 4.1 - Itamar Franco e a aparente democratização: os tempos de Escola Sagarana

É um governo no qual podemos observar que as várias etapas da reestruturação iniciada com Tancredo Neves e Hélio Garcia (ambos PMDB) e implementadas parte a parte pelos governos seguintes foram sistematizadas e organizadas no documento “Escola Sagarana” – Educação para a Vida com Dignidade e Esperança. O governo Itamar confere a versão acabada, o corpo teórico e o mapeamento necessário, realiza a síntese do projeto das elites mineiras para a educação e, ao realizá-la, cria os elementos necessários para que o mesmo possa avançar e assumir sua versão mais acabada sob a gestão de Aécio Neves (PSDB/PL)<sup>156</sup>. É importante assinalar que o PT participou do governo Itamar Franco ocupando a Secretaria de Meio Ambiente, exercendo, através do deputado Rogério Corrêa, a função de liderança do governo na ALEMGO e ocupando vários cargos na administração.

Itamar Franco se colocava em campanha pelo governo de Minas Gerais trazendo como um dos elementos aglutinadores em torno de sua candidatura a discussão dos rumos da educação no Estado. Nesse período realizou o I Fórum Mineiro de Educação, em 1998. O projeto descendia diretamente das reformas implantadas por governos anteriores em Minas Gerais, bem como daquelas desenvolvidas por Itamar à frente do governo federal tendo, inclusive, os mesmos organismos financiadores<sup>157</sup>. O governo Itamar realizou o II Fórum Mineiro de Educação (2001)<sup>158</sup>. Os documentos desde o primeiro Fórum Mineiro de Educação até a consolidação de todos os programas e projetos das reformas na Escola Sagarana guardam uma absoluta coerência interna. Nada do que seja fundamental para a política educacional em vigor no Estado foi alterado (diretriz, objetivo, ação). Habilmente, o governo conseguiu implementar e aprofundar todas as reformas e seus projetos correspondentes pela via do consenso, pela institucionalização das políticas fragmentadas e compensatórias, pela formação tecnicista com discurso emancipatório com o respaldo de fóruns que aparentemente foram democráticos. O número de instituições ligadas

---

<sup>156</sup> As propostas do Escola Sagarana, conforme pretendo demonstrar modelam no âmbito pedagógico o que viria posteriormente a ser sistematizado para o âmbito das relações de trabalho no Governo Aécio Neves.

<sup>157</sup> Plano Nacional de Educação (PNE) diverso do Plano construído democraticamente e proposto pela sociedade brasileira através do Fórum de Defesa da Escola Pública. Igualmente foi enviado ao senado o projeto da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9493/96) cuja tramitação também não respeitou a discussão acumulada na sociedade civil ao longo dos dez anos seguintes a promulgação da Constituição Federal em 1988.

<sup>158</sup> Arquivos da subseção de Juiz de Fora: A “vulgata” do documento Escola Sagarana e o Plano Decenal de Educação (2002), para vigência de 2003 a 2012.

ao governo ou de entidades privadas era superior às representações de trabalhadores, bem como o número de delegados.<sup>159</sup>

A equipe de governo na educação, ao preparar os documentos que culminaram na elaboração do Plano Decenal, enumerou vinte e cinco documentos internacionais dos quais o Brasil é signatário<sup>160</sup>. Os outros documentos elencados estão ligados a políticas setoriais: ensino superior, técnico profissional, entre outros.

A introdução historiciza a construção do Sistema Mineiro de Educação e sua característica democrática de “*consulta as bases*” através dos Fóruns de Educação. Segundo o governo, a base do documento foi elaborada em 1999. Integra a primeira edição do livro Escola Sagarana e está “em consonância com o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) elaborado pela Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral”.(Escola Sagarana, 2001: 03). O plano de governo de Aécio manteve o mesmo nome.

Através do projeto Escola Sagarana, ao caracterizar a estrutura que deve ter o sistema mineiro de educação, ressaltava a importância da concepção humanista e criticava a padronização técnica, mas defendia:

“A articulação das atividades educacionais com o setor produtivo, envolvendo a participação das famílias, de instituições sociais e comunitárias, das empresas e de organizações não governamentais; que seja capaz de organizar conteúdos curriculares inteligentes e atraentes, voltados para aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a viver e a conviver, aprender a ser”.(Escola Sagarana; 2001: 04).

Quanto às metas, o documento repete exaustivamente as mesmas que foram apresentadas nos documentos dos governos anteriores desde o projeto Pró-Qualidade. Ao encerrar essa apresentação geral o documento do governo afirmava a educação em sua função mais arcaica: redentorista, panacéia para todos os males sociais:

---

<sup>159</sup>Como exemplo podemos citar 15 entidades ligadas ao governo (desde secretarias até a federação das indústrias de Minas Gerais); dez sindicatos e associações da classe trabalhadora (entre sindicatos e associações de pais). Quanto ao número de delegados, a secretaria estadual de Educação dispunha de dez vagas, o sind-UTE cinco, a Associação de Pais duas, a FIEMG duas. Documento Base para a discussão dos encontros regionais do 2º Fórum Mineiro de Educação, SEE, MG, junho a outubro de 2001. p 36 e p42.

<sup>160</sup> Destaco os documentos do período de Itamar no governo federal seja como vice ou como presidente após o impedimento de Collor: Educação para Todos, Jomtien (1990); Cúpula Mundial para a Infância (1990); Carta Internacional de Educação Física e do Esporte (revisão em 1991); Conferências do Meio Ambiente (1992); dos Direitos Humanos (1993); da População e Desenvolvimento (1994); Declaração de Salamanca sobre necessidades especiais (1994). II Fórum Mineiro de Educação, Junho/2001, elaborado por Maria José Vieira Feres. Esse documento traz um histórico que resgata a discussão do I Fórum.

“A educação é vital considerando-se suas correlações com diversos setores e áreas, nas relações de emprego, de produtividade, de competitividade, geração e uso de tecnologias modernas. A educação está intimamente ligada às questões do ambiente, à formação e preservação dos valores, prevenção contra a violência, as drogas, as doenças sexualmente transmissíveis etc. Sobretudo é vital na busca da felicidade, do bem comum, nas relações humanas, na promoção do Humanismo”. (Escola Sagarana, 2001:04).

O documento criticava o FUNDEF pelas distorções produzidas pelo critério de financiamento que transformava o aluno em unidade monetária e ainda por ter acelerado o processo de municipalização ao utilizar como base dos repasses o número de matrículas na rede municipal. É o que chama de “engenharia financeira” do FUNDEF. Para os intelectuais capitaneados por Murilo Hingel<sup>161</sup> foram esses aspectos que provocaram a nucleação que levou ao fechamento de inúmeras escolas, inclusive rurais. Também destaco a importância do item referente à formação e capacitação de recursos humanos para a educação. Retoma a apresentação do Pro-qualidade, presta conta do repasse que o Banco Interamericano ainda faria e de como seria aplicado: na capacitação dos profissionais levando em conta os princípios da Escola Sagarana. Assegura a continuidade de ações do pró-qualidade como o PROCAD e o PROCAP bem como para a capacitação através do Projeto Veredas<sup>162</sup>.

Quanto às políticas públicas para a educação, o documento busca o respaldo no I Fórum Mineiro, quando Itamar ainda era candidato. A apresentação dos princípios já explicitava a contradição entre o discurso e a prática, que faz do texto não apenas uma síntese das ações do governo, mas também um texto ideológico e doutrinário:

“A Educação Mineira resguarda uma filosofia humanista, comprometida com o desenvolvimento integral do educando e a serviço da cidadania e da competitividade que contempla simultaneamente a eficiência tecnológica e a equidade social”. (Escola Sagarana; 2001:08).

Os princípios estão em consonância com as demandas sociais, os objetivos se mantêm em torno dos eixos da democratização, valorização do magistério, capacitação, educação de qualidade e universalização do acesso, garantia de ingresso e a avaliação como instrumento de controle e orientação das ações. Essas por sua vez apontavam para as saídas do projeto neoliberal, sem, contudo, nomeá-lo: parcerias, novas formas de financiamento, voluntariado,

<sup>161</sup> Murilo Avelar Hingel: Professor de História, professor da UFMG, Ministro da Educação do governo Itamar Franco (1992 a 1994), Secretário de Educação do Governo de Minas Gerais na gestão de Itamar Franco (1998 a 2002); Membro do Conselho Nacional de Educação (2004 a?).

<sup>162</sup> PROCAD: programa de capacitação de dirigentes escolares; PROCAP: programa de capacitação de professores. Veredas: oferecimento de curso normal superior a partir da exigência da nova LDB quanto a capacitação. O curso foi oferecido através de parceria entre o governo do Estado e as Universidades, como por exemplo, a UFJF. Todos os cursos à distância com encontros periódicos.

políticas compensatórias, programas fragmentados. Igualmente estava presente a preocupação em desenvolver metodologias de trabalho escolar. Quanto à administração defendia a criação do Sistema Mineiro de Educação e de mecanismos de cooperação entre o estado e os municípios, em especial através de atividades de avaliação; a realização de estudos de alternativas de financiamento, a elaboração do Plano Decenal para a educação em Minas Gerais, definição de políticas de supervisão pedagógica, orientação educacional e inspeção escolar, repasse direto de recursos às escolas, valorização da escola via autonomia pedagógica, administrativa e financeira e a prática da gestão democrática. Quanto ao magistério, apontava a necessidade de se pensar um plano de carreira, cargos e salários com ampla participação social, que estimulasse a permanência na carreira e ao educador o aperfeiçoamento contínuo. Apresentava a parceria para os cursos de aperfeiçoamento e formação do magistério, com ênfase no desenvolvimento das competências nas áreas de informática e novas tecnologias aplicadas à educação. No ensino fundamental, o documento defende o uso do programa Bolsa Escola e a substituição da “cultura da reprovação e da repetência” sem discutir os fundamentos desse processo afirma: o problema é cultural. No Ensino Médio propunha como alternativa à falta de vagas (provocada pelo próprio governo ao não investir, aprofundada pela gestão anterior com a municipalização, e criticada por essa gestão) o estímulo à criação de escolas comunitárias e fomento ao cooperativismo. Para as áreas da educação à distância, educação profissional e no âmbito das discussões sobre escola, cultura e currículo a proposta era estabelecer parecerias para a realização de projetos e, no que tange a formação, um viés absolutamente privatista.

Os educadores eram chamados, através do documento em questão, a assumir a “missão” de revolucionar a educação para atender a essas necessidades que o documento coloca como vitais para o desenvolvimento do país, desde a apropriação do conhecimento em tecnologia até o desenvolvimento dos valores sociais “humanistas para a harmonia, a paz social, como fraternidade, generosidade, solidariedade, ética, justiça social, dignidade do trabalho, preservação da vida e do ambiente”. (Escola Sagarana; 2001:12). Assim sendo a tarefa inicial do professor seria se aperfeiçoar, se “adequar” às novas demandas do seu trabalho mantendo-se em permanente aprendizado, atento às mudanças, em constante aperfeiçoamento e comprometendo-se com os objetivos sociais. A “isca” para a cooptação e o adestramento dos trabalhadores foi lançada dessa forma. A sedução pelo discurso da valorização profissional, do plano de carreira e salários (demandas históricas, em especial a

política de recomposição salarial) e o compromisso do estado de assegurar a formação continuada.

É necessário lembrar que no mesmo ano em que Itamar era eleito com essa proposta o Sind-UTE elegeu a chapa da Articulação Sindical com o nome “Sindicato Cidadão” e já defendia desde a gestão anterior, de Eduardo Azeredo, a participação em Conselhos e a aliança com a sociedade. O discurso de governo e sindicato torna-se bem semelhante.

Em seus aspectos pedagógicos, o documento aponta para o desenvolvimento de “competências”, a reformulação de currículos e a opção dos tempos escolares pelo ciclo. Retomava a questão da autonomia, da gestão etc. A cada etapa do documento em que os termos ressurgem nos aproximamos mais dos aspectos cotidianos do trabalho pedagógico. Saímos dos princípios, para os objetivos, as metas, as ações e estrutura para viabilizá-las.

O documento também explicita na seção ‘Educação em Minas no século XXI’, a intenção do governo de realizar, através de todas as ações que vem empreendendo, um projeto que se torne a política do Estado de Minas para a Educação. O governo Itamar defendia como necessário “suplantar os entraves da descontinuidade administrativa provocada pela sucessão e alternância de governos”. (Escola Sagarana; 2001:18).

Apresentava ainda um total de seis programas considerados estratégicos: modernização tecnológica; modernização administrativa e valorização do pessoal da educação; sistema de avaliação da educação pública (SIMAVE); programa de avaliação da educação básica (SAEB); formação de professores; programa bolsa familiar para a educação. A maioria desses programas continua em andamento no Estado. Quanto aos programas permanentes, o documento apresenta vinte e seis modalidades de atendimento na educação, cobrindo todos os níveis de formação e todas as modalidades, desde a educação infantil até a formação profissional do magistério e o ensino à distância.

O Programa de Avaliação de Desempenho tinha como meta introduzir no Sistema Mineiro de educação ”mecanismos permanentes e modernos de avaliação do desempenho de escolas, profissionais e alunos para a apuração da qualidade e dos resultados educacionais”. Através desses instrumentos pretendia-se “Promover a constante melhoria da qualidade do ensino, aperfeiçoamento das técnicas pedagógicas, a qualificação crescente dos profissionais da educação e a obtenção de padrões elevados de sucesso”.(Escola Sagarana; 2001:29).

Ao término de seu mandato Itamar Franco não havia dado posse aos professores concursados, nem havia implementado uma tabela salarial ou a política de proteção aos salários. Havia encaminhado para a Assembléia Legislativa o plano de carreira discutido pela

comissão paritária, mas este foi obstruído pela bancada do PSDB, com ação especial do vice-presidente da ALEMG, pedindo nova relatoria (o relatório tinha sido feito pela Comissão de Justiça e Orçamento), desta vez iria à Comissão de Educação. O plano passa ao governo seguinte sem apreciação da Plenária da Assembléia.

## **4. 2 - OS CONGRESSOS DO PERÍODO**

### **4.2.1 - Congresso Dom Helder Câmara – Araxá - 1999**

Os Cadernos de Teses e o de Resoluções trazem na capa uma frase de Dom Hélder Câmara que, acredito, nos ajuda a explicitar ainda mais a mudança de perspectiva que a direção do sindicato conseguiu imprimir à organização dos trabalhadores. Dizem assim: “Embasados na máxima de Dom Hélder Câmara” Um dos meus anseios de chegar ao infinito é a esperança de que, ao menos lá, as paralelas se encontrem!(V Congresso: 1999).

A utopia de revolucionária passa à burguesa, ao sonho impossível mesmo. A Composição dos documentos do caderno foi uma das primeiras coisas que me chamou a atenção. Apenas duas teses se apresentaram: a tese da direção / Articulação e a do Movimento de Oposição. O caderno era composto por nove textos de contribuição.<sup>163</sup> Dos nove textos dois não foram assinados, três são contribuições de profissionais da educação. Todos os demais são assinados pela direção estadual.

Chamou a atenção, a ausência dos coletivos que tradicionalmente apresentam os textos discutidos em seus núcleos, plenárias e conferências e, por outro lado, a quase onipresença da direção estadual. Também desapareceram os textos de contribuição de análise de conjuntura e do movimento sindical, normalmente apresentados pelas correntes, tendências ou grupos de professores que atuam como lideranças. O V Congresso (1999) estava polarizado entre dois projetos distintos. Ao que parece, as correntes se reuniram em torno do projeto de oposição à Articulação na direção do Sind-UTE.

Aliás, os grupos de professores desapareceram a partir do IV Congresso, quando o texto do coletivo ‘Por Uma Nova Pedagogia de Lutas’ foi lançado em Cartilha e motivou um violento ataque da direção estadual aos militantes através dos órgãos de comunicação do sindicato, exigindo inclusive a prestação de contas das subseções que apoiaram a produção da

---

<sup>163</sup> Um sobre gênero; um sobre saúde, dois sobre racismo, um sobre legislação dos direitos da criança e do adolescente, um sobre o FUNDEF, um sobre a LDB, dois sobre contexto político, sendo esses sobre o Timor Leste e outro sobre a Educação e as práticas pedagógicas em tempos democráticos.

mesma. O registro das ações empreendidas pela direção estadual sobre o grupo de professores e suas subseções de origem está no jornal *Outras Palavras*<sup>164</sup>. Em nenhuma publicação do sindicato encontramos menção ao direito de resposta ou prestação pública de contas garantidas a esse coletivo.

O V Congresso se realizou após a reeleição de Fernando Henrique Cardoso. Em Minas Gerais Itamar Franco foi eleito governador. No ano de 1998 assim como ocorreram as eleições gerais no país, também foi eleição no Sindicato. A Articulação Sindical, conforme já foi dito, lançou a chapa “Sindicato Cidadão”, mais um passo importante na mudança que essa corrente vinha imprimindo na concepção sindical.

O jornal *Outras Palavras*, ano 3, nº 25, março de 98, indicava os números da eleição. Em uma categoria de aproximadamente 200 mil trabalhadores e 30% de filiados, votaram 39% dos filiados aproximadamente. A chapa ‘Sindicato Cidadão’ recebeu 61,9% dos votos. A chapa da oposição recebeu 32%. Brancos e nulos somaram 6,1%. O percentual finalmente atingido pela oposição não possibilitou a participação na direção uma vez que a proporcionalidade havia sido derrotada no Congresso anterior.

A tese da Articulação foi aprovada na íntegra e se transformou no conjunto de resoluções do Congresso. Fecha-se o ciclo de construção da hegemonia. O plano de lutas contava com a incorporação de algumas bandeiras que não estavam presentes na tese original e representam o resultado dos embates empreendidos pelo Movimento de Oposição nos grupos de discussão e nas Plenárias do Congresso.

Em seguida, apresento as análises relativas a cada aspecto das resoluções congressuais.

### **CONJUNTURA INTERNACIONAL:**

O texto das resoluções do V congresso contextualizou o cenário da atuação internacional da CUT tendo como ‘pano de fundo’ o aprofundamento das contradições da globalização e seus efeitos sobre os trabalhadores. O texto avaliou que o processo de reestruturação produtiva prosseguir fazendo avançar o desemprego e a precarização. Apresentou, ainda, os EUA como exceção à regra que vivia uma “bolha” de melhoria com índices decrescentes de desemprego, ancorado na oferta com baixos salários e relações precárias.

---

<sup>164</sup> Ano 2. nº 22. Setembro/ Outubro de 1997; p 08 e 09.

Essa afirmação sem explicitar o que isso representa para o conjunto dos trabalhadores, abre margem à interpretação equivocada, porém não combatida pela Articulação de que a precarização poderia garantir emprego para um maior número de trabalhadores. A afirmação ficou solta na tese, comparando por um lado, o aprofundamento do desemprego na Europa onde a luta dos trabalhadores pela manutenção das conquistas do Estado de Bem Estar continuava ferrenha e por outro o que chamam de países com ‘economia de transição’, os países do bloco socialista. Não criticou, igualmente, o impacto que o capitalismo provocou nessas economias. Ficou implícita a defesa da liberalização e da desregulamentação.

O texto trazia ainda, a crise financeira global e seus impactos sobre a economia como criadoras de um paradoxo que embora saibamos, aparente, foi apresentada como critério de verdade. Segundo o texto, a crise gerada pela especulação financeira que “quebrou” a economia de vários países como México, Rússia, Coréia do Sul e Brasil ao assinarem acordos com o FMI, geraram e aprofundaram a recessão e debilitaram a economia e o poder público. O texto emenda na análise de que as privatizações das empresas e o desmanche dos mecanismos de distribuição de renda, contrapartida para a liberação de empréstimos, deveriam aprofundar as crises. Não há no texto a demonstração de que todos os aspectos levantados dizem respeito a um único processo de resolução da crise na ótica do capital. Não é evidenciado que as ‘bolhas’ especulativas que capturaram esses países favoreceram o processo de transferência da riqueza ‘nacional’ para esses organismos de expropriação e pior, não são mencionados os ‘sócios internos’ desse processo: setores do ‘empresariado brasileiro’ e nem seus instrumentos operatórios, os aparelhos de hegemonia com os quais atuam na sociedade.

A análise econômica embora apontasse problemas concretos, ao não vincular com a avaliação política, gerava apenas a constatação, o que pouco contribui para a avaliação correta da atuação da categoria/fração de classe nesse processo, função precípua de qualquer Congresso de organização de trabalhadores.

As resoluções traziam ainda, uma argumentação que ‘se ressentia’ da atuação intransigente do G7 em aceitar a adoção de medidas de regulamentação dos fluxos financeiros e comerciais sem, no entanto, explicitar o por que são inflexíveis. E assumia a defesa de valorização do real: “A desvalorização do real continuará trazendo conseqüências negativas para toda região, cujo crescimento em 1999 poderá ser negativo segundo previsões da CEPAL”.(Resoluções, 1999:01).

Apresentava a saída utilizada no plano comercial para superar a crise como sendo a unificação de mercados, como no caso europeu, e apontava a disputa pelo controle dos mercados regionais, juntamente com as medidas protecionistas como responsável pelo acirramento de novas disputas. Avaliava também que as rodadas de negociações pela desregulamentação deviam continuar tanto do GATT, como da OMC, bem como as negociações da ALCA e do Mercosul.

O texto pontuava os impactos dessas negociações e da criação dessas áreas de livre comércio sobre tantos “grupos e dimensões sociais” (e não sobre a classe trabalhadora) e relatava a atuação da CUT nos fóruns nacionais e internacionais dos quais faz parte nos quais apresenta como contraponto à lógica da desregulamentação do comércio, “A lógica do comércio regulado conjugado com a definição de políticas nacionais de desenvolvimento sustentável”. (Resoluções; 2001:02).

Outra ação propagandeada foi a decisão da CUT de participar da criação de uma rede de organizações sociais através da rede brasileira pela integração dos povos - REBRIP<sup>165</sup> - com o objetivo de: “Somar esforços com outras organizações democráticas e representativas da sociedade civil para combater a abertura irresponsável dos mercados”. (Idem).

Na concepção da Articulação, plasmada nas resoluções, pode haver racionalidade e abertura ‘responsável’ de mercado independente das relações mais amplas e estruturais que estão postas pela dinâmica da acumulação.

O texto trouxe também a crítica à ação pouco ofensiva do Movimento Sindical Internacional e a necessidade de combater em âmbito regional as vantagens que as multinacionais obtém com o MERCOSUL sem “dar a contrapartida em benefícios sociais”.

---

<sup>165</sup> REBRIP: A constituição da Rede Brasil, em 1995, foi resultado de dois anos de debate e avaliação crítica entre diversas organizações e movimentos sociais sobre a atuação das instituições financeiras multilaterais (IFMs) no Brasil. A Rede Brasil foi então concebida basicamente para: Propiciar a socialização de informações sobre políticas e projetos, fortalecendo o engajamento de grupos sociais interessados; Servir como um fórum coletivo de discussão sistemática e permanente e facilitar a formação de consensos; Subsidiar a articulação entre organizações da sociedade civil no país para ações e intervenções frente ao Governo e as IFMs; A partir de sua última Assembléia Geral, realizada em junho de 2002, a Rede Brasil passou a reunir 84 organizações filiadas, com o objetivo comum de acompanhar e intervir em questões relativas às ações de instituições financeiras multilaterais - IFMs no Brasil, como o Grupo Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e o Fundo Monetário Internacional – FMI. O conjunto de organizações filiadas inclui movimentos sociais, entidades sindicais, institutos de pesquisa e assessoria, associações profissionais e ONGs de todas as regiões do país, com atuação em âmbito local, regional e nacional. Essas organizações trabalham em diversos temas e setores das políticas públicas, como educação, saúde; trabalho; seguridade social; infância; infra-estrutura; meio ambiente; agricultura; reforma agrária; urbanização, e planejamento econômico, entre outros. A instância decisória máxima da Rede Brasil é sua Assembléia Geral. Fonte: <http://www.rbrasil.org.br/> Acesso em 04/09/2006.

A mudança de eixo das análises, que passaram a ser coerentes com o ideário social liberal, foram se aprofundando em função do afastamento crescente da corrente Articulação do ideário socialista que em sua origem, ainda que de caráter difuso, possuía. Igualmente à medida que se tornou hegemônica nos aparelhos privados de hegemonia que passou a controlar (sindicatos e movimento sociais) esse afastamento foi se consolidando nesses aparelhos que passaram a expressar essa contradição e tendo como resultado direto a perda de capacidade de responder às necessidades que os embates concretos ofereciam aos trabalhadores dessas organizações. Com derrotas sucessivas e erros de avaliação esses trabalhadores tenderam a desmobilização tanto mais evidente quanto maior a despolitização provocada pelas direções em seus fóruns de deliberação. A combinação de ambos consolidou e favoreceu por um lado o corporativismo e por outro a renúncia ao protagonismo nas lutas, referendando a modalidade propositiva e a via institucional/ parlamentar.

O texto das resoluções considerou que tanto a CIOSL como a ORIT têm encontrado um terreno extremamente adverso para atuar e se contrapor à globalização de capitais. Enumerou uma série de greves e movimentos importantes que ocorriam naquele período e considerou que: “A CIOSL não tem sido capaz de constituir um pólo de articulação de resistência ao neoliberalismo”. (Resoluções, 1999:03).

O V Congresso colocou como bandeira de luta para a CUT o fortalecimento do sindicalismo internacional. Procedeu à análise das origens da dependência das economias latino-americanas na dívida externa e levantou, novamente, a bandeira do não pagamento da dívida, tomando como palavras de ordem o *‘Fora o FMI’*. Através do texto também foi criticada a nova rodada de negociações da OMC em Seattle e que incluíam a discussão do Acordo Multilateral Internacional<sup>166</sup>. Aqui explicita-se a contradição entre o novo projeto adotado e a forma como o grupo se constituiu liderança hegemônica nos movimentos sociais. Criticou a intervenção militar estadunidense na Colômbia e a atuação imperialista através da OTAN no Timor Leste. Defendeu a autodeterminação dos povos. Igualmente propôs como luta:

“A internacionalização da luta dos trabalhadores contra o capital; Lutar a partir do Mercosul em escala mundial pela equiparação de conquista no campo dos direitos sociais e trabalhistas. Desenvolver campanhas e lutas unitárias dos

---

<sup>166</sup> Tratado Multilateral de Investimentos, acordo gestado na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, propunha constituir uma ‘economia global única’ através da qual os investidores estariam acima de qualquer tipo de controle por parte dos estados nacionais, o que equivaleria a dar as multinacionais o papel de substituir os Estados. Entre outros aspectos relevantes, por exemplo, qualquer país signatário seria proibido de expropriar ou nacionalizar, direta ou indiretamente as empresas.

trabalhadores das mesmas multinacionais e do mesmo ramo de produção e atividade” (idem).

### **CONJUNTURA NACIONAL.**

O texto das resoluções analisou o período até então recente na América Latina e no Brasil como de grandes transformações na organização da economia, marcada por fusões e aquisições de empresas estatais e de capital nacional por empresas multinacionais. Pontuou que no Brasil esse processo foi concomitante ao sucateamento do setor público e a explosão da dívida pública e sem melhoria das condições de vida do povo brasileiro. É interessante ressaltar que, novamente, não foi feita a problematização da explosão da dívida pública, da relação que isso tem com o Plano Real e com as privatizações. Os problemas são apresentados como coleção de fatos, sem relação entre si, sem uma visão de totalidade.

Em seguida o texto apresentou uma discussão sobre a ‘fuga’ de capitais e a redução das reservas internacionais que lançaram a economia no campo da desconfiança da comunidade financeira internacional, aprofundada em nova crise, pela declaração de moratória do governo de Minas, na gestão de Itamar Franco.

Aparentemente, o discurso velado que se encontra na página quatro das resoluções é a defesa da estabilidade econômica, o que é contraditório, inclusive, em relação à análise de conjuntura internacional que propôs uma luta dos trabalhadores contra a globalização do capital. Mais uma vez os fatos são lançados desconectados. A avaliação apresentou por toda essa página as ‘tentativas’ frustradas de reverter o quadro por parte do governo. Criticou o avanço da agenda neoliberal capitaneada por FHC. As exigências do FMI de realizar uma segunda rodada de ajustes e sua aceitação por parte do executivo. Aprofundando a redução dos custos do trabalho no Brasil com vistas a estimular o crescimento econômico tendo como base esse aviltamento. E concluiu: “O Planalto preferiu enfrentar maiores tensões internas do que enfrentar os riscos do isolamento da comunidade financeira internacional”. (Resoluções; 1999:0. 4).

O texto avaliava ainda, as manobras econômicas empreendidas para sustentar o governo federal até a saída dessa fase, o que incluía, segundo as resoluções, aprofundar a recessão e aumentar a inflação para financiar a redução do déficit, recuperando assim o que chamavam de ‘*iniciativa política*’ para o próximo ano.

Por fim o texto do Congresso avaliou que esse é o contexto no qual a CUT e seus aliados se moviam. Em seguida apontava o caminho de luta para o próximo período com a seguinte afirmação: “A cartilha neoliberal e os planos do FMI estão levando a América Latina

para a catástrofe social. Por isso, lutar para derrubar FHC é também lutar por uma saída dos trabalhadores para esta grave crise social”. (Resoluções; 1999:5).

E prosseguem dizendo o que pretendiam com a derrubada do governo FHC: “Não pagar a dívida externa; estatizar o sistema financeiro; confiscar os bens dos especuladores; proibir toda a remessa de lucros para fora do país; sobretaxar o lucro das grandes empresas; expropriar as empresas que sonogam”. (Idem).

O texto discorreu sobre as mudanças no setor público, inclusive do magistério, em função das Reformas do Estado e apresentou como proposta discutir a lei da Reforma do Estado, inclusive da previdência, mas conservando a mesma lógica<sup>167</sup>. Por fim avaliou que no ano de 2000 deveriam dar continuidade ao ‘*Fora FHC e FMI*’, com ocupação das ruas para denunciar esse governo e lutar por sua derrubada. E finalmente defendeu a formação de uma Frente que, embora não fosse nomeada como classista, apresentava todos os setores organizados do mundo do trabalho. O teor do texto era radicalizado quanto às ações do Sind-UTE, que deveria ser de ‘denúncia desses governos que atacam os interesses dos trabalhadores e exigir que atendam as demandas dos mesmos’. (Resoluções; 1999:07).

### CONJUNTURA ESTADUAL.

Ao analisar o governo Itamar Franco, o texto das resoluções apresentou-o como contraditório. Considerou positivo o pedido de moratória e a condecoração dos sem terra nas comemorações do 21 de abril<sup>168</sup>, a anistia aos demitidos políticos, a CPI da CEMIG, defesa de Furnas. Concomitantemente realizou o enxugamento da máquina administrativa, implementando arrocho salarial e não pagando o 13º salário. O texto também criticou a ‘falta de clareza’ quanto ao rumo que daria ao governo, ao plano político que pretendia adotar e em especial no que tange a execução de políticas sociais.

Ressaltou que os sindicatos cutistas nunca deixaram de lutar, contra qualquer governo, em prol dos direitos dos trabalhadores e complementou: “mesmo contra governos de esquerda” (Resoluções; 1999:07).

<sup>167</sup> A linha defendida foi a proposição, novamente melhorar aspectos da lei. [Igualmente estava presente a lógica de preservar o direito dos servidores mais antigos à custa da ampliação da exploração dos demais: “que os direitos adquiridos sejam respeitados”...] “Nossa proposta é que todo o trabalhador em educação que já tenha entrado no serviço público e que já estava em efetivo exercício tenha seus direitos respeitados e conseqüentemente possa desfrutar da lei sem as emendas provocadas pelas reformas”.

<sup>168</sup> Feriado de Tiradentes. Há uma comemoração em Ouro Preto, antiga capital de Minas Gerais, onde, anualmente, são homenageadas pessoas ou grupos de expressão social.

Acrescentam que o governo de Itamar merece todo o respeito do Sind-UTE ao tentar reverter à privatização da CEMIG, pela defesa de Furnas, pela moratória. Por outro lado colocam que devia ser criticado por “tentar cooptar o movimento sindical em função da identificação com essas causas mais gerais”. (Idem).

O texto acusava o governo de demagogia por lançar uma campanha de valorização do serviço público, sem, no entanto, explicitar o que considerava ‘valorização’ dentro da ótica vigente. Em sua avaliação do governo e sua composição apresentou-no como um governo de “base heterogênea, integrada também por segmentos conservadores, que buscam garantir seus próprios interesses”, considerava então, o governo Itamar como progressista, porém com grupos conservadores em sua base. Considerava tarefa do movimento do Sind-UTE convencer o funcionalismo e a sociedade mineira de que deviam intervir com mobilizações para que os setores progressistas do governo prevalecessem<sup>169</sup>. Ou seja, o governo Itamar era um governo em disputa.

### **POLÍTICO - EDUCACIONAL.**

A concepção de educação também mudou. Ao analisar as mudanças no quadro educacional o texto avaliava que houve o aparecimento de inovações do pensamento pedagógico e das práticas. Ao mesmo tempo, considerava que os limites estruturais e conjunturais: “Continuam excluindo parcelas imensas da população brasileira do acesso a bens culturais e recursos materiais básicos para sua sobrevivência”. (Resoluções; 1999:08).

A educação e a cultura deixam de ser direitos e passam a condição de bens. O documento analisava criticamente a reforma administrativa do governo FHC que tinha o caráter de ajuste às mudanças implementadas no Estado e um caráter francamente privatista, inclusive, pelo incentivo às parcerias empresa-escola e escolas cooperativas.

### **EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS.**

Quanto à educação em Minas Gerais o texto realizou um balanço da década e dividiu as reformas em momentos distintos. Um deles é o da Qualidade Total em Educação, de 1991 a 1994, marcado pelo que consideram um discurso ‘reformista’ na educação. Avaliou que essa

---

<sup>169</sup> Os setores progressistas seriam Tilden Santiago (PT) da secretaria de meio ambiente, Agamenon José Siqueira (PT/ Sind-UTE) Secretario adjunto de Educação, Dep. Estadual Rogério Corrêa (PT/Sind-UTE) líder do governo na ALEMG, José Augusto Braga (PT/Sind-UTE) um dos coordenadores do IPSEMG. Talvez houvesse mais participantes, mas quanto mais baixo o escalão, mais difícil de rastrear. Fontes: Leitura da equipe técnica do governo nos documentos utilizados e o portal do governo de Minas, através da comunicação institucional.

política teve êxito ao inverter o eixo da responsabilidade sobre a crise educacional responsabilizando as escolas pelo fracasso escolar diante da opinião pública. O texto destacou alguns aspectos que considerava viáveis, como aquisição de material e infra-estrutura, em especial, devido ao emprego das verbas recebidas como cantinhos de leituras e bibliotecas, treinamento de professores das séries iniciais, reorganização do atendimento escolar. Avaliava ainda que: “Esse empréstimo possibilitou a aplicação simultânea de recursos em ações variadas dessa política, todavia, foram ações que se mostraram desconectadas e isoladas gerando contradições e intervenções desastrosas que se mostraram ineficazes”. (Resoluções; 1999:10).

Essa avaliação está massificada na rede, os professores acabam aceitando cada novo projeto com a esperança de que, pelo menos se tiverem recursos para as atividades, já será um ganho. Não percebem a relação entre os vários aspectos da reforma, em especial a função dos projetos no conjunto. A direção do sindicato e os congressos, graças às leituras contraditórias, ao abandono do referencial de educação ligada aos ideais socialistas, desarmou a categoria que sofre derrotas cotidianas em seus locais de trabalho, sem dispor dos elementos para romper com esse processo, enredados em uma visão cada vez mais estreita e utilitária da educação. A avaliação da direção plasmada nas resoluções do congresso é de que o problema é o gerenciamento do projeto e dos recursos. O mesmo argumento que os governos liberais utilizaram para dar encaminhamento às reformas, realizando as ‘correções de fluxo’ e a ‘racionalização dos gastos’.

### **MUNICIPALIZAÇÃO.**

O documento final do V Congresso trouxe a elaboração de um exaustivo histórico do processo de implantação da municipalização, inclusive com a implantação do FUNDEF, e dos problemas relacionados a ele: a questão da falta de controle sobre o que pode ser investido e da lógica de racionalização dos gastos que, segundo a direção, faz com que não seja compensador para o município e o estado investir mais do que o valor médio anual.

### **AS BANDEIRAS DE LUTAS.**

- **Por uma educação integral, inclusiva e laica.**

O texto trazia a defesa da gestão democrática em sentido amplo, preservando conceitos como democracia e autonomia, sem qualificá-los.

- **Reformas educacionais e formação docente:**

O congresso avaliou que as mudanças empreendidas e que exigiam do profissional da educação nova qualificação para a realização de suas tarefas em novo contexto de relações de trabalho provoca um ‘mal estar’ que alguns pesquisadores conceituam como ‘bournout’, síndrome da desistência ou desalento cada vez mais comum entre os profissionais da educação pós-reestruturação.

Afirmou também que na década de noventa a questão da formação docente teve grande atenção e que sua compreensão avançou muito. Defendeu a necessidade de repensar a formação inicial articulando de maneira mais apropriada à relação teoria-prática. Não apresentou contraponto crítico aos caminhos que a formação docente tomou.

### **PLANO DE LUTAS.**

De uma lista enorme de lutas gerais e específicas, lutas que assimilam as lutas da CUT e da CNTE, destaco as seguintes:

- Conservar a perspectiva a ampliação da luta pela educação como direito de todos, incorporando as demandas dos trabalhadores e da população “reafirmando o Sind-UTE como um sindicato de luta democrático, construído a partir da base e acima de tudo, cidadão”. (Resoluções; 1999:27).

Desapareceu, dos princípios do sindicato, a concepção de sindicato classista, sendo substituída pela de cidadão leia-se, participativo.

- Combate à miséria, com a adoção do programa de ‘renda mínima’ e ampliação do seguro desemprego e das verbas para a qualificação profissional.

Aqui fica evidente a demagogia da proposta e o interesse em administrar recursos de qualificação do trabalhador em regime de cooperação com a ideologia capitalista, pois conforme nos mostra Marx em “A Maquinaria e a Indústria Moderna” (1994) os processos de reestruturação produtiva não reabsorvem a mão-de-obra que desempregou. Ela é substituída e passa a alimentar o sistema de acumulação no setor de serviços ou na linha mais baixa do sistema de produção, em relações absolutamente precarizadas. Igualmente, o programa de renda mínima representa uma política compensatória que apenas coloca remendos no atual regime de acumulação, sem de fato, combater a miséria. O texto apresentou também como parte do plano de lutas: destinar os recursos dos bancos públicos para os setores que mais gerem empregos, em especial as pequenas e médias empresas. A criação de um Programa Nacional para o primeiro emprego, com jornada especial para os estudantes. O fim do

trabalho infantil e adoção do programa bolsa escola. Investimento na escola pública e na saúde pública, melhoria do sistema único de saúde.

Conforme fica evidente a ‘cartilha’ do modo petista de governar e o que viria a compor aspectos importantes do governo Lula no que diz respeito às políticas compensatórias foi amplamente contemplado no plano de lutas. . Os textos congressuais passaram a apresentar progressivamente semelhança com os textos do PT, até que, com a eleição de Lula, todo o programa aparece nas resoluções.

### **LUTAS DA EDUCAÇÃO EM ÂMBITO NACIONAL.**

O texto das resoluções congressuais apresentou muitas propostas de participação e colaboração com outras entidades da sociedade civil, reproduzem várias lutas históricas como a democratização da escola pública. Destaco dentre outras:

- Participação das entidades representativas dos trabalhadores em educação nos conselhos estaduais e nacional de educação;
- Participação tripartite nos fundos públicos de ensino público profissional.

Fica evidente a continuidade da modalidade propositiva na atuação do sindicato.

### **ESTADUAIS.**

Foi considerada no Congresso fundamental a consolidação a aliança do Sind-UTE com a sociedade civil. Contudo em nenhum documento a diretoria do sindicato ou a Articulação apresenta com qual conceito de sociedade civil trabalha. Para as lutas estaduais:

- Reformas educacionais: contra o processo de municipalização verticalizado.
- Valorização do trabalhador em educação: pela implantação do plano de carreira da educação levando em consideração os princípios de unidade e da qualidade de ensino e ação coletiva. E em seguida explicita-os. Merece destaque: “Promover avaliação de desempenho diagnóstica e processual, norteadas pelo projeto político-pedagógico da escola e da qual o profissional participe ativamente”.(Resoluções; 1999:29).
- Financiamento da educação: pela ampliação de recursos e da participação dos trabalhadores em sua gestão via conselhos, ampliar o debate de substituição do FUNDEF pelo

FUNDEB. O FUNDEB passaria a ser a principal bandeira da Articulação nas lutas pela educação, em uma campanha que vinculou a atuação da CUT, da CNTE e do Sind-UTE, demonstrando a verticalização da atuação do sindicato e a adoção do programa do governo Lula antes mesmo de sua eleição

### **ESTATUTO.**

Para as mudanças estatutárias<sup>170</sup>, a Articulação Sindical indicou, no artigo 1º, a desfiliação da Coordenação Sindical, dando continuidade à proposta surgida no congresso anterior de sindicalismo orgânico vinculado diretamente a Central.

O Congresso alterou, no artigo 17º, a periodicidade do Congresso para bianual em data a ser fixada pela diretoria, intercalado com a conferência de políticas educacionais. Essa alteração apenas conforma o estatuto ao que já vinha acontecendo na prática. O Conselho Geral poderia definir o número de delegados nos eventos estatutários garantindo a participação das subsedes de acordo com o número de filiados. Esse número estava restrito a um determinado percentual que apresentava limite máximo, ficando o número de delegados, congelado.

O artigo 56º trata da divisão da receita e do rateio. A subseção ficaria com 70% de sua arrecadação e a direção estadual com 30%. O artigo recebe o acréscimo do seguinte texto: “descontadas as despesas do rateio das atividades a nível estadual, por número de filiados *Ad Referendum* do Conselho Geral”.(TESES; 1999:19). O mecanismo é interessante, porém, esconde aspectos complicados de lidar. O rateio era um mecanismo solidário que permitia que subsedes com baixa arrecadação participassem de todas as atividades realizadas pelo Sindicato, pois suas despesas eram divididas com todas as subsedes que dispusessem de maior receita. Com o passar do tempo o rateio passou a custear todas as despesas que envolviam, as subsedes, desde gastos com caravanas e congresso, até postagem de material da Sede Estadual destinada às subsedes ou sua base filiada. Assim os 30% de arrecadação destinados à direção estadual são exclusivamente para as despesas administrativas internas. Como a prestação de contas da direção estadual é feita em congressos em documento simples e como as subsedes se relacionam individual e diretamente com a estadual e ainda que o grupo que dirige a

---

<sup>170</sup> O estatuto sempre é entregue depois de ter sido registrado em cartório. Normalmente o caderno de resoluções não traz as alterações. Utilizei o estatuto distribuído no V Congresso com as alterações propostas pela direção e na apresentação da posição contrária, pontuei as propostas da oposição. A Coordenação Sindical congrega os sindicatos do serviço público estadual e, em sua grande maioria, esses sindicatos são dirigidos pela própria Articulação.

estadual controla mais de 80% das subseções, não há meios de saber ao certo quanto foi gasto em cada evento, quanto cabe proporcionalmente a cada subseção, quanto cada um pagará exatamente em um evento. Com esse mecanismo também é possível inviabilizar economicamente qualquer subseção que queira desenvolver políticas próprias, com a autonomia prevista no estatuto<sup>171</sup>. Igualmente só é possível ter acesso aos documentos do Sindicato em período eleitoral, caso o requerente esteja concorrendo às eleições, o que também dificulta um olhar atento aos mesmos. Assim dificilmente alguém analisa, detidamente, esses documentos ou conhece, de fato, as finanças do sindicato do qual participa.

A prestação de contas das subseções deve ser trimestral, atendendo às especificidades previstas em estatuto, sob pena de corte do repasse ou intervenção. Contudo nem as direções das subseções nem os filiados ‘controlam’ a central.

### **O CONTRAPONTO: As questões levantadas pelo movimento de oposição.**

A tese da oposição tinha como título: “Por um Sind-UTE Democrático, de Luta e Organizado pela Base”. Nas análises de conjuntura o movimento de oposição não tem grande divergência com a direção. Contudo as análises são mais detalhadas e abordam os vários aspectos (econômico, político, social) de forma orgânica, tendo presentes ferramentas importantes da análise de conjuntura como a correlação de forças, o cenário etc.

### **CONJUNTURA INTERNACIONAL.**

No âmbito internacional a Oposição dedicou-se a apresentar o quadro do alinhamento das elites econômicas internacionais e as propostas políticas que apresentava para manter o mesmo processo de exploração. Explicitava toda a formulação designada como “Terceira Via” sua concepção, sua dinâmica, quais as frações de classe e as lideranças que a implementavam. Sua análise demonstrava a associação das “Frentes de Esquerda” ao que denominava operação terceira via. Explicitava que seu uso se deve ao desgaste dos pactos políticos mais conservadores. Empreendeu uma análise crítica do imperialismo, da atuação do G7 e do governo estadunidense e concluiu que a CUT e o Sind-UTE deveriam assumir posição clara e firme na defesa e mobilização pela autodeterminação dos povos e contra as ações imperialistas.

---

<sup>171</sup> Conforme o pedido de prestação de contas às subseções que subsidiaram a elaboração da Cartilha “Por uma Nova Pedagogia de Lutas” por parte da direção estadual, em uma atitude de intimidação àquelas subseções.

### **CONJUNTURA NACIONAL.**

Na seção dedicada à conjuntura nacional, a tese da oposição realizou uma boa análise da política cambial e da atuação do FMI e uma minuciosa avaliação de como FHC conseguiu seu segundo mandato: “corrupção, manipulação de dados, uso inescrupuloso da máquina administrativa, ausência intencional do debate eleitoral, um mandato realizado em que menos de um terço do eleitorado votou”, (TESES, 1999:26), entre outros. A oposição discutiu o “*Fora FHC*” e, de forma didática, explicitou os vários posicionamentos existentes dentro desse movimento. Defendeu a necessidade de aprofundar e radicalizar a política de oposição ao governo neoliberal, nos movimentos sociais.

### **CONJUNTURA ESTADUAL.**

No âmbito da política estadual, o texto explicitou que o governo Itamar se apresentava como oposição a FHC, mas nada fez para mudar o quadro de degradação em que se encontrava o Estado de Minas. Avaliou como correta a atuação da esquerda de puxar movimentos de massa para apoiar a moratória e a revisão de algumas privatizações, confrontando assim a política de Fernando Henrique. E apontou os limites de classe do governo Itamar e Newton Cardoso, como governo de representação do empresariado e, portanto, que não romperia com o grande capital nacional e internacional.

### **ESTRUTURA SINDICAL.**

A tese da oposição enumerou as reformas mais amplas vivenciadas pelo país ao longo da década, dentro do projeto neoliberal. Nesse sentido, trabalhou com o discurso de superar a herança getulista autoritária e atrasada. A oposição demonstrou que o atraso getulista que o governo pretendia retirar era exatamente a garantia dos direitos duramente conquistados. E denunciou que a modernização do movimento sindical era uma “contra-reforma trabalhista”, um retrocesso aos níveis de exploração do início do século. Apresentou ainda, os meios que considerava necessários para derrotar a reforma a partir de posições a serem tomadas pelo Sind-UTE e defendidas pela CNTE e pela CUT. Implicava, segundo o texto, em repudiar o conjunto das mudanças. Propunha que a atuação do movimento sindical fosse o de buscar alianças no campo popular e democrático e não no Congresso Nacional.

### **EDUCAÇÃO**

A oposição denunciou em sua tese o desmonte da educação pública no estado citando os exemplos da nucleação e da municipalização. Apresentou também o conjunto de mudanças que caracterizou o período de 1997-1998, a reorganização dos tempos escolares, a flexibilização pedagógica e a aceleração da aprendizagem. Pontuou a criação dos PCNS e os exames nacionais e estaduais como mecanismos de controle e recolocou a discussão da autonomia e da qualidade. Defendeu a Marcha Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública como de grande importância para confrontar o governo em função dos ataques sucessivos que imputa sobre esse setor.

### **LUTAS.**

As específicas diziam respeito à recomposição salarial; pagamento integral e imediato do 13º salário de 1998 e das vantagens retidas; não aceitar nenhuma demissão e nem as fusões de turmas; contra os atrasos de pagamento e parcelamento de salários; concursos públicos para todas as áreas; contra a terceirização; reverter as municipalizações e plano de carreira.

Podemos depreender pelo plano de lutas da oposição o grau de degradação das condições de trabalho e subsistência ao qual essa categoria de profissionais chegou. Também fica evidente o descompasso entre o plano de lutas das resoluções e o da oposição. Enquanto o primeiro se mostrava evasivo, pouco consistente, esse aponta os reais problemas que deviam ser enfrentados pela categoria.

Conforme foi dito, as análises não diferem muito, a questão é a síntese ou a conclusão que tira a Articulação. A necessidade de buscar o consenso, o pacto, as negociações via conselhos e fóruns tripartites, secundarizando ou mesmo tornando desnecessária a mobilização de massa. A Oposição propõe a mobilização e a ação direta. As propostas distintas evidenciam concepções de prática sindical e de concepção de política para a classe trabalhadora.

### **4.3 - As mobilizações do sindicato no período**

Em 1999 os trabalhadores realizaram 12 paralisações. No boletim nº 01 de 27/01/1999, a direção estadual do Sind-UTE destacava, sobre o primeiro contato com o governo, o 'pronto comparecimento' do Secretário de educação e sua disponibilidade ao diálogo. O Secretário afirmou o respeito à escola pública e o reconhecimento dos problemas

que só não estão piores, apesar dos “descasos dos governos anteriores” pela “organização dos trabalhadores, estudantes e sociedade”. Ainda, segundo o boletim, o governo se dispôs a rever as municipalizações (tanto governo quanto sindicato eram favoráveis a ela, mas mantendo critérios), rever a nucleação, a oferta do ensino médio e as modalidades a ele vinculadas, manutenção das adjunções<sup>172</sup>. Anunciou que haveria demissões só no quadro das SRES e SEE<sup>173</sup>, pois “é compreensão que a escola já sofre com reduções anteriores”. Anunciou ainda que o Plano de Carreira continuaria em estudo buscando o consenso, a manutenção dos critérios de designação<sup>174</sup>. O Secretário acolhia o pedido de eleições diretas para diretores. Quanto ao pagamento de 13º salário e vantagens retidas, devido ao endividamento do estado não havia previsão no curto prazo. O secretário garantia que os repasses do sindicato não seriam retidos pelo governo.

Aparentemente não havia motivos para preocupação, o ano começava muito bem.

No boletim nº 02 de 08/02 que relatava a reunião do conselho geral e assembléia estadual, o quadro era distinto: mudanças pedagógicas, moratória, crise na economia. Problemas nas designações, as consignações do sindicato retidas, os professores em excedência (fruto das municipalizações entre outras mudanças), pendências salariais, eleições de diretores interrompidas e o uso de indicações para os cargos. A Assembléia definiu, entre outras coisas, pela não participação no Comitê Institucional de Negociação Permanente<sup>175</sup>

---

<sup>172</sup> Nucleação: Foi o processo de redução de oferta do ensino médio na rede estadual de ensino realizada no Governo de Eduardo Azeredo (PSDB). Adjunções: O Decreto nº 40.417 de 15/06/ 1999, dispõe sobre servidores estaduais cedidos com ônus. Este Decreto tinha como objetivo a redução das adjunções com ônus para o Estado. Estabeleceu que os órgãos e entidades do Executivo Estadual até 15 de agosto, deveriam reavaliar convênios ou outros atos que colocassem à disposição servidores, com pagamento efetuado pelo Governo Estadual. Poderia ser proposta a continuidade dos atos, desde que fosse justificada a necessidade da disposição de servidores. A adjunção deveria ser reduzida em pelo menos 30%. Após a intensa municipalização de escolas estaduais de ensino fundamental, os servidores daquelas unidades de ensino passaram a trabalhar para escolas municipais, mediante adjunção, muitas vezes com ônus para o Estado. O Governo não sinalizava para correção do processo de municipalização, somente pretendia, após repassar escolas de ensino fundamental para os municípios, diminuir gasto com servidores estaduais que ficaram em adjunção nas escolas municipais. Fonte: [www.sidutemg.org.br](http://www.sidutemg.org.br)

<sup>173</sup> SRES: Superintendências Regionais de Ensino e SEE: Secretaria Estadual de Educação. Quadros Administrativos.

<sup>174</sup> Esse é um aspecto importante porque a cada ano os critérios mudam e os professores e demais funcionários nunca sabem se vão preencher as ‘novas’ exigências, se a forma de inscrição ou contratação causará transtornos. É um momento de grande ansiedade para os trabalhadores.

<sup>175</sup> Comitê Institucional de Negociação Permanente: Criado pelo Decreto nº 40.259 de 27/01/1999 com clara inspiração nos Conselhos e Fóruns tripartites. Objetivava, segundo o governo, o melhor entrosamento e constante interação entre o Poder decisório e os agentes organizacionais. Deveria ser um mecanismo capaz de viabilizar a convergência das ações desenvolvidas pelo Estado para a busca da excelência e qualidade dos servidores públicos. Propunha a “*Administração Participativa*” Deveria ser composto por Um representante do

(diferentemente do tratamento dado a outras instâncias semelhantes, a direção não demonstrou nos boletins quais as suas posições a respeito) e a favor da moratória. Estabelecia um calendário de mobilizações com dias de lutas nacionais. O início da campanha salarial foi levado a efeito no boletim nº 04, com a apresentação da pré-pauta que incluía questões pedagógicas, funcionais, saúde, sindicais e salariais. Quanto ao projeto educacional do governo, sugeria que o mesmo realizasse “discussões envolvendo a comunidade escolar para aprofundar as reflexões”. As paralisações atingiam 85% da categoria.

Já no boletim nº 09, de 05/05, o relato da reunião com o secretário adjunto<sup>176</sup> demonstrava que havia abertura para estudar as propostas e acatá-las, mas que tudo continuaria em estudo. O boletim nº 11 relatava que após a assembléia houve passeata de 1.200 servidores reivindicando o pagamento do 13º salário. Em 28 /05 foi declarado estado de greve em assembléia estadual.

Em boletim nº 15 de 17/06 o Sindicato esclarecia que o governo estava tentando desgastar o sindicato por este não ter se alinhado ao governo Itamar. O governo publicou no Diário Oficial de Minas Gerais do dia 12 de junho que “as medidas adotadas até então tinham o aval do sindicato” (as medidas incluíam fusões de turmas e conseqüente demissão de trabalhadores). O governo ameaçou ainda com demissões. O sindicato respondeu mantendo o estado de greve. Só no segundo semestre, novamente, é realizada uma greve de advertência de 48h, a partir de 18/08. Muda o tom nos boletins quanto ao governo que passa a ser considerado “de postura autoritária”. Em 02/09 no boletim nº 21 a diretoria anunciava: “pressão deu resultado”. O 13º, os demais itens da pauta em estudos em andamento. A greve de 48h foi comparada à Marcha dos Cem Mil, e concluem:

“A postura dos governos pode não ser a que nos satisfaça, mas vem solidificar o argumento pela mobilização da sociedade”.

O boletim nº 35 de 18/11 trazia a avaliação do Congresso de Araxá (V Congresso, 1999) que segundo a direção tinha sido “coroadado de êxito”, contava com 1000 delegados participantes. Elogiava o alto nível dos debates e afirmava o Sind-UTE como um dos mais democráticos do país. Defendia a necessidade de mobilização para as pendências que se acumulavam: pagamento do 13º de 1998 e 1999 planos de carreira, designações para o ano de 2000, situação dos excedentes e em adjunção. Após 12 paralisações e uma greve de

---

Governador e um de cada uma das seguintes secretarias: Administração, Planejamento, Fazenda, pelos servidores os representantes seriam indicados pela Frente contra a destruição dos Serviços Públicos. Fonte: [www.planejamento.mg.gov.br](http://www.planejamento.mg.gov.br), acesso em 02/04/2006.

<sup>176</sup> Agamenon José Siqueira (PT/ Sind-UTE, 1ª diretoria) Secretario Adjunto de Educação.

advertência de 48h teriam conseguido: pagamento do 13º de 1998 reduzindo o número de parcelas mensais, o pagamento do 13º de 1999, em duas parcelas, eleição direta de diretor e vice sem realização de concurso, direito de o designado concorrer às eleições, suspensão do processo de fusão de turmas, suspensão das municipalizações, não retaliação à greve.

Em 2000 houve greve com duração de 42 dias e a partir de nove de maio. É necessário destacar que ocorreu no primeiro semestre, diferente dos anos anteriores. As conquistas foram: elaboração do plano de carreira com participação paritária do Sind-UTE, concurso público para professores com licenciatura plena, especialistas de educação e auxiliares de educação com edital construído com o Sind-UTE, nomeação dos P1 concursados em 1994, limitação do número máximo de alunos por sala de aula, a ampliação do espaço para discussão pedagógica na escola estendido ao regime seriado, revisão dos critérios de concessão do vale-transporte com vistas a sua ampliação<sup>177</sup>, autonomia nas escolas para organização do calendário de reposição de aulas, não retaliação.

Em 2001 não houve greve e o governo realizou concursos para professores de licenciatura plena, auxiliares de serviço e administração e ainda especialistas.

Em 2002 o boletim de 03/05 indicava uma paralisação com índice de adesão de 88%. Os índices foram apresentados por região, nesse boletim. O mais baixo tinha sido no centro-oeste do estado com 81% e o mais elevado no triângulo mineiro com 95%. A zona da mata, que inclui Juiz de Fora, teve índice de 90%.

As propostas organizativas envolviam a eleição do comando geral de greve com participação de quatro representantes por região, a Articulação com a imprensa local e estadual, participação do Sind-UTE em comissão paritária para elaboração do estatuto do magistério. O primeiro boletim da greve data de 09/05. A greve iniciada em 08/05 obteve a adesão de 376 cidades e um percentual de 88% e durou 50 dias. Nessa greve, ao contrário das demais, que apresentavam um conjunto de atividades nos movimentos sociais mais amplos, era toda centrada na campanha salarial, com discussão nas escolas, ato público, panfletagem, assembleia local e estadual. A pauta tinha três itens fundamentais: a aprovação imediata do plano de carreira, homologação e posse dos concursados, direito à educação (esse com nove itens desde estrutura física e merenda até o retorno do ensino regular noturno e garantia de acesso e permanência). O calendário foi desenvolvido ao longo de todo o mês de maio. Mesmo com ameaça de corte de ponto a greve estava em crescimento em todas as

---

<sup>177</sup> Esse é um problema grave em especial para os trabalhadores que atuam em cidades vizinhas no interior do estado, bem como o atendimento em áreas rurais. O deslocamento onera, e muito, o salário.

superintendências. Segundo o Sindicato, no primeiro dia 50% de adesão, no segundo dia 65%, no terceiro 70%. Em 22 de maio o índice era de 77%. As atividades continuavam com panfletagens, caravanas, provocação ao legislativo municipal e estadual etc.

Em 20/06 no boletim nº 09, com 43 dias de greve, o índice de paralisação era de 58%. As assembléias reuniam cerca de 10 mil trabalhadores. Em boletim do dia 19/06 o Sindicato relatava que não houve acordo com o governo e o documento de final de greve não pode ser assinado. O tom dos boletins era de chamamento para garantir não só a continuidade da greve como “destituir do poder público estadual a prática de desrespeito às legislações federal e estadual que asseguram o direito à educação”. O boletim nº 10 de 26/06 apresentava uma avaliação do movimento.

“O comando se manteve firme na condução do movimento definindo estratégias para cada momento da greve. A firmeza do comando e da categoria garantiram em 50 dias, amplo de bate e mobilização”.

A definição de estratégias deixou de ser pensada coletivamente nos locais de trabalho e nas assembléias para ser pensada pelo comando e apresentadas à assembléia. Considero fundamental que o comando de greve tenha propostas para apresentar à categoria, mas é fundamental também que a categoria apresente as propostas, pois é ela que vivencia as condições concretas da reestruturação do trabalho nas escolas é a partir dessa experiência que as estratégias devem ser definidas, inclusive com a memória dos enfrentamentos anteriores. Segundo a avaliação recente da diretoria em seus boletins, todos os movimentos, mesmo os que não fizeram avançar os direitos foram positivos. Ora, essa avaliação constante, linear, sem levar em consideração as enormes diferenças entre uma campanha salarial e outra, não podem ser fruto de representantes de uma categoria de mais 280 mil servidores de um estado com regiões de realidades tão distintas como Minas Gerais. Não é possível aprender com a memória das lutas se não se não há espaços para a crítica e a avaliação dos erros cometidos. Podemos inferir que as avaliações dos anos anteriores não tenham sido feitas com base na participação direta da categoria e que a direção estadual do Sind-UTE se eximiu da responsabilidade de enfrentar a questão. Essa postura, também contribuiu para despolitizar o movimento. Igualmente o tratamento dado à atitude do governo Itamar Franco (PMDB) não contribuiu para a conscientização da categoria. Ao invés de realizar uma ampla discussão sobre as reformas desse governo, em especial as pedagógicas e seus vínculos de classe, a direção apresentou suas ações apenas como descaso e autoritarismo e não como opção política do grupo no poder. Podemos supor que as alianças políticas já concretizadas pela participação

do PT no governo do PMDB e ainda para as eleições majoritárias que levariam ao apoio de Itamar à candidatura de Lula, já estavam em andamento e cobravam seu preço ao movimento dos trabalhadores em educação.

O documento do acordo de final de greve, que contou com a intervenção do Ministério Público e dos movimentos sociais, recebeu o nome de “Termo de Ajustamento de Conduta”. Assinaram o documento o ministério público, o governo do estado, o Sind-UTE a comissão de educação da ALEMG, a federação de pais e alunos das escolas públicas de Minas Gerais e a federação de associações de pais. O documento vinculava as ações das partes envolvidas. O governo deveria atender às reivindicações acordadas e o Sindicato garantir a reposição. O não cumprimento previa multa de R\$ 20mil ao dia.<sup>178</sup> Ao longo de todo o período restante houve inúmeras idas e vindas na negociação do plano de carreira, que sofreu alterações não acordadas e precisou ser revisto. A folha suplementar de pagamento não era produzida. O governo se comprometeu em pagar até 08/08. Em 03/09 os trabalhadores pressionam a ALEMG pela apreciação do plano. O Sind-UTE não registrou nos boletins os números dos manifestantes. Havia uma preocupação constante com o prazo em função das eleições. A tática usada para sensibilizar os deputados foi o abaixo assinado. Durante o restante de setembro a tática dos deputados foi esvaziar a ALEMG, já estavam em campanha pelas eleições majoritárias em suas regiões. Entre outubro e novembro após manifestações na ALEMG e aprovação do plano como Lei Complementar nº053/2002 em 1º turno, o vice-presidente da Assembléia e membro do PSDB, Antonio Carlos Andrada, pediu nova relatoria à comissão de educação. Até o final do mês de dezembro, de adiamento em adiamento o plano permaneceu votado apenas em primeiro turno.

O boletim nº 20 de 12/12 (com Aécio Neves já eleito) se apresenta como um libelo da despolitização da luta. Relata toda a movimentação em torno dos últimos meses, a atuação do presidente do PSDB Danilo de Castro, do vice-presidente da ALEMG, também do PSDB. Conforme o texto: “Não demonstrou nenhuma disposição em concluir com decência o processo de discussões sobre a importância de se aprovar o Plano de Carreira. Foi assumido o compromisso de retornar à discussão na primeira semana de governo”.

Através do boletim, a direção afirmava que a categoria estava ‘*indignada*’ por que: “Mais uma vez muitos deputados deram as costas para o povo mineiro”. E Ainda :“Lamentável a atuação dos deputados mineiros que tendo acabado de sair de um processo

---

<sup>178</sup> Reivindicações: Enviar o estatuto e o plano até 04/07/2002 à ALEMG para votação, nomear os concursados, apurar o resultado do concurso dos ASG ( havia suspeita de fraude), envio em prazo de 60 dias após a promulgação do novo estatuto o projeto de lei contendo tabela de piso sem redução de vencimento.

eleitoral se sentem desobrigados a assumir responsabilidade com as questões sociais emergentes”.

O boletim defendia ainda a unidade e a mobilização da categoria para a atuação durante o mandato de Aécio, que iniciava com a aprovação, ainda em 2002, da Lei Delegada, que concedia ao governador poderes para realizar ampla reforma administrativa no estado, podendo criar, extinguir e alterar órgãos públicos. Os fatos, aprovação da Lei Delegada e a não aprovação da Lei do Plano de Carreira, não foram relacionados pela direção no boletim.

## **5 - O PERÍODO DE 2003-2006**



### 5.1 - O governo Aécio, o avanço na reforma do Estado e da educação: o choque de gestão e o curto circuito dos direitos.

Aécio Neves e Clésio Andrade foram eleitos em primeiro turno, com 57% dos votos válidos, batendo o candidato petista Nilmário Miranda, conforme já foi dito na introdução desse estudo, graças à articulação política feita por Itamar Franco que apoiou o candidato petista às eleições presidenciais em troca do pouco empenho do PT na campanha para governador em Minas Gerais. Itamar apoiou Aécio Neves, mesmo contra o candidato do PMDB e que tinha sido seu vice: Newton Cardoso.

O governo Aécio (PSDB/PL) partiu do estabelecimento de quatro prioridades: a necessidade de alcançar o equilíbrio fiscal e o controle orçamentário; geração de receitas com melhoria na arrecadação da receita arrecadada, qualquer que seja sua natureza; o zelo por parte de cada integrante do governo, até o mais baixo escalão, pela melhor qualidade do gasto; em sintonia com o governo federal, buscar uma solução para a questão previdenciária. Nesse sentido o governo defendeu a necessidade de um trabalho intensivo e extensivo de modernização e de inovação da gestão pública, sendo prioritário em sua visão: máxima informatização de processos e de produtos, com ênfase no desenvolvimento do “*governo eletrônico*”; incorporar modernos métodos de planejamento, organização e gestão à rotina da administração estadual; prática de implementação e gerenciamento de projetos e de programas focados em resultados; modernização da infra-estrutura física, tecnológica e organizacional da administração pública estadual<sup>179</sup>. Os anexos do documento traziam as iniciativas que haviam sido elaboradas no dia 06 de maio de 2003, doze ações estratégicas para a implementação do choque de gestão, todas destinadas à informatização, racionalização da administração, gerenciamento dos recursos, controle dos processos, reordenamento legal e organização fiscal. O Diário Oficial do Estado de Minas Gerais publicava, em 15 de maio de 2003, as mudanças que o governo implementaria. Os objetivos proclamados são melhorar o atendimento do serviço público com estímulo à produtividade e à qualidade; valorizar o funcionário com mudanças nas formas de promoção; sanear as contas do estado e recuperar a sua capacidade de investimento<sup>180</sup>.

---

<sup>179</sup> O ‘Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado’ é o documento que sintetiza o Planejamento e as ações do Governo Aécio Neves. Acervo da Fundação João Pinheiro. A secretaria de Planejamento é responsável pelo Plano, pode ser contactada através do site [www.planejamento.mg.gov.br](http://www.planejamento.mg.gov.br).

<sup>180</sup> Vemos claramente os princípios empresariais das reformas administrativas que inspiraram a reforma do Estado no Brasil presentes na linha argumentativa do governo e presentes em Minas Gerais desde a abertura democrática. Apenas a partir do Pró-Qualidade tornam-se mais estruturadas e sistematizadas.

Sob a inspiração dos critérios de qualidade e produtividade empresariais o governo aprofundou as alterações nas relações de trabalho dos servidores. Garantia os direitos adquiridos dos atuais servidores. Contudo, a situação dos novos servidores seria distinta. Acabava o aumento automático dos salários por tempo de serviço. A promoção seria feita por critérios de desempenho do órgão e do indivíduo. Não haveria quinquênio, biênio e trintenário e os ganhos salariais viriam com a criação do Adicional de Desempenho (ADE). Além disso, a referência para o percentual de reajuste dos servidores passou a ser a arrecadação de tributos no estado, mais especificamente, o ICMS. O regime de previdência entrou em fase de transição para se ajustar à Reforma Previdenciária do Governo Federal, bem como o Instituto de Previdência dos Servidores.

Concomitantemente uma boa campanha de mídia foi lançada em cadeia nacional e ainda mais pesada em âmbito estadual. A imagem de eficiência, austeridade, e exemplo foi amplamente veiculada.<sup>181</sup> Os trabalhadores em educação também receberam carta nominal em seus locais de trabalho explicando os aspectos mais importantes da reforma. Inclusive apresentando como justificativa a necessidade de cortar gastos, economizar nas contas do Estado, justamente para investir nas áreas sociais e gerar empregos! O governo se antecipou e deu a direção política da discussão.

A CUT Minas conhecia o teor das reformas desde sua elaboração. No Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado, apresentado por Aécio, ela esteve como partícipe, conforme já foi dito nesse texto<sup>182</sup>. O Sind-UTE dispõe de representante na diretoria da CUT estadual e com atuação expressiva, uma vez que é o maior sindicato de Minas Gerais.<sup>183</sup>

No diário oficial de Minas do dia 11 de setembro de 2003, através do decreto nº 43.576 o governo apresentava o modelo padrão pelo qual as secretarias, autarquias e fundações deveriam pautar a confecção dos planos de carreira dos servidores nelas lotados. Em seu artigo sexto o decreto apresenta a principal restrição que norteia e revela a função da reforma: “A instituição dos Planos de Carreira de que trata este decreto e o enquadramento

---

<sup>181</sup> O governador cortando o próprio salário e do primeiro escalão do governo.

<sup>182</sup> Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado, 2004:156. Composição do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. CDES.

<sup>183</sup> A categoria profissionais da educação não sabe que a CUT Minas participou dessa discussão, nem mesmo dirigentes de subseções. Foi com surpresa e perplexidade que alguns dirigentes da subseção de Juiz de Fora, de oposição à direção estadual, ouviram de mim essa notícia, eu também só soube depois de ler o Plano do Governo. Nos Congressos Estaduais da CUT o sind-UTE dispõe do maior número de delegados 71, hegemônica pela articulação sindical o que nos permite afirmar que não há política na CUT estadual cuja linha não seja definida, com ampla participação, pelo sind-UTE. Notas de pesquisa.

dos atuais servidores públicos civis na estrutura da carreira deverão ocorrer sem impacto financeiro (...)"(2004:03).

Os princípios para o gerenciamento da força de trabalho também contribuem para caracterizar a reforma: “Desenvolvimento com base no mérito, na qualificação profissional e no esforço pessoal; avaliação de desempenho individual como requisito necessário para o desenvolvimento na carreira; sistema permanente de formação e aperfeiçoamento para fins de promoção; maior mobilidade institucional, setorial e intersetorial do servidor;” (Idem) entre outros.

Não está assegurado na reforma que os concursos serão realizados e muito menos que, uma vez realizados, não venham a ser utilizados apenas para classificação para a subcontratação; mantendo as nomeações para cargos da carreira em número muito inferior do que o necessário para o preenchimento das vagas. A função do subcontratado segue intacta: serve de mecanismo de amortecedor das contas do estado, servem de exemplo quando o Estado quer causar impacto sob a categoria com demissões maciças, impedem a estruturação de um corpo de trabalho permanente, pela rotatividade anual a qual estão submetidos. Na verdade o plano permitiu o avanço da flexibilização sobre os efetivos e aprofundou a expropriação<sup>184</sup>.

Uma comissão que contava com representantes do Sind-UTE (direção estadual) elaborou a proposta do novo plano de carreira. Concomitantemente o plano de carreira que os representantes do Sindicato tinham discutido ao longo da gestão Itamar e que era fruto do acúmulo de negociações de dez anos, tramitava na Assembléia Legislativa. Foi aprovado em primeiro turno de votação no final do governo Itamar, em seguida, foi retirado da tramitação e substituído pelo plano negociado na comissão. A discussão realizada pelos dirigentes de subsedes e pelos membros do conselho geral na ocasião apontou os problemas que o plano trazia. A conjuntura em que ele era apresentado trazia desvantagens para sua negociação e seu conteúdo era absolutamente adequado à reforma do Estado, não sobrando margem para inserir no mesmo os interesses da categoria. A função da diretoria naquela negociação poderia ficar restrita a de legitimação do plano. É importante destacar que os debates mais intensos travados quanto à participação da direção estadual na comissão foram realizados nas reuniões do conselho geral, seguindo de maneira restrita nas assembléias, em especial pelo controle das inscrições de falas por parte da direção estadual<sup>185</sup>.

---

<sup>184</sup> Boletins Especiais sind-UTE Estadual e Boletim Especial nº009 da subsele de Juiz de Fora, ambos em anexo.

<sup>185</sup> Notas de Pesquisa. Acompanhamento das Assembléias Estaduais desde 2004 até abril de 2006.

O Plano que foi enviado como mensagem nº 135/2003 e como Projeto de Lei à Assembléia Legislativa e estava absolutamente integrado à reforma administrativa do governo e colocava novos desafios às lutas dos trabalhadores em educação. A mensagem demonstrava com clareza os objetivos do governo:

“Os servidores poderão desempenhar suas atribuições em quaisquer dos órgãos e entidades, mediante decreto de relotação do cargo ou simples ato de transferência. Possibilitará um aumento significativo da mobilidade institucional, setorial e intersetorial dos servidores efetivos da administração pública. Desta forma, grande parte da demanda por servidores em cada órgão ou entidade poderá ser suprida sem a criação de cargos e, por conseguinte, sem implicar aumento de despesas com o pessoal”. (Mensagem nº 135 de dezembro de 200:01).

Podemos observar os mecanismos de subordinação real do trabalhador em funcionamento, bem como os mecanismos de valorização e gerência capitalista<sup>186</sup>. O princípio da “produtividade” e da “qualidade” sem investimento, e com a justificativa ideológica que responsabiliza individualmente o servidor pelo mau funcionamento da máquina administrativa ou da educação. A mobilidade elimina a ‘porosidade’ no processo de produção do trabalho docente<sup>187</sup>.

A mudança de nível dentro da carreira também será realizada por exame de certificação profissional, pela própria administração. Nessa modalidade está incluída a certificação dos candidatos ao cargo de dirigentes escolares que, apesar de eleitos pela comunidade escolar, têm no exame de certificação um pré-requisito para a candidatura. O intuito é estabelecer, segundo o governo, padrões de ‘mérito’ e ‘competência’ para o sistema educacional. Permitindo assim, ao Estado, recuperar o controle sobre a gerência do trabalho.

A avaliação de desempenho como espinha dorsal do plano de carreira estrutura as possibilidades de ascensão na carreira ou de demissão. A demissão ocorre quando o trabalhador recebe de seus superiores hierárquicos duas avaliações negativas consecutivas ou cinco intercaladas. As avaliações negativas também servem para reter o processo de avanço na carreira. Fica evidente o papel disciplinador desse instrumento e a perda de parte da autonomia e controle sobre o processo de trabalho; bem como sua função de ampliar a submissão do trabalhador ao empregador, no caso o governo.

Mas a lei 15.293 de 05 de agosto de 2004 tem outros problemas. Ela foi enviada à Assembléia Legislativa sem os vencimentos básicos e sem as tabelas de progressão. Estes foram objeto de outra lei a 15.784, sancionada em 28 de outubro de 2005. Ela incorporava

<sup>186</sup> BRINGTHON, Labour Process Group (1991:23, 24) e para a valorização e gerência (páginas 27,28)

<sup>187</sup> Porosidade: evitando os intervalos no processo produtivo o que significa a intensificação do ritmo de trabalho. In: BRINGTHON, Labour Process Group (1991).

parcialmente a parcela remuneratória complementar (PRC) e o abono de R\$ 45, 00 ao vencimento básico. O restante da PRC foi convertido em VTI (vantagem remuneratória incorporável)<sup>188</sup>. O primeiro reajuste sob o novo plano está previsto para julho de 2006: cinco por cento, que será descontado da VTI no caso do servidor continuar recebendo essa “vantagem”.

O plano traz problemas também no enquadramento geral dos trabalhadores. O governo enquadrou todos os servidores pelo nível de qualificação mínima que o cargo que exerce exige. Assim sendo, um profissional que trabalhe com o primeiro segmento do ensino fundamental, que tenha dez anos de trabalho e mestrado, foi enquadrado como professor de nível técnico em segundo grau. Isso resulta, evidentemente, em grande perda de salário. O governo se permitiu um prazo de 36 meses para ‘corrigir as distorções’ e reenquadrar corretamente os servidores. Outro problema é a vinculação dos ganhos salariais ao aumento da arrecadação dos tributos estaduais e o fato de que a mudança de nível (por formação) fica sujeita a avaliação do pedido por uma comissão que não discute o direito, mas a disponibilidade da administração para atender a requisição do trabalhador. Para os servidores aposentados e para os que estão prestes a se aposentar as regras ainda não estão claras, mas já há perdas significativas: o Estatuto do Magistério, Lei 7.109/77, garantia ao aposentado ser lançado ao último grau da carreira com a aposentadoria. Esse dispositivo não existe mais, foi revogado juntamente com o Estatuto. Pelo plano antigo o servidor designado embora não fosse considerado da carreira, recebia os acréscimos por tempo de serviço e ganhos salariais por formação. O que esse servidor não tinha era a estabilidade e as garantias decorrentes do quadro permanente, mas enquanto estivesse em exercício recebia o equivalente ao cargo tal qual o efetivo. Com o novo plano, ele continua não fazendo parte da carreira, deverá ser avaliado como qualquer servidor da mesma e pode sofrer as mesmas punições, mas não tem os mesmos ganhos salariais.

A ascensão na carreira pela forma que o plano assume e com a implantação da avaliação de desempenho foi extremamente dificultada. Ela foi fragmentada em cinco níveis e vinte graus, totalizando cem possibilidades de enquadramento, sem levarmos em consideração

---

<sup>188</sup> A VTI surge então para cumprir o papel que antes era realizado pela PRC, criada após uma campanha salarial empreendida no governo Itamar sua função era, do ponto de vista da categoria, recuperar parte das perdas salariais; para o governo, um instrumento de amortecimento na folha de pagamento. Os ganhos advindos de mudanças de nível por formação, por exemplo, passavam por um processo de compensação em relação a PRC. O salário base do servidor aumentava ao mesmo tempo em que a PRC diminuía. Assim o governo concedia o “acesso” sem que isso representasse a alteração da condição salarial do servidor. A VTI continua exercendo essa função.

a diferenciação entre os trabalhadores em função da avaliação de desempenho individual. Além disso, a situação varia em função da carga horária cumprida pelo profissional que pode ser distinta em função do cargo ocupado. O menor valor de vencimento básico e o maior valor também demonstram o grau de deterioração que foi institucionalizado com a aprovação do plano<sup>189</sup>.

Todo o restante do discurso se apresenta como discurso vazio para turvar a percepção do que está explícito nesse pequeno texto citado acima. Os resultados desse modelo de administração para a educação pública são muito ruins, conforme já amplamente discutido pela literatura especializada<sup>190</sup>.

Para finalizar cito os critérios adotados para a avaliação de desempenho, espinha dorsal da reforma das carreiras e instrumento disciplinador da força de trabalho, na verdade, o estado não precisa utilizá-la para que ela atinja os efeitos desejados. São eles:

*Qualidade medida pelo grau de exatidão, correção e clareza dos trabalhos executados; Produtividade entendida como volume de trabalho executado em determinado espaço de tempo; Iniciativa buscando garantir eficiência e eficácia na execução dos trabalhos; Presteza; Aproveitamento em programas de capacitação e aplicação dos conhecimentos adquiridos; Assiduidade; Pontualidade; Administração do tempo e tempestividade: capacidade de cumprir prazos previamente estabelecidos; Aproveitamento dos recursos e racionalização dos processos; Capacidade de trabalho em equipe.*<sup>191</sup>  
Entre outros.

Foi parte do acordo de 2003 a participação do sindicato na construção dos critérios e do formato que a avaliação teria; em reunião de gabinete e sem a apreciação em assembléia dos trabalhadores. Os trabalhadores, um ano depois, na reunião do conselho geral no final de 2004, não aprovaram a participação do Sindicato na comissão de elaboração da avaliação. Aprovaram em 2005 no mesmo fórum, o conselho geral, ou seja, em consulta indireta à categoria. A posição da direção estadual do Sind-UTE é favorável ao processo de avaliação.

É importante lembrar que a questão da mobilidade funcional prevista no plano na verdade é uma reedição das medidas adotadas por Newton Cardoso e suas transferências ex-

---

<sup>189</sup>Para um professor da educação básica em início de carreira o menor valor de vencimento é de R\$ 305,00. Se tudo correr bem, esse servidor sempre tiver avaliações positivas, fizer cursos de pós-graduação, inclusive o doutorado, ultrapassar com tranquilidade os 30 anos que o separam do final da carreira sem nenhum pedido de mudança de nível recusado e sem o Estado alegar falta de capacidade financeira para conceder seus acréscimos, este servidor chegará ao final da carreira com um vencimento básico de R\$ 1.246,86. O governo faz questão de demonstrar a variação em pontos percentuais: 308%.

<sup>190</sup> GENTILI,P (1999); KUENZER. A.Z (2000); FRIGOTTO,G; (2000).

<sup>191</sup> Manual da avaliação de desempenho individual: (ADI) dos servidores da Secretaria de Estado da Educação. SRH/SEE/MG, 2004. Secretária Vanessa Guimarães e Secretário Adjunto João Filocre Saraiva; Resolução Conjunta nº 5645 de 13 de agosto de 2004.

ofício. Igualmente a avaliação de desempenho está prevista para implantação desde o Pró-Qualidade ainda sob o Governo de Hélio Garcia (1991).

A diferença está na atitude dos trabalhadores por ela atingidos nesses dois momentos distintos e no comportamento de sua representação sindical. Com o governo Newton Cardoso, por exemplo, o Sind-UTE foi para o embate e pautou um enfrentamento público contra o governo, que culminou com a CPI da educação e a reversão do quadro. Aqui a mobilidade surge como um dos princípios estruturantes de um plano que foi negociado com representantes, os dirigentes sindicais.

Essa mudança no comportamento frente aos governos é fundamental para a compreensão da questão que move esse estudo: a crise do movimento sindical dos trabalhadores em educação e a tentativa de compreender as mudanças que o conduziram até aqui.

O passo seguinte do governo foi propor mudanças de natureza pedagógica, nos processos de trabalho, através de um ‘projeto piloto’, o Projeto Escola Referência.

### **5.1.2 - Escola Referência: Um Ensaio de Mudança Pedagógica**

A proposta inicial do projeto Escola Referência<sup>192</sup> é resgatar a excelência e a qualidade da educação em Minas. Mas não é para todas as escolas. Na verdade serão, em tese, duzentas escolas a cada ano até o final do governo. A rede pública estadual tem, aproximadamente, quatro mil escolas. O critério de “seleção” das escolas foi simples: as melhores escolas, as mais reconhecidas pelas comunidades que atendem, localizadas em municípios com mais de 30 mil habitantes<sup>193</sup>. O governo forneceria ainda melhorias na infra-estrutura, aquisição de equipamentos e montagem de bibliotecas, bem como de laboratórios de química e física. Até agosto de 2006 as escolas não receberam verbas para realização de projetos, compra de equipamentos. Até onde pudemos investigar, através das notícias do governo em seu site, foram destinadas verbas para reformas da estrutura física de algumas escolas. Não foi possível levantar quantas receberam os recursos, dentro do universo de escolas partícipes do projeto.

Os principais objetivos do projeto são apresentados como a melhoria do ensino fundamental e melhoria e universalização do ensino médio. No que diz respeito aos

---

<sup>192</sup> É possível ter acesso ao projeto pelo site do governo de Minas: [www.mg.gov.br](http://www.mg.gov.br). O projeto foi amplamente divulgado pela seção do site “Notícias do Governo”, a partir de 18/032004.

<sup>193</sup> O projeto foi lançado em 18 de março de 2004 com a presença de aproximadamente 1.500 profissionais de 340 escolas “convidadas”. Segundo a Secretaria de Educação o investimento naquele ano seria de 18 milhões de reais.

profissionais: desenvolvimento pedagógico e institucional, da gestão da educação, dos profissionais, da solidariedade e da “cultura do trabalho colaborativo”.

A forma de atingir esses objetivos está relacionada nas seguintes ações ou “elementos estruturadores”: a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Pedagógico-Institucional (PDPI); implementação do Programa de desenvolvimento Profissional de Educadores (PDP); capacitação de gestores escolares através da capacitação à distância ‘Para Gestores Escolares’ (PROGESTÃO)<sup>194</sup>. Os professores participantes não receberam hora extra e nem dispensa de aulas para participar. Observa-se também que a carga horária é bem pesada, mas é inferior a um curso de especialização, gerando uma certificação que não pode ser utilizada em outras redes. O documento vem recheado com o léxico da qualidade total<sup>195</sup> e nos faz comprovar que o Pró-qualidade chegou às salas de aula dessas escolas.

A proposta de desenvolvimento pedagógico e institucional (vejamos que deixou de ser chamado Projeto Político Pedagógico) prevê a utilização de parcerias e seu desenvolvimento também deveria ocorrer em horário voluntário. Exige 150 horas de estudo no mesmo formato que o progestão. A capacitação visava o incentivo ao uso de recursos tecnológicos nas escolas (leia-se informatização), em relação aos professores o secretário adjunto afirma que “No PDP, os professores serão incentivados a um esforço para a inovação pedagógica da escola. Eles formarão grupos orientados para discutirem o currículo escolar”<sup>196</sup>.

As escolas não receberam nada do que foi prometido exceto às verbas para reformas na estrutura e os computadores comprados com a logomarca da “Rede Positivo” que servirão para a racionalização da gestão através do Projeto Escola em Rede.<sup>197</sup>

Os professores desejam sair do projeto, pois não vêem nenhuma contrapartida concreta para a realização do que planejaram pedagogicamente, estão sobrecarregados e frustrados. Cansados das promessas temem que sejam avaliados negativamente em suas ADE e ADI caso se desliguem do projeto. Esse temor vem sendo bem explorado pela administração tanto no âmbito da escola como nas demais instâncias<sup>198</sup>.

---

<sup>194</sup> As exigências para participação eram: disponibilidade de tempo, acesso à internet com banda larga, cada professor deveria participar de um GDP e teria que fechar grupos de 14 profissionais para participar. A carga horária de formação era de 276 horas sendo apenas 76 presenciais.

<sup>195</sup> GENTILI, P. e SILVA, T.T (1999).

<sup>196</sup> Todas as referências a falas do secretário adjunto extraídas do site: <http://www.mg.br/detalhenoticia.asp> Título;” Escola pública elevará nível de excelência em MG”, acesso em 29/03/04, a notícia data de 18/03/2004.

<sup>197</sup> Projeto que pretende informatizar a administração de todas as escolas de Minas Gerais permitindo maior controle da gestão por parte da Secretaria de Educação e de Planejamento.

<sup>198</sup> Notas de Pesquisa. Visitas feitas às escolas da região de Juiz de Fora que participam do projeto entre 2005 e 2006. A Rede Positivo é uma grande empresa de serviços ligados à educação que funciona com sistema de franquias e consultorias. Junto com O Positivo, o Objetivo, de São Paulo, o Pitágoras, de Belo Horizonte, (de

As escolas não receberam nada do que foi prometido exceto os computadores comprados com a logomarca da rede Positivo que servirão para a racionalização da gestão através do Projeto Escola em Rede.<sup>199</sup>

O Sind-UTE estadual produziu um único documento sobre o tema. O mais recente material produzido encontra-se no site da instituição e se limita a tecer o seguinte comentário:

“Algumas escolas estaduais estão, hoje, envolvidas no projeto Escola-Referência com a expectativa de através dessa participação, trazer melhorias para a escola onde atuam. Mesmo sabendo que esses programas que surgem a cada governo nunca tem continuidade assegurada e que muito pouco é modificado no cotidiano nas escolas temos como responsabilidade”agarrar” todos os possíveis projetos e propostas que, teoricamente, almejem garantir uma educação pública de qualidade.(...) Sentindo a necessidade de que nossas “sugestões” sejam o mais homogêneas e coesas possível produzimos esse informativo. É importante que todas as pessoas envolvidas nos GDP’s estejam muito atentas as respostas que darão a este trabalho para que não permitamos ao governo se utilizar de nossas “sugestões” contra nós mesmos.”(inFORMAÇÃO,09/05/2005)

Não há, conforme fica evidente, a referência de uma concepção de educação que sirva de contraponto à análise do projeto e suas implicações pedagógicas, que ao final do processo resultam em mudanças também de aspectos corporativos. Na verdade há o incentivo para ‘*agarrar*’ a oportunidade, descontextualizando completamente o projeto, seu proponente e sua fundamentação, completamente inserido nos programas de qualidade. Acredito que a próxima gestão no governo do estado se dedique a universalizar a reforma curricular proposta pelo projeto<sup>200</sup>.

Em linhas gerais a reforma prevê a criação de uma ‘cesta’ de cursos de ensino médio e o aluno deverá optar se deseja reforçar sua formação na área de ciências humanas, exatas ou biológicas. Terá um núcleo mínimo comum de disciplinas que se mantém inalterado para língua portuguesa e matemática cuja carga horária cai de 6 para 4 aulas semanais, as disciplinas de língua estrangeira sofrem redução e não terão mais do que uma língua

---

propriedade de Walfrido Mares Guia), os paulistas COC e Anglo e o paranaense Expoente vendem seus serviços para 4.000 escolas, com 80.000 professores e 1,5 milhão de alunos e movimentam 6 bilhões de reais por ano; disponível em :[http://veja.abril.uol.com.br/idade/educação/270202/p\\_092.html](http://veja.abril.uol.com.br/idade/educação/270202/p_092.html).

<sup>199</sup> Projeto que pretende informatizar a administração de todas as escolas de Minas Gerais permitindo maior controle da gestão por parte da Secretaria de Educação e de Planejamento.

<sup>200</sup> A Secretaria Estadual de Educação lançou a Resolução 753 de 06 de janeiro de 2006. Seu assunto: a mudança de currículo das escolas referência. O argumento: a proposta foi elaborada nos GDPS ou como prefiro dizer, nos círculos de qualidade. Há a crença na rede estadual de que esta proposta será universalizada pelo governo, aprofundando a reestruturação positiva.

oferecida, disciplinas como sociologia, filosofia, artes, educação física praticamente desaparecem em função do que a escola poderá manter para atender à reforma. Há diferenças grandes entre as opções de curso e horários entre os alunos do diurno e do noturno, entre os alunos de modalidades distintas dentro do noturno, entre regular e EJA, por exemplo. Há ainda o viés meritocrático como proposta pedagógica: o aluno que tendo escolhido uma determinada área não obtiver aproveitamento de 70% ou superior a este em disciplinas de outra área, terá seu direito de escolha retirado e deverá cursar, mesmo contra a sua vontade, as disciplinas do ‘pacote’ no qual foi mal, a título de reforço.

Além disso, o enxugamento prevê uma ‘sobra’ semanal na carga horária do aluno que será preenchida com curso aos finais de semana para os alunos do noturno e extraturno para os alunos do diurno. Em princípio esse ‘resíduo’ seria utilizado apenas com cursos de capacitação para o trabalho, em especial na área de informática (uso e manutenção de computadores). Ao apresentar a resolução essa proposta foi alterada pelo governo para o uso de qualquer proposta, inclusive a realização de projetos criados pelos professores das disciplinas que o aluno já está cursando. Os professores não receberão nenhum acréscimo no salário para trabalhar nesse outro dia, pois estão na verdade completando sua carga horária, apesar dos gastos extras que envolvem se deslocar mais um dia para o mesmo local de trabalho. As escolas que receberão os laboratórios de informática e os cursos serão selecionadas entre as escolas referência. Terão que competir entre si para obter os cursos. Acreditava-se que os professores da rede estadual seriam capacitados para oferecer os cursos. Isso nos remeteria a condição do trabalhador polivalente e flexível, que em todo o caso, teria a ‘oportunidade’, para alguns, de repor o que perdeu e não ficando desempregado. Fica evidente que a organização do trabalho escolar estará adequada à reorganização das relações do trabalho e que ambos modelam a mão-de-obra envolvida no processo educativo professor e aluno, para as demandas da acumulação flexível no estado de Minas Gerais.

Enquanto essas transformações ocorrem e os professores se angustiam com as lacunas no processo de implantação do plano de carreira, as tabelas salariais miseráveis, conhecidos dispositivos de ‘participação democrática’ são apresentados aos professores com o argumento de que serão ouvidos e que o intuito é melhorar a “qualidade” da educação no Estado de Minas Gerais. São postos em andamento O Congresso Mineiro de Educação com Plenárias Municipais, Regionais e Estaduais para a elaboração do Plano Decenal para a Educação.

A direção estadual do Sind-UTE defende a participação em todos esses fóruns.

Durante esse período foi realizado o VI Congresso do Sind-UTE, em meio às reformas administrativas de Aécio Neves. Vejamos qual o tratamento que essa questão recebeu nesse importante fórum.

## **5.2 - OS CONGRESSOS DO PERÍODO**

### **5.2.1 - Congresso Patativa do Assaré – Governador Valadares - 2003**

A homenagem ao poeta nordestino está vinculada ao especial momento que a militância do Sind-UTE viveu no período. O Congresso ocorreu em uma nova e importante conjuntura política: o impacto sobre os movimentos sociais em particular e a sociedade em geral da vitória nas urnas da candidatura Lula PT/PL. As análises de conjuntura ocuparam parte significativa das teses, em especial os efeitos possíveis das alianças eleitorais, os primeiros passos do governo, a composição do primeiro escalão e as primeiras medidas tomadas.

No âmbito do estado a vitória de Aécio Neves, no entanto, reafirmou o caráter conservador que caracteriza Minas Gerais e que se manteve desde a abertura democrática<sup>201</sup>. A ‘costura política’ de então realizada pelo PMDB de Itamar Franco e pelo PL de José de Alencar permitiu a afirmação da opção por Lula no âmbito federal e de Aécio no âmbito estadual. A aliança política do PT com esses partidos colocou importantes questões para a autonomia e a independência dos sindicatos e da CUT em Minas Gerais. Esse processo, no entanto pôde ser observado ao longo desse período também para o âmbito nacional.

Todos esses aspectos foram abordados nos debates que trazem as análises das greves de 2000 e de 2002, ambas sob o governo Itamar/Newton (PMDB). É importante também destacar que o VI Congresso se realiza dois meses após o ‘Choque de Gestão’<sup>202</sup>. A categoria de trabalhadores em educação reuniu-se em assembléia no dia 31 de maio para decidir quais rumos iriam dar a sua campanha salarial sob o impacto dessa nova reforma. Eram 10.000 servidores reunidos. O congresso em questão avaliou esse movimento. Qual a função que teve esse Congresso em um momento tão especial para categoria é o que pretendo analisar a seguir.

---

<sup>201</sup> Não se insere aqui nenhum julgamento de valor quanto a um ou outro governo, mas às análises feitas por ocasião da vitória de Lula e o seu significado como a recusa, por parte do voto popular, do projeto neoliberal no Brasil. Exemplo dessa análise em PETRAS (2005).

<sup>202</sup> As medidas de racionalização da administração realizadas pelo governo Aécio que aprofundaram o desmonte dos serviços públicos no estado de Minas; publicado no Diário Oficial de Minas Gerais em 15/05/2003.

Um aspecto que nos chama a atenção é o período de quatro anos sem congressos, apesar de estatutariamente os congressos serem bianuais. Isso é muito significativo se levarmos em consideração o fato de que a categoria deixou de ser reunir, em sua instância máxima, em um período de importantes mudanças, marcado pela maior parte do segundo mandato de FHC e do Governo Itamar e ainda a disputa das eleições gerais, inclusive do Sind-UTE.

Na montagem dos textos da Resolução a diretoria estadual conseguiu manter a mesma dinâmica de aprovar a sua tese como guia (apresentada por sua corrente Articulação), contudo, houve o rompimento com a política de aprovar alguns textos de outras correntes e do movimento de oposição. Os textos das resoluções são da Articulação, majoritariamente, e da CSC a menor. Coube a corrente MTS uma pequena contribuição no plano de lutas para a política anti-racismo. Essa quase onipresença da corrente demonstra o grau de controle atingido pela Articulação sobre os espaços mais dinâmicos de uma organização de trabalhadores.

## **RESOLUÇÕES:**

### **CONJUNTURA NACIONAL: A Vitória de Lula completa um Ciclo.**

Esse é o título da análise de conjuntura nacional, que inicia o caderno de resoluções. A vitória de Lula é apresentada como a chegada dos “setores oprimidos” na sociedade em “sua luta histórica pela incorporação no cenário político nacional”.

Afirmava que:

“A CUT completa seus vinte anos num momento histórico extraordinário; marco institucional comparável à abolição da Escravidão e a Proclamação da República”.(Resoluções; 2003:05).

Considerava que nunca antes na história os trabalhadores e os setores populares reuniram tantas condições favoráveis para realizar mudanças estruturais. E ainda que com a vitória de Lula a massa de trabalhadores teria deixado de ser “reserva estratégica das forças conservadoras” para se tornar “agentes favoráveis às mudanças estruturais”.(Idem).

A palavra chave desse processo seria a ‘participação’ que seria progressiva e conduziria a uma inversão na correlação de forças e ao rompimento da ‘hegemonia exercida pelas elites’. Nesse sentido, defendiam que o Estado deixaria de ser instrumento dos interesses privados das elites e, “sem regredir a vícios estatistas”, assumiria o papel estratégico de

indutor do ‘desenvolvimento econômico sustentado’, com ‘distribuição da renda e justiça social’.(Ibdem).

Reafirmava o acerto do posicionamento assumido pela CUT em apoiar a candidatura Lula e defendia a manutenção da autonomia frente ao governo. Por fim, avaliava a herança deixada por FHC (PSDB/PFL) após oito anos de governo: queda do PIB, ampliação do desemprego, inserção subordinada do país na divisão Internacional do trabalho, abertura excessiva de mercado, cortes nos gastos sociais do Estado, acordos e diretrizes do FMI, sucateamento dos serviços públicos e limitação dos espaços públicos. E concluía: “A herança desastrosa até aqui resumida já seria suficiente para demonstrar a complexidade dos desafios que o novo governo e todas as forças integrantes do campo popular e democrático terão pela frente”.(Resoluções; 2003:06).

### **O NOVO GOVERNO.**

O governo Lula (PT/PL) foi elogiado pelo trabalho de colocar o Brasil como protagonista da integração continental, através do fortalecimento das relações no interior do Mercosul (o mesmo que já foi criticado como braço do imperialismo). O Mercosul era apontado neste congresso como meio de retomar o ciclo de desenvolvimento sustentado. Segundo o texto: “Pressões decorrentes da crise nacional e internacional levaram o governo Lula a renegociar o acordo com o FMI, aumentando a taxa básica de juros, maior arrocho com diminuição dos gastos sociais”.(Resoluções; 2003:07).

O texto afirmava que a CUT se posicionou claramente “*questionando*” a eficiência das medidas econômicas no enfrentamento dessa crise. No que diz respeito às reformas, não apresentava posicionamento claro, limitando-se a afirmar as diretrizes que deveriam pautar as mesmas. O papel da CUT quanto às reformas seria:

“Participar e estimular um amplo debate público, organizado e apoiando a luta dos trabalhadores, considerando que a apresentação das propostas tem causado tensão e descompasso entre estes e o governo bem como com outros setores da sociedade-Preservando os seus princípios de liberdade e autonomia e independência”. (Idem).

As diretrizes das reformas tributária, previdenciária, trabalhista, foram extraídas do texto da CSC. Assim como as propostas para a reforma da previdência, nesse caso, é importante destacar a defesa dos fundos de pensão: “Criação de previdência complementar pública, com participação dos trabalhadores na gestão”. (Ibdem).

### **CONJUNTURA INTERNACIONAL, LATINO AMERICANA E NACIONAL.**

A conjuntura internacional foi extraída do texto da Articulação Sindical. Um texto contraditório, cujo teor acabava por elogiar a liberalização do mercado defendendo que o único problema é que “ não conseguiu traduzir isto em crescimento sustentável da economia mundial” (Resoluções; 2003:08).

E ainda que o capitalismo está em crise mais uma vez, “particularmente nos países que não estavam preparados para a súbita liberalização”. (Idem).

Após a caracterização dos processos de globalização, do avanço dos oligopólios concluía que o resultado era a ampliação da desigualdade entre ricos e pobres e o aumento dos fluxos de migração. Avaliava que: “Mesmo governos com caráter social democrata que possuíam posições políticas mais solidárias sobre este tema, têm se rendido ao conservadorismo e algumas vezes têm até adotado medidas econômicas que pouco os diferem dos liberais”. (Resoluções; 2003:08).

O texto da Articulação, nas Resoluções, explicava que estes aspectos deviam ser objeto de preocupação do movimento sindical internacional. Apresentava a CUT como a Central do Sul que podia contribuir para que a cisão entre os trabalhadores do norte (rico) e do sul (pobre) fosse superada.

Quanto ao papel que esperava que o governo desempenhasse: “Temos agora um interlocutor com poder de Estado com quem podemos encaminhar nossas teses sobre a Alca, Mercosul, solidariedade internacional da agenda da CUT”. (Resoluções; 2000:09).

O governo Lula representaria a esperança do Brasil e da América Latina, portanto: “O fracasso do governo Lula seria um retrocesso dos movimentos populares, dado o fato de ser ele depositário da esperança não só do povo brasileiro como da América Latina”. (Resoluções; 2003:10).

O texto não esclarece em relação a que haveria um retrocesso. Se em relação às demandas de transformação da classe trabalhadora e do voto na mudança ou em relação à estabilidade econômica. O discurso de garantia da governabilidade de Lula começa a ser implantado na base do Sind-UTE, através dos delegados ao VI Congresso.

## CONJUNTURA MINEIRA.

O texto das Resoluções afirmava que a eleição de Aécio (PSDB/PL) se deu a partir de uma ampla aliança conservadora, que se refletiu na expressiva bancada de apoio ao governador na ALEMGO (61 dos 77 deputados). Apresentava a agenda do governo como característica do neoliberalismo. Ao avaliar o “choque de gestão” do governo Aécio apresentava as medidas como características da gestão empresarial e o que representam para o funcionalismo público: perda de direitos e submissão à “um processo de avaliação de desempenho autoritário e pautado por uma concepção de crime e castigo”. (Resoluções; 2003:10).

O texto relatava ainda o histórico da ação institucional do Bloco da Oposição:

“Desde que os projetos de reforma foram lançados e protocolados até o início de julho, a bancada de oposição ao Governo Estadual<sup>203</sup> fez obstrução à votação dos projetos com apresentação de 60 emendas e iniciou um intenso diálogo com as categorias do funcionalismo”.(Idem).

Paralelo a isso a categoria teria feito: “Um importante processo de pressão junto aos deputados da base do governo estadual através de diversos calendários de mobilização por todo o estado”.<sup>204</sup> (Resoluções; 2003:11).

Ainda na análise de conjuntura mineira, o texto apresentava o Sindicato contra esta política do governo e que denunciara à toda a comunidade escolar o que era proposto. Defendia a continuidade da luta e a busca de um campo de alianças ‘com quem defende a cidadania’, a valorização da educação e do serviço público. E ainda que dessas alianças surja a unidade para garantir: “Um Estado que não fuja das suas obrigações para com a sociedade”. (Idem).

Conforme fica evidente não há nenhuma clareza conceitual quanto ao que seja o Estado e seu ‘papel’. O texto apresentava também qual tática deveria ser utilizada: “Nossa tática deverá estar centrada na conquista de um Plano de Carreira que contemple o conjunto da categoria, mantendo o quadro único (magistério, pessoal de secretaria e serviços gerais) que amplie e não reduza direitos e conquistas”. (Idem).

<sup>203</sup> O Bloco de Oposição é composto por 15 deputados do PT e 1 deputada do PCdoB.

<sup>204</sup> Os boletins informativos do ano de 2003 apresentam paralisações regionais e ‘greves de um dia’, abaixo assinados que teriam sido feitos pelas comunidades escolares e enviados aos gabinetes, encontros setoriais de professores (filosofia e sociologia, ensino religioso etc), encontros municipais e regionais para discussão da campanha salarial. O Sind-UTE através da direção “cobrando do Ministério Público as Nomeações etc. Os primeiros Boletins são de Janeiro de 2003, os últimos datam de dezembro de 2003. Não houve greve, mas inúmeras paralisações. O choque de Gestão e o conjunto de medidas decorrentes do mesmo para a educação, não foram modificados. Os dias parados foram descontados em função dos 25% que o aluno pode perder de frequência. ‘Boletim’ 01 a 20 e ‘Infoma’ 01 a 17 de 2003. Fonte: acervo pessoal, também na subsele de Juiz de Fora, acesso através do site da direção estadual: [www.sindutemg.org.br](http://www.sindutemg.org.br).

As contradições ficam evidentes ao analisarmos os limites da síntese proposta. Embora haja consistência na crítica ao governo e a avaliação da importância da unidade do funcionalismo, essa não tem como se concretizar uma vez que a *'tática'* se restringe ao plano de carreira e este se organizará nos marcos da Reforma Administrativa, conforme foi proposta pelo governo.

### **EDUCAÇÃO.**

O texto também é parte da tese guia, defendida pela Articulação, e foi incluído nas Resoluções sem alteração. Apresentava a Educação e as Reformas pelas quais o país passou ao longo dos anos noventa, em especial as de Paulo Renato de Souza<sup>205</sup>. Resgatava a contextualização das mesmas no Brasil desde a Conferência Mundial de Jomtien<sup>206</sup> até os projetos sociais-educacionais e o arcabouço jurídico-institucional como a LDB e o PNE/MEC desde o início da década. O texto trazia uma sessão inteira para discutir o FUNDEF descrevendo seus aspectos básicos e criticando o fato de que a municipalização ocorreu no momento de estrangulamento do orçamento dos municípios e da insolvência nas dívidas com a União. Criticava os vetos ao PNE para a ampliação dos recursos do PIB a serem investidos na Educação. Explicitava a necessidade de cobrar do 'atual governo' a retomada da discussão e possível implantação do PNE aprovado no CONED<sup>207</sup>, elaborado e aprovado pela "sociedade civil". Tomava como bandeira de luta a defesa de que para a retomada do investimento era necessária a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e a ampliação do valor custo-aluno.

Com isso ficava clara a mistificação realizada sobre a categoria. A lógica dos 'fundos' e a desvinculação das receitas do Estado é aceita. Mantém-se na lógica proposta pelo próprio liberalismo.

### **EDUCAÇÃO MINEIRA.**

O documento analisou os projetos do governo do estado como o Projeto Escola Viva<sup>208</sup>, o qual não foi criticado em seu teor, mas apenas o fato de que se destina a poucas

---

<sup>205</sup> Ministro da Educação de Fernando Henrique Cardoso.

<sup>206</sup> Conferência Mundial de Educação para Todos, 1990, Jomtien, Tailândia e financiada pela UNESCO. SHIROMA et al.(2000).

<sup>207</sup> PNE: Plano Nacional de Educação; PIB: Produto Interno Bruto; CONED: Congresso Nacional de educação, organizado pelas entidades que compõem o Fórum em Defesa da Escola Pública.

<sup>208</sup> Escola Viva atende 12 escolas da rede estadual na Capital e na Região Metropolitana de Belo Horizonte ingressam no Projeto Escola Viva, Comunidade Ativa, da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE). Quase 190 mil alunos são beneficiados em 172 escolas estaduais. As ações do projeto são voltadas para

escolas. O restante da argumentação segue a enumeração da falta de vagas, baixa remuneração, falta de recursos etc. E do afastamento do Estado de ‘sua responsabilidade’ no provimento das necessidades da escola, sendo que essa tarefa fica sob responsabilidade da comunidade escolar. O texto discorria sobre o sucateamento e passava à defesa das reivindicações dos trabalhadores em educação: expansão da educação infantil, investimento, qualificação, “aprovação do plano de carreira, garantia dos direitos adquiridos, piso salarial e carreira com jornada compatível” (Resoluções; 2003:14). Colocava-se contra a educação como mercadoria e contra o controle ideológico como os PCNS e avaliações institucionais. Entre as várias propostas de luta destaque, entre outras, ao embate pela qualidade, como a diminuição do número de alunos por turma (o que em si é contraditório, dado o fato de que trabalham com a lógica do “Fundo”):

“O fortalecimento da presença do MEC em Minas, de forma articulada com os demais sindicatos relacionados com a educação, com a CUT, com a Assembléia Legislativa, com as Câmaras Municipais das mais importantes cidades mineiras, com partidos políticos e demais seguimentos da sociedade”. (Resoluções; 2003:15).

Podemos observar a completa inadequação, confusão ideológica e ação desmobilizadora dessa proposta. Não fica clara a finalidade de uma entidade sindical lutar para fortalecer um órgão federal em um estado. O mesmo processo é repetido na formulação de participação em conselhos municipais, paridade nesses instrumentos etc. O Sind-UTE foi tomado pela lógica do consenso neoliberal, sob a direção política da Articulação. Também se coloca como contraditória a defesa da avaliação de desempenho individual, ainda que o texto declarasse que devia ser para “melhorar” a carreira, uma vez que ainda assim assume um caráter meritocrático. Quanto ao projeto Escola Viva, independe do aporte de recursos e da abrangência. Mas esse projeto assim como o Escola Referência apresentou, em sua primeira abordagem, elementos de cooptação através da ressignificação das demandas dos profissionais da educação e das comunidades, além de elaborar uma proposta de trabalho repleta de elementos dos sistemas de gerenciamento de qualidade empresarial aplicados à educação. A forma de organizar o trabalho pedagógico se alteraria.

O documento do VI Congresso criticava apenas os cursos de preparação para o trabalho, o fato de não haver preocupação com a qualificação do professor que, acreditava,

---

atender as necessidades educacionais das crianças e jovens afetados pelos fenômenos da exclusão social e da violência para proporcionar a tranquilidade e as condições básicas de educabilidade no ambiente escolar. As escolas que ingressaram no projeto receberão recursos para recuperar a rede física, instalar ou ampliar bibliotecas e laboratórios de informática. Os professores serão capacitados. Os benefícios devem se estender para a comunidade com a abertura das escolas nos finais de semana com atividades esportivas, culturais, sociais e de lazer. <http://www.educacao.mg.gov.br>. Acesso em 05/10/2005.

teria uma qualificação menor em regiões de maior pobreza. Reivindicava que a mesma instituição que rebaixa a qualidade da escolaridade oferecida ao aluno, limitando sua atenção aos cursos de qualificação para o trabalho, se ocupasse da qualificação do professor. Não há proposta de contraposição ao Projeto uma vez que as reflexões sobre uma concepção de educação e um projeto de educação que partisse dos trabalhadores deixaram de ser feitas nos congressos do Sind-UTE.

### **BALANÇO.**

O texto era composto por trechos de contribuição da Articulação Sindical em composição com a CSC. A ação neoliberal, a caracterização do estado mínimo e a ofensiva sobre os trabalhadores e suas organizações são apresentados para, logo em seguida, elogiar a ação do Sind-UTE que: “Através da participação da categoria vem conseguindo manter acesa a possibilidade de conquistas apesar dos limites no quadro em que vive hoje o conjunto do funcionalismo”. (Resoluções; 2003:16).

Analisava a greve de 2000 que tinha como principal reivindicação o plano de carreira e a realização do concurso. O término da greve, cujo início foi turbulento, veio com a promessa do governador (Itamar Franco) de enviar o plano de carreira à Assembléia até dezembro de 2000. A recuperação do poder de compra do salário veio, segundo a direção, pela ‘imposição’ da PRC<sup>209</sup> um rendimento compensatório e diferenciado, não incorporável ao salário. Através do texto é lembrado o fato de que a promessa não se cumpriu e, em 2001, nova greve foi realizada, para que o governo publicasse o edital do concurso para o magistério. Já em 2002 a campanha salarial manteve-se vinculada à conquista do plano de carreira e a nomeação. Após 40 dias de movimento, segundo o texto: “A categoria se viu mais uma vez impelida por mais uma promessa, dessa vez referendada por um ‘Termo de Ajustamento de Conduta’”. (Idem).

De acordo com a direção do Sind-UTE, o governador Itamar Franco nomeou os concursados, mas não preencheu todas as vagas existentes e a categoria não obteve qualquer reajuste salarial, abono ou recomposição. Contudo, o texto avaliava: “Conseguimos importantes conquistas do ponto de vista formal”. (Idem). Avaliava que com o governo Aécio

---

<sup>209</sup> PRC: Parcela Remuneratória Complementar. Negociada pela direção com o governo Itamar. Em tese, seria um mecanismo de recomposição mínima do salário, mas que estava desvinculado desse, podendo ser retirada, modificada a qualquer momento. A PRC na verdade acabou cumprindo um outro papel: o de mecanismo de amortecimento do impacto do aumento dos profissionais da educação nas contas do Estado. Inclusive no que diz respeito aos ganhos advindos da mudança de nível por formação. A entrada do valor a mais no salário base era deduzido da PRC de forma que o salário praticamente não sofria alterações.

(PSDB/PL) as dificuldades tenderiam a aumentar e afirmava: “As medidas administrativas do governo Aécio Neves promovem constante desvalorização do funcionalismo e do serviço público”. (Resoluções; 2003:17).

Conforme fica evidente não há ataque à política de Aécio, o texto não apresentava as ‘medidas administrativas’ como parte de um projeto organicamente vinculado ao projeto político mais amplo, cujos desdobramentos econômicos são sentidos pelos trabalhadores em educação.

Afirmava: “O Sind-UTE pautando sua atuação na concepção de Sindicato Cidadão vem atuando de maneira efetiva na luta por políticas públicas para o atendimento das necessidades básicas da população”. (Idem).

O texto apontava de maneira sucinta sua presença “marcante em vários espaços democráticos que envolvem os diversos atores sociais como os conselhos estaduais” e enumerava diversos outros, cujo caráter é meramente consultivo e ainda em fóruns tripartites como frentes parlamentares e o diálogo ‘constante com a sociedade na construção da cidadania plena’.

O texto foi encerrado com a afirmação do caráter “combativo” e “propositivo” do Sind-UTE e a “concepção de Sindicato Cidadão, livre, autônomo e independente na construção de uma sociedade justa e fraterna que só se constituirá com a participação dos trabalhadores”. (Resoluções; 2003:17).

O Sind-UTE atua em vários fóruns, na defesa dos ‘interesses’ da população em geral, mas sua função fundamental, defesa intransigente dos direitos da categoria, está secundarizada pelas tarefas de participação nos diversos fóruns de defesa dos interesses dos ‘cidadãos’ e pela relação de complementaridade com a ação parlamentar.

No que diz respeito às reformas neoliberais de FHC e da reforma da previdência de Lula, distinguem-nos como se fossem processos diferenciados. Essa distinção confunde e impede a formação de uma visão crítica sobre o próprio neoliberalismo gerando imobilismo<sup>210</sup>. A mesma confusão se manifesta na apresentação dos conceitos de sindicato combativo e propositivo como complementares. Por fim, a proposta de uma sociedade

---

<sup>210</sup> A categoria tem aderido às paralisações, mas há uma redução gradativa dessa adesão. As paralisações deixaram de ser preparação para um movimento maior, de greve e se transformaram no próprio movimento. É também cada vez menor o número de pessoas dispostas a empreender um enfrentamento direto com o governo. Em geral há uma desconfiança de que a direção estadual não irá encaminhar o enfrentamento. Essa análise é fruto de observação empírica da pesquisadora e é um dos elementos que exigem o aprofundamento da pesquisa quanto ao comportamento da categoria.

socialista e sem opressão é substituída por uma sociedade mais ‘justa e fraterna’. O protagonismo da classe trabalhadora na construção dessa sociedade passa a ser participação. O eixo mudou radicalmente. Da mesma forma, a concepção de educação permanece no campo da discussão imediatista e pontual dos projetos propostos pelo governo, já que houve o rompimento com a idéia de transformação, restando a participação.

### **POLÍTICAS PERMANENTES.**

Os textos referentes a esta seção das resoluções, são reproduções de Congressos anteriores e todos são contribuições da articulação sindical. Os coletivos de gênero, etnia, saúde etc e núcleos não foram reorganizados e os temas passaram a integrar aspectos das teses. Destaco a discussão de política afirmativa para afro-descendentes. O Sind-UTE aprova a defesa das cotas justificando que: “A discussão de uma política no sentido de discriminação positiva para se contrapor às políticas universalistas que não trouxeram até o momento mudanças substanciais para a população negra”. (Resoluções; 2003:18).

A Articulação dentro da ‘nova’ concepção política que adotou passou a defender as políticas afirmativas em oposição à política de universalização. O abandono da perspectiva de universalização de direitos caracteriza a perda de referência nos valores da própria social democracia e sua reversão política ao liberalismo. Também nesse sentido surge o conceito de equidade e justiça em detrimento da igualdade. Essa posição da Articulação foi aprovada no texto das resoluções do VI Congresso.

### **PLANO DE LUTAS.**

As lutas apresentadas nas resoluções são coerentes com a defesa da nova modalidade de atuação sindical.

O texto trazia o apoio: “À Constituição do Fórum Nacional dos Trabalhadores e trabalhadoras para debater os temas ligados à negociação no Fórum do Trabalho (governos, empresários e trabalhadores) visando a elaboração de propostas conjuntas”. (Resoluções; 2003:20).

Essa seção defendia também a realização da Conferência Nacional dos Trabalhadores (CONCLAT) reunindo todas as Centrais e correntes com o objetivo de “debater a ação unitária no movimento sindical diante do novo cenário político”.

Propunha a adesão à campanha nacional pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário. Bem como a posição contra às reformas neoliberais do governo Aécio

Neves. Uma proposta de luta em especial em relação ao governo Lula defendia: “Para que o governo Lula se organize com todos os presidentes da América Latina para defender uma negociação soberana da dívida”. (Resoluções; 2003:21).

Há ênfase na ‘Luta’ pela participação nos Conselhos Municipais de Educação e nos Conselhos de Fiscalização do Fundef.

O documento finalizava afirmando a mobilização contra a avaliação de desempenho aprovada na reforma administrativa de Aécio Neves. E ainda a defesa de que o Sind-UTE: “Deve se posicionar em relação às ameaças de cortes de pagamento e cobrança de reposição utilizando instrumentos políticos e jurídicos”. (Idem).

Na questão da organização o texto não tratava da preparação do Sindicato para o enfrentamento colocado pelas análises de conjuntura e em especial, pelo plano de lutas. Limitava-se à organização do departamento jurídico nas regiões para aprimorar, segundo eles, a assistência.

O grande tema ausente foi o choque de gestão, no que diz respeito a uma análise mais aprofundada, ao posicionamento claro do Sindicato e o estabelecimento de um plano de organização e lutas capaz de enfrentá-lo.

### **ESTRUTURA-ESTATUTO.**

O Estatuto do Sind-UTE recebeu as seguintes alterações: o artigo 16 passou a regular a presença de filiados em congresso com percentual destinado aos observadores que passou a ser de 1% do total de delegados. Até o V Congresso (1999) aos filiados era garantida a presença à critério da Plenária. Observamos uma retirada crescente do poder de decisão das instâncias deliberativas diretas.

Já o artigo 21 desde o V Congresso, a Assembléia Geral não era mais de base, mas de filiados. Essa mudança, que é de extrema relevância para minha avaliação, na prática já estava em andamento com as assembléias em locais fechados e com apresentação de identificação e contra-cheques à seguranças particulares na entrada.

As mudanças para o conselho geral aparecem no artigo 77. A eleição dos representantes ao conselho geral passa a ser desvinculada das chapas que concorrem às eleições. Vota-se em nomes individualmente e não em chapas.<sup>211</sup> Isso representa um problema

---

<sup>211</sup> Em Juiz de Fora, por exemplo, o eleitor teve que escolher nada menos do que 14 nomes. Esse processo desvincula o representante do Conselho de um projeto político para o sindicato. Pudemos observar que na eleição de 2003, primeira a adotar esse sistema, os nomes organizados na cédula em ordem alfabética, conduziram o trabalhador a votar nos primeiros e nos últimos automaticamente.

para as novas lideranças e para identificar um ou outro projeto político aos quais os conselheiros estejam ligados. A tendência é votar nos nomes conhecidos, reproduzindo a estrutura já estabelecida.

No artigo 34 a competência da Assembléia Geral é caracterizada. Desde a Unificação que o artigo que discrimina a competência da assembléia é amplo. Ela deliberará sobre qualquer assunto que exija um rápido posicionamento. Ou seja, qualquer decisão política que defina os rumos da entidade e que não possa esperar a realização de um Congresso. Esse artigo confrontado com os artigos 33, 35, 36, 37 e 38 que tratam das competências do Conselho Geral, da Diretoria Estadual e do Coordenador nos mostra ao esvaziamento da Assembléia Geral. Estes artigos e as competências dos Fóruns citados estão ampliados. Na prática a Assembléia tem servido para ratificar as pautas e calendários e demais propostas do Conselho Geral e esse tem, efetivamente, tomado as decisões políticas mais importantes<sup>212</sup>.

A inversão de papéis e o esvaziamento crescente das atribuições da Assembléia Geral e a ampliação das atribuições do Conselho refletem a mudança de eixo da democracia direta, na base, para a democracia representativa, indireta. A organização no local de trabalho não foi implementada. O número mínimo de filiados para a constituição de um núcleo foi elevado<sup>213</sup>. Até o VI Congresso esse número era de 50 filiados. Agora passava a ser de 100. No congresso anterior, novas subseções só poderiam se constituir se pudessem arcar sozinhas com os custos de sua manutenção, isso igualmente fere o princípio de solidariedade presente no mecanismo do rateio já explicado e restringe o direito de organização dos coletivos estado afora.

Quanto à questão da organização nos locais de trabalho e cidades menores, o artigo 55 traz importante alteração. Desde sua fundação o Sindicato tentava estruturar essa forma de

---

<sup>212</sup> É emblemático o caso da avaliação de desempenho, cujo debate não foi levado para a Assembléia, permaneceu circunscrito ao Conselho Geral, onde foi derrubada uma vez e reapresentada no ano seguinte com a proposta de seminário conjunto com a Secretaria de Planejamento para melhorar o instrumento cuja lógica estava adequada à reforma administrativa, a mesma que a direção não organizou a categoria para combater. Notas de pesquisa. Conselho Geral de novembro de 2004 e o primeiro Conselho de 2005.

<sup>213</sup> É emblemático o caso da avaliação de desempenho, cujo debate não foi levado para a Assembléia, permaneceu circunscrito ao Conselho Geral, onde foi derrubada uma vez e reapresentada no ano seguinte com a proposta de seminário conjunto com a Secretaria de Planejamento para melhorar o instrumento cuja lógica estava adequada à reforma administrativa, a mesma que a direção não organizou a categoria para combater. Notas de pesquisa. Conselho Geral de novembro de 2004 e o primeiro Conselho de 2005.

Quanto aos artigos referentes ao Conselho Geral, por exemplo: deliberar sobre as atividades propostas pela diretoria, acompanhar a administração do Sindicato, propor medidas à direção estadual, eleger o conselho fiscal, reformular e homologar decisões da direção estadual, ouvir a categoria para tomada de decisões, aprovar critérios e autorizar remunerações de diretores, decretar vacância de direção estadual. Entre outros, tem sido cada vez mais comum que estas funções sejam ampliadas e os temas que exigiriam uma assembléia (como o seminário de avaliação de desempenho) acabam apreciados e deliberados no âmbito do Conselho Geral.

<sup>213</sup>O núcleo é o embrião de subseção, a ela ligado e com importante tarefa organizativa em cidade menores.

representação. Sempre encontrou dificuldades. A carga excessiva de trabalho, a ausência de horas de reunião semanais remuneradas e o percentual médio de 40% de subcontratados com alta rotatividade na rede deixavam um quadro de muita dificuldade para essa organização. Neste congresso o Sindicato limitou a participação e eleição desses representantes de escola apenas para os filiados. Era a primeira vez que a regulamentação da organização por local de trabalho aparecia no estatuto e surgia com esse caráter restritivo.

Os arquivos do sindicato não estão abertos a qualquer filiado. São ‘abertos’ aos candidatos das chapas concorrentes após a abertura do período eleitoral, de acordo com o artigo 75 em seu parágrafo 4º. Ficando restrito o acesso da categoria, e conseqüentemente o controle democrático, ao documentos e às informações referentes ao funcionamento do sindicato do qual participa.

Quanto às candidaturas, as chapas devem apresentar 70% dos candidatos do interior e os demais da região metropolitana de Belo Horizonte. Devem ter, obrigatoriamente, pelo menos 30% de subsedes representadas de acordo com a redação do artigo 76. Esses procedimentos já restringem em muito a participação nas eleições e montagem das chapas. Estas deverão ser organizadas especialmente por militantes de correntes já historicamente estruturadas e de partidos. Sua abrangência exige recursos e infra-estrutura de preparação mais complexos em função do tamanho do Estado e do número de subsedes.

O artigo 103 define a periodicidade da prestação de contas que deverá ser trimestral para as subsedes. A direção estadual deve fazê-lo anualmente. Mas isso na prática não é feito. A prestação de contas da direção estadual é realizada nos Congressos. Não é publicada nos órgãos de comunicação da entidade<sup>214</sup>.

### **O CONTRAPONTO:**

O Movimento pela Educação Popular -MEP - organização da Liga Operária Camponesa – no âmbito estadual vinculou os projetos do governo federal e estadual às diretrizes do FMI e pontuou de maneira clara as medidas propostas no pacote. Criticou a bancada petista na Assembléia legislativa afirmando que esta: “Oscila entre assumir envergonhadamente as diretivas de Lula de defender a reforma de Aécio e negociar os direitos dos servidores públicos, seu principal reduto eleitoral”.(TESES; 2003:32).

O texto do MEP avaliou a vitória eleitoral de Lula como vitória do ‘oportunismo’ e sendo resultado da divisão e conflito das classes dominantes. Apontou a ‘limpeza’ feita pelo

---

<sup>214</sup> Notas de pesquisa. Segundo informe da subseção de Juiz de Fora.

PT, em especial desde 1998, do que chamam do ‘socialismo pequeno-burguês’ e ampliando o arco de alianças, incluindo a participação de banqueiros na elaboração do programa de governo. Isto tudo sinalizando, para eles, que esse é um governo da burguesia, do latifúndio e do imperialismo. O MEP denunciou as políticas reacionárias do governo Lula e os ataques aos direitos do trabalhador através das reformas, desmontando a argumentação de cada uma delas. Para o MEP abre-se um novo ciclo da luta de classes no país.

A avaliação da estrutura do sindicato segue a mesma linha e nos ajuda na compreensão do processo histórico construído a partir das lutas dos professores até a construção da poderosa máquina em que se tornou o Sind-UTE:

“Hegemonizado pelos setores mais oportunistas do PT, o movimento de luta dos professores se transformou em palco para a promoção dos líderes do sindicato utilizado como trampolim eleitoral e máquina de conchavos” e prosseguem: “durante o governo Itamar Franco/Newton Cardoso, quando os dirigentes do Sind-UTE se submeteram totalmente as manobras do governo em troca do apoio à eleição de Lula”.(TESES; 2003:40).

O MEP denunciou a longa lista de ex-dirigentes do Sind-UTE que hoje figuram como deputados, vereadores ou que ocupam cargos em prefeituras, governo estadual ou federal. Denunciou o funcionamento burocrático e antidemocrático da CUT e sua filiação a CIOSL “como demonstração do peleguismo e das ligações contrárias aos interesses dos trabalhadores”.(Idem).

No balanço, o MEP avaliou que as greves de 2000 e 2002 foram encerradas abruptamente, devido a manipulação da direção do Sind-UTE que priorizou as articulações eleitorais do PT em 2000 para prefeito e em 2002 para as eleições presidenciais<sup>215</sup>.

Segundo o MEP: “A direção do Sind-UTE semeou ilusões sobre a interferência do Ministério Público, através do ‘Termo de ajustamento de Conduta’ e priorizou as articulações com os deputados”.(TESES; 2003:41).

Quanto às decisões coletivas e às atuações nas instâncias deliberativas do Sindicato, o MEP afirmou que em função desses acordos a direção estadual, “reagem com tanta histeria a qualquer crítica ou sugestão contrárias às manipuladas definições do Conselho Geral e impedem a livre manifestação dos trabalhadores em educação nas Assembléias”.(Idem).

## **O MTS.**

---

<sup>215</sup> Não foi possível identificar através dos boletins analisados, essa afirmação. Contudo, as conversas informais que mantive com os professores da rede estadual em Juiz de Fora, em várias escolas as quais visitei ao longo de 2004 e 2005, demonstraram a veracidade dessa afirmação do MEP. Muitos professores inclusive diziam que não participariam da greve de 2004 por que sentiam que o movimento tinha sido encerrado pela direção estadual antes da hora tanto em 2000 como em 2002.

Apresentou os mesmos elementos de análise que o MEP sendo que a exposição é menos panfletária. Ressaltou o fato de que o governo Lula tem mais continuidades do que mudanças em relação ao governo FHC. Enumerou as lutas de caráter nacional como o rompimento com o FMI, o plebiscito oficial sobre a ALCA, a luta pelo fim das privatizações, reforma agrária etc. Explicitou didaticamente o elo entre a manutenção do modelo econômico e o caráter regressivo das reformas. Analisou as reformas federais e as estaduais demonstrando que fazem parte do mesmo projeto.

A avaliação do período é marcada pela constatação de que a atuação da direção tinha sido pautada pela condução antidemocrática dos movimentos “impedindo setores da oposição de se expressar nas Assembléias”. E que:

“A diretoria estadual não vem prestando as informações necessárias para que possamos nos integrar às lutas específicas. Diante do choque de gestão continua sem uma política clara de mobilização fazendo com que muitas vezes a categoria passe por cima das propostas da direção e aponte o caminho da luta”.(TESES; 2003:51).

Quanto à estrutura sindical, o MTS avaliava que a ausência de organização no local de trabalho, nas subseções, a fragmentação dos trabalhadores, a burocratização na gestão da entidade são aspectos importantes dos problemas a serem resolvidos. Propunha o resgate dos princípios que nortearam a criação do Sind-UTE: a defesa do socialismo, a liberdade sindical, a independência de classe diante de governos, democracia operária, a solidariedade e a unidade de classe, autonomia e a luta como eixo das ações. Retomou ainda, a defesa da proporcionalidade nas eleições sindicais, bem como a liberdade na montagem das chapas e melhor distribuição dos recursos entre a central e as subseções.

### **A CSC e o apoio à Articulação.**

A CSC apoiou e subsidiou, reforçando as avaliações feitas pela Articulação durante o congresso e, solidariamente, na atuação à frente da direção do Sind-UTE. Afirmava no texto: “Não há contradição entre uma política de valorização do trabalho e o novo modelo de desenvolvimento econômico”.(TESES; 2003:54).

A contradição entre ser base de sustentação de Lula e ser liderança sindical ‘classista’ é a marca da tese da CSC. Defendia a posição de que o governo Lula era um governo em disputa, mostrava-se ‘perplexa’ diante da propaganda em torno da reforma da previdência e afirmava ‘não haver justificativa’ para essas medidas do governo que retiram direitos. Essa completa desconexão entre análises e avaliações e conseqüentemente a organização das lutas despolitiza a base e impede a percepção tanto da própria condição de classe quanto das

políticas em andamento no país. Quanto às reformas propostas, havia muita semelhança com as propostas da Articulação, das quais destaco apenas no plano de lutas: “Defesa e criação de previdência complementar pública com participação dos trabalhadores em sua gestão”. (TESES; 2003:53).

Os interesses em administrar as grandes somas que circulam pelos fundos de previdência foram assumidos, disfarçados pela vaga ‘socialização’ da ‘administração’ pelos trabalhadores<sup>216</sup>.

No que diz respeito à conjuntura mineira, a CSC limitou-se a afirmar que a vitória de Aécio com 57,6% dos votos ocorreu devido ao apoio recebido por ‘setores da oposição’ ao modelo liberal no plano nacional.

Defende a atuação do movimento sindical junto aos deputados demonstrando a eles a necessidade de se posicionarem contra as reformas administrativas do governo mineiro. Em âmbito nacional na educação defendeu o FUNDEB e a criação de um programa nacional de certificação docente. Nas lutas nacionais defendeu metas até 2003 como a definição do piso salarial do professor e até 2010 para o estabelecimento da escola de ensino fundamental com horário integral, sem propor mudanças no modelo econômico.

A CSC não avaliou as greves de 2000 e 2002, bem como a desmobilização de 2001 limitou-se à constatação das dificuldades. Afirmou apenas que a categoria teve que ‘engolir’ nos dois momentos um acordo com uma promessa não consumada.

“O final da greve foi decidido em uma assembléia estadual esvaziada e conturbada, a votação para o fim do movimento gerou polêmica não ficando claro qual a proposta vencedora, o que sugere manobra da mesa condutora da assembléia”.<sup>217</sup> “A categoria saiu descontente desse movimento, insatisfeita com a direção do sindicato”. (TESES; 2003:60).

Criticou diretamente a direção ao afirmar:

“Debilitada e desgastada na base, devido ao afastamento dos diretores do Sind-UTE das escolas e superintendências a atual direção não fez o trabalho que elevasse a consciência política da categoria”.(TESES; 2003:61.).

Por fim criticou a ausência de democracia nos diversos fóruns da entidade:

<sup>216</sup> OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista/ O ornitórrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

<sup>217</sup> Em todas as Assembléias nas quais estive presente, bem como do Conselho Geral tanto como categoria, como dirigente de subsele e depois observadora todas as mesas condutoras de assembléias e conselhos são conduzidas pela direção estadual do Sind-UTE. Questionei a oposição quanto a isso e dizem que é quase impossível participar, que o desgaste gerado pela disputa da mesa cria antipatia junto a categoria presente que, no caso das assembléias, desconhece essas divisões em correntes e acha ‘bobagem’ a disputa, pois têm uma visão homogênea do sindicato ou no caso dos conselhos é de lideranças majoritariamente ligadas à direção estadual ou membros da própria articulação.

“Assembléias Estaduais, Conselho Geral, Reuniões de Representantes de Escola. Inabilidade em tratar com os trabalhadores mais conscientes e combativos [...] tentativa de ganhar a qualquer custo.”(Idem).

As críticas vindas de uma corrente de apoio são expressivas e corroboram a análise que faço da direção do Sindicato.

Nas lutas pela educação no estado as propostas são todas corporativas.

### **Unidade Classista.**

As análises se colocavam no campo da oposição à direção do Sindicato e à Articulação<sup>218</sup>. Esta tese avaliou que importantes mudanças ocorriam na América Latina com a eleição de ‘governos progressistas’. No caso brasileiro defendiam a tese de que o governo Lula ainda estava em disputa. O governo mineiro é caracterizado como majoritariamente composto pela burocracia tucana que acompanhava FHC. O texto da Unidade Classista denunciou a política dos cortes no orçamento das políticas sociais e conclamou a unidade do movimento sindical em Minas para combater a política de Aécio Neves.

No campo da educação fazia uma excelente análise da nova sociabilidade que é trazida junto com a reforma da educação:

“Está em jogo uma reelaboração e significação social [...] uma pedagogia mais ampla, que tira vantagem da compreensão que a nova direita tem das tecnologias de manipulação do afeto, do desejo e da cognição” (TESES; 2003: 66).

A Unidade defendia a greve como ‘espaço’ de ‘reconstrução da identidade’ dos trabalhadores, que ela se estendesse para além dos interesses corporativos para conquistar o ‘apoio incondicional’ da comunidade escolar e dos movimentos sociais.

Quanto ao modelo de educação adotado em Minas afirmava ser a: “a adoção de mecanismos que estimulam a competição, a concorrência e o individualismo entre os educadores para acabar com quaisquer tipos de solidariedade”.(TESES; 2003:67).

Não apontava nenhum modelo a defender, mas apresentava os valores humanistas e o educador como o intelectual público. Fez um balanço da atuação do Sindicato no período no qual criticou as ações da Articulação Sindical, pois estas vêm comprometendo o potencial de mobilização e de luta dos trabalhadores em educação. Avaliou que a greve de 2000 foi uma greve que a direção não queria, pois ela, a direção, apostava no caminho da negociação.

---

<sup>218</sup> Não foi possível identificar a corrente ou grupo que escreveu essa tese. Parece-me uma tese lançada pelo PCB. Não foi possível confirmar com os militantes do PCB ou da Oposição essa possibilidade.

Quanto à reforma administrativa e às ameaças de Aécio Neves e seu governo, avaliava que a direção demorou a se manifestar e:

“Tem dado mostras de indefinição no sentido de construir a campanha salarial com a perspectiva reduzida para a categoria centrando as atenções no concurso e no Plano de Carreira”. (TESES; 2003: 69).

Até o VI Congresso (2003), que se realizou dois meses depois do choque de gestão, a direção não havia se organizado para enfrentar esse debate com a categoria e manteve intactos os fundamentos da reforma. A Unidade Classista conclamava ao fortalecimento e a democratização do Sind-UTE.

Finalizando a análise deste congresso, concluo que as contradições da direção do Sind-UTE ainda seriam mais expostas. Ao longo de todo o ano de 2003 várias assembleias e paralisações foram feitas sem que um indicativo de greve fosse discutido. A direção estadual reteve o avanço das discussões, inclusive, ao longo do primeiro semestre de 2004. Convocou os deputados do Bloco de Oposição que tem maior proximidade com a categoria para, em assembleia estadual, discursar e se comprometer em fazer ‘tudo o que fosse possível’ para reverter a reforma de Aécio. Os gabinetes dos deputados trabalharam, com a propaganda através dos jornais por eles produzidos, para demonstrar todo o trabalho realizado e o cumprimento da ‘promessa’ à categoria.<sup>219</sup> O Bloco reúne, na cartilha, uma série de afirmações distorcidas quanto aos direitos assegurados. Consta do texto, por exemplo, como conquista, que o servidor poderá escolher a qual modelo de gestão ele quer se submeter. Ao criar um novo modelo de relação de trabalho o governo simplesmente sucateia o antigo e ‘congela’ qualquer ganho que o servidor pudesse ter para forçar o estabelecimento do novo modelo. Garantir que se possa ‘escolher’ é uma formalidade que na prática, já traz embutido o que deverá ser feito. Não é mérito de intervenção de qualquer parlamentar, mas ação pertinente à prática administrativa. Os comentários são importantes para percebermos a relação entre o partido e o sindicato e a forma de atuação simbiótica-reformista que estabeleceram:

“Com apenas 16 deputados contra 61 do governo o bloco PT-PCdoB atuou de forma hábil. Contando com o apoio dos sindicatos e da opinião pública,

---

<sup>219</sup> Cartilha Reforma do Estado Minas, Bloco PT/PCdoB, junho de 2003, distribuído pelo gabinete de Biel Rocha. Weliton Prado, Informativo distribuído por seu gabinete, sobre o “Pacotão do Aécio”, explicando as mudanças para os servidores. Distribuído em Assembleia Estadual. Jornal do Bloco, Julho de 2003, Nº 03, Reforma Administrativa: Oposição pressionada e garante avanços. O Bloco reúne dezesseis deputados. Alguns desses materiais foram enviados diretamente às subseções por mala direta. Arquivos da subseção de Juiz de Fora e acervo pessoal.

alterou diversos pontos críticos da reforma administrativa do governador”. (Jornal do Bloco).

Percebemos claramente a inversão do processo de luta. Os sindicatos é que apóiam os parlamentares e não o contrário. O Jornal conta ainda com os depoimentos dos dirigentes dos sindicatos. Estão registradas as contribuições do SIND-Públicos, da UNSP, Servidores do IPSEMG, Sind-UTE, Coordenação Sindical dos Servidores Públicos Estaduais<sup>220</sup>. Pelo Sind-UTE falou Antônio Carlos Hilário:

“Embora sejamos contra o pacote de Aécio Neves, reconhecemos o esforço do bloco e as modificações concebidas no projeto original e reafirmamos nossa disposição de luta no segundo semestre para garantir plano de carreira e salários dignos e avançar na qualidade da educação no Estado”. (Idem).

Renato Barros, da Coordenação Sindical, declarou:

“Nós resolvemos discutir os projetos para resguardar o interesse do servidor. Não havia outra saída. Conseguimos, juntamente com a bancada de oposição, meter uma cunha neste projeto de Estado-empresarial. Vamos trabalhar no futuro por sua reformulação”. (Idem).

Vemos claramente a aceitação dos limites impostos pelo projeto liberal e a captura das lutas pela via da institucionalidade parlamentar. O que o bloco conseguiu garantir de melhoria foi o que governo poderia ceder, sem o comprometimento das funções de controle sobre o processo de trabalho, com vistas a maior exploração. Assim a contratação de concursados pelo regime de CLT por tempo indeterminado, que abria a brecha para a perda da estabilidade, foi retirada do projeto pelo ‘empenho’ do bloco, mas a avaliação de desempenho meritocrática e demissionária permaneceu. O governo não sofreu derrotas nessa negociação e as direções das organizações de trabalhadores não deixaram isso claro para suas bases. Preferiram fazer a propaganda dos dirigentes políticos de seu partido, garantindo o eleitorado ao invés de organizar o enfrentamento com o governo. Mas o motivo vai além, na cartilha do bloco os deputados explicitam a questão:

“O governo estadual joga com a desinformação [...] Confiando na intensa propaganda veiculada em todo o estado, repete à exaustão que estão sendo feitas em Minas “as mesmas mudanças” que Lula está empreendendo no Plano federal”. (Cartilha do Bloco)<sup>221</sup>.

<sup>220</sup> SIND-Públicos: sindicato dos servidores públicos de Minas Gerais; UNSP: União dos Servidores Públicos Cíveis do Brasil (agrega servidores federais, estaduais e municipais); IPSEMG: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais; Coordenação Sindical: agrega os sindicatos de servidores do estado de Minas Gerais.

<sup>221</sup> Bloco Parlamentar PT/PCdoB, na ALEMGO, Junho de 2003. Acervo pessoal.

A greve, que começou sua construção em maio de 2003, com a assembléia de 10.000 trabalhadores, só se realizou em agosto de 2004 com a paralisação de 10% da categoria, número que não se manteve até o final. Não houve praticamente nenhuma conquista e foi enorme o esforço feito pelos militantes para sustentá-la. Mas para a Articulação à frente da direção do Sind-UTE tudo correu bem<sup>222</sup>. O Informativo da Secretaria Sindical Nacional do PT parabenizou o Comitê Sindical Mineiro que teve atuação destacada na ‘expressiva’ vitória em Minas<sup>223</sup>. Os depoimentos colhidos pelo informativo consideravam que a partir de então um bloco mais sólido de oposição ao governador Aécio Neves estava se constituindo em Minas. O mesmo afirmava Fernando Pimentel.

Até o início do ano de 2006 nenhuma alteração ou oposição efetiva às reformas do governo Aécio foi encaminhada. O governador seguiu com seus projetos intocado por qualquer organização ou luta de massa ou grande enfrentamento que demonstrasse a atuação do bloco mais sólido de oposição ao governo estadual.

### **5.2.2 – Congresso Barbosa Lima Sobrinho – Belo Horizonte - 2006**

O sétimo congresso deveria ter acontecido em julho de 2005. Avalio que os escândalos envolvendo o PT e os partidos fisiológicos de sua base aliada levaram a direção do Sindicato a adiar a realização do mesmo. A proposta foi apresentada e votada

---

<sup>222</sup> A defesa da greve em assembléia foi feita pela Oposição. A categoria presente contava com grande contingente de professores da rede municipal de BH, que ainda pertenciam ao Sind-UTE e eram oposição à direção estadual. A direção não precisou se posicionar bastou ceder as inscrições para a oposição, que se viu impelida à realização daquela defesa, pois já cobrava um movimento de massa desde maio de 2003. Naquele momento o impacto das medidas já havia passado. A direção conseguiu assim desqualificar a oposição considerando-a ‘inapta’ para avaliar a melhor tática de um movimento e ainda desqualificar o já desgastado instrumento ‘greve’, abrindo caminho para na prática, iniciar a construção do consenso em torno da reforma sindical. Isso se torna evidente tanto pela desqualificação da greve quanto pela intervenção do Presidente da CUT e do Bloco de Oposição na ALEMG.

<sup>223</sup> Secretaria Sindical Nacional do PT, Informativo, Ano 2- Nº 08, Novembro de 2004. Páginas seis e sete. O PT ampliou de 33 para 87 prefeitos, de 22 para 51 vices, de 423 para 622 vereadores. Pela primeira vez elegeram o prefeito no segundo colégio eleitoral do estado, Contagem, na região metropolitana de BH a deputada Marília Campos, ex-dirigente do sindicato dos bancários. Igualmente considera avanço a vitória de Alberto Bejani (PTB), em Juiz de Fora, em segundo turno, contra Custódio de Mattos (PSDB). O PT rachou nessa disputa. Bejani foi apoiado por metade do PT municipal. A outra metade apoiou, abertamente, Custódio de Mattos, repetindo a disputa estadual entre Hélio Garcia e Eduardo Azeredo. A escolha do “menos pior”. Em Belo Horizonte Fernando Pimentel foi reeleito com 70% dos votos.

em reunião do Conselho Geral um mês antes da data do Congresso<sup>224</sup>. A Articulação se retraiu impedindo o contato de sua base entre si e com as correntes de oposição. Atuou na recomposição para garantir o controle sobre seu campo e só depois marcou o congresso. Escolheu como data o mês de janeiro de 2006 no período intermediário entre a 1ª e a 2ª quinzena. Para uma categoria que encerra as atividades em 22 de dezembro e inicia o processo de subcontratação a partir da última semana de janeiro, exausta pela reestruturação produtiva e com o longo período de despolitização e desmobilização e ainda sob o impacto da própria crise do PT. Excluir este trecho: “não foi uma boa escolha.” não foi uma boa escolha. A direção estadual realizou um congresso com a participação de 659 delegados (aí inclusos todos os diretores estaduais e mais os de subsedes), seis observadores de um total de 102 municípios. Em uma categoria de 288 mil trabalhadores, 78 mil filiados e 76 subsedes. Distribuídas em mais de 700 municípios. Podemos inferir que esse congresso foi, fundamentalmente, um congresso de dirigentes. A proporção de representação estimada para a oposição nesse congresso era de 10%<sup>225</sup>. Na Plenária, a tese da Articulação Sindical foi aprovada como tese guia.

O congresso se realizou em um ano que tem como traços fundamentais o calendário eleitoral (eleições majoritárias) que sucede um ano marcado por escândalos, corrupção e baixo desempenho econômico, com recordes de superávit primário. Um período de paralisação do atendimento às demandas sociais como a reforma agrária e com assassinatos no campo, a criminalização dos movimentos sociais. O recente ‘acordão’, que na linha de investigação poupou o senador Eduardo Azeredo (PSDB) e Clésio Andrade (PL), a meio caminho de atingir Aécio Neves (PSDB). Nesse delicado momento político para sua tendência a Articulação não correu riscos. A única contribuição que aparece nos textos das resoluções que não é da articulação tem como títulos “Governo Lula: mais de mil corruptos presos” e “Governo FHC: o enganador geral”. Ambos, os textos são, contribuições da Corrente Sindical Classista.

Houve muito cuidado na montagem da mesa de abertura e nas palestras. Tradicionalmente os palestrantes e os convidados são membros do PT e da tendência Articulação. Sua presença nesse congresso foi ostensiva. O próprio caderno das Resoluções mostra esse cuidado através do tratamento gráfico diferenciado com fotos e o formato do texto melhor diagramado, facilitando a leitura. Compuseram a mesa de

---

<sup>224</sup> Notas de Pesquisa. De acordo com relato de dirigentes da subseção de Juiz de Fora, as assembléias regionais e as inscrições com os pagamentos de participação já haviam, sido feitos e tiveram que ser devolvidos.

<sup>225</sup> Segundo dados da própria oposição presente ao congresso.

abertura: o Presidente Nacional da CUT, João Felício; o Secretário de Formação da CUT Nacional e dirigente do Sind-UTE, José Celestino Lourenço (Tino); a Coordenadora Geral do Sind-UTE, Maria Inês Camargos; o Secretário de Assuntos Educacionais da Confederação dos Trabalhadores em Educação, Heleno Araújo; o Presidente da CUT Minas Gerais, José Antonio Lacerda (Jota). A mesa é toda da Articulação Sindical e o tema da abertura foi a reeleição de Lula e a importância disso para os movimentos sociais<sup>226</sup>.

### **A ABERTURA**

A conferência de abertura teve como tema “Educação, Democracia e Liberdade”. O Presidente do PT Minas Gerais, candidato a governador em 2002 e, provavelmente, candidato em 2006, Nilmário Miranda; o Secretário da CNTE, Heleno Araújo; a deputada estadual Jô Moraes do PCdoB e o Presidente da CUT Nacional João Felício foram os palestrantes. Novamente, com exceção da deputada, todos são membros da Articulação.

O Congresso foi um instrumento essencial de definição dos rumos políticos, da elaboração das táticas de enfrentamento, instrumentalizando os militantes ali presentes para sua atuação em seus locais de trabalho. A única tarefa educativa foi cumprida para a conformação. Esse importante momento de formação foi reduzido a um grande palanque eleitoral. Essa função foi reforçada pela tese que se transformou no texto das Resoluções.

### **A CONJUNTURA INTERNACIONAL.**

É amplamente dedicada a radicalização do projeto neoliberal no mundo e ao papel que o Estado estadunidense realiza nesse projeto. O texto trabalhou com a questão da intervenção armada em vários pontos do globo com especial menção a questão do Iraque. Afirmou que a máscara de defesa da liberdade e da democracia caiu. Destacou a tentativa de desestabilização

---

<sup>226</sup> Não fui autorizada a entrar na plenária. Na verdade fui proibida. Não pude participar como delegada por estar sem vínculo empregatício com o estado a mais de um ano (fato necessário por fazer mestrado com bolsa e por ser subcontratada. Não há política de formação para essa modalidade de trabalho precário fora dos cursos de capacitação oferecidos pela SEE). Embora tenha sido eleita dirigente de subseção em condição anterior igualmente me afasta dessa posição. O que validaria a participação, mesmo de um dirigente eleito é o vínculo empregatício, o patrão. Como observadora não havia vaga. Mesmo sabendo que pesquisa o sindicato minha presença não foi autorizada pela direção e nem foi submetida à apreciação da Plenária. Os seguranças particulares contratados para os eventos organizados pela diretoria estadual impediam minha entrada mesmo em áreas de circulação como *hall*, bebedouros, banheiros. As informações foram coletadas através de depoimentos de militantes da oposição presentes ao congresso e constam das notas de pesquisa, data 12/01/2006.

do governo Chávez na Venezuela, mas não mencionou, por exemplo, a ocupação do Haiti, o papel da ONU ou a presença das tropas brasileiras nesse país. Mencionou superficialmente o não à Constituição Européia na França e na Holanda e apontou a necessidade daqueles países de criar uma atuação em política externa comum, que pudesse balancear a hegemonia estadunidense e não apenas consolidar de um bloco econômico. Essa abordagem introduz a discussão na América Latina do fortalecimento do Mercosul. A participação ampliada com novas adesões foi saldada como positiva. O texto das resoluções afirmou que essa integração não deve privilegiar a implementação de um futuro Tratado de Livre Comércio. Afirmava que: “O Mercosul deve ser uma autêntica integração desses países, com políticas que priorizem a promoção do emprego e dos direitos sociais”. (Resoluções; 2006:02).

Avaliava que as eleições de governos como Vasques no Uruguai, Kirchner na Argentina, Chávez superando a desestabilização na Venezuela, apontava um cenário político de centro esquerda, na perspectiva de maior investimento em políticas sociais. Avaliava que o governo americano não conseguiu impor a ALCA e ressaltou o papel do governo Lula na Cúpula das Américas organizando o posicionamento de recusa em bloco da proposta. Finalizou com a defesa da solidariedade dos povos e contra a ocupação e imposição de regimes pela presença bélica.

### **CONJUNTURA NACIONAL.**

Segundo o texto, o movimento sindical tem uma enorme responsabilidade sobre os rumos do país a partir das mudanças ocorridas com as eleições de 2003 e com o cenário político que está colocado para 2006. E afirmava:

“Se furtar a isso, levantar a bandeira do ‘quanto pior melhor’, se omitir, são posturas que podem, num futuro bem próximo, direcionar o país a um caminho que sempre denunciámos e combatemos, além de reforçar as posições mais conservadoras e de direita”. (Resoluções; 2006:03).

O texto defendeu que o Brasil estava diante de uma importante opção histórica, que era abraçar ‘de vez’ um projeto de desenvolvimento econômico sustentável, que acreditava pode ser construído: “Com base em investimentos produtivos e na inclusão social, geração de emprego e renda, melhoria salarial”.(Idem).

Ou: “Continuará a cada dia mais refém da especulação financeira e aprofundando o fosso que hoje separa parcelas cada vez maiores de excluídos e setores minoritários de privilegiados”. (Idem).

Não havia uma análise que apontasse o caminho com o qual pretendia fazê-lo sem romper com a política econômica que está posta pelo governo que a Articulação ao mesmo tempo defende e realiza. O texto das resoluções dedicou toda a análise da conjuntura nacional a demonstrar como a eleição de Lula foi resultado do trabalho de organização popular, sua importância e o tempo gasto para chegar até então e, principalmente, descolar a imagem do governo das políticas neoliberais, associando-as exclusivamente a FHC e ao PSDB. Afirmou que o modelo de Estado mínimo foi implantado no Brasil até 2002, sendo o projeto que melhor atende a elite econômica do país. Defendeu que em 2003 iniciou-se um processo de ruptura com esse modelo, embora lento. E avaliava que: “Passados dois anos e meio do governo Lula, ainda é necessária uma mudança radical na orientação ortodoxa da sua política macro-econômica e exigir, em especial, a mudança da política monetária conduzida pelo Banco Central”.(Resoluções; 2006:04).

O texto defendeu, ainda, a necessidade de substituir a política de juros elevados e de superávit fiscal por outra de ‘choque de produção’, capaz de absorver as demandas. Reportou aos avanços alcançados pelo governo e a ‘retomada’ do crescimento econômico e das mudanças na política, que estariam mais voltadas para o crescimento e a distribuição de renda. Defendeu que esse é o primeiro governo de centro-esquerda da história do país e que, nessa condição, deve conduzir à transição do modelo neoliberal a um “modelo de desenvolvimento e distribuição de renda e radicalização da democracia”. (Idem).

O texto avaliou que o processo eleitoral de 2004 fortaleceu a polarização entre PT e PSDB. Por fim analisou as relações políticas estaduais e municipais, seu fisiologismo e práticas coronelísticas tão arraigadas e capitaneadas por partidos conservadores. Criticou a grande imprensa pela forma como tratou a questão dos escândalos (sem nomeá-la) e defendeu a ‘teoria da conspiração golpista da direita’ para desestabilizar o governo Lula. Conclamou os movimentos sociais, em especial ao movimento sindical a rechaçar e denunciar a tentativa de criar as condições políticas de uma crise por parte da elite econômica do país.

Defendeu que o sindicato permanecesse em uma postura de ‘autonomia’ criticando os erros do governo e participando das mobilizações da classe trabalhadora. Os exemplos são todos ‘participativos’ e não ‘combativos’: Marcha Zumbi + 10; Marcha de valorização do salário mínimo, redução da jornada de trabalho sem redução de salário etc. Propunha o trabalho com o que chamam de agenda dos trabalhadores como a ‘luta’ pela aprovação do FUNDEB. A tática sugerida é ‘continuar vigiando’ o governo para que continuasse implementando a inversão de prioridades quanto ao público alvo das políticas públicas. Ao

invés de “ficar refém dos meios de comunicação e da elite que quer retornar ao poder”. (Resoluções; 2005:05). Aqui é apresentado o contraponto máximo entre o PT e o PSDB nas Resoluções. Foi inserido o texto da CSC de defesa do governo Lula como o “Caçador de Corruptos” e FHC como o “mistificador falacioso” que a alimentou e nada fez para detê-la. O contraponto entre os projetos não foi aprofundado.

### **CONJUNTURA MINEIRA.**

O documento final do congresso apresentava Minas como o lugar de reafirmação da política do PSDB. A eleição de Aécio foi novamente analisada como resultado de uma base conservadora solidamente constituída em Minas em apoio ao governador. Aécio foi apresentado como o homem forte do PSDB mineiro que controla a mídia e tem uma bancada de esmagadora maioria no legislativo.

Por fim, o texto caracterizou as reformas administrativas trazidas pelo governador como o resultado das reformas feitas por FHC no âmbito federal. Ressaltou, especialmente, a questão da responsabilização do servidor pela má qualidade do serviço público, principalmente nas áreas de políticas sociais. Deu especial destaque a questão da avaliação de desempenho. Criticou o governo pela ausência de diálogo e o desrespeito pelos representantes sindicais e por uma política agressiva de *‘marketing’* que vende sua imagem de eficiência. Por fim declarou que há uma baixa execução orçamentária em relação ao que foi estabelecido pelo próprio governo.

O Sind-UTE ao longo desse período de três anos não denunciou isso publicamente, suas críticas estão restritas aos textos e publicações do próprio Sindicato.

### **POLÍTICA EDUCACIONAL - CONJUNTURA NACIONAL.**

Essa análise foi iniciada afirmando que a conjuntura educacional sob o governo Lula é marcada pelo “aumento do reconhecimento das representações sindicais e acadêmicas nacionais” que deviam, por sua vez, assumir suas responsabilidades em exigir mais do governo e se constituir em “espaços institucionais consultivos” (Resoluções 2006:08). Afirmava, genericamente, que mudanças no MEC foram incorporadas à pauta do governo, mas não explicitam quais, sendo a única anunciada efetivamente a substituição do FUNDEF pelo FUNDEB e o piso salarial nacional (PSPN). Elogiava as demais políticas em desenvolvimento para as modalidades de educação oferecidas no país com destaque para a Educação de Jovens e Adultos, o financiamento permanente da educação profissional e da

reunificação do ensino médio e técnico. Também apresentou a iniciativa do governo em outros projetos como o “Todas as Letras”<sup>227</sup> da CUT e aproveitam para fazer propaganda do projeto que sua tendência desenvolve dentro da central com investimento do governo.

O gerenciamento dos recursos, os beneficiados pelo projeto e a remuneração dos alfabetizadores reforça os mecanismos de cooptação e aceitação das políticas da Articulação nesses outros núcleos de organização e formação dos trabalhadores.

O Documento final do VI Congresso, no que diz respeito à educação superior, apresentou como grande conquista o ProUni<sup>228</sup> sem discutir a quais instituições essas verbas públicas são destinadas e qual o montante. Aqui vemos o mais completo esvaziamento do projeto de educação defendido na Unificação das entidades da educação (1990). Está muito distante do ideário da direção do Sind-UTE a defesa da educação pública mantida pelo estado e da escola unitária, presente na origem da entidade.

O texto finalizou com a defesa do FUNDEB e a tentativa de apresentar a diferença em relação ao FUNDEF. Posicionou-se contrário a desvinculação das receitas da União e o déficit nominal zero<sup>229</sup>. Defendeu e apoiou a campanha da conversão da dívida externa em financiamento para a educação e explicou o que é a proposta:

---

<sup>227</sup>A CUT lançou em 2004 o projeto Todas as Letras dentro do programa Brasil Alfabetizado do Ministério da Educação - MEC, em parceria com a Petrobrás e apoio da Unesco, com objetivo de alfabetizar na primeira etapa 80 mil jovens e adultos no Brasil. Na Região Sul foram 10 núcleos, o que corresponde a 250 turmas, totalizando cerca de Cinco mil educandos. Fonte: <http://www.escolasul.org.br>. Acesso em: 10/08/2006. Não foi possível conseguir acesso ao site da CUT Minas durante a realização dessa pesquisa.

<sup>228</sup>O ProUni - Programa Universidade para Todos foi criado pela MP nº 213/2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior, oferecendo, em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas que aderirem ao Programa. Fonte: <http://prouni-inscricao.mec.gov.br/prouni/Oprograma.shtm>. Acesso em 10/08/2006. Excelente síntese sobre a política educacional para o ensino superior no governo Lula em LEHER, Roberto: Educação no Governo Lula da Silva: Reformas sem Projeto; Revista da ADUSP, maio de 2005 nº 34.

<sup>229</sup>Desvinculação das Receitas da União: Previamente ao Plano Real, em 1994, o governo Itamar, sob a batuta do Ministério da Fazenda chefiado por FHC, operou-se, com o distinto nome de Fundo Social de Emergência, a desvinculação de 20% de toda a receita federal voltada à área social, visando tanto conter o conjunto dos dispêndios sociais no país como ampliar os gastos com juros da dívida pública. Fonte: <http://www.sergiomiranda.org.br>. O governo Lula pretendia o aumento gradual da Desvinculação das Receitas da União (DRU) dos 20% para 35%. Segundo LEHER (2005), por sugestão do Fundo Monetário Internacional, o governo deveria revogar todas as vinculações constitucionais até 100% atingindo em especial os recursos da saúde e da educação, Isso não foi feito, mas o percentual de desvinculação aumentou. Déficit Nominal Zero: Enquanto o superávit primário trabalha com a lógica do dinheiro que sobra, o déficit trabalha com a lógica de reduzir gastos, com corte de direitos e ‘choque de gestão’, para pagar todas as despesas do governo, inclusive com juros. Os meios para alcançá-lo seriam: desvincular benefícios previdenciários do salário mínimo; aumento da contribuição previdenciária, inclusive para inativos; elevar o limite de idade para a aposentadoria; nova reforma administrativa; aumento da desvinculação das receitas da União, entre outras medidas de arrocho. QUEIROZ, Antonio Augusto de: “Déficit Nominal Zero: O que é isso?” Fonte: [www.inesc.or.br](http://www.inesc.or.br) Acesso em 02/09/2006.

”Baseia-se em troca voluntária da dívida, e necessita que o governo brasileiro estabeleça as prioridades educacionais para as quais serão revertidos os recursos”.

E seduzem com as cifras: “O Brasil deve hoje mais de 540 bilhões de reais e precisaria de 180 bilhões para oferecer ensino público gratuito e de qualidade em todas as etapas da educação básica”.(Resoluções; 2006:09).

A dívida é aquela que não deveria ser paga, que depois deveria ser questionada, que depois deveria ser negociada em bloco pelo Mercosul, que agora deve ser aceita para que algumas migalhas dessa fabulosa extorção e transferência de riqueza possam ser destinadas à educação.

Igualmente não é analisada a condição desse ‘financiamento’. Todos os acordos feitos até então com organismos financeiros internacionais nessa área demonstraram a vinculação dos projetos desenvolvidos a uma divisão internacional do trabalho que interessa ao processo de acumulação na forma como se expressa hoje, sendo um projeto restritivo mesmo pensado na própria lógica do capital, pois reafirma a posição subalterna dos países do terceiro mundo. Além do mais essas mesmas instituições financeiras foram consideradas no início da década de noventa representantes dos interesses imperialistas no país e na América Latina pelo mesmo grupo que hoje defende o acordo ‘pela educação’.

## **EDUCAÇÃO EM MINAS.**

O texto das Resoluções criticava novamente a ação maciça da propaganda na formação de uma imagem de eficiência e qualidade na administração por parte do governo, e do atraso e necessidade de aprimoramento dos trabalhadores. As críticas que fez aos projetos do governo de Minas não aprofundaram a análise do conteúdo. Limitou-se a afirmar que qualquer ‘nova proposta’ para funcionar exigiria o aporte de estrutura e financiamento e ainda, da concomitante política de formação no sentido do treinamento profissional.

O documento concluiu, por exemplo, que o ingresso de crianças aos seis anos no ensino fundamental: “Pode se tornar tão somente um artifício para aumentar o número de alunos, tendo em vista o recebimento per capita do FUNDEF”. (Resoluções; 2006: 10).

Mesmo aqui vemos a timidez na crítica.

O texto apresentava, na seqüência, uma série de projetos e alterações feitas na educação estadual. Dentre eles o ‘Escolas Referência’. Denunciava que os problemas das escolas em geral se resumem ao ‘descaso’ com que os governos as tratam. Afirmaram ser o projeto um paliativo emergencial e que privilegia grupos específicos de escolas que se tornam

vitruines do governo. Criticaram ainda, o incentivo à autonomia que desresponsabiliza o estado e a adoção dos ‘Planos de Desenvolvimento Profissional Individual’ ou do ‘PROGESTÃO’, dentro do projeto. O argumento era que o Plano não estava sendo desenvolvido na prática, pois, o projeto, é de inserção de apenas alguns profissionais. Também criticou a falta de recursos sem criticar, no entanto, a lógica administrativa empresarial e de disciplinamento que vincula o projeto ao programa de qualidade total. Não relacionam as propostas com as demandas de disciplinamento da mão de obra para o trabalho, na lógica neoconservadora do Capital para o estado. O mesmo acontece nas análises dos currículos básicos comuns, cuja proposta acompanha o projeto escola referência. Nesse caso, o texto das Resoluções limitou-se a pontuar que algumas disciplinas foram suprimidas do novo currículo como sociologia e filosofia, conquistas recentes que estão sob ameaça.

Quanto ao Plano Decenal Estadual, afirmou sua importância e a necessidade de participação da categoria na elaboração dos planos municipais que, em tese, subsidiarão o estadual para, intervindo nesse fórum, garantir avanços para a educação no estado. Considerava: “Essa é uma conquista importante, pois é fundamental perceber que os planos Decenais possibilitam uma continuidade nos investimentos e nas diretrizes educacionais”. (Resoluções; 2006:12).

O descolamento entre a análise da política no estado e das propostas para a educação são evidentes. A Articulação abandonou a crítica que fez ao governo e seu caráter antidemocrático para aceitar sentar-se com ele em um Fórum que discute um plano decenal para a educação. Igualmente abandonou a afirmação que fez quanto à impossibilidade de aplicar os projetos do próprio governo por falta de recursos que agora, acredita, virão através do Plano Decenal. Essa posição ficou plasmada no texto das Resoluções.

Levando em consideração que o Congresso caracterizou o governo Aécio como neoliberal e que tanto o Plano Decenal Nacional como o mineiro foram propostos por governos com essa orientação ideológica, a defesa da participação demonstra distorção e incoerência.

Torna-se cada vez mais evidente que os problemas de enfrentamento da categoria às políticas neoliberais no estado não estão restritas aos processos de reestruturação produtiva e ao impacto dessas na sua ‘subjetividade’, na fragmentação provocada pelas ‘novas formas’ de produzir a existência, mas guardam uma íntima relação com as formas de constituir a organização desses trabalhadores no que diz respeito à própria concepção de organização de

classe. E mais, que esse processo de organização tem sido dificultado pelos quadros que deveriam mediá-lo: os dirigentes à frente do sindicato.

Os demais textos das Resoluções assumem tom denunciante e tratam de temas como violência nas escolas, livro didático e gestão democrática. As políticas permanentes apresentadas pela direção permanecem no âmbito do senso comum.

## **BALANÇO.**

É ressaltada a atuação do governo estadual de forma repetitiva em sua caracterização, no uso que faz dos meios de comunicação, o marketing inclusive no que ‘concede’ à categoria, choque de gestão. O texto das resoluções critica exaustivamente a pedra angular do plano de reforma: a avaliação de desempenho.

A Reforma: “trouxe em seu bojo a “Avaliação de Desempenho” com o objetivo demissional, portanto repressor e desmobilizador, que acaba dificultando ainda mais a nossa luta”. (Resoluções; 2006:18).<sup>230</sup>

Não há avaliação da atuação da direção ou do conjunto da categoria sobre o assunto. O documento acrescentou em sua avaliação que as dificuldades de mobilização estão presentes para todo o funcionalismo estadual, mesmo com o trabalho da coordenação sindical dos trabalhadores do serviço público. Considerou que por todas as dificuldades há motivo de orgulho para o Sind-UTE relatando os atos promovidos pela categoria ao longo de agosto de 2004, em especial, com destaque para a ocupação do hall da Assembléia Legislativa e o enfrentamento com a polícia na Praça Sete em Belo Horizonte<sup>231</sup>.

O texto das Resoluções fez a apologia das lutas, da defesa do Sind-UTE como referência para o conjunto dos trabalhadores e da sociedade e reafirmou a nova concepção que informa sua atuação: como o sindicato é, agora, cidadão, apresenta a lista dos espaços onde

<sup>230</sup> A direção estadual limitou-se a informar o que era o instrumento, fazendo o papel de aterrorizar a categoria no lugar do governo. Não apresentou nenhuma proposta concreta de luta contra essa avaliação, após um ano e meio de debates internos no Conselho Geral optou por participar do seminário com a secretaria de planejamento para tentar melhorar ‘o instrumento’. Essa tem sido a sua prática recorrente: deixar aprovar e remendar depois. O debate sobre avaliação de desempenho está parcialmente registrado nos boletins da direção estadual dos anos de 2004 e do primeiro semestre de 2005. Os boletins desses anos podem ser acessados pela página do Sind-UTE. [www.sindutemg.org.br](http://www.sindutemg.org.br).

<sup>231</sup> A ocupação foi realizada contra a vontade da direção que só aderiu a ela depois. Os gabinetes de Rogério Corrêa (PT) e Jô Moraes (PCdoB) fizeram todo o possível para demover os militantes da ocupação pois já haviam conseguido a ‘promessa’ do Presidente da ALEMGO de intermediar a abertura de negociação com o governo. O presidente da CUT também ‘atuou’ na intermediação. Essas informações são de minha observação direta e participação, pois estava na ocupação.

atua como tal, em sua grande maioria Conselhos Municipais e Estaduais de políticas de focalização. O texto finalizou apresentando as conquistas alcançadas no período e de demonstrava a opção política que os dirigentes do Sindicato tomaram:

“Tendo uma carreira estruturada podemos concentrar esforços nas modificações necessárias para garantir avanços na estrutura proposta, podendo inclusive modificá-la”. (Resoluções; 2006:19).

E acrescentam ao final:

“É mister ressaltar a importância da abertura de espaço de discussão do conjunto do funcionalismo e a SEPLAG<sup>232</sup>, para alterar dispositivos da Avaliação de Desempenho, no sentido de acabar com seu caráter demissionário, fazendo-a, de fato, instrumento de aferição da qualidade do serviço público”.

(Idem).

## **PLANO DE LUTAS.**

O plano de lutas manteve a coerência com a nova postura. O documento congressual mais uma vez adotou todas as campanhas da CUT, com destaque para a recorrente afirmação da campanha de conversão da dívida externa em investimento para a educação. Todas as propostas envolviam a atuação junto à CUT e à CNTE, além da solidariedade tradicionalmente expressa na defesa das chamadas “reformas de base”. Contudo, algumas mudanças são observadas. As lutas mais gerais foram substituídas por “Campanhas” como mecanismo de convencimento da ‘sociedade’. Foi aprovada a defesa da governabilidade e contra os “golpismos de direita”. Não houve uma defesa explícita contra as reformas sindical, trabalhista, previdenciária e universitária.

No Plano específico da Educação, a perspectiva de reformar o que o governo propôs permanece: ‘lutar’ para que a secretaria propicie a formação em serviço. A defesa da educação pública assume a orientação dos princípios de ‘equidade’ e ‘qualidade social’. Todo o programa do governo Lula para a educação desde o FUNDEB até o ProUni apareceram como ‘lutas’ que o Sind-UTE deve realizar pela sua implementação. Nas políticas permanentes a novidade é a proposta aprovada de formação do coletivo estadual do aposentado com a bandeira de luta pela paridade nos benefícios.

## **ESTRUTURA E ESTATUTO.**

---

<sup>232</sup> SEPLAG: Secretaria de Planejamento e Gestão, desde o Programa de qualidade da década de oitenta que é uma das secretarias que centraliza as decisões juntamente com a Fazenda e a Administração formando o núcleo duro do governo do Estado.

A estrutura do sindicato continuou modelada para garantir que as decisões sejam tomadas cada vez mais pelo Conselho Geral do que por instâncias como Assembléias e Congressos. Como quem convoca o conselho é a Direção Estadual, costumeiramente, na verdade, as decisões passam a ser referendadas no conselho (no qual a articulação possui a esmagadora maioria dos representantes) e propostas pela direção estadual. Há cada vez mais o reforço das práticas de democracia indireta em detrimento da direta.

O artigo 11 do estatuto em seu parágrafo único demonstra isso. O filiado que concorrer para o descrédito da categoria ou da entidade, que não observar o estatuto ou acatar decisões de assembléias não perde apenas seus direitos políticos, são passíveis a partir de agora, de exclusão dos quadros do Sindicato. Sendo que essa grave decisão não foi regulamentada com sindicância para a apurar denúncias ou qualquer outro procedimento que permita compreender com clareza como isso poderia acontecer. Da mesma forma, a decisão final sobre essa medida drástica não cabe, pelo estatuto, nem a uma Assembléia Estadual e nem ao Congresso, mas simplesmente ao Conselho Geral que deliberará sobre as sanções e penalidades.<sup>233</sup>

A periodicidade do Congresso passa a ser de três em três anos pela alteração do artigo 17. No tempo da UTE (1979 a 1990) os Congressos eram anuais. A partir do Congresso de 1993 passou a ser bianual. Entre 1999 e 2003 não houve Congressos. Agora a proposta de espaçamento maior foi aprovada. A possibilidade de ajustar a política e as ações coletivas em função do que a realidade for apresentando dependerá menos das decisões coletivas tomadas através da instância máxima dessa categoria.

O artigo 62 incorpora mudanças na participação em Assembléias que já iniciada no congresso anterior. Onde aparece a expressão “assembléia de base” é feita a substituição por assembléia de filiados. Todos os demais artigos onde a expressão “de base” aparece também receberam a alteração. Maior restrição da democracia direta.

Já a mudança no artigo 67 modifica a relação com o conselho de representantes da subseção. Nas eleições não se pode mais encaminhar qualquer recurso ao Conselho Local. No

---

<sup>233</sup> Essa é uma proposição muito grave. Uma diretora da subseção de Sabará e dois militantes da mesma subseção foram ameaçados de expulsão em reunião do conselho geral de novembro de 2004 (o mesmo do Seminário da avaliação de desempenho) por ter feito críticas a direção estadual do sindicato em uma entrevista na rádio. Por outro lado, durante a greve de agosto de 2004 diversos diretores de subseção não fizeram greve, todos ligados à direção estadual como nas subseções de Ubá, Barbacena, São João Del Rei, Cataguazes entre outros. Não receberam o mesmo tratamento que os primeiros, sendo que aqueles, inclusive, estiveram acampados na ALEMG levando militantes de suas bases. Não quero entrar no mérito do merecimento ou não, mas destacar os pesos diferenciados para problemas semelhantes.

processo eleitoral passa a caber recurso apenas à comissão eleitoral local, à comissão eleitoral geral e ao conselho geral.

Nos acréscimos, novos artigos foram acrescentados, a partir do texto das resoluções, a Articulação encaminhou e aprovou que as diretorias de subseções eleitas têm um prazo de 60 a 90 dias para apresentar a documentação financeira à direção estadual sob risco de corte de repasse. Ao contrário do que pode parecer não é um mecanismo de rigor e transparência, mas de controle sobre as novas direções eleitas.<sup>234</sup>

### **AS DEMAIS TESES E SEUS DESTAQUES.**

A Corrente Sindical Classista (CSC) apresentou uma tese sem balanço da gestão, sem análise da direção, sem proposta de lutas específicas para os trabalhadores em educação do estado de Minas Gerais, sem proposta de mudança estatutária. A tese reflete a posição que essa corrente assumiu dentro do Sindicato, bem como a que PCdoB assumiu na relação com o PT e o governo, uma relação de complementaridade. Toda a tese foi organizada para, através das análises de conjuntura, justificar as opções do governo federal, mesmo quando fez as críticas e apontou a necessidade dos movimentos sociais assumirem a responsabilidade de trazer o governo para o seu campo. Contudo a tese não é mais de que ele está em disputa. “O governo Lula é um governo de composição, não é um governo de esquerda, pois necessita de forças de centro para conseguir maioria no Legislativo e condições de governabilidade”. (Teses; 2006:24).

E ainda: “Ser oposição a esse governo, em nossa opinião significa facilitar o espaço político para a direita”. (Idem).

A única crítica direta que levantou contra as reformas do governo federal é no item da unicidade sindical da reforma para o setor. A CSC afirmou que a demora na realização de programas de interesse popular é provocada pela manutenção da política macro econômica. E defendeu que: “nenhum governo no regime capitalista conseguirá defender os interesses

---

<sup>234</sup>Em Juiz de Fora a atual diretoria assumiu a subseção em dezembro de 2003. A então direção, com representantes da Articulação Sindical e apoiadores, entregou uma prestação de contas onde todos os documentos estavam em dia e despesas quitadas. O mesmo documento foi encaminhado a CUT Zona da Mata, onde a nova direção compareceu para assumir seus compromissos junto a Central. Os documentos foram assinados pela nova direção com a ressalva de que seriam conferidos os livros e os registros. Os dirigentes responsáveis pelo departamento financeiro da nova direção descobriram que a antiga direção devia desde alugueis, postagem de correios, serviço de *motoboy*, padaria, encargos trabalhistas de dois funcionários e uma razoável quantia à direção estadual de adiantamento de repasses que totalizavam, aproximadamente, vinte mil reais, para uma subseção cujo repasse líquido era de três mil reais na época.

populares sem a participação efetiva do povo, apontando o caminho e exigindo através das lutas, o cumprimento do projeto popular”.(Ibdem).

Merece destaque o trabalho de discussão na seção de educação na qual recolocam a defesa de uma escola transformadora com uma perspectiva de classe e socialista. Contudo as bandeiras propostas caminharam para a mesma direção das propostas da Articulação: Campanhas, abaixo assinados, participação. O programa do governo Federal para a educação e a campanha da CNTE pela conversão da dívida foram contemplados.

O Movimento Pela Educação Popular - MEP - apresentou uma tese com a qual marcou posição firme e ostensiva contra o governo Lula, a prefeitura de Belo Horizonte, a direção do Sindicato e o Governo do estado. Fez a análise internacional, com o conflito de classes claramente colocado e sua associação com a forma como o Brasil organiza a sua produção e a não distribuição de riqueza. A partir do conceito de crise fez toda a análise das possibilidades de saída da mesma tanto para o capital quanto para os trabalhadores. Pontuou a cooptação das Centrais Sindicais pelos governos e também a capitulação da CUT sob o governo Lula. Denunciou a atuação de Luiz Marinho à frente do ministério:

“A gestão da CUT no ministério do Trabalho, via Luiz Marinho, tem dado mostras dos objetivos da contra-reforma sindical: copiando a legislação getulista inspirada na ‘Carta Del Lavoro’, o pelego-ministro tem editado decretos de intervenção em sindicatos combativos, com objetivo de dividir a base destes sindicatos e favorecer os interesses do seu grupo político e da classe patronal”. (Teses; 2006: 42).

Quanto às lutas contra o governo Aécio, demonstrou a existência da coerência entre os projetos do governo federal e estadual e denunciou os acordos conseguidos pela direção estadual do Sindicato como, por exemplo:

“O Plano de Carreira obscuro e vazio que avaliza todas as perdas promovidas pela reforma administrativa de Aécio (2003); a tabela de incorporação salarial para desviar a luta pelo aumento dos salários; avaliação de desempenho demissionária, aniquilando a estabilidade no emprego e legitimando nossos salários miseráveis; a ilusória conquista de adicionais de desempenho, vinculados à arrecadação do ICMS e à ‘boa vontade’ do governo em nos pagar”. (Teses; 2006: 48). Entre outros.

Defendeu a desfiliação do Sind-UTE da CUT.<sup>235</sup>

No balanço a tese denunciou as prioridades da direção estadual:

---

<sup>235</sup> A Rede Municipal de Belo Horizonte, se desfilou recentemente do Sind-UTE estadual e fundou o Sind-Rede. A direção do Sind-Rede tem proporcionalidade qualificada. Estão participando da organização da CONLUTAS. A subsede de Contagem caminha por esse mesmo percurso político que deve se acelerar pela vitória do PT para a prefeitura desse município aprofundando os conflitos.

“Além do eleitoralismo que prevaleceu na direção de nosso sindicato continuou trazendo grandes prejuízos para os trabalhadores em educação. A prioridade da cúpula em garantir ‘a governabilidade’ e as ‘alianças’ predominou sobre a defesa dos interesses dos profissionais da educação e isso se traduziu em conciliação, orientação pelega da greve, controle para impedir a livre manifestação das bases e a pior das traições: o apoio à reforma administrativa do governo Aécio, sob o falso discurso de ‘despiorá-la’ e à espera da ‘implantação do plano de cargos e salários’”. (Teses; 2006:51).

Também denunciou o descompasso da greve em relação à reforma, realizada tardiamente, um ano depois do choque de gestão. O plano de lutas estava coerente com as análises feitas e a defesa classista de um sindicato autônomo. Não discutiu política educacional.

O Movimento de Oposição apresentou uma tese longa contemplando todos os aspectos formais. A Conjuntura Internacional foi analisada com base nos escritos de Lênin sobre o Imperialismo. Abordou os conflitos em todos os continentes com uma discussão especial sobre o Mercosul e seu papel no contexto dos avanços do Imperialismo. As lutas gerais foram apresentadas junto ao texto e revelam a defesa do internacionalismo da classe trabalhadora e a solidariedade entre eles. O movimento defendeu o plebiscito oficial contra a ALCA. A análise da Conjuntura Nacional abordou o período FHC e a ascensão de Lula. Fez análise crítica de cada aspecto da política do governo Lula e o papel que desempenha no cenário traçado: as contra-reformas, a autonomia do Banco Central, as Parcerias Público-Privadas, o Pro Uni. Analisou a função das alianças feitas e com quem foram feitas. Pontuou as questões relacionando-as com os escândalos, a CPI e a queda de alguns nomes do PT e do Governo como o Ministro José Dirceu. Analisou o papel da CUT, hegemonizada pela Articulação, afirmando ser o braço sindical do atual governo, atuando no convencimento dos trabalhadores. A oposição conclamou os trabalhadores à unificação da luta. Denunciou a reforma sindical como o pacote do sindicato orgânico que foi barrado na CUT e no Sind-UTE e que agora o governo da Articulação tenta impor aos trabalhadores. Afirmou que o setor hegemônico da CUT está comprometido com o Fórum Nacional do Trabalho. Conclamou os congressistas a conduzir o Sind-UTE à posição de sindicato combativo contra as reformas sindical e trabalhista e a esclarecer as bases.

Na análise do governo estadual e das reformas pontuou as questões mais fundamentais bem como o pacto estabelecido entre Aécio e Lula. Defendeu que o movimento sindical deve atacar sem tréguas o governo mineiro para elevar suas condições de vida e combater o projeto político do governo que destroem direitos. Analisou as reformas educacionais e suas relações

com os interesses da formação de mão de obra para o capital, bem como a definição conjunta de políticas entre os governos e os organismos financeiros internacionais. Igualmente avaliou a função que cada modificação nas disciplinas e no currículo e o Plano Decenal têm com essa organização da produção no âmbito internacional e nacional. Reafirmou a escola unitária, a formação humanista, a concepção socialista. No balanço, a oposição fez a mesma análise que a tese do MEP em relação aos acordos políticos fechados pela Articulação à frente do Sindicato, da CUT e do Governo Federal. Fez uma retrospectiva com análises das mudanças nas escolas estaduais a partir do governo Aécio e pontuou a não realização de mobilizações pela direção estadual. O plano de lutas seguiu o padrão das lutas gerais às específicas e estão coerentes com as análises feitas.

As propostas de mudanças estatutárias seguiram o princípio da retomada da democracia na base e alteraram todas as propostas de centralização e de ampliação do poder do Conselho Geral.

## **OS RESULTADOS DO CONGRESSO.**

A proporção de militantes de oposição no Congresso é a mesma de sua organização no âmbito do Estado, dez por cento da categoria organizada e de subsedes. Como os grupos de trabalho exigiam vinte por cento de votos nas propostas para remetê-las às plenárias, praticamente não houve propostas da oposição enviadas. A tese do MEP sequer foi apresentada devido a ausência de representantes do movimento. O resultado foi o planejado e absolutamente previsível: a tese guia tornou-se, na íntegra, o texto das Resoluções. Congressos e Assembléias são espaços legitimados pela formalidade institucional, pelo estatuto. A experiência plasmada nesses fóruns, organizada e dirigida pela direção estadual desse sindicato, hegemônica pela Articulação Sindical, é do controle e do poder, da manipulação em um estilo cada vez mais próximo daquele que, em seu nascimento, o sindicato se propunha a combater.

### **5.3 - As mobilizações do sindicato no período**

Em 2003 os trabalhadores em educação repetiram as paralisações e não realizaram greve<sup>236</sup>. O início da campanha salarial ocorreu com o movimento de unificação do funcionalismo em luta conjunta pelos planos de carreira e pela previdência. Os primeiros boletins datam de janeiro. Os calendários de luta aprovados ao longo desse período foram extensos e abrigavam participação em outras campanhas, congressos seminários etc. A pauta de reivindicação da educação era: investimento na educação e plano de carreira com piso salarial, nomeação e posse de concursados, melhoria nas condições de atendimento. O boletim de 26/03, que trazia a pauta de reivindicações, apresentava a tabela comparativa de piso salarial demonstrando a defasagem a que os professores estavam submetidos.<sup>237</sup> Ainda em abril, Aécio anunciava corte no orçamento de 19 milhões de reais na educação, de acordo com o boletim do Sindicato do dia 03/04. Os trabalhadores aprovaram em assembléia do dia 30/04 greve de advertência e a partir do dia 30/05 greve por tempo indeterminado. Em 14 de maio a assembléia reunia cinco mil trabalhadores e contabilizava uma paralisação de 90% para o estado. A assembléia do dia 30/05 contabilizou a presença de 10 mil trabalhadores<sup>238</sup>. O governo já havia publicado no diário oficial e nos jornais do dia 15 de maio o plano chamado ‘Choque de Gestão’. A proposta do conselho geral na assembléia fazia toda a crítica ao modelo de Estado mínimo. Contudo, a proposta de enfrentamento com o governo foi reduzir carga horária na escola, entre os dias 04 e 06 de junho, para discussão de propostas, após cinco meses de boletins, atos, calendário de atividades e paralisações. É importante destacar que as reuniões nas escolas, inclusive com os pais e os alunos, foram realizadas ao longo do mês de maio, logo após a publicação do Choque de Gestão entre as assembléias do dia 14 e do

---

<sup>236</sup> Os Boletins e Informativos desse período encontram-se no site do Sind-UTE estadual. Assim mesmo as séries não são completas. Acesso em [www.sindutemg.org.br](http://www.sindutemg.org.br).

<sup>237</sup> Piso do professor de 1ª a 4ª série sem nível superior: R\$ 212,00; o sindicato pedia 54% de reajuste chegando a R\$ 327,00 o cálculo do DIEESE seria por R\$ 399,67 e do CNE R\$ 726,62. O salário mínimo era de R\$ 200,00.

<sup>238</sup> Foi a primeira assembléia estadual na qual estive presente. Foi em um ginásio fechado com a apresentação de contra-cheques e identidade. Havia um alambrado que separava por vários metros a mesa diretora da assembléia. Havia um palco que colocava a mesa, já distante, a uma altura de mais de um metro e meio. Não havia meios de um trabalhador desconhecido pedir inscrição e ser atendido. Só os que a mesa, composta pela diretoria estadual, conhecessem ou quisessem inscrever. Um militante da oposição de Juiz de Fora, utilizou como argumento sua condição física (portador de necessidades especiais, coisa que jamais o vi fazer) para conseguir inscrição. A assembléia contou ainda com a presença de vários parlamentares do Bloco de Oposição cuja base está na categoria dos profissionais da educação entre eles Jô Moraes (PCdoB), Rogério Corrêa (PT), Welington Prado (PT), entre outros. A função era se posicionar como oposição às reformas e tranquilizar a categoria e dizer que iriam fazer tudo o possível para melhorar os efeitos da reforma. Embora os trabalhadores tivessem seu direito a inscrição restrito tanto pelo número de falas (dez) como pelos meios de inscrição, todos os deputados puderam falar. Havia na assembléia representantes de associações de pais e de estudantes, dos quais não foi exigida nenhuma documentação, bastando assim se declarar. Permaneci no portão de entrada até o final do ingresso de todos, pois eu não acreditava que isso podia mesmo acontecer e pude testemunhar por mim mesma esses acontecimentos. Essa foi a assembléia decisiva para que eu orientasse meus estudos sobre sindicato para o Sind-UTE.

dia 30 de maio. O novo calendário aprovado previa greve de advertência nos dias 10, 11, 12, com o eixo contra o ‘pacote do Aécio’. No dia dez haveria corpo a corpo com os deputados. Segundo o boletim da assembléia do dia 30 de maio a avaliação era:

*“Grandes desafios temos pela frente. A reforma administrativa, encaminhada para a ALEMGO e em tramitação apresenta claro propósito de implantar um novo modelo de gestão da administração pública que desconsidera o fator humano como aliado para o desenvolvimento do estado. A ordem é sanear as contas e para tal intento é necessário desfazer todas as conquistas. Se tal pacote for aprovado haverá retrocesso nunca antes visto”.*

Em 13 de junho o boletim do Sindicato comunicava que a mobilização tinha surtido efeito e que o governo tinha aberto o diálogo. Os dias parados já haviam sido descontados. O calendário de atividades foi repetido até o final do mês de julho, inclusive com a ida aos gabinetes dos deputados. O mês de agosto começou com o estado de alerta. As reuniões do conselho geral não apontavam para a greve. Ao longo de todo o mês de agosto os trabalhadores reduziram carga horária para dialogar, novamente, com os pais. Nova assembléia ocorreu no dia 28 de agosto. O eixo era o fortalecimento da luta junto à sociedade em defesa da educação. Ainda sem greve. No período de setembro houve eleições no Sindicato e, novamente, a chapa da Articulação Sindical ganhou as eleições estaduais e manteve o controle de, aproximadamente, 85% das subseções.

Em 14 de outubro, após muitas audiências com os secretários de educação e planejamento, mais reduções, paralisações, mobilizações junto aos pais e visitas a ALEMGO, o boletim anunciava: “Reivindicação histórica da categoria já é quase realidade”. Em alusão ao plano de carreira.

O ‘Informa’ nº 13 do dia 21/10 trazia os pontos consensuais no acordo com o governo e as discordâncias. O acordo:

*Quadro único para a carreira, sistema permanente de formação, gestão democrática, participação na elaboração da metodologia e acompanhamento da avaliação de desempenho, jornada de trabalho, direito de opção, regras de posicionamento sem redução da remuneração, paridade para aposentados, inclusão dos adicionais, enquadramento dos detentores de função pública.*

É importante destacar que a participação do Sindicato na elaboração da avaliação de desempenho só seria votada e aprovada em conselho geral, e não assembléia, em 2005. Até então o conselho não havia deliberado favoravelmente à participação. Mas de fato, a definição pela participação já aparecia fruto de acordo em reuniões com os secretários ainda nas rodadas de negociação em 2003.

O Governo por seu lado, não concordou em apresentar tabela salarial, nem piso e nem percentual, limitando-se a garantir que não haveria prejuízo para os servidores. Fato que conforme relatamos na questão do enquadramento por nível no novo plano já mostrou a intencionalidade do governo.

O Informa nº 16 de 14 de novembro trazia os pontos não consensuais: a direção do Sindicato reivindicava que a tabela salarial fosse enviada um mês após o envio do plano, não havia percentual de variação entre os níveis de progressão, discordavam em relação ao interstício de 3 e 5 anos para mudança de nível e desejavam adicionar o dispositivo de progressão e promoção automática.

Avalio que era impossível fazer parte de uma comissão que discutia o plano de carreira, ter 16 deputados na ALEMGO, ter a CUT-Minas participado do Plano Mineiro de Governo e desconhecer que o governo não cederia na negociação a esses pedidos. A espinha dorsal do plano era a avaliação de desempenho. Para que ela cumprisse sua função no modelo de gerenciamento que interessa ao governo deveria ser meritocrática e demissionária. Portanto, todos os ganhos salariais e as promoções estariam a ela vinculados. Também vinculados à arrecadação do ICMS, conforme o choque de gestão previa. Evidentemente, qualquer ganho possível não viria de negociações de gabinete

Em fax urgente do dia 11/12, o Sindicato afirmava que o plano de carreira não passava de mais uma estratégia de *'marketing'* do Governo. Afirmava que os trabalhadores em educação se diziam 'decepcionados' com o projeto enviado à Assembléia Legislativa. O a direção do Sind-UTE afirmava que o governo descumpriu o acordo firmado no processo de negociação. Até aquela data o que havia de concreto da negociação de um ano foi a certeza da implantação da avaliação, o pagamento do 13º salário e o corte de benefícios como o abono de R\$ 45,00. Contudo o sindicato já havia afirmado que "A reivindicação histórica da categoria era quase realidade".

O Informa nº 17 de 17 de dezembro lamentava o não envio do plano de carreira em tempo hábil para ser votado em 2003. Não fazia menção aos pontos não consensuais. Não houve ao longo do ano, nenhuma menção a mobilização conjunta dos servidores do início do ano.

Para mim fica evidente que a atuação do Sindicato foi no sentido de conter a mobilização que poderia ser deflagrada, dadas as mobilizações do início do ano, e redirecionar a atuação para o âmbito da representação institucional: parlamentares e dirigentes sindicais.

O Ano de 2004 inicia-se com a atenção do Sind-UTE voltada para a campanha salarial de forma corporativa. Não há comunicação de nenhum movimento conjunto dos servidores. O início da campanha se deu a partir de reunião do conselho geral e assembléia, em 03 de março. A direção considerou necessário o fortalecimento das mobilizações nos locais de trabalho e apontou os problemas, entre os quais, o concurso dos auxiliares de serviço que continuava suspenso desde 2001. As assembléias aconteceram nesse início de ano mês a mês<sup>239</sup> Ao final do semestre, após paralisações e reuniões e cinco assembléias estaduais desde o início da campanha, a oposição conseguiu aprovar o fim das paralisações e o início da greve para agosto. A assembléia do dia 02 de agosto traria os informes, caso o governo não apresentasse a tabela salarial e não negociasse a pauta de reivindicações haveria greve. Foi aprovado o uso de outdoors e atividades regionais de denúncia do governo<sup>240</sup>.

A greve foi declarada no dia 10/08. O boletim da assembléia trazia um calendário de atividades previstas como eleição do comando de greve, ações de rua como panfletagem, criação do fundo de greve, além da data da nova assembléia agendada para dia 18/08. Nesse dia os trabalhadores, cerca de dois mil, fizeram uma passeata chamada “*Via Crucis dos Trabalhadores em Educação*” que reeditava uma forma de manifestação da greve de 1986<sup>241</sup>. A passeata foi reprimida pela PM que aguardava os trabalhadores com um batalhão de choque próximo à Praça Sete, no centro de Belo Horizonte. Essa manifestação ganhou as manchetes dos jornais no dia seguinte. No dia 25 de agosto nova assembléia foi realizada. Após quinze dias de greve e com um índice de paralisação de 10% o governo não abria negociações. Ao longo do dia os trabalhadores fizeram contato com os deputados e uma comissão foi recebida pelos mesmos com a presença do presidente da Assembléia Legislativa. A comissão pedia a

---

<sup>239</sup> O Sind-UTE estadual dispõe dos boletins e algumas das demais publicações em versão eletrônica desde 2003. A subsede de Juiz de Fora também. Endereço Estadual: [www.sindutemg.org.br](http://www.sindutemg.org.br) ; Subsede de Juiz de Fora: [www.sindutejf.cjb.net](http://www.sindutejf.cjb.net) . O concurso de auxiliar de serviços gerais fora suspenso por suspeita de fraude. Desde sua preparação (por uma comissão paritária de governo e sindicato) apresentou problemas para sua realização, em especial quanto ao preparo dos trabalhadores mais antigos para concorrer às vagas existentes. Posteriormente a justiça verificou que não houve fraude, mas o governo recorreu e manteve o concurso suspenso. O imbróglio político é enorme. A maior parte dos trabalhadores mais antigos não passou no concurso. Muitos deles têm idade avançada e não conseguiriam se recolocar no mercado de trabalho. O governo do Estado não quer indenizá-los, aposentá-los proporcionalmente e ainda existe a possibilidade de terceirizar esse serviço. Assim sendo, a situação do concurso segue sem solução.

<sup>240</sup> Em Juiz de Fora foram colocados dois outdoors em ruas transversais do centro com menor fluxo de veículos. A cidade tem mais de 450mil habitantes.

<sup>241</sup> Dois mil trabalhadores representam 1% da categoria, aproximadamente, e podem ser agrupados a partir da grande Belo Horizonte. Não são, necessariamente, caravanas do interior do estado. A Via Crucis foi uma espécie de ‘romaria’ feita pelas ruas de BH. Avalio que é através da ritualização de formas anteriores de manifestação, de um momento mais combativo dessa organização, que a Articulação mantém os laços de identificação da parcela de trabalhadores que lhes dá sustentação (são os trabalhadores estáveis, mais antigos, que viveram as lutas dos anos oitenta e que participaram da construção dessas formas de manifestação).

intervenção da Casa para a abertura de negociações. O movimento de oposição conseguiu organizar uma ocupação do hall de entrada da assembléia. O boletim de 26 de agosto noticiava assim os eventos do dia anterior:

*“À tarde, Sind-UTE foi recebido pelo presidente da Casa, Mauri Torres (PSDB). Da reunião também participaram deputados(as) de vários partidos, da base governista e da oposição, quando tivemos a oportunidade de expor as dificuldades enfrentadas pela categoria, o sucateamento da educação pública no estado e a intransigência do governo em abrir negociações. Os(as) trabalhadores(as) passaram a noite acampados no hall da ALEMG, onde permaneceram também durante toda a quarta-feira(25/08). **Por intermédio da ALEMG, conseguimos que fosse agendada uma audiência com os secretários de Estado de Planejamento e Gestão, Antônio Augusto Anastasia, e da Educação, Vanessa Guimarães, para esta quinta-feira, 26/08. Pela primeira vez, depois de 15 dias de greve, vislumbramos a possibilidade de negociarmos efetivamente nossa pauta de reivindicações”.** (grifo meu).*

Destaco que a diretoria, através de seu boletim, atribuiu à intervenção da ALEMG a abertura das negociações e não inclui a permanência dos trabalhadores acampados por dois dias como parte da ação política necessária. Igualmente os boletins destacavam a intermediação da CUT e da CNTE e do Ato Público organizado pela CUT-Minas em defesa da escola pública.

O Informa do dia 27 de agosto trazia o comunicado da pauta protocolada com os seguintes tópicos: resolução de designação de 2005<sup>242</sup>; realização de concurso público para professores e nomeação de auxiliares de serviço de 2001, melhoria do atendimento pelo IPSEMG, pagamento dos benefícios em atraso, reajuste salarial, plano de carreira. No dia 02 de setembro a assembléia decidiu pelo fim da greve, mas considerava que manter a mobilização era fundamental.

Em 28/09 através do boletim, a diretoria considerava que: “Mais uma vez, os (as) Educadores (as) mostraram sua força, coragem e determinação para lutar por seus direitos. A greve foi, portanto, um instrumento fundamental para pressionar o governo”.

Considerava como conquista os compromissos assumidos pelo governo.

A direção do Sindicato se eximiu de fazer qualquer discussão a respeito das condições sob as quais a greve foi realizada, com o melhor índice de adesão variando entre 8% e 10%. Em várias subsedes do interior os diretores ligados à mesma chapa da direção estadual não fizeram greve. Não houve visitas do comando geral às regiões. Embora eleitos, atuaram cada

---

<sup>242</sup> Resolução de Designação é o instrumento legal que regulamenta o processo de subcontratação anual; sempre há mudanças nos critérios e é comum que o governo a publique no final do calendário civil ou no início do seguinte, sobrando pouco tempo tanto para a organização dos candidatos como para qualquer recurso na justiça. É comum que o governo contra argumente a urgência e a necessidade do atendimento, o calendário letivo etc para não modificar o documento. É igualmente comum a justiça acatar esse argumento anualmente.

um em sua região<sup>243</sup>. Os dias parados e descontados, embora tenham sido repostos pelos trabalhadores, não foram pagos pelo governo.

O ano de 2005 iniciou com reunião do conselho geral que definiu como eixo da campanha a continuidade da luta pelas tabelas salariais, piso, e demais itens da campanha de 2004, além de cuidadosa campanha para “desmascarar o governo e suas propagandas enganosas e milionárias”.

Ao longo do ano foram feitas seis paralisações que agora são chamadas de greve de 24 horas. Não houve greve por tempo indeterminado. A dinâmica do ano foi pautada pela forma como o governo escolheu encaminhar os acordos firmados no ano anterior.

Foi apresentada como pré-pauta em assembléia do dia 11 de março com as seguintes reivindicações: regulamentação dos artigos da lei do plano de carreira que tratam da tabela salarial; pagamento imediato do reajuste de 5%; pagamento de perdas acumuladas do governo Aécio; correção dos pisos salariais e reposicionamento na carreira, pagamento por habilitação, política salarial com previsão de reajustes anuais; revogação da resolução 753 ( mudança da grade curricular do ensino médio); vale transporte e ‘*ticket*’ refeição para os trabalhadores do interior. Eleição direta para diretores, nomeação de concursados, homologação do concurso dos auxiliares de serviços gerais, realização de novos concursos, política de saúde e reestruturação do IPSEMG.

Ao longo do mês de março os boletins também preparavam para a Conferência de educação do Sind-UTE cuja temática era: “Qualidade da educação e inclusão social”, “Currículo e diversidade cultural”, “Valorização profissional, financiamento e gestão democrática”. A conferência também produziria um documento que seria encaminhado para a discussão do Congresso Mineiro de Educação realizado pela SEE. A recomendação do Sindicato, ao longo do ano de 2005, foi de participação dos trabalhadores nos encontros municipais. No documento “Informação” do dia 9/06/2005 o Sind-UTE, após historicizar todo o processo de construção do PNE, ainda que destacando que o Plano não contemplou todas as reivindicações da sociedade, assumia a seguinte linha de discussão: “Essa é uma conquista fundamental, pois os Planos Decenais são instrumentos que visam assegurar uma política educacional continuada, garantindo continuidade nos investimentos e nas diretrizes educacionais do estado e dos municípios”.

---

<sup>243</sup> Notas de pesquisa. Conversas em encontros regionais e estaduais com militantes aí presentes.

E conclui: “Afinal o que sempre defendemos é que a educação precisa de políticas educacionais de Estado e não de governo, configurando-se como política contínua, que não atenda a interesses políticos desse ou daquele partido”.

Podemos observar o conceito de Estado esvaziado da luta de classes e constituído de forma abstrata. A política educacional sendo construída em um governo de caráter neoliberal não é discutida e finalmente, a questão do partido e dos interesses políticos a eles associados igualmente descolados de qualquer análise de conjuntura ou de estrutura, ou seja, absolutamente despolitizada. Essa forma de apresentar a discussão acaba por reforçar o discurso dominante. Acaba por desarmar a categoria e desprepará-la para a resistência à investida neoliberal, que na verdade é a essência do Plano<sup>244</sup>.

Por fim, o ano de 2006 inicia-se com a participação na construção do Plano Decenal e com a discussão da reforma curricular plasmada na resolução 753 de 06 de janeiro de 2006. A modalidade de ‘luta’ continua sendo a ‘greve’ de 24 horas. A “Informação” de 14 de janeiro apresentava à categoria a resolução, que atinge inicialmente, as escolas do projeto “Escola Referência”, o Sind-UTE resgata a história da implantação do projeto, mas não menciona que as escolas foram convidadas e que a direção não se posicionou antecipadamente sobre os documentos do projeto, limitando-se a enviar um questionário para avaliar se o governo cumpria com a sua parte no acordo. A principal crítica feita no documento é que a construção do Currículo Básico Comum (o CBC) não teve construção democrática, pois só os professores das escolas do projeto participaram da sua elaboração. Não há eixo de análise quanto às implicações pedagógicas e nem quanto às corporativas.

#### **5.4 - As últimas atuações da direção do Sind-UTE**

A diretoria estadual está em visita, no ano de 2006, às subsedes do interior do estado divulgando o plano de carreira já aprovado, e tirando dúvidas em uma modalidade de encontro chamada seminário. Em Juiz de Fora esse encontro ocorreu no Instituto Estadual de Educação em 25/05. Estiveram presentes a coordenadora geral do Sind-UTE M<sup>a</sup> Inês Camargos, o diretor estadual e ex-coordenador geral Antonio Carlos Hilário e a diretora Marilda de Abreu, além da representante da região Lúcia Melino (todos da corrente Art-sindical). O diretor Hilário é atual candidato a deputado estadual pelo PT e está acompanhando as visitas ao interior do estado. Além das eleições majoritárias desse ano, o

---

<sup>244</sup> O plano pode ser obtido pela página da educação no governo do estado: [www.educacao.mg.gov.br](http://www.educacao.mg.gov.br)

Sindicato também terá processo eleitoral. A última vez que a direção geral do Sind-UTE esteve em Juiz de Fora, em contato com a base, foi em 2002, durante a campanha salarial do último ano do governo Itamar e igualmente um ano de eleições majoritárias.

A fala do diretor Hilário após a longa exposição a respeito da conquista histórica da categoria, informa a opção feita: “Com a reforma administrativa nossa carreira não se sustentava, pois foi sendo sucateada. Daí a necessidade de construir uma carreira que do ponto de vista jurídico não pudesse mais ser retirada”.

O plano é feito para os servidores efetivos<sup>245</sup>. Os trabalhadores que podem preservar direitos da carreira antiga (como biênios e quinquênios, sem passar pela avaliação de desempenho) mesmo na nova carreira são os efetivados até julho de 2003. Os subcontratados ficam na carreira nova e são submetidos às avaliações de desempenho, mas não tem direito nem a mudança de nível (por habilitação) ou de grau (por tempo de serviço). Permanecem eternamente em seu início. É evidente que o ‘direito’ do servidor efetivo é garantido pela ampliação da exploração sobre o subcontratado. Os novos servidores, embora tenham direito a progressão na carreira têm seu direito condicionado tanto à avaliação de desempenho quanto a aprovação do seu pedido (pois não é mais automática) pela Câmara de Coordenação Geral de Finanças e Gestão. Quanto à mudança de grau (por tempo de serviço) teve como surpresa na nova carreira o enquadramento dos servidores em geral um grau menor ou dois do que o da carreira antiga, pois não houve reenquadramento de forma correspondente, resultando em redução de ganhos salariais. Na maioria dos casos o servidor não chegará mais ao último grau da carreira. Os acréscimos por tempo e formação sofreram redução dos percentuais e a periodicidade de ganho é de dois anos, vinculado e condicionado à avaliações individuais positivas. Essas são, em linhas gerais, as conquistas apresentadas.

Como fica evidente há o avanço da precarização das relações de trabalho e o maior controle sobre o trabalho, além de permitir que os já precarizados sejam mais explorados.

A campanha salarial, ainda em andamento, não mostra sinais de que irá avançar.

É comum que haja em ano de eleições majoritárias e sindicais, alguma ação na justiça que atenda aos aposentados na categoria analisada. Considero essa atitude como estratégia de propaganda da direção estadual com vistas ao processo eleitoral e como meio de recadastrar os possíveis eleitores. A ação recente diz respeito à restituição previdenciária de 3,5%. Nesse caso uma outra vantagem se apresentou para a direção: como titular da ação o Sind-UTE cobrou uma taxa de R\$ 15,00 de honorários com o argumento de que terá que pagar

---

<sup>245</sup> Boletim especial de julho de 2006, acessível em formato eletrônico no site do Sind-UTE.

advogados e contadores extras para fazer os cálculos de cada servidor. No caso do trabalhador não filiado o sindicato ficará com 15% do valor a ser recebido. Em Juiz de Fora já compareceram 250 trabalhadores para montar o processo<sup>246</sup>. Uma pequena fortuna será movimentada por essa ação em ano de eleições somados ao meio milhão de reais que aparecem como saldo negativo do Sindicato que em três anos não colocou uma única inserção paga na TV ou qualquer outra campanha de mídia significativa e não realizou nenhuma greve de massa<sup>247</sup>.

### **5.5 - A Mudança na Orientação do Sind-UTE representa o total distanciamento de seu projeto original**

Após dezesseis anos de unificação a orientação inicial foi completamente abandonada e descaracterizada. A concepção filosófica e política que passou a organizar os trabalhadores a partir do Sind-UTE mudou. Havia pelo menos em seu discurso a defesa de um socialismo difuso. Não há mais. A defesa é de uma sociedade mais ‘justa’ e ‘fraterna’. Os conflitos entre as classes fundamentais deixou de balizar as avaliações. Em seu lugar surgiu a busca constante de interlocutores e parceiros na sociedade e do diálogo para construir aquela sociedade mais justa e fraterna. Os trabalhadores deixaram de ser protagonistas do processo de emancipação e transformação da sociedade para se tornarem participantes, colaboradores dessa construção. A concepção de democracia deixou de ser a democracia dos trabalhadores para ser a concepção de democracia representativa, liberal. A fórmula “Sindicato Cidadão” sintetiza tal posicionamento político.

No âmbito das análises de conjuntura o caráter descritivo permaneceu preciso, mas as conclusões decorrentes foram modificadas. No campo internacional a crítica ao imperialismo permaneceu, mas nos dois últimos congressos a defesa da liberalização da economia e o destaque a ampliação do emprego com a desregulamentação se colocam em contradição com a defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores do início da organização.

No que diz respeito à conjuntura nacional desde a unificação que observamos o posicionamento de atacar a política econômica dos governos e no aspecto político, apenas realizar a crítica ao modelo neoliberal. Atualmente a defesa do governo Lula, que ataca os

---

<sup>246</sup> Segundo informação do departamento jurídico da subsede de Juiz de Fora.

<sup>247</sup> Prestação de contas dos congressos de 2003, quando havia um caixa de 360 mil reais em aplicações e de 2006 que apresenta um saldo negativo de 150 mil reais. Em conselho geral de junho de 2005, no qual estive presente, a direção confirmou a existência dos 360 mil em aplicações. Nos seis meses subsequentes não houve greves ou caravanas frequentes e nem gasto com propaganda contra o governo.

direitos dos trabalhadores e aprofunda as políticas neoliberais no Brasil é absoluta, demonstrando toda a perda de autonomia da organização em relação aos governos e aos partidos.

Na política estadual o enfrentamento com os governos reacionários como o de Newton Cardoso cedeu lugar à crítica à política econômica sem criticar diretamente o governo, inclusive defendendo algumas de suas ações como no caso do governo Itamar. E finalmente a negociação direta, sem pressão de mobilizações de massa, inclusive com governos francamente regressivos como o de Aécio Neves.

No Congresso de Unificação, em 1990, a concepção de sindicato era classistas, democráticos, independentes e autônomos. Do combate explícito as visões conciliatórias e ao sindicalismo de resultados, entre 1997 e 1998 a concepção de sindicato passou a ser o sindicato cidadão, aquele que participa e não mais o que enfrenta, luta. Sindicalismo de conciliação. Inclusive com a defesa de participação em câmaras setoriais e fóruns tripartites. No que diz respeito à relação com a CUT houve a tentativa de vincular diretamente o sindicato através do sindicato orgânico.

A participação e o relacionamento com outras entidades também mudaram. A relação com as demais entidades dos servidores públicos ficou relegada a segundo plano. Por outro lado o reforço da atuação verticalizada, em fóruns mais amplos como a CNTE e a CUT foram privilegiados, inclusive, a participação de organizações internacionais de orientação liberal como a ORIT e a CIOSL.

No começo de sua organização o sindicato tinha uma discussão sobre a concepção de educação pública muito interessante, que remetia a uma educação humanista, à escola unitária de Gramsci, à transformação. Nas resoluções a concepção de educação desapareceu e cedeu um lugar cada vez maior às análises dos projetos neoliberais dos governos e finalmente abraçou esses projetos, considerando que poderiam ser melhorados e que não eram ruins, faltando apenas financiamento e formação para sua realização. A crítica à concepção de educação utilitária foi abandonada. No relacionamento com a política educacional nacional da crítica aos projetos como a LDB de Darcy Ribeiro e aos PCNS o Sindicato passou a defesa de todo o programa de educação federal que reproduz a mesma lógica dos governos anteriores como o FUNDEB, o ProUni e a conversão da dívida, sem falar nas políticas compensatórias como o bolsa família entre outros.

Nas relações de trabalho o Sindicato que inicialmente avaliava a necessidade de realizar uma “luta pedagógica” apoiado no conceito de alienação e passa a defender a

aplicação dos projetos do governo tanto federal quanto estadual, sendo necessário para seu sucesso o treinamento em serviço.

As lutas gerais foram se alterando igualmente, embora a orientação política e os programas dos governos não tenham sido alterados. Assim o Sindicato migrou do “Fora Collor” para as críticas a economia em Itamar e a defesa da estabilidade da economia, para o “Fora FHC” e finalmente a defesa do governo Lula e críticas genéricas às reformas, sendo que sob a direção da Articulação o Sindicato passou a acreditar que as mesmas podem ser revertidas e melhoradas dentro da ótica dos trabalhadores.

O não pagamento da dívida externa do início dos anos noventa passou em meados da década ao questionamento da mesma, em seguida a busca de alianças no mercosul para uma negociação soberana e finalmente para a defesa da campanha de conversão de parte da dívida para o financiamento da educação.

Nas políticas permanentes o Sindicato abandona a defesa da igualdade e universalização dos direitos para a equidade e à política de discriminação positiva em oposição à política de universalização.

No âmbito das questões corporativas a defesa da educação pública e de relações de trabalho com garantias de direitos, migrou para a aceitação das propostas do governo, inclusive do plano de carreira, deixando aprovar para depois tentar melhorar. E com a garantia de direitos para setores da categoria (trabalhadores estáveis) calcados no aprofundamento da exploração sobre os demais, em regime de subcontratação. Ao invés de organizar lutas de massa, que garantissem a unidade dessa fração de classe contra esses ataques.

A estrutura e a organização também mudaram. A mudança de departamentos para coordenações não significou a horizontalização e democratização das instâncias executivas. Houve concentração de funções e enxugamento dos quadros das coordenações, embora o número de diretores tenha continuado o mesmo. As funções das instâncias também foram alteradas. A tradição política dos professores deste Sindicato era a democracia direta no início da UTE. As decisões eram tomadas nas Assembléias e encaminhadas por comissões de escolas e coordenações regionais. Essa foi a origem inclusive, da estrutura que se materializou em seus estatutos. Ao longo da última década essa estrutura foi alterada lentamente. A assembléia geral continuou com suas funções em aberto, uma vez que qualquer tema que não possa esperar um Congresso ou assuntos de campanha salarial deva ser submetido a ela. Contudo, as atribuições do conselho geral foram sendo ampliadas e da direção estadual também ao mesmo tempo em que, na prática, as funções da assembléia geral foram

esvaziadas. Houve a mudança de direcionamento das funções e a adoção da democracia indireta, representativa, nas instâncias deliberativas. As assembleias igualmente passaram a ser de filiados e não da categoria, da mesma forma, as instâncias representativas nas escolas e subsedes como representantes de escola, comissões, representantes de subsedes só podem ser ocupados por filiados.

A mesma relação indireta presente nas instâncias pode ser observada na relação com o Estado. Não há mais o enfrentamento direto, mas a busca de um intermediador dos diálogos que passa a ser realizado cada vez mais pelo legislativo e pela cúpula da Central Única dos Trabalhadores, em adoção explícita pelas lideranças, da posição de detentores do monopólio da força de trabalho, passando a negociá-la com o governo de ocasião. É o rompimento progressivo com a concepção de sindicato como organizador de setores da classe trabalhadora e que a apresenta como força social, para a adoção do viés liberal.

Nessa ‘nova’ abordagem a greve de massa deixa de ser a forma de enfrentamento com o patrão. Na verdade ela é dispensável. Assume um caráter ritualizado de manutenção da unidade ‘formal’ entre os trabalhadores. Para fora da organização significa a demonstração de controle que a direção tem sobre a organização, mantendo-se como interlocutor privilegiado do patrão, ainda que a tentativa deste seja a constante desmobilização e destruição da representação.

O esvaziamento da função da greve também pode ser visto nas constantes paralisações, com atos isolados, com número cada vez mais reduzido de participantes da categoria que contribuem mais para reforçar a nova forma de atuação vinculada ao sindicato orgânico e a reforma sindical do que para a reorganização dos trabalhadores<sup>248</sup>.

Assim sendo, a atuação da direção do Sindicato analisado tem sido a de conter o movimento dos trabalhadores. Esse processo tende a se aprofundar quanto mais postos esses dirigentes ocupam na estrutura do Estado, demonstrando assim que os interesses particulares da corrente política que dirige o Sind-UTE estão em oposição aos interesses da categoria que representa. O fato de conseguir se manter desde 1979 à frente dessa organização demonstra a realização da hegemonia burguesa sobre essa organização de trabalhadores. Podemos observar através desse objeto de pesquisa, a ampliação do Estado, nos moldes teorizados por Gramsci. Os mecanismos de controle da classe tornam-se internos à organização que deveria

---

<sup>248</sup> Notas de Pesquisa. Ao longo dos últimos dois anos e meio as assembleias se mantiveram, em média, com um número que variou entre 150 a 600 pessoas. Em momentos de divulgação de novas alterações na administração por parte do governo chegou a 1000 ou 2000 pessoas. Número extremamente baixo se levarmos em consideração o universo de 288mil trabalhadores. Podemos afirmar que no geral as assembleias tem sido de dirigentes.

combatê-los, mantendo o conflito não entre as classes, mas dentro da própria classe trabalhadora.

As eleições majoritárias do ano de 2006 apontam um cenário mais complexo para os trabalhadores em geral e para os trabalhadores em educação, no estado de Minas Gerais em particular. A polarização entre Lula e Alckmin para a presidência da república deixa pouca margem de modificação imediata na linha política desenvolvida no Estado, a hegemonia burguesa tende a se aprofundar e a encaminhar as reformas regressivas (sindical, previdenciária, universitária etc). O relacionamento da Central Única dos Trabalhadores com o governo tende a uma vinculação ainda maior.

No estado de Minas Gerais, Aécio Neves deverá ser reeleito, levando igualmente a um aprofundamento das reformas regressivas iniciadas. Está em gestação na Secretaria de Planejamento e Gestão a criação de um ‘Fundo’ para o pagamento dos servidores do estado, como parte das mudanças na política remuneratória. Esse fundo deverá ser administrado por um Conselho Gestor, formado por sindicatos e associações<sup>249</sup>. Novas relações entre sindicatos e Estado estão em gestação a partir do governo de Minas Gerais, que tem se mostrado como o ‘laboratório’ onde os projetos pilotos das políticas neoliberais são postos em experimentação.

As eleições em Minas trazem elementos de grande contradição que devem ser explorados, em especial pelos trabalhadores em educação que desejam um sindicato independente. As alianças realizadas pelo Partido dos Trabalhadores, em especial com o PMDB, colocou como candidato ao Senado Newton Cardoso (PMDB). São candidatos a deputado Federal e Estadual, entre outros, Rogério Corrêa (PT/Sind-UTE) e Antonio Carlos Hilário (PT/Sind-UTE). Suas bases eleitorais estão ligadas ao Sindicato. Ainda está recente na memória dessa categoria de trabalhadores a jornada de 1988 e 1989 contra Newton Cardoso, a CPI da Educação sob seu governo, seus três processos de impedimento e o enterro simbólico do PMDB, partido de Newton, realizado pelos trabalhadores em educação durante a greve de

---

<sup>249</sup>De acordo com o boletim do Sind-UTE, a Seplag pretende enviar à Assembléia Legislativa, ainda neste mês de agosto, projeto de lei sobre a política remuneratória para o servidor público, a ser implementada a partir do ano que vem. Segundo ela, a proposta é estabelecer a data-base em 1º de maio e a política remuneratória será baseada na arrecadação do ICMS. A idéia é criar um Conselho Gestor, composto por representantes de associações ou sindicatos (com mais de três mil filiados), a quem caberia a tarefa de definir a forma de aplicação de recursos: se em reajuste salarial, em progressões, ascensão na carreira, etc. Fonte: boletim nº8 do dia 9/08/2006.

1989. Newton Cardoso não mudou, o PMDB não mudou, quem mudou foi a direção do Sindicato, juntamente com o PT.

## **PARTE IV – POR QUE O SIND-UTE MUDOU (?)**

## **1- OS LIMITES DO REFORMISMO**



As mudanças no Sind-UTE se inserem no contexto mais amplo de transformações pelas quais as organizações da classe trabalhadora vêm passando, em especial os sindicatos e os partidos políticos.

Por outro lado, o período entre guerras, a revolução russa e a crise de 1929 colocaram para os defensores da ordem capitalista a necessidade de regular o processo de produção e distribuição nesse modelo societal. A ação reguladora materializada pela aplicação do keynesianismo surtiu seus efeitos e produziu a ‘bolha’ de desenvolvimento característica do período conhecido como *Well Fare State*<sup>1</sup>. Somam como elementos propulsores à reconstrução da Europa nos pós – guerras e a expansão do fordismo.

Por outro lado, as entidades de organização da classe trabalhadora também passavam por transformações. Seja pela ascensão do reformismo, seja pela atuação dos até então partidos comunistas e revolucionários na defesa da URSS e do “comunismo em um só país”. O fato de a Rússia precisar de estabilidade para se recuperar dos embates tanto da guerra quanto da revolução, os ataques brutais sofridos pelos comunistas na Europa (como a então recente guerra civil espanhola), a ascensão do fascismo, bem como as perspectivas colocadas pelo keynesianismo reforçaram as posições já assumidas pelos reformistas e levaram a uma adaptação dos sindicatos e dos partidos políticos comunistas à ordem estabelecida.

Dessa forma, acaba ocorrendo um deslocamento dessas organizações partidárias e sindicais para o reformismo e uma nova leitura dos processos de transformação das relações sociais de produção e que, como diz Mészáros (2003), aceitaram a ordem estabelecida como estrutura e pré-requisito necessário do que é considerado viável. Essa é a base do acordo de funcionamento do que viriam a ser as relações de trabalho sob o *Well Fare State*: as relações entre capital e trabalho mediadas e reguladas pela intervenção do Estado.

A expansão capitalista pós - segunda guerra sob o modelo de produção fordista reforçou a ‘crença’ na possibilidade de ‘domesticar’ o capital, humanizando-o, pois, sob as condições da expansão, alguns setores do operariado puderam conquistar certa ‘vantagem’, conforme explicita Mandel (2005) através da dialética das conquistas parciais.

---

<sup>1</sup> Não se trata aqui de sobrevalorizar as ações regulatórias empreendidas pelo capital ou desconsiderar a intensa atuação da classe trabalhadora na arena das lutas de classes. Não esquecemos as lutas dos trabalhadores neste período como a descolonização da Ásia e da África, a expansão do socialismo as lutas na América Latina e seus golpes militares entre outros. Só optamos por enfatizar a capacidade da burguesia de , manter e reforçar sua hegemonia assimilando as demandas da classe trabalhadora e ajustando-as a manutenção de seus interesses através da agenda social democrata, bem como a capitulação ideológica de uma parcela significativa de dirigentes dos trabalhadores. A influência das organizações operárias européias para a organização dos trabalhadores nos demais continentes é inegável, assim sendo, as mudanças ocorridas naquelas organizações produz seus efeitos em nossas organizações aqui. Daí a necessidade de caracterizar as transformações ocorridas na social democracia européia, ainda que de maneira superficial.

A partir de sua análise Mézáros nos aponta que a busca desse espaço dentro da ordem restringiu a possibilidade de organização política das entidades sindicais e favoreceu a divisão de tarefas entre sindicatos e partidos operários. Sob os ataques sistemáticos às organizações revolucionárias e sob a expansão fordista que acenava com a possibilidade de obter algumas vantagens, o movimento político do operariado tendeu, segundo Mézáros, a permanecer na defensiva levando a acomodação ao estabelecido. O resultado foi a divisão funcional do movimento: “um braço industrial, sindicatos, e um braço político, partidos social-democratas e vanguardistas” (MÉZÁROS, 2003: 91).

O movimento sindical se desviou de seus objetivos originais: ser o antagonista estrutural do capital. Da mesma forma, os partidos passaram a atuar por dentro da estrutura parlamentar capitalista. Houve a “condenação do imenso potencial combativo do trabalho produtivo, de base material e politicamente eficaz, à completa impotência”. No entanto, enquanto a atuação do movimento dos trabalhadores permanecia circunscrita à esfera parlamentar em seu braço político e eminentemente reivindicativa em seu braço sindical (e, portanto, ambas em caráter rebaixado) “o capital continuou a ser uma força extraparlamentar por excelência, dada sua supremacia estruturalmente assegurada”. (MÉZÁROS, 2003:92). No que sua formulação nos remete a análise de TROTSKY (1978) sobre a atuação do movimento operário sob o período Imperialista.

A atuação política dos sindicatos em sua formulação original de antagonismo ao capital precisa ser retomada. A forma de atuação no enfrentamento e no uso das ferramentas de luta constituídas pela classe precisam ser alçadas a um novo patamar na luta de classes, pois o sistema tripartite que funcionou até o início da década de setenta em geral, e no Brasil, no período final da década de oitenta em particular, está esgotado em razão da crise estrutural generalizada do sistema que expôs, finalmente, os limites dessa forma de atuação. A especificidade do momento atual de crise nos remete ao esgotamento da perspectiva de expansão cada vez mais restrita que faz com que a fome da acumulação se volte sobre os mesmos espaços já conquistados reestruturando-os, destruindo-os e reconstruindo-os de forma autofágica; atacando sistematicamente os direitos dos trabalhadores e convertendo-os em possibilidades de negócios, em ganhos pela extorção dos que ‘ainda podem pagar’, convertendo tudo, inclusive a própria vida, em mercadoria. Nada de novo no horizonte do capitalismo.

É necessário reafirmar os princípios do pensamento revolucionário e marxista, pensando novas estratégias de intervenção junto à classe trabalhadora, posto que a experiência

construída ao longo do século passado acabou por sedimentar o reformismo e esse, por sua vez, a reforçar o capitalismo e a ‘crença’ de que não há alternativa.

Enquanto havia ganhos relativos para os trabalhadores ou para frações da classe trabalhadora a estrutura de regulação pôde permanecer incontestada e, de fato, como nos lembra FOSTER (2005), parecia mesmo ser possível ampliar indefinidamente os ganhos do trabalho naquela conjuntura. Isso gerou a adaptação de todas as estruturas organizativas da classe trabalhadora ao reformismo e, no que me interessa, a participação no gerenciamento do sistema de acumulação do capital, tendendo ao controle das organizações e à burocratização.

A crise dessa estrutura demonstrou, portanto, o ‘fim do capitalismo racional’, como diz FOSTER (2005), mostrou a incapacidade do sistema de absorver as demandas da classe que explora e expôs efetivamente a impossibilidade da conciliação. Colocou por terra a ilusória democracia baseada na igualdade formal. Colocou em xeque a ideologia do consenso sob o regime do capital.

Contudo, os limites da possibilidade de enfrentamento direto da classe trabalhadora contra o capital nos remetem aos limites que as próprias lideranças da classe, bem como dos intelectuais mais identificados com as lutas dos trabalhadores, encontram em suas formulações. Como nos demonstra Mézàros citando Luigi Vinci:

“A autodefinição adequada e a viabilidade organizacional autônoma das forças radicais socialistas estão fortemente tolhidas por um Keynesianismo de esquerda vago e otimista em que a magia da palavra ‘desenvolvimento’ ocupa a posição central”. (MÉZÁROS, 2003:95).

O neoliberalismo é a face ‘nua’ do capitalismo, a demonstração cabal dos limites do keynesianismo e do estado de bem estar, do reformismo enfim. O rompimento da promessa integradora e da ideologia do progresso. A fase longa da crise coloca seus limites e também, expõe a função de manutenção assumida não por governos conservadores, mas pelos trabalhistas e agora por governos cuja orientação era reconhecida como de esquerda, socialistas, comunistas.

E aqui nos encontramos com os limites vivenciados pela classe trabalhadora no Brasil, cujas ferramentas de atuação na arena política recente, foram constituídas em torno da Central Única dos Trabalhadores e do Partido dos Trabalhadores. Esses dois instrumentos organizativos exemplificam os limites do reformismo na organização da classe no Brasil.

## **2- AS MUDANÇAS NO PT E NA CUT**



O PT nasceu e cresceu organicamente vinculado aos movimentos sindical e popular e contribuía para o crescimento e organização da Central Único dos Trabalhadores.

Segundo Garcia (2000), o PT registrou um notável crescimento ao longo da década de 1980, nesse período da história do partido predominou seu princípio de ruptura com a ordem e os reformistas em seu interior eram obrigados a ceder espaço para um perfil classista e de lutas fruto também do ascenso do movimento dos trabalhadores no período de abertura. O PT continuou, de acordo com Garcia, próximo aos interesses da classe trabalhadora, manteve um importante papel na formação política dos trabalhadores e conseguia avanços eleitorais, sem abrir mão de sua proposta, sem torná-la pluriclassista.

O autor afirma que o marco das mudanças no partido são as eleições parlamentares de 1988 e as majoritárias de 1989. As avaliações negativas e de ineficácia do *slogan* que vinculava o voto classista na verdade encobria a disputa interna no partido pelo projeto para o PT:

“No qual os setores adeptos de uma maior flexibilização quanto ao caráter classista do partido se aproveitaram do resultado eleitoral para tentar se fortalecer”. (GARCIA, 2000:41).

O autor, baseado em estudos de Leôncio Martins Rodrigues e de Benedito Tadeu Cesar<sup>2</sup>, avalia que, entre 1988 e 1990, o partido é tomado por setores da classe média e profissionais liberais, ao mesmo tempo em que avança sob o mundo do trabalho a terceirização e a informalidade.

Conforme análise desses autores, a característica desta classe no interior do partido mudou. O autor destaca o nível de escolaridade elevado dos militantes em relação à classe trabalhadora em geral e uma hierarquização no acesso aos cargos em função dessa escolaridade elevada.

A renda mensal, outro aspecto analisado por ele, aumenta a partir dos avanços eleitorais pelo aumento substancial de profissionalizados e de detentores de cargo de confiança no parlamento e no executivo. A questão da renda mensal individual, para o autor se relaciona com a burocratização do partido. Garcia analisa que é na detenção do mandato e não apenas na distância de ganhos mensais (e acréscimo na formação) que ele encontra a explicação do distanciamento da direção em relação à base e que está na origem das transformações do partido.

---

<sup>2</sup> Apud GARCIA, 2000: os levantamentos feitos pelos dois autores foram tomados como dados de pesquisa e acompanham todo o trabalho de Garcia.

A mudança na militância também contribui para sua análise; cresce o número de pequenos empresários, contrariando a Carta de Princípios do PT, e da militância do setor terciário, bem como de funcionários públicos, em especial professores<sup>3</sup>, o que o distancia de sua imagem inicial de predomínio do ‘perfil’ operário.

Garcia também ressalta a importância que os funcionários públicos passam a ter e que representavam 39,8% dos entrevistados. Assim sendo o processo de burocratização do partido pode ser desenhado a partir dos êxitos eleitorais e:

“Do crescimento dos profissionalizados do partido, de parlamentares, executivos, assessores, funcionários de confiança e toda uma legião de pessoas que vivem diretamente da gestão do Estado”. (GARCIA, 2000: 64).

Garcia também afirma que, a partir do crescimento da CUT, vários sindicalistas que eram oposições sindicais e que nessa condição permaneciam junto às suas bases, ganharam direções de sindicatos, aumentando o número de dirigentes liberados, sendo que muitos deles, conforme o autor, militavam ativamente também no PT.

Observou, pelos dados levantados por Cesar (apud GARCIA, 2000), que em 1991 havia uma expressiva concentração ou superposição entre postos dirigentes nas instâncias partidárias. Os possuidores de mandatos parlamentares eram número expressivo dos dirigentes dos diretórios e eram igualmente os que dispunham de maior renda mensal e entre eles concentrava-se o maior número de militantes profissionalizados pelo próprio partido. Nesse levantamento não foram levados em consideração os profissionalizados via sindicatos. Garcia afirma que, em 1997, o número de delegados ao encontro Nacional do Partido era composto por 60% de profissionalizados o que demonstra, para ele, que os profissionalizados é que determinam a vida interna do partido. As prerrogativas na linha política passam a ser distintas dos interesses diretos daqueles que originariamente o partido se propôs a representar.

Garcia conclui que:

“Os altos salários acabam estabelecendo uma dependência material em relação ao Estado Burguês, como o calendário eleitoral brasileiro é bienal, as correntes internas do PT acabam direcionando os seus melhores quadros e esforços para a via eleitoral, deixando de lado o cotidiano da luta de classes”.

---

<sup>3</sup> Os autores acrescentam que os professores são uma categoria profissional bastante numerosa e por isso capaz de oferecer uma base ampla para lideranças, o mesmo acontecendo com outras categorias de assalariados de classe média, em especial os servidores públicos. Seu vínculo se deu não pela escolaridade ou pela função de intelectual, mas pelo grau de inserção nos movimentos sociais.

Além da lógica individual de garantia de vantagens materiais, existe uma questão mais ampla: as finanças do partido dependem da contribuição dos que ocupam cargos ampliando seu peso interno no partido.

Mas a pressão material logo abre espaço para a pressão política e a corrupção. Começa a pesar a necessidade de defender posições “populares”, a busca por ter boas relações com a imprensa, a consideração excessiva com a opinião da classe média, e a tendência a discutir questões que não têm nada a ver com os interesses dos trabalhadores, mas sim com a gestão do Estado em troca da presença constante no parlamento e em outras instituições”. (GARCIA, 2000:66)

A citação é longa, mas nos ajuda a perceber o processo adaptativo sofrido pelo Partido dos Trabalhadores em um fenômeno típico da burocratização que caracteriza as estruturas dos partidos social-democratas. Os sindicatos tornam-se o campo de colheita de votos e de quadros para continuar a alimentar a máquina partidária que de meio para a conscientização e emancipação da classe trabalhadora torna-se o elemento que retroalimenta a longa esteira de privilégios a clientela que se formou dentro do partido. A Central Única dos Trabalhadores torna-se a grande mediadora desse processo, igualmente formadora de quadros e distribuidora dos recursos e das ‘oportunidades’.

No que diz respeito aos blocos internos a Articulação sempre foi a corrente majoritária. Garcia demonstra em seu estudo que a posição política da Articulação foi mudando ao longo do período analisado. Em sua origem, a tendência defendia a necessidade de combater duas posições que acreditava poderia destruir o partido: os setores que privilegiavam a ação política institucional-parlamentar e as posições vanguardistas e tradicionalmente assumidas por partidos da classe operária.

Os elementos das mudanças são apontados pelo nosso autor de suporte como sendo internamente, a vitória eleitoral do PT, em 1988, que representou a integração ao regime político que anteriormente combatia e iniciando o processo de burocratização das lideranças que detém os cargos na administração do estado tanto no executivo quanto no legislativo. Externamente, a ampliação da hegemonia neoliberal e a crise do chamado ‘socialismo real’. A revisão que esses elementos provocaram na concepção política do PT levou o partido a se apresentar como ‘pós-comunista’ e ‘pós-social-democrata’, a afirmar, sem nenhum rigor conceitual, a democracia abstrata, descontextualizada, como um fim em si. No campo da economia a Articulação, à frente do PT, passa de uma posição nitidamente antiimperialista, antimonopolista e antilatifundiária e da negação da ordem capitalista a defender a possibilidade atrair em um ‘possível’ governo petista, os capitais de monopólios e trustes. As

demais correntes, segundo Garcia, ou foram expulsas, ou se dissolveram, ou entraram em crise ideológica<sup>4</sup>.

A crise ideológica é expressa, em especial, no 7º Encontro em 1990 e no 1º Congresso em 1991, o PT assume a tática da disputa pela hegemonia e, segundo nosso autor, “elevava, cada vez mais, a democracia representativa como um valor universal e conciliava também com a economia de mercado”. (GARCIA, 2000:88).

O problema, conforme fica evidente, não é a luta pela hegemonia, que deve ser travada pela classe trabalhadora, mas o conteúdo desta hegemonia, sua direção e sua ‘moral’: “democracia e mercado”. Torna-se explícito o abandono da perspectiva emancipatória que cedeu lugar às formas adaptativas ao sistema capitalista.

Igualmente muda a política de alianças. Além das alianças já autorizadas, porém dentro de “determinados critérios”, com o PSB, PV, PH, PCB, e PCdoB passa a admitir também, ainda que consideradas em “casos excepcionais” com o PDT, setores do PMDB e o PSDB. Nas eleições seguintes o PSDB lançou a candidatura de Fernando Henrique à presidência em coligação com o PFL. Como conclui Garcia<sup>5</sup>: “Só mesmo a participação nas eleições elevadas à condição de objetivo estratégico é que poderia permitir tamanho erro de avaliação”. (GARCIA, 2000:92).

Por fim, a mudança expressa pelo abandono dos referenciais teóricos marxistas e pela ressignificação do conceito de hegemonia em Gramsci, que ao ser apropriado, pela Articulação passou a expressar, segundo Garcia:

“A acumulação de forças na institucionalidade burguesa integra o processo de construção de hegemonia, de alteração na correlação de forças entre as classes sociais e de isolamento do poder do grande capital” (GARCIA, 2000: 95).

A passagem da década de oitenta para a década de noventa representou o momento de transformação mais profunda do partido e está plasmado no 7º Encontro Nacional e nas Resoluções do 1º Congresso. Nesse período mudou também a forma de atuação do movimento sindical vinculado ao partido.

---

<sup>4</sup> Nesse aspecto sua avaliação para o PT compõe com a avaliação de BOITO Jr (1999) ao analisar as correntes sindicais na CUT.

<sup>5</sup> PSB: Partido Socialista Brasileiro; PV: Partido Verde; PH: Partido Humanista; PCB: Partido Comunista Brasileiro; PCdoB: Partido Comunista do Brasil; PDT: Partido Democrático Trabalhista; PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro; PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira; PFL: Partido da Frente Liberal.

O principal instrumento de aprendizagem dos trabalhadores em suas experiências constitutivas de classe passaria por um ‘reestruturação’ para se adequar às novas condições do enfrentamento propostas pelo partido. Onde a Articulação ou as correntes a ela ligadas estivesse à frente, os sindicatos passariam pela mudança de orientação. Tendo como referência a ressignificação dos conceitos gramscianos proposta pela Articulação tanto no 7º Encontro como no 1º Congresso Nacional conforme ressalta Garcia:

“Vários seguidores de Gramsci, principalmente a Articulação, atravessaram a porta divisória entre reforma e revolução. Pois, uma vez que o poder da burguesia no Ocidente seria principalmente atribuído à hegemonia cultural, a conquista desta hegemonia significaria a efetiva assunção pela classe operária da ‘direção da sociedade’, sem a tomada efetiva do poder, a destruição do Estado burguês e a transformação da máquina estatal, mas tão - somente através de uma transição pacífica para o socialismo: em outras palavras, a idéia típica do reformismo clássico”. (GARCIA, 2000: 98).

Diante dessa capitulação, todas as demais bandeiras e princípios de luta históricos dos trabalhadores, a independência de classe e o papel do operariado como protagonista político no PT foram abandonadas sucessivamente.

O impacto das alterações nas formulações e nas práticas petistas se faz sentir no movimento sindical, em especial na Central Única dos Trabalhadores.

Em 1991, surge em lugar do sindicato que combate a colaboração de classes, o “sindicato cidadão” e negociador dos anos noventa. Garcia traz ainda a resolução do Congresso do PT de 1991 a respeito do papel da CUT na luta que o partido pretendia empreender pela hegemonia, demonstrava que o PT passava a considerar tarefa do movimento sindical considerar o trabalhador não apenas assalariado, mas também como produtor, contribuinte, eleitor e cidadão. E nos remete a participação da CUT no “Entendimento Nacional” com Collor e participando nas câmaras setoriais. Ao apoio à posse de Itamar Franco em defesa da governabilidade capitalista. O espaço institucional passou a ser privilegiado em detrimento da luta de classes.

Essa orientação passou a ser o eixo de atuação da Articulação em todos os espaços onde é dirigente. A dinâmica que alimentava os movimentos sociais e em especial o movimento sindical, a força da democracia direta e da participação e a clareza da necessidade da luta na defesa dos interesses da classe fora invertida. Agora, os movimentos sociais e em especial os sindicatos passavam a existir para alimentar com quadros, receitas, votos e poder de pressão social a máquina eleitoral na qual o partido havia se tornado. Ainda que pese o

conjunto de reformas pelas quais o Estado passou e a reestruturação produtiva de amplos setores da economia, a resposta encontrada para essas alterações atendeu a outras necessidades específicas das lideranças reformistas e não aos interesses imediatos e mediatos da classe trabalhadora. Os efeitos estão presentes nas condições de vida dos trabalhadores em nosso país. Para os trabalhadores em educação do Estado de Minas Gerais em particular, dirigidos pela Articulação Sindical há vinte e sete anos, foram desastrosos.

As mudanças para a CUT foram analisadas a partir de BOITO Jr (1999) autor de referência desse trabalho desde o início. Assim como no PT, o marco da mudança na CUT é o início dos anos noventa, em especial a greve geral de 1990, desmarcada e substituída pela ida à Brasília para a participação do ‘Entendimento Nacional’ com o governo Collor. Também nesse ano ocorreu o IV CONCURT e nosso autor destaca a mudança na estratégia: “As resoluções deveriam passar a apresentar ‘propostas’ para as políticas de abrangência nacional” (1999:143).

A CUT também mudou de concepção. Abandonou a luta política, a agitação das idéias e contra o modelo de desenvolvimento econômico, também não assumiu a luta contra o modelo neoliberal. Segundo BOITO:

“Sem a perspectiva do confronto, firmou-se a proposta de participação do sindicalismo cutista na definição da política governamental, como a participação em fóruns tripartites”. (1999:144).

A atuação passou a ser a defesa da linha do sindicalismo propositivo. Essa modalidade de atuação foi implementada na CUT pela corrente majoritária e depois hegemônica, Articulação Sindical. De acordo com nosso autor de suporte: “A Articulação apostou na negociação com os governos neoliberais, apesar da oposição das correntes de esquerda”. (1999: 145).

Na década de noventa, as mobilizações deixaram de ser o foco da atuação da Central e as exigências foram concentradas exclusivamente na reposição de perdas salariais. Boito afirma que pela estratégia propositiva a concepção de sindicato de luta de massas foi substituída pela concepção contratualista e fragmentada. O autor também afirma que, a partir de 1996, acentua-se o processo de ‘despolitização’ da CUT que passa a defender o não enfrentamento com os governos neoliberais com base na ‘crença’ de que não haveria alterações no sistema capitalista e, portanto, não deveriam privilegiar a luta por direitos sociais.

No que se refere às formas de negociação, a CUT elaborava, desde 1988, uma concepção baseada na livre negociação e expressa em documento chamado “sistema democrático das relações de trabalho” e que, segundo Boito, representa a modalidade de atuação sindical mais próxima do neoliberalismo. Boito demonstra que nos textos da CUT aparece claramente a incorporação da reestruturação produtiva defendida pelos liberais como a defesa de “nova estratégia produtiva” para o país que na visão da Central consistia em compatibilizar as necessidades presentes na reestruturação industrial às de reversão das desigualdades sociais e regionais<sup>6</sup>.

Ainda de acordo com Boito Jr, a CUT passou a defender, em 1994, o aumento dos investimentos estrangeiros na economia brasileira e os incentivos fiscais e creditícios às empresas privadas. Políticas propostas para o capital que não são compatíveis com a política de distribuição de renda.

Em 1995, a CUT lança um documento cujo teor era um Projeto de Educação para o Brasil. Nesse documento, a Central defende a integração da rede privada ao sistema nacional de educação. Ao longo da década, a CUT passou a oferecer cursos de capacitação e de alfabetização para os trabalhadores justificando-se através do trabalho solidário de preparação para recolocação no mercado de trabalho dos demitidos pela reestruturação produtiva. Com isso contribuiu com a justificativa ideológica de que o problema do desemprego é a falta de qualificação e passou a gerenciar verbas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), entre outras, para a realização dos cursos<sup>7</sup>. A administração dessas verbas e a possibilidade de trabalhar nesses projetos também apontam para a cooptação dos trabalhadores para a corrente Articulação, reforçando suas posições internamente à Central e aos sindicatos a ela ligados e, ao mesmo tempo, para a cristalização de setores dirigentes que passaram a administrar esses recursos, também em função da corrente que os defende e opera.

Em seu texto Boito apresentava algumas reflexões sobre a hegemonia ideológica liberal no Brasil. Em relação ao PT afirmava em 1999:

“A falta de clareza no discurso das esquerdas, em especial do PT e seu enredamento na visão liberal da sociedade e da política, deixam os neoliberais sem um contraponto capaz de esclarecer as camadas populares. Desse modo, a visão dicotomizada da ideologia popular carece de sistematização teórica e

---

<sup>6</sup> A análise dos planos de governos de Minas Gerais desde 1990, em especial os de Itamar Franco e de Aécio Neves, demonstram grande similitude com esse discurso presente na Central e trazido por Boito.

<sup>7</sup> A discussão dos cursos e a mudança na orientação da Central consta também do trabalho de TUMOLO (2002) e SOUZA *et al.* (1999).

disciplina tática, tarefa que a esquerda historicamente assumiu para si”. (BOITO Jr, 1999:225).

Segundo nosso autor, nos documentos da CUT, o conflito de classes desaparece. A Central passa a apresentar um discurso de tentativa de convencimento do governo e de análises que responsabilizam quase que individualmente esse ou aquele governante como se fosse incompetência ou irresponsabilidade e não opção política atuação conservadora na administração<sup>8</sup>.

Todos esses aspectos apontam para a capitulação da Central à ideologia neoliberal e para a adoção do sindicalismo propositivo, leia-se cidadão. Aquele que participa e que busca soluções para o conjunto da sociedade, mas que entre os próprios sindicatos entram em competição pelas verbas públicas seja para o setor no qual a categoria atua, seja para implementar projetos nos próprios sindicatos. Para a formação da consciência da classe, quer dizer, como experiência educativa o efeito foi drástico, trazendo o rebaixamento das lutas, o corporativismo, a fragmentação e o abandono da solidariedade de classe.

Além disso, importantes setores ligados à CUT e oriundos dos grandes e históricos sindicatos mudaram de classe social. A organização de fundos de pensão e a criação de linhas de financiamento administradas pela Central, os cursos de capacitação e alfabetização que movimentam importantes recursos públicos, criam uma nova modalidade de burocratas e executivos cujos privilégios são os altos salários e o saldo para a classe o rompimento de importantes valores tão caros e historicamente ligados ao movimento sindical internacional. Em seu lugar, é reforçado o que existe de mais atrasado na política em nosso país: o clientelismo, o coronelismo, a manutenção de currais eleitorais a partir da distribuição de algumas benesses, o uso da máquina sindical para as políticas partidárias conservadoras. Práticas que pude observar, empiricamente, também no Sind-UTE.

---

<sup>8</sup> Esse é um discurso recorrente nas teses apresentadas pela articulação nos congressos do Sind-UTE.

### **3 - AS MUDANÇAS NO SIND-UTE**

Não há por que negar o impacto brutal das políticas neoliberais implementadas no Estado de Minas Gerais em caráter experimental e depois universalizadas a partir da reforma no Estado, em âmbito Federal. No caso do Sind-UTE, a não existência de um plano de carreira estruturado anterior à década de 90, bem como um piso salarial e política de recomposição, contribuiu para o agravamento da situação de luta.

Os ataques do governo, combinando repressão e reorganização do trabalho, além da retenção de pagamentos e das demissões, foram igualmente pesados.

Contudo, também seria incorreto creditar exclusivamente a essas políticas a descaracterização e o enfraquecimento da organização dos trabalhadores em educação do estado de Minas Gerais. O que ficou evidente ao analisar os documentos produzidos pelos governos que se sucederam à frente do Estado, em Minas Gerais, é a constância. Não há rupturas entre os governos, há uma linha de continuidade que integra as políticas implementadas ao longo de mais de duas décadas e que apontavam o caminho da construção do modelo de estado neoliberal.

O trabalho da burguesia à frente da reforma do Estado em Minas Gerais, conforme os planos de governo desde 1990 nos permitem avaliar, foi empreender a reorganização da economia no estado de forma a capitalizar os recursos estrangeiros através do Banco Interamericano e do Banco Mundial, reforçando os laços do desenvolvimento dependente e ampliando as possibilidades de negócios para os setores da burguesia. A reedição do papel que historicamente o estado desempenha na administração dos interesses da burguesia e dos conflitos decorrentes com a classe trabalhadora assume sua forma atual através da reforma do Estado. O redirecionamento dos investimentos do estado para os setores considerados competitivos (setores já tradicionais na economia mineira e ligados à agricultura, à pecuária e ao extrativismo mineral) e a relação de sociedade com os investimentos estrangeiros restringem os investimentos nas políticas sociais. Essa opção informa o aprofundamento do controle sobre os processos de trabalho no serviço público, como forma de apropriação à maior da capacidade de trabalho, reorientando o fundo público para os setores econômicos, restringindo a distribuição da riqueza socialmente produzida que a garantia dos direitos sociais representa. Sobre o setor da educação pesam especialmente alguns elementos que complexificam o quadro: os trabalhadores em educação constituem aproximadamente metade dos servidores do estado<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Dados do sindifisco de Minas Gerais, palestra de Lindolfo Fernandes de Castro, presidente da entidade, em seminário ao movimento de oposição. Mais informações através do site do sindifisco: [www.sindifiscomg.com.br](http://www.sindifiscomg.com.br). Torna-se evidente que o impacto numérico sobre folha e a concepção gerencial privatista do estado fazem com

As condições objetivas sob as quais a luta de classes se dá no estado de Minas Gerais têm sido muito duras, em função do quadro traçado para a atuação da burguesia à frente do Estado. Por isso mesmo, devemos nos reportar sob essas condições, à expressão da dialética marxista que nos coloca a necessidade de pôr à prova nossas elaborações sobre as experiências concretas:

“É nas relações sociais de produção que os homens tomam consciência das contradições e lutam para resolvê-las até o fim”. (MARX, 1978:139).

Nesse sentido as condições objetivas sob as quais a existência se realiza condicionam, mas não determinam a ação dos homens. Tanto pode favorecer a acomodação como a superação. Um dos elementos que pode modificar fundamentalmente essa condição é a mediação que os setores mais organizados da classe, a vanguarda, os dirigentes, os militantes, podem favorecer nas diversas experiências<sup>10</sup> que os setores da classe trabalhadora vivenciam e que constituem a forma como tomam consciência da sua condição de classe. O resultado não é um dado já dado nem no sentido da acomodação nem da superação.

Contudo, conforme procurei demonstrar as ações do governo não mudaram. A forma de atuação da classe que detém o controle do Estado em Minas e que o governa desde a abertura, não mudou. Conforme ficou evidente nas análises das teses e resoluções o que mudou foi o Sind-UTE. Mas não mudou sozinho. Nesse sentido as mudanças ocorridas na organização dos trabalhadores em educação do estado de Minas Gerais, o Sind-UTE, acompanham as mudanças ocorridas no PT e na CUT. Espelham as alterações mais amplas e partilham a condição de raiz dessas mesmas transformações nas formas de organização dos trabalhadores. Todas as alterações realizadas na estrutura organizativa e na concepção política do Partido dos Trabalhadores e da Central Única dos Trabalhadores foram acompanhadas pelo Sind-UTE o que demonstra não só a organicidade desse sindicato em relação a Central e ao Partido, mas também a inversão nas relações de representação dos trabalhadores. As mudanças não representaram as respostas da base do movimento sindical ao novo arranjo nas formas de controle e exploração do sistema capitalista. Representam o avanço, sob seu impacto, das formas ideológicas adaptativas que já funcionavam no âmbito mais amplo dessas

---

que recaia sobre essa categoria e sobre os trabalhadores da saúde a pressão da reforma do estado em Minas Gerais pela redução de custos e redirecionamento de receitas que possibilita.

<sup>10</sup> Experiência no sentido empregado por Thompson: a experiência da determinação, experiência como mediação em um processo histórico de formação de classe e sob as pressões estruturais determinantes das relações de produção, mas que se estende para além do processo imediato de produção e do nexos imediato de extração da mais valia e engloba as unidades particulares de produção. É em meio a essa experiência comum que toma forma a consciência social e a disposição de agir como classe. In: WOOD (2003:73 a 98).

representações. Mesmo no contexto da abertura democrática no Brasil favoreceu o avanço dos representantes dos trabalhadores de orientação reformista, ampliando sua atuação nessas estruturas.

Assim como o PT e a CUT, o Sind-UTE foi hegemônico desde o início pela Articulação, corrente política de orientação reformista que, ao longo da década de noventa, atuou dentro dessas organizações ampliando o controle sobre as estruturas, cooptando as lideranças, coibindo o surgimento de outras. Atuou de forma a se constituir não só um interlocutor privilegiado do Estado, como de representação dos trabalhadores nas esferas da administração desse mesmo Estado, reforçando as contradições entre as duas atuações que são inconciliáveis e expressando assim os limites dessa tática utilizada pela social democracia em especial e dos ‘partidos de esquerda’ que abandonaram a perspectiva revolucionária. Sedimentando a crença na possibilidade de atuação através das estruturas burguesas no sentido da melhoria de vida dos setores de classe que representa e defendendo a possibilidade de universalizar as melhorias. Com o avanço da crise e a maior atuação do Estado nas relações sociais de produção criando os mecanismos para maior expropriação a promessa de ‘melhoria da vida’ tende a um rebaixamento crescente, deixa de ser a universalização e passa ao ideário neoliberal de focalização.

A passagem do Sind-UTE de uma concepção classista de organização sindical e de defesa do socialismo ao sindicato de conciliação, expresso na fórmula de sindicato cidadão, demonstra a burocratização das suas lideranças, que por sua vez demonstra o compromisso ideológico que o reformismo mantém com a manutenção da estrutura de exploração demandada pelo capital.

A adaptação da Articulação e sua conversão definitiva ao reformismo e depois ao social-liberalismo<sup>11</sup> levou essa corrente a uma transformação radical na forma de encaminhar as relações com os trabalhadores através das organizações que dirige. O Sind-UTE é um exemplo lapidar. A democracia direta que era o motor da atuação da categoria profissionais da

---

<sup>11</sup> A categoria social –liberal deve-se à Ronald Rocha, que a utiliza aplicada ao PT como: “a categoria que procura sintetizar duas associações doutrinárias e político-práticas. A primeira é o fato de que o PT aderiu ao liberalismo sem abandonar, nos seus documentos oficiais e nas falas de seus defensores, a palavra socialismo, embora lhe imprimisse um conteúdo conservador. A segunda é o fato de que o PT, como fica claro no programa de governo de 2002, fundiu o liberalismo com a dominância do que chamou “eixo social”, daí derivando uma ênfase político-administrativa peculiar nas medidas compensatórias do tipo “bolsa-família” – em sua maioria já existentes nos governos de Fernando Henrique e previstas por instituições mundiais promotoras do pensamento único –, que passaram a justificar e articular sua abordagem da questão social em todos os terrenos”. Correspondência entre a pesquisadora e Ronald Rocha.

educação e que garantia as respostas rápidas às ações do governo foi substituída pela negociação pela via parlamentar ou pelas mesas de negociação sem mobilização. Tudo isso guarda relação com a necessidade de manter o controle sobre as formas de organização das várias frações da classe trabalhadora das quais os interesses políticos e econômicos desse grupo passaram a se alimentar. É essa apropriação e controle sobre os organismos de representação de classe que precisa, para se sustentar, da eliminação das formas democráticas diretas, do afastamento dos trabalhadores da decisão sobre os rumos do movimento. Essas decisões poderiam caminhar no sentido do acirramento da luta de classes. Por fim é a capacidade de conter a luta de classes que credencia os partidos reformistas, suas organizações sindicais e seus sócios a serem gerentes do capital.

Propicia o afastamento da base das arenas de decisão, cada vez mais esvaziadas como arena política e força a alienação dos trabalhadores do controle dos rumos do movimento organizado, favorecendo o desenvolvimento das práticas fetichizadas. A alienação e a fetichização demonstram assim a não organicidade entre lideranças e base.

As lideranças, nessas circunstâncias, passam a uma condição de independência crescente em relação à base. Quanto maior o afastamento e maior a autonomia dessas lideranças, mais frágil se torna a representação o que leva ao reforço das práticas antidemocráticas nas lideranças, posto que o que importa para essa fração da categoria que se autonomizou é o poder, o 'capital' político que essa representação lhes garante e não mais a constituição solidária de uma força social diante do capital. Esse processo é autodestrutivo e passa a se retroalimentar com o reforço das práticas antidemocráticas. Ainda que o esgotamento do processo não seja o desaparecimento da entidade de representação ela se apresenta destituída da potencialidade que a criou, ela está morta para o que interessa à prática de organização dos trabalhadores: as experiências organizativas que podem ampliar a formação de dirigentes em uma perspectiva emancipatória.

A forma adaptativa assumida pela social democracia à frente do Sind-UTE reafirma o modelo clássico apresentado por MANDEL (2005) que conceitua como dialética das conquistas parciais. Com a ideologia social democrata por seu caráter adaptativo ao regime capitalista os mecanismos ideológicos que a classe constrói para evitar a cristalização da dualidade presente nessa sociedade dentro da organização dos trabalhadores são abandonados e a partir de então a busca por privilégios ou posições de poder ou ambos tende a se aprofundar. E se tornam, segundo o autor, a raiz do conservadorismo da social democracia.

Esse é um fenômeno típico dos reformistas e atinge a organização que é nosso objeto de estudo. A direção do Sind-UTE está presente em todos os fóruns de representação de movimentos sociais, conselhos municipais etc. Através da CUT Minas participam até mesmo da discussão de planos de governo tanto municipais quanto estaduais. Seus dirigentes são eleitos vereadores e deputados. Na condição de eleitos para o Parlamento, para as municipalidades ou mesmo como dirigentes sindicais, parafraseando MANDEL (2005), podem negociar em um nível mais elevado com as organizações patronais ou com seus representantes nos governos e passam a conviver com elas. Da mesma forma os dirigentes eleitos ao Parlamento ou que assumem cargos no executivo tornam-se uma clientela dentro da classe e buscam seu reconhecimento e aceitação na justa medida que necessitam para continuar a usufruir os privilégios advindos dos cargos que ocupam. Toda a máquina da organização passa a funcionar para alimentar essa busca de poder, um poder pela participação no regime de controle e de valorização do próprio capital. A tendência ao afastamento em relação à base se torna crescente e os mecanismos de controle da classe se instauram.

É essa mudança que está expressa no abandono da democracia direta de inspiração operária que tomava as decisões das assembleias de base em local aberto, de massa, como o fórum de decisões para a política a ser implementada pela direção, para o uso da democracia representativa que mesmo quando utiliza as assembleias como fórum, o faz a partir dos filiados em locais fechados e com identificação aos seguranças particulares na porta. Ainda assim, pelo estatuto, muitas das decisões que inicialmente cabiam às assembleias de base passaram a ser tomadas pelo conselho geral.

Os dirigentes do Sind-UTE passam a cumprir o papel de reguladores do movimento ao invés de organizadores e assim se apresentam nas funções que o capital destina as organizações que consegue cooptar, conforme nos apresenta Trotsky.

TROTSKY (1978) argumentava que sob o capital monopolista a tendência das organizações sindicais era a de se transformar em social - imperialismo, o que nos remete a vinculação vertical do Sind-UTE com a CNTE e a CUT à ORIT e, por fim, à CIOSL. Levando em consideração a forma como a relação CUT – Governo<sup>12</sup> está se aprofundando podemos supor que as formas burocráticas de controle presentes no sindicalismo de Estado tenderão a ser reeditadas, conforme assinala como possibilidade o texto da reforma sindical.

---

<sup>12</sup> Não é demais lembrar que, Luiz Marinho, ministro do trabalho do governo Lula, foi presidente da Central Única dos Trabalhadores, sendo eleito com o apoio e empenho de Lula. Até então nenhum Presidente da República, nem mesmo Getúlio Vargas, tinha conseguido tal feito.

Pensando essas relações a partir da atuação do Estado, a burocratização levada a cabo pela social democracia nas organizações de trabalhadores que controla, é a realização concreta da ampliação do Estado através do aparelho privado de hegemonia sindicato. O sindicato como instituição passa a operar pelos mecanismos que a institucionalidade burguesa lhe oferece e seus burocratas se tornam “informalmente” funcionários do Estado, com a possibilidade real de se tornar funcionário direto através da atuação no Parlamento ou no executivo, quem sabe até como funcionário de primeiro escalão, como ministros de Estado. Assim a organização sindical sob o controle da social democracia é expressão do avanço da ideologia liberal que se objetiva e molda as relações ali existentes. É a expressão do controle que o Estado pode realizar de dentro dos aparelhos privados, fazendo operar coerção e consenso por dentro desses aparelhos, esvaziando os conflitos entre as classes fundamentais e remetendo-os para o conflito intraclasses trabalhadora, mantendo o desgaste na esfera das organizações dos trabalhadores.

Por isso, torna-se fundamental que sob o avanço do capitalismo monopolista os sindicatos atuem superando as ações corporativas e politizando ao máximo sua atuação. Essa politização é exatamente o que a social democracia não pode realizar tanto por um erro de origem, de método, como por que sob o avanço do capital monopolista tornou-se um mecanismo de controle e de regulação do próprio capital sobre o trabalho. Por isso toda a sua atuação acaba se tornando uma mistificação, fetichizando as práticas sindicais.

A categoria profissionais da educação apresenta as características do quadro descrito. Baixa participação em fóruns deliberativos como as Assembléias, não comparecimento aos atos e manifestações quando esses são marcados, baixa filiação. O desinteresse por parte desses trabalhadores e sua despolitização é resultado não apenas das reformas, mas da atuação que os dirigentes tiveram a frente da entidade de representação dessa categoria e demonstra em um âmbito mais amplo, o resultado da opção que a esquerda assumiu, capitaneada pelo PT, diante do avanço neoliberal.

Os grupos minoritários que preservaram o ideário revolucionário não conseguiram ainda se constituir como representação desses trabalhadores no âmbito do Sind-UTE e isso é algo que também exige pesquisa mais aprofundada. Mas acredito que a própria esquerda do Sind-UTE se manteve atuando apenas dentro dos fóruns já constituídos e hegemonizados pela Articulação com militância na base apenas dos locais onde trabalham, não conseguindo atuar de forma a ampliar sua abrangência. Os motivos e as condições dessa forma de atuação também merecem uma análise mais detida. A atuação nos espaços constituídos como forma de explorar as contradições não reconheceu as limitações impostas pela diminuição da

democracia e a própria ausência da categoria nesses fóruns, o que em minha opinião demonstra, em parte, a capitulação da própria esquerda do movimento à burocracia.

Quanto a base de representação desse sindicato, trabalhadores em educação, está inserida em um contexto mais amplo de desenvolvimento histórico e social de Minas Gerais. Um estado de baixo desenvolvimento industrial, concentrado em regiões como Belo Horizonte e seu entorno, o Triângulo Mineiro à noroeste, tendo Uberlândia como pólo e a região da Zona da Mata, tendo como pólo Juiz de Fora.

Nas grandes cidades, o desenvolvimento urbano industrial possibilitou a criação de um pensamento crítico e de lideranças sindicais que compõe o quadro de oposição dentro do Sind-UTE. Essas lideranças possuem várias orientações ideológicas: marxistas -leninistas, trotskistas, comunistas sem tendência, anarquistas e opositoristas sem orientação ideológica definida.

A Articulação agrupou, desde o início, dissidentes de vários matizes ideológicos e ainda um grande contingente de militantes católicos. Atuou como aglutinador desses vários elementos e apresentou uma deficiente formulação ideológica expressa no conceito difuso de socialismo. Constituíram-se no processo de ascensão dos movimentos sociais de massas ao longo dos anos 70 e 80, participando da construção do PT, da CUT e do Sind-UTE.

O baixo desenvolvimento urbano industrial, a condição de pequenos municípios e amplas áreas rurais estreita as possibilidades de desenvolvimento cultural, mesmo do ponto de vista do desenvolvimento da sociabilidade capitalista e para o desenvolvimento de intelectuais de novo tipo. Nesses municípios convivem as relações modernas, capitalistas com os mais arcaicos sistemas de produção e trabalho (meeiros, bóias-frias, escravos). Apresenta uma conformação social conservadora: as relações são de natureza pessoal, há uma enorme tendência aos apadrinhamentos, às dívidas de 'natureza moral', aos compromissos familiares nas relações políticas e sociais que dificultam a percepção das relações de classe. Convivem a exploração nas suas mais diversas manifestações com as práticas políticas do Brasil arcaico.

Em muitos desses municípios a renda de servidores públicos e aposentados é fundamental para manutenção das economias locais. Com a reforma do estado a última década e meia tem sido de dificuldades para essas populações.

Esse contexto exige das lideranças dos trabalhadores maior perspicácia, melhor preparo teórico e prático, pois sua tarefa educativa se coloca muito mais acentuada. Exige saber aproveitar o momento destrutivo que as reformas representam, mediando a elaboração por parte desses trabalhadores dos conflitos de classe e contribuindo para, nas palavras de

Gramsci, “a elevação moral e espiritual” da classe trabalhadora, em especial na fração de classe que representam.

O resultado da atuação das lideranças do Sind-UTE, nessas regiões, contribuiu para reforçar as práticas arcaicas pré-existentes no fazer política. Na verdade, se alimentou delas e se conserva através delas. Nesse sentido, a tarefa educativa realizada por seus dirigentes é a de conservar as práticas de exploração e não de contribuir para o desenvolvimento de nova concepção de mundo e de sociedade. Ela reforça as impossibilidades para ‘vender’ as facilidades através da eleição de seus quadros, criando relações de clientelismo nesses municípios menores, ao invés de romper com elas.

A manutenção do máximo de 30% de filiados ao longo de vinte e sete anos de existência, a ausência cada vez maior da categoria nos fóruns de decisão e, finalmente, a institucionalização dessa ausência através da legalização da Assembléia de Filiados, reforça o afastamento da categoria em relação à organização.

A crise na representação que provocou essa pesquisa na verdade demonstra o rompimento da própria representação por parte da direção do movimento. A percepção da categoria desse afastamento se dá de várias formas, em função do grau de desenvolvimento de ‘consciência política’. Essa por sua vez, é fruto do processo histórico e cultural atingido. E merece pesquisa para compreender a percepção que a base tem de todo esse processo.

Assim, a categoria profissionais da educação tem respondido de maneiras distintas a esse afastamento fruto da burocratização e apropriação oportunista da estrutura sindical. Valeria igualmente um bom trabalho de pesquisa o mapeamento histórico dos filiados, das desfiliações e a composição social destes trabalhadores.

O fenômeno mais imediato e profundo é a ‘desidentificação’ tanto com o trabalho quanto com a representação sindical. Suponho que, nesse momento, esse trabalhador sucumbiu à alienação. Ele deixou de lutar pelo controle do seu trabalho e de sua organização. Mas não atribuo a ele à responsabilidade sobre isso. A tarefa organizativa e de direção exercida pela direção sindical é que reforçou a ação constante do capital no sentido do controle sobre o trabalho, aqui expressa nas reformas empreendidas no Estado em Minas Gerais. Sua percepção está restrita à lógica que a informou e as relações histórico culturais que conheceu.

Outra posição muito comum é o abandono da organização por considerar que o sindicato é fraco e não é capaz de resolver nada. Nesse caso há um reforço recíproco dos efeitos das reformas administrativas e educacionais por um lado e da atuação do sindicato do outro. O resultado de rebaixamento das condições de trabalho e subsistência é interpretado como enfraquecimento da forma de organização sindicato e o afastamento do trabalhador reforça todo o processo. Assim também há uma percepção fetichizada<sup>13</sup>.

Há os que vêem alguns ganhos advindos da organização, em especial nas questões de enfrentamento jurídico, assim sua relação com a organização sindical deixa de ser política e passa a ser utilitária, de uso de serviços demonstrando igualmente a degeneração da organização perante os trabalhadores e uma relação que reedita o assistencialismo.

Há os que lutam para sua reorganização, denunciando as práticas da direção e tentando articular um movimento de oposição dentro da estrutura. Contra esses, os mecanismos de controle e coerção são postos em ação. A difamação e o uso do denunciamento, a atribuição a esses trabalhadores das causas do enfraquecimento da organização pelo divisionismo encontra no senso comum, na ideologia do consenso que permeia a sociedade nesses anos de neoliberalismo, o eco necessário para se estabelecer. Nesse caso, os mais politizados permanecem nos embates, mas a um custo de desgaste elevado. Os menos politizados simplesmente se afastam. Em todos os casos, o potencial de contraposição é enfraquecido, pois nos espaços de encontro da categoria como as assembleias torna-se impossível a realização de um bom debate político, resvalando para o ataque por parte dos que desejam manter o controle da organização.

Um grupo mais próximo da direção, que continua participando das assembleias e fóruns mantém com esses a modalidade de relação que vincula pessoalmente esses trabalhadores à direção do sindicato. Mantém-se unidos pelo forte sentimento identitário - fruto dos anos de intensa mobilização - e que reforçam a afirmação de que tudo o que é possível está sendo feito, pois “esse sindicato sempre foi de luta”. Ou ainda, os laços de

---

<sup>13</sup> Fetichismo no sentido gramsciano: “Um organismo coletivo é constituído de indivíduos, os quais formam o organismo na medida em que se deram, e aceitam ativamente, uma hierarquia e uma direção determinada. Se cada um dos componentes pensa o organismo coletivo como uma entidade estranha a si mesmo, é evidente que este organismo não existe mais de fato, mas se transforma num fantasma do intelecto, num fetiche”. (C.C. V3, 200:332). O fetichismo desta espécie, segundo Gramsci, se reproduz em organismos ‘voluntários’ do tipo ‘não público’ ou estatal, como os partidos e os sindicatos. “Chega-se a pensar as relações entre o indivíduo e o organismo como um dualismo, e se chega a uma atitude crítica exterior do indivíduo em relação ao organismo (se a atitude não for de uma admiração entusiástica e acrítica)”. (*Idem*).

dependência, fruto da cooptação e da sedução através de cargos, ajustes nas prefeituras (remoção de um posto de trabalho, agilização de um processo etc), atendimentos de pequenos favores, licenças conseguidas, participação em projetos, até mesmo a simples oportunidade de viajar e conhecer lugares que de outra forma não poderiam ( como ida a congressos, conferências). Para essa categoria empobrecida e despolitizada, qualquer pequena concessão vira um privilégio a ser mantido e defendido, o que só poderia ser revertido com uma intensa formação política.

Esse grupo passou a apoiar a direção estadual do sindicato, independente da posição política em questão. Votam em congressos e assembléias com os líderes e dirigentes de suas caravanas em uma explícita reedição do cabresto da república velha. Assim sendo, o que observamos e consideramos como possibilidade de pesquisa futura é a despolitização da categoria profissionais da educação em Minas Gerais, o avanço da alienação nas relações de trabalho e na organização e a ampliação da fetichização nas relações com o sindicato.

Uma bem sucedida hegemonia parece ter sido realizada pela Articulação, como intermediários da burguesia, exercendo a direção política e moral do conjunto da categoria. Pergunto-me se para aqueles que não participam mais das assembléias e para a enorme maioria de não filiados essa hegemonia se torna manifestação concreta da ideologia burguesa ou se falta um novo elemento de mediação capaz de organizar, de fato, as formas de resistência presentes nos locais de trabalho.

É a partir da visão que essa categoria detém do seu processo de trabalho e das relações com sua organização e seus dirigentes que pretendo continuar as pesquisas que comecei a desenvolver.

**A TÍTULO DE CONCLUSÃO:**



O Objetivo dessa pesquisa foi analisar as transformações ocorridas no Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação ao longo da década de noventa até o ano de 2006. Ela surgiu como fruto da observação empírica da forma de atuação dos dirigentes desse sindicato em Juiz de Fora e nas assembleias estaduais em Belo Horizonte, que destoavam da atuação realizada na década anterior.

A pergunta que passou a nortear a pesquisa foi: -Por quê o Sind-UTE mudou?

Tentei explicitar essa mudança trabalhando as transformações mais amplas ocorridas no PT e na CUT entidades de organização da classe trabalhadora cuja história de formação guarda íntima relação com o Sind-UTE. A hipótese trabalhada foi que a burocratização dos quadros dirigentes do sindicato, pelo controle e permanência da corrente política Articulação sindical à frente do Sind-UTE há vinte e sete anos e que se tornou hegemônica no sindicato, na CUT e no PT.

Foram utilizadas como fontes principais as resoluções congressuais, pois sintetizam vários conceitos que comporiam a análise do objeto. Acredito que seja a fonte que melhor se presta a análise que desejava realizar. Através delas, procurei identificar a linha política adotada pela organização sindical dos trabalhadores em educação expressa nas análises de conjunturas, na concepção de sindicato expressa na organização, na estrutura e nas mudanças estatutárias, na concepção de educação, no plano de lutas e nas bandeiras. Por isso privilegiei a manutenção da própria estrutura tradicional das teses congressuais para facilitar a comparação entre elas e acompanhar as mudanças. O contato com essas fontes demonstrou que a dinâmica dos congressos era de aprovar uma tese como guia e esta era sempre da mesma corrente. Assim sendo optei por incluir a análise não só das resoluções, mas também das demais teses apresentadas pelos outros grupos políticos, o que foi fundamental para enriquecer o quadro e, inclusive, caracterizar melhor a direção do sindicato. Outro aspecto que determinou a escolha das fontes foi a impossibilidade de trabalhar com séries completas de outros documentos como boletins, jornais, cartilhas etc. Assim sendo essas fontes foram utilizadas com o intuito de enriquecer o quadro já traçado a partir das teses congressuais.

Foi escolhido como marco teórico da pesquisa o método do materialismo histórico e dialético, para mim, o melhor método de abordagem da realidade e o que permite a melhor visão crítica sobre ela. Assim sendo procurei caracterizar, na primeira parte do presente trabalho, o contexto histórico no qual se desdobraram as análises feitas. O capitalismo foi apresentado em sua atual fase de acumulação, monopolista, o Estado conceituado como instrumento que organiza as relações sociais de produção e que, portanto, se apresenta como instrumento da classe dominante em determinado período histórico, cumprindo a função de

atuar no sentido de universalizar a visão de mundo dessa classe, sua ideologia. A crise vivida pelo sistema capitalista a partir da década de 1970 foi identificada como o ciclo longo de uma crise que expõe os limites das formas adaptativas surgidas em meados do século vinte e que ficaram conhecidas como Estado de Bem Estar. As reformas realizadas no âmbito do Estado no Brasil e em Minas Gerais foram inseridas no contexto desta crise da acumulação e consideradas expressões das saídas buscadas pelo capital para mesma.

O segundo capítulo dessa parte tratou do fenômeno da burocratização. Através dele conceituamos burocratização como um excesso de administração cuja eficiência está expressa na criação de mecanismos de distanciamento das formas de organização e gerenciamento democráticos da vida social. A burocracia expressa o afastamento de um projeto democrático e sob a atual fase do capitalismo, expresso ideologicamente como neoliberalismo, expõe uma contradição fundamental que perpassa vários organismos na sociedade civil na atual fase da acumulação: quanto mais participação, proposição, democratização, menos democracia de fato, no sentido da tomada de decisão direta e de participação substantiva na política, capazes de gerar efeitos concretos nos vários aspectos da organização social. A ‘democratização’ se apresenta como parte da fetichização, é um mecanismo ideológico que cria a mistificação, uma experiência educativa de conformação. Também foi conceituada burocracia como um corpo de funcionários diretamente ligados à estrutura administrativa do Estado ou ligados aos aparelhos privados de hegemonia presentes na sociedade civil que realizam a tarefa precípua dos intelectuais: a direção ‘moral’ e ‘espiritual’ de determinada organização social. Por isso o Estado recruta os membros desse corpo de funcionários nos mais diversos setores de classes e nas mais diversas instâncias organizativas da sociedade.

No capítulo três procurei caracterizar o trabalho docente sob o regime de acumulação capitalista, sua função mediata nas relações de produção e a especificidade de sua produção: a formação do novo trabalhador. Também a função da escola foi caracterizada a partir de sua função para o regime de acumulação. Para tanto utilizei os conceitos gramscianos de sociabilidade e princípio educativo. As possibilidades de controle sobre o trabalho docente e sua maior exploração no setor público a partir das reformas foram inseridas na apropriação por parte do capital, através do estado, do excedente que compõe os fundos públicos, para tanto, utilizei as formulações de Oliveira (1998). Os conceitos utilizados foram subsunção formal e subsunção real. Considerei que os mecanismos de controle do trabalho tendem a funcionar através da subsunção real, mas há limites para sua realização no que diz respeito à visão de mundo, a ideologia, a concepção de conhecimento e as mediações que o docente é capaz de realizar.

Coube à segunda parte do trabalho caracterizar o Estado em Minas Gerais e a forma de atuação da elite mineira e traçar, em linhas gerais, o ascenso das lutas dos trabalhadores no país e em Minas, no contexto da abertura democrática. As fontes utilizadas foram secundárias. O objetivo foi criar um quadro no qual o surgimento do PT, da CUT e do Sind-UTE pudesse ser elaborado em toda a riqueza que o momento representou e demonstrando o caráter de ruptura que estas formas de organização da classe trabalhadora assumiram naquele momento. Destaca-se o movimento dos servidores públicos em geral e dos trabalhadores em educação em particular, cujas formas organizativas assumem a forma sindicato a partir das lutas desse período, rompe com as organizações de caráter assistencialista que predominavam até então. O Sind-UTE é um exemplo lapidar desse processo e a histórica greve empreendida pela categoria trabalhadores em educação, em 1979, constitui a experiência fundamental de formação para os mesmos. Foi feito um breve histórico das mudanças propostas pelos governos mineiros ao longo da década de oitenta, destacando a atuação, em caráter experimental, de combinar formas de cooptação através da realização do Congresso Mineiro de Educação (1983) com ações coercitivas como as demissões sob o governo de Newton Cardoso. Essa forma de atuação expressa os primeiros passos do que viria a ser a reforma administrativa dos anos de 1990.

A década de 1990 e a primeira metade da década de 2000 foram o foco dessa pesquisa. Nesse período a organicidade das ações da elite mineira em torno da reforma do Estado toma corpo através da introdução do programa de qualidade total, pelas mãos de Walfrido dos Mares Guia. As reformas administrativas ao longo da década e seus desdobramentos para a educação demonstraram uma linha de continuidade dos governos mineiros desde a abertura democrática. Conforme procurei demonstrar as ações combinaram coerção e consenso e objetivaram a ampliação do controle que o Estado detém sobre o processo de trabalho, aumentando a exploração.

Para o mesmo período a atuação do Sind-UTE se alterou. As posições defendidas no congresso de unificação, que expressavam a adoção dos princípios cutistas de autonomia, independência, sindicato classista e de defesa do socialismo, se alteraram progressivamente ao longo dessa década e meia. O sindicato, após dezesseis anos de sua fundação e de vinte e sete anos de organização (a partir da greve de 1979) alterou radicalmente sua forma de organização, sua concepção de sindicato e de educação. A cada congresso um novo componente surgiu para caracterizá-la.

Apesar das críticas que a própria Articulação à frente da direção do Sind-UTE fazia à CIOSL, o sindicato aprovou a filiação da CUT à esta Confederação, fruto da nova linha de

atuação sindical que passou a orientar as organizações sob a direção dessa corrente. Foi adotada a linha de atuação ‘sindicato cidadão’, participativo das esferas e fóruns deliberativos propostos pelo Estado. Internamente a democracia direta, expressa nas assembléias de base, foi abandonada e em seu lugar surgiu a assembléia de filiados com a identificação na entrada através de contra-cheques e identidade. A defesa de uma educação emancipatória, tendo como referência a escola unitária de Gramsci cedeu lugar a discussão dos projetos mantidos pelo governo e até mesmo a adesão à eles. Da mesma forma, as propostas do governo contidas na reforma administrativa foram aceitas sem grande resistência, na adoção da linha propositiva, aceitando as mudanças e tentando melhorar depois. Assim sendo, o rebaixamento das propostas de melhoria para a categoria se aprofundou até o limite da implantação do novo plano de carreira, através do qual os direitos dos trabalhadores mais antigos foram garantidos através da aceitação da maior exploração dos novos, em especial dos subcontratados.

As lutas tenderam a privilegiar a negociação através da mediação parlamentar e das lideranças da Central Única dos Trabalhadores, o enfrentamento tem sido remetido aos locais de trabalho e às atividades regionais, evitando e contendo as manifestações de massa e antecipando a adoção na prática dos mecanismos regulatórios previstos na reforma sindical.

Por fim as mudanças ocorridas na linha política do sindicato desde o congresso de 1999 em diante permitiram perceber que a Articulação conseguiu aprovar como plano de lutas inúmeras propostas que constituem elementos do programa de governo de Lula.

As mudanças na forma de analisar a conjuntura também demonstraram a adoção do ideário neoliberal por parte da direção do Sind-UTE. Um exemplo significativo é o abandono progressivo da bandeira do não pagamento da dívida externa até a adoção da proposta de conversão de parte da dívida em investimento para a educação.

A partir do Congresso de 1999 a hegemonia da Articulação se cristalizou e o programa de governo adotado por esta corrente através da eleição de Lula aparece como resolução dos Congressos seguintes.

Através das Considerações feitas na quarta parte da dissertação, procurei responder a pergunta que motivou a realização da pesquisa, vinculando as transformações ocorridas no Sind-UTE com as transformações ocorridas nas organizações dos trabalhadores em um cenário mais amplo. Assim sendo, procurei associar essas transformações àquelas enfrentadas pelos partidos e sindicatos socialistas e comunistas que migraram para as posições reformistas, explicitando os condicionantes históricos daquele processo. No Brasil, essa mudança foi caracterizada a partir do PT e da CUT, entidades emblemáticas da luta pela redemocratização do país com as quais o Sind-UTE mantém relação estreita deste o

nascimento. O percurso de construção da hegemonia da Articulação que culminou com a eleição de Lula para a presidência ocorre de forma combinada nessas três entidades. Nesta seção da dissertação busquei explicitar que essa vinculação levou a inversão na forma de encaminhar a política e a organização do sindicato, que passou a ser organizado do Partido dos Trabalhadores e da Central Única dos Trabalhadores para a base. A estrutura e a organização das lutas perderam progressivamente o seu dinamismo e tenderam ao imobilismo, posto que a relação dialética entre a base e suas entidades de organização mudou qualitativamente.

Assim sendo, conclui que apesar das políticas altamente regressivas implementadas pela reforma do estado em Minas Gerais, a marca dos vinte e três anos passados desde o Congresso Mineiro de Educação, realizado por Tancredo Neves, foi a constância. As políticas que viriam a caracterizar o neoliberalismo foram introduzidas inicialmente de forma experimental e assistemática, durante a década de 1980. Com o Programa de Qualidade Total implementado no início da década de 1990 tomou forma sistematizada e passou a nortear todas as ações dos governos à frente do Estado em Minas Gerais. A grande mudança ocorrida foi na organização dos trabalhadores em educação através do Sind-UTE. A adoção da fórmula do “Sindicato Cidadão” permitiu maior o avanço das políticas neoliberais sobre esses trabalhadores que, conforme vimos, cedeu a linha de resistência e adotou a de participação.

Por fim tentei caracterizar de forma inicial o comportamento da categoria observado durante a realização da pesquisa. Esse comportamento observado expressa, em minha opinião, a crise do movimento sindical dos trabalhadores em educação visto a partir da base.

As diversas reações dos trabalhadores à atuação da organização sindical expressam a regressão às formas assistencialistas ou a ‘crença’ de que o sindicato se tornou uma entidade fraca, reforçando concepções conservadoras. As várias leituras do fenômeno apresentadas pelos trabalhadores indicam o avanço da alienação dos processos de trabalho e da fetichização nas relações com o sindicato.

Com as leituras de Marx, Lênin, Trotsky, Rosa Luxemburgo, Gramsci aprendemos que o futuro não é um dado já dado. Aprendemos que as relações sociais de produção condicionam, mas não determinam as ações dos seres humanos. Estes em sua processualidade, no vir a ser, têm sempre a possibilidade de se constituir sujeitos históricos, de fazer a história. Muitas mediações são necessárias e neste delicado momento em que nos encontramos, exigem maior perspicácia e determinação dos que desejam e lutam pela transformação da sociedade. Como nos ensinou Gramsci é necessário o pessimismo da inteligência, para não negligenciarmos os condicionantes históricos estruturais e conjunturais,

e o otimismo da vontade, para que não nos tornemos, sob o regime brutal que nos condiciona, menores do que nós mesmos.

Reafirmo a luta pela transformação como possibilidade e necessidade. Ela se constrói cotidianamente como nos ensinou Marx, nas relações de trabalho, primeira arena e escola da luta de classes e nesse sentido, nossos locais de trabalho são os primeiros espaços de intervenção.

A experiência recente de nossa história desde a abertura democrática se coloca como instrumento para a possível superação do reformismo que finalmente, quando posto à prova, mostrou sua absoluta coerência com os princípios que defende, suas possibilidades e limites. Informa que se presta a construção e manutenção de privilégios e não de sua eliminação, explicitando a contradição entre sua prática e os objetivos que diz defender, rompendo com os princípios plasmados por Marx no preâmbulo da I Internacional.

No que diz respeito às lutas da classe trabalhadora no Brasil há muito a ser feito e espero e confio que as frações da classe trabalhadora que se reivindicam pela transformação possam trabalhar pela reconstrução das entidades de organização da classe trabalhadora, tomando a experiência recente vivida por todos nós como exemplo, avaliando todos os aspectos e táticas adotadas, para que possamos superar efetivamente este ciclo.

Em relação às organizações sindicais, em geral, e ao Sind-UTE, em particular, muito precisa ser feito e é com esperança, com o otimismo da vontade de Gramsci que observo essa organização dos trabalhadores em educação de Minas Gerais.

Acredito que o quadro que se apresenta na base do Sind-UTE pode ser revertido. Antes de tudo não será nos espaços institucionalizados que essa mudança poderá ser construída. Sob o avanço do social imperialismo nos sindicatos, segundo Trotsky, é importante lutar sistematicamente pela ampliação da democracia. Segundo ele, cabe aos dirigentes que atuam em uma perspectiva revolucionária:

“Adaptar-se às condições existentes nos sindicatos de cada país para mobilizar as massas não apenas contra a burguesia, mas também contra o regime totalitário dos próprios sindicatos e contra os dirigentes que sustentam esse regime”. (Trotsky 1978:104).

Não será nas assembleias que se poderá disputar a representação dessa categoria. Aliás, acredito que enquanto o objetivo for disputar a representação, essas tentativas estarão fadadas ao fracasso. O transformismo petista rompeu o elo de confiança que expressivos setores da classe trabalhadora detinham nos dirigentes sindicais e nos militantes em geral. Qualquer tentativa de reorganização desses trabalhadores terá que partir de dentro dos locais

de trabalho, nesse caso, as escolas. A longo tempo que esses trabalhadores não se posicionam e não encontram espaço para sua expressão.

Para mudar essas condições será necessário que a própria esquerda que se reivindica revolucionária repense as formas de atuação nessas entidades e que fundamentalmente esteja disposta a partir da base concreta sobre a qual se organizam os trabalhadores em geral, e os trabalhadores em educação do estado de Minas Gerais em particular. Que sejam capazes de se constituir lideranças junto ao conjunto da categoria e da classe, não tanto por ser capaz de tomar e deter o poder, mas por ser capaz de se constituir como alternativa de poder organicamente constituído com o conjunto da classe e mais, ampliar a possibilidade real, concreta, dos trabalhadores assumirem o processo de organização e de elaboração de sua própria atuação. Os trabalhadores devem ser estimulados a assumir o protagonismo de suas lutas novamente.

Há uma matriz histórica de luta que pode ser utilizada. A memória da greve de 1979 é presente entre os trabalhadores em educação e se constitui patrimônio fundamental dessa categoria. Nessa importante experiência esses trabalhadores atuaram utilizando todos os mecanismos de democracia direta e de controle sobre o fazer do movimento e a relação entre direção e base, naquele momento, expressava de fato a relação orgânica que o dirigente deve ter.

Conforme já afirmei na última seção da quarta parte, é a partir da visão que a categoria trabalhadores em educação detém sobre suas relações de trabalho e sua organização sindical que pretendo continuar as pesquisas que comecei a desenvolver. Considero esse trabalho intelectual uma das contribuições possíveis através das quais, podemos buscar um caminho de construção da democracia operária.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES**



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovani. Toyotismo e Neocorporativismo no Sindicalismo do Século XXI, em: OUTUBRO, nº5, ano 2001, Revista de Estudos Socialistas.

ALVES, Giovanni. Os Limites do Sindicalismo na Perspectiva da Crítica da Economia Política - Salário, Preço e Lucro em: Limites do Sindicalismo. Bauru, Ed. Práxis, 2003.

AMARAL, Ângela Santana. Qualificação, sociedade civil e desidentidade de classe: os desafios para o sindicalismo, em: OUTUBRO, nº 5, ano 2001, Revista de Estudos Socialistas.

ANTUNES, Ricardo: Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do trabalho. Cortez editora, Campinas, 1995.

\_\_\_\_\_. Os Sentidos do Trabalho Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho, SP, Boitempo, 2002.

\_\_\_\_\_. Os Sindicatos estão na Encruzilhada, em: A Desertificação Neoliberal No Brasil (Collor, FHC e Lula), SP, Autores Associados, 2004.

\_\_\_\_\_. Trabalho, Reestruturação Produtiva e Algumas Repercussões no sindicalismo Brasileiro em: Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos, SP, Boitempo Ed, 2002.

ASSUNÇÃO, Marcelo do Oliveira. Fetichismos do Capital. Escola e Sindicato; Dissertação de Mestrado em Educação, UFF, Niterói, 2000.

BATALHA, Claudio. O Movimento Operário na Primeira República, série descobrindo o Brasil, RJ, Jorge Zahar, 2000.

BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington; A visão neoliberal dos problemas latino-americanos, Cartilha nº 7, Consulta Popular, SP, 2001.

BIONDI, Aloysio. O Brasil Privatizado: Um Balanço do desmonte do estado, Editora Perseu Abramo, SP, 1999.

BOITO JÚNIOR, Armando. O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical. Campinas: Unicamp, 1991.

BOITO Jr, Armando. Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil, SP, Xamã, 1999.

\_\_\_\_\_. Reforma e Persistência da Estrutura Sindical em: O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80, Paz e Terra, RJ, 1991.

\_\_\_\_\_. Classe média e Sindicalismo, [http://www.uesb.br/politeia/v4/artigo\\_07](http://www.uesb.br/politeia/v4/artigo_07).

\_\_\_\_\_. Neoliberalismo, Sistemas Educacionais e Trabalho em Educação no Brasil. Revista Espaço Acadêmico, Ano II, nº14, julho/2002. [www.espacoacademico.com.br](http://www.espacoacademico.com.br)

\_\_\_\_\_. A Grande Ilusão da Elite Sindical, Revista Espaço Acadêmico, nº44, janeiro/2005. [www.espacoacademico.com.br](http://www.espacoacademico.com.br). Acesso em 20/03/2005.

BOTTOMORE, Tom. Dicionário do Pensamento Marxista, RJ, Jorge Zahar, 2001.

BRIGTHON, Process Group. O Processo de Trabalho Capitalista em: Da Silva, T.T. (org) Trabalho, educação e prática social. Porto Alegre, Artes Médicas, 1991.

CARDOSO, Mirian Limoeiro: Considerações Metodológicas; em: Ideologia do Desenvolvimento: JK-JQ, RJ, Paz e Terra, 1977.

CODO, Wanderley (coord.). Educação: carinho e trabalho: burnout, a síndrome da desistência do educador, que pode levar à falência da educação. (2ª ed.). Petrópolis: Vozes /CNTE/ UnB, 2000.

COSTA, Hermes Augusto. O Sindicalismo, a Política Internacional e a CUT. [http://www.scielo.br/pdf/in/n64/a09n64.pdf\(2003\)](http://www.scielo.br/pdf/in/n64/a09n64.pdf(2003)) Acesso em 03/05/2006.

CHESNAI, François. Mundialização: o capital financeiro no comando, em: OUTUBRO, nº 5, ano 2001, Revista do Instituto de Estudos Socialistas.

COGGIOLA, Osvaldo. Introdução à Teoria Econômica Marxista, SP, Viramundo, 1998.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci, Um Estudo sobre seu pensamento Político. RJ, Campus, 1989.

DAVIES, Nicholas: O FUNDEF e o orçamento da educação: desvendando a caixa preta. Campinas, SP, Editora Autores Associados, (1999).

DEMIER, Felipe (Coord.): As Transformações do PT e os rumos da esquerda do Brasil, Entrevistas com Babá; César Benjamin; Luciana Genro; Marcelo Badaró Mattos; Valério Arcary; Virgínia Fontes; Zé Maria. RJ, Bom Texto, 2003.

DIAS, Edmundo Fernandes: Hegemonia: Racionalidade que se faz história. em: O Outro Gramsci, SP, Xamã, 1996.

DULCI, Otavio Soares e NEVES, Magda de Almeida (org): Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais, BH, C/Arte, 1996.

FRIEDMAN, Milton: Capitalismo e Liberdade, RJ, Ed. Arte Nova, s/d.

FOSTER, John Bellamy: O Fim do Capitalismo Racional. Site resistir.info. Acesso em 04/03/2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio: Educação e a crise do Capitalismo Real, Cortez Editora, SP, 2000.

\_\_\_\_\_ : A Produtividade da Escola Improdutiva. SP, Cortez, 2001.

GARCIA, Cyro: Partido dos Trabalhadores: Rompendo com a Lógica da Diferença. Niterói, UFF, 2000. (Dissertação Mestrado História).

GENTILI, Pablo e SUARÉZ, Daniel. Conflitos Educacionais na América Latina. em: Reforma Educacional e Luta Democrática. Um debate sobre a ação sindical docente na América Latina. SP, Cortez, 2004.

GENTILI, Pablo e A. A e SILVA, Tomaz Tadeu (org.). Neoliberalismo Qualidade Total e Educação; visões críticas, Vozes, Petrópolis, 1999.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes: Globalização e Direito no Brasil, site Jus Navigandi, 23/03/2005.

GLUCKSMAN, Christine Buci: A Problemática da Ampliação do Estado. em: Gramsci e o Estado, RJ, Paz e Terra, 1980.

GRAMSCI, Antônio: Cadernos do Cárcere - Vol 1: Introdução ao Estudo da Filosofia, Vol 2 Os Intelectuais; O Princípio Educativo; Vol 3: Notas sobre o Estado, Vol 4: Americanismo e Fordismo; Vol 5 O Rissorgimento; Vol 6 Literatura, Folclore; ; edição organizada por Carlos Nelson Coutinho; co - edição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira; RJ; Civilização Brasileira, 2000.

GRUN, Roberto. Atores e Ações na Construção da governança Corporativa Brasileira. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v 18, n 52, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci-arttextepid=s0102-69092003000200008&ing=pt&nrm=iso>. Acesso em : 10/04/2006

HAYEK, Friedrich A: O Caminho da Servidão, Ed. Globo, Porto Alegre, 1977. Cópia.

HARVEY, David. A Transformação Político-econômica do capitalismo do final do século XX; em: Condição Pós-Moderna. SP, Edições Loyola, 2004.

HOBBSAWM, Eric. Sobre História, SP, Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_ . Era dos Extremos, O breve Século XX, SP, Companhia das Letras, 1995.

KONDER, Leandro: A Questão da Ideologia em Marx, em: A Questão da Ideologia, SP, Cia das Letras, 2002/a.

\_\_\_\_\_. A Questão da Ideologia em Gramsci, em: A Questão da Ideologia, SP, Cia das Letras, 2002/b.

KOSIK, Karel. Dialética da Totalidade Concreta, em: Dialética do Concreto, RJ, Paz e Terra, 1995.

KUENZER, Acácia Zeneida: Educação, Linguagem e Tecnologias: as mudanças no mundo do trabalho e as relações entre conhecimento e método; em: Cultura e Subjetividade no ensinar e aprender; DP&A editora, RJ, 2000.

\_\_\_\_\_: Desafios Teóricos – Metodológicos da Relação Trabalho-Educação e o Papel Social da Escola, em: Educação e Crise do Trabalho: Perspectiva de Final de Século, RJ, Vozes, 1999.

LEHER, Roberto: Educação no Governo Lula da Silva: reformas sem projeto, Revista da ADUSP, maio de 2005, nº34.

\_\_\_\_\_: Reforma do Estado: O Privado Contra o Público, Revista Educação, Saúde e Trabalho, 2003.

LÊNIN, Wladimir: Do Artigo de Marx: A Tática da Luta de Classe do Proletariado em: Sobre os Sindicatos, História e Política, SP, Livraria Ed. Ciências, 1979.

\_\_\_\_\_. Imperialismo Fase Superior do Capitalismo. São Paulo, Global, 1985. P. 122 e 123.

LESBAUPIN, Ivo (org.). O Desmonte da Nação: Balanço do Governo FHC, RJ, Vozes, 1999.

LUKÁCS, George: As Bases Ontológicas do Pensamento e da atividade do Homem, em: Temas de Ciências Humanas, SP, 1978, Xerox.

MANDEL, Ernest: A Burocracia no Movimento Operário, Marxists Internet Archives, Seção em português, 2005. Acesso em 18/06/2005.

\_\_\_\_\_. A Natureza do Reformismo Social Democrata, combate. info, 2005. Acesso em 18/06/2005.

MANGABEIRA, Wilma. Os Dilemas do Novo Sindicalismo: Democracia e Política em: Volta Redonda. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; 1993.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista, RJ, Garamond, 1998.

\_\_\_\_\_. Sindicalismo, SP, CHED, 1980.

MARX, Karl. Capítulo Inédito D'O Capital, Porto, Publicações Escorpião, col. Biblioteca Ciência e Sociedade, n.12.

\_\_\_\_\_ : A Maquinaria e a Indústria Moderna, em: O Capital, Crítica da Economia Política, Livro Primeiro, Volume I, Bertrand Brasil, 1994.

\_\_\_\_\_ : Prefácio, Posfácio e Introdução [à Crítica da Economia Política], Os Pensadores, SP, Abril Cultural, 1978.

\_\_\_\_\_ : A Ideologia Alemã, SP, Martins Fontes, 2002.

\_\_\_\_\_ : *Processo de Trabalho e Processo de Produzir Mais Valia*. [www.dominiopublico.com.br](http://www.dominiopublico.com.br) . Acesso em 10/05/2005.

MARTINS, Heloísa Helena Teixeira de Souza. O Dirigente sindical como burocrata. Em: O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil. SP, Ed Hucitec, 1979.

MASCARENHAS, Angela Cristina Belém. Desafiando o Leviatã: sindicalismo no setor público. Campinas, SP: Editora Alínea, 2000.

MATTOS, Marcelo Badaró. O Sindicalismo Brasileiro após 1930, série Descobrimdo o Brasil, RJ, Jorge Zahar, 2000.

MÈSZÁROS, Istvan. O Século XXI. Socialismo ou Barbárie? SP, Boitempo, 2003.

MIRANDA, Kênia. A Organização dos Trabalhadores em Educação sob a forma Sindicato no Capitalismo Neoliberal: O pensamento pedagógico e o projeto sindical do SINPRO - Rio, UPPE e do SEPE-RJ. Niterói, UFF 2005(dissertação mestrado).

NEVES, Magda de Almeida; DULCI, Otavio Soares (coord) Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais. Belo Horizonte: C/ Arte, 1996.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley e SANT'ANNA, Ronaldo. A Nova Pedagogia da Hegemonia. Em: A Nova Pedagogia da Hegemonia. Estratégias do Capital para Educar o Consenso. Coletivo de Estudos de Política Educacional, SP, Xamã, 2005.

\_\_\_\_\_. -Educação e Política no Limiar do Século XXI, SP, Editora Autores Associados, 2000.

OLDRINI, Guido: Em busca das raízes da ontologia (marxista) de Lukács; em: Lukács e a atualidade do Marxismo, M<sup>a</sup> Orlanda Pinassi, Sergio Lessa (orgs), SP, Boitempo, 2002.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. As Reformas Educacionais e suas Repercussões sobre o Trabalho Docente. Em: Reformas Educacionais e suas repercussões sobre o Trabalho Docente. BH, Autêntica, 2003.

OLIVEIRA, Francisco. O Surgimento do Antivalor em: Os Direitos do Antivalor, a Economia Política da Hegemonia Imperfeita, RJ, Vozes, 1998.

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

PAULANI, Leda M<sup>a</sup>. Quando o medo vence a esperança (Um balanço da política econômica do primeiro ano do Governo Lula). Em: Crítica Marxista, nº 19, SP, Ed. Revan, 2004.

PENNA, Lincoln de Abreu: República Brasileira, RJ, Nova Fronteira, 1999.

PETRAS, James. Brasil e Lula Ano Zero. Blumenau. Edifurb, 2005.

PILAGALLO, Oscar. O Brasil em Sobressalto, 80 anos de história contados pela Folha, SP, Publifolha, 2002.

QUEIROZ, Antonio Augusto de: “Déficit Nominal Zero: o que é isso?” Fonte: <http://www.inesc.org.br/> Acesso em 02/09/2006.

RIDENTI, Marcelo. Professores e Ativistas da Esfera Pública, Questões da Nossa Época, SP, Cortez, 1995.

RODRIGUES, Leôncio: As Tendências Políticas na Formação das Centrais Sindicais em: O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80, RJ, Paz e Terra, 1991.

\_\_\_\_\_. A Composição Social das Lideranças do PT. Em: Partidos e Sindicatos. Escritos de Sociologia Política, SP, Ed Ática, 1990.

\_\_\_\_\_. O Declínio das Taxas de Sindicalização: A Década de 80. Revista Brasileira de Ciências Sociais, SP, V13, nº 36, 1998. Disponível em :[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttex&pid=s0102\\_69091998000100003&ing=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=s0102_69091998000100003&ing=pt&nrm=iso). Acesso em: 20/07/2006.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SALOMÃO, Bluma. Reformas Educacionais e Conflitos Sociais: o caso APEOESP. Rio de Janeiro, UERJ, 2003. (Dissertação Mestrado).

SALLUN Jr, Brasílio. O Brasil sob Cardoso: Neoliberalismo e desenvolvimentismo, 2000 site Gramsci e o Brasil < <http://www.artnet.com.br/gramsci/> > página ligada a Internacional Gramsci Society. Acesso em 12/03/2001. Versão Impressa em: Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, SP, v 11, nº2, 1999.

SAVIANI, Demerval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luiz (orgs) Capitalismo, Trabalho e Educação, Campinas, Autores Associados / HISTEDBR, 2002.

\_\_\_\_\_. Escola e Democracia, Campinas, Editores Associados, 2003.

\_\_\_\_\_. Da Nova LDB ao Novo Plano Nacional de Educação: por uma outra política Educacional, SP, Editora Autores Associados, 2004.

SEMERARO, Giovani. Da sociedade de Massas à sociedade civil; a concepção de subjetividade em Gramsci; site Gramsci e o Brasil.

SILVA, Marcelo Soares Pereira. Gestão e Organização do Trabalho na Escola Pública: Práticas Sociais em Educação em Minas Gerais (1983-1994) em: Políticas Públicas e Educação Básica, Dourado, Luiz Fernando e PARO, Vitor Henrique (org) SP, Xamã, 2001.

SILVA, Sidney Jard da. Companheiros Servidores: o avanço do sindicalismo do setor público na CUT. Revista Brasileira de Ciências Sociais, SP, V.16, nº 46, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci-arttextepid=s0102-6909200100020007e&ing=pt&nr=iso>>

SINGER, André. O PT, Folha Explica, SP, Publifolha, 2001.

SHIROMA, Eneida Oto. Política Educacional / Eneida Oto Shiroma, Maria Célia Marcondes de Moraes, Olinda Evangelista, RJ, DP&A editora, 2000.

SOUZA, Donaldo Bello de. O Entendimento das Centrais Sindicais Sobre o Papel da Educação Face às Transformações no Mundo do Trabalho em: Trabalho e Educação: Centrais Sindicais e Reestruturação Produtiva, Donaldo Bello de Souza, Marco Aurélio Santana e Neise De Luiz, Col. Educação e Sociedade, RJ, Quartet, 1999.

SOUZA, José dos Santos. Trabalho, educação e sindicalismo no Brasil: anos 90. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. (Coleção Educação Contemporânea).

TEIXEIRA, Lúcia Helena G. A cultura Organizacional e o impacto das propostas de mudança em Escolas Estaduais de Minas Gerais. Em: Políticas Públicas e Educação Básica, Dourado, Luiz Fernando e PARO, Vitor Henrique (org) SP, Xamã, 2001.

\_\_\_\_\_. Proposta de Mudança da Escola: Um Projeto denominado Pró - Qualidade. Em: Cultura Organizacional e Projeto de Mudança em Escolas Públicas. SP, ANPAE e Autores Associados, 2002.

TROTSKY, Leon. Os Sindicatos na Época da Decadência Imperialista. Em: Escritos Sobre Sindicato. SP, Kairós, 1978.

TUMOLO, Sergio Paulo. Da contestação à conformação: A formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista. Campinas: Editora Unicamp, 2002.

WOOD, Ellen Meikins: Classes como processo e como relação Em: Democracia contra Capitalismo; a renovação do materialismo histórico, SP, Boitempo, 2003.

\_\_\_\_\_. Sociedade Civil e Política de Identidade, Em: Democracia contra Capitalismo, a renovação do materialismo histórico, SP, Boitempo, 2003.

### **Sind-UTE e Reformas no Estado de Minas Gerais.**

CAMPOS, Rogério Cunha. Cenas da Educação Brasileira. Lutas Sociais e desgoverno nos anos 80 na Grande BH, SP, FAE/USP. 1992. (Tese Doutorado).

CAVALHEIRO, Hemengarda de Carvalho. A Organização dos Professores Públicos e a Realidade Brasileira: Uma perspectiva histórica e sindical e dois estudos de caso: APPMG e UTE. Porto Alegre. IFCS/PUCRS, 1989 (Dissertação Mestrado).

BONACINI, Irma Luiz. A Maior Aula em Praça Pública: Trabalho, Política e Imaginário das Professoras Primárias em Minas Gerais.(1979-1980). Campinas, UNICAMP, 1980. (Tese Doutorado).

FURTADO, João Pinto Furtado. Da União ao Sind-UTE, a experiência dos trabalhadores em educação do Estado de Minas Gerais. (1979-1993), BH, FAFICH/UFGM, 1993. (Dissertação Mestrado)

LOPES, Maria dos Anjos. Do Pátio da Escola às Passeatas na Rua. BH, UFGM, 1987. (Dissertação Mestrado).

SILVA, M<sup>a</sup> Aparecida da: Administração dos Conflitos Sociais: as reformas administrativas e educacionais como resposta às questões emergentes da prática social (O caso de Minas Gerais), SP, UNICAMP, 1994 .(Tese Doutorado).

TAVARES, Rosilene Horta. Os Trabalhadores em Educação e suas Formas de Luta em Minas Gerais. BH, FAE/ UFGM, 1995. (Dissertação Mestrado).

### **FONTES**

#### **Documentos do governo.**

Governo de Minas Gerais: Plano de Ação do Governo Eduardo Azeredo: Minas para Todos: à democratização do Desenvolvimento. 1994.

\_\_\_\_\_. Minas Séc XXI: Progresso Econômico e Melhoria da Qualidade de Vida. Diretrizes para o Plano de Governo Hélio Garcia. 1991-1994.

\_\_\_\_\_. 365 dias de Trabalho. Governo Itamar Franco, 1999.

\_\_\_\_\_. Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - Governo Aécio Neves, 2004.

2º FORUM MINEIRO DE EDUCAÇÃO: documento base para a discussão dos encontros regionais. Belo Horizonte, Governo do Estado de Minas Gerais, SEE, junho de 2001.

PLANO DECENAL DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS: 2003 a 2012, Educação para o Desenvolvimento, Minas no Século XXI, Belo Horizonte, Dezembro de 2002.

ESCOLA SAGARANA: Educação para a vida com dignidade e esperança; Governo do Estado de Minas Gerais; 2ª Edição revista e ampliada, agosto 2001.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Emendas à Constituição do Estado de Minas Gerais, nº 48 a 63 que visa à implementação do Novo Modelo de Administração Pública Estadual, de 15/05/2003.

Decreto nº 43.576 de 09/09/2003 Diretrizes para elaboração dos anteprojetos de planos de carreira.

Resolução 428 de 31/07/2003 - Remanejamento de pessoal e enxugamento do quadro de profissionais.

Decreto nº 43337 de 20/05/2003 - normas sobre assistência à saúde no âmbito do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (IPSEMG)

No diário oficial de Minas do dia 11 de setembro de 2003, através do decreto nº 43.576.

Mensagem nº 135 de dezembro de 2003

Plano de Carreira dos servidores da Educação do estado de Minas Gerais: lei 15.293 de 05 de agosto de 2004.

Lei a 15.784, sancionada em 28 de outubro de 2005, trata dos vencimentos básicos e sem as tabelas de progressão.

Estatuto do Magistério, Lei 7.109/77.

Manual da avaliação de desempenho individual (ADI) dos servidores da Secretaria de Estado da Educação. SRH/SEE/MG, 2004.

Decreto nº 43.671, de 04 de dezembro de 2003, Regulamenta a concessão do adicional de desempenho.

Decreto 43. 576, 09, de setembro de 2003, estabelece as diretrizes para a elaboração dos planos de carreira na administração pública direta e nas autarquias e fundacional do Poder Executivo do estado de Minas Gerais.

Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, executivo, 15 de maio de 2003, página 05, ‘Choque de Gestão moderniza o Estado’.

REFORMA DO ESTADO. Publicação do Governo do estado de Minas Gerais, formato Cartilha. Sem data, sem número.

Carta aos servidores “Informe ao Servidor” Nominal entregue nas escolas estaduais, reforma do estado.

Mensagem nº 135/2003 ao Presidente da ALEMG, Encaminhando o Projeto de Lei do Plano de Carreira.

Anteprojeto de Lei de 2003 Institui e Estrutura as carreiras dos profissionais da Educação Básica de Minas Gerais.

Plano Decenal de Educação, Publicação conjunta da SEE/MG da SME, Juiz de Fora, UNDIME, março de 2005.

Notícias do Governo: Escola Pública elevará o nível de excelência em MG., [www.mg.gov.br](http://www.mg.gov.br), Acesso em 29/03/2004

Resolução Conjunta nº. 5645 de 13 de agosto de 2004. Avaliação de Desempenho  
Resolução 753 de 06 de janeiro de 2006. Regulamenta a mudança de currículo das escolas referência.

### **Documentos do sind-ute.**

Boletins das Campanhas Salariais de 1998 a 2005; séries incompletas.

Boletins de 2006; completas.

Jornal Outras Palavras, edições desde 2003 e séries incompletas dos anos anteriores.

Boletins Informativos Especiais, edições desde 2004.

Informativo Especial, nº2, 07/11/2005. Plano de Carreiras e Tabelas Salarial, Tira dúvidas.

Informação: Cartilhas sobre projetos do Governo desde 2004.

Clipping: Jornais entre 1998 a 2002 e de 2004 -2005.

Cartilha produzida pelo Movimento de Oposição em 1997

Material produzido na Subsede de Juiz de Fora (boletins, textos de esclarecimento, jornais desde 2004 até 2006).

Material produzido pela oposição “Muda Sind-UTE” (entre 2004 e 2006).

Teses ao Congresso de Unificação dos Trabalhadores em educação do estado de Minas Gerais; Setembro de 1990; Belo Horizonte.

Teses ao 1º Congresso dos trabalhadores em educação do Estado de Minas Gerais; Novembro de 1991; Governador Valadares.

Teses e Resoluções ao 2º Congresso dos Trabalhadores em educação do Estado de Minas Gerais; Setembro de 1993; Juiz de Fora.

Teses e Resoluções ao 3º Congresso dos Trabalhadores em educação do Estado de Minas Gerais; Novembro de 1995; Diamantina.

Teses e Resoluções ao 4º Congresso dos trabalhadores em educação do Estado de Minas Gerais; Novembro de 1997; Itajubá.

Teses e Resoluções do 5º Congresso dos Trabalhadores em educação do Estado de Minas Gerais; Novembro de 1999; Araxá.

Teses do 6º Congresso dos Trabalhadores em educação do Estado de Minas Gerais. Julho de 2003; Governador Valadares.

Teses e Resoluções do 7º Congresso dos trabalhadores em educação do Estado de Minas Gerais Janeiro de 2006; Belo Horizonte.

Boletim da Campanha salarial de 2002 com histórico das lutas do Sind-UTE (1979/2000).

Revista Sind-UTE vinte e cinco anos, edição histórica, sind-UTE/MG, dezembro de 2004.

Acordo de final de greve, Negociação com o governo do estado de Minas gerais, 01, setembro de 2004.

Boletim Especial, Sind-UTE Estadual, Plano de Carreira e Tabelas Salariais, Julho de 2006.

Boletim Especial, subsede de Juiz de Fora, Plano de Carreira: insegurança para o trabalhador. Nº009, junho de 2006.

Formulários, procuração e circular do sind-UTE para a ação de restituição previdenciária, Sind-UTE, Belo Horizonte, 04/05/2006.

### **Outros documentos**

PT: Secretaria Sindical Nacional – Informativo, Ano 2- Nº 8, Novembro de 2004.

Boletim da Campanha salarial de 2002 com histórico das lutas do Sind-UTE (1979/2000).

Reforma do Estado: Minas, Cartilha do Bloco PT/PCdoB- Assembléia Legislativa de Minas Gerais, junho de 2003.

Informativo do Deputado Welington Prado: Pacotão do Aécio. ALEMGO, BH, sem data.

Jornal do Bloco. Reforma Administrativa. Oposição Pressiona e Garante Avanços, ALEMGO, BH, julho de 2003, nº03.

Encarte Especial do Jornal Tribuna de Minas: Déficit Zero, Minas dá o exemplo ao Brasil. Edição Histórica, Novembro de 2004, FIEMG.

### **Revista**

BRASIL INC. CAROS AMIGOS, oficina de informações, número 2 - dezembro de 1998.

Caderno do Sindifisco; Avaliação de Desempenho Individual. A proposta do Governo. Sindifisco MG, Belo Horizonte, sem data, edição especial.

Cadernos do Sindifisco. Quem bancou o ajuste fiscal, superávit para Minas e arrocho salarial para os servidores do executivo. Sindifisco MG, Belo Horizonte, sem data, sem numeração, edição especial.

## **ANEXOS**



## **Diretoria da UTE-MG de 1980<sup>1</sup>**

**Luiz Soares Dulci** – Primeiro Presidente.

Em 1982, foi eleito Deputado Federal, membro da primeira bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados, onde presidiu a Comissão Permanente de Trabalho e Legislação Social. Foi vice-líder do PT na câmara, e membro titular da Comissão Permanente de Educação e Cultura. Na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte foi Secretário de Governo e de Cultura. Foi presidente da Fundação Perseu Abramo de Estudos Políticos, Sociais e Culturais, vinculada ao Partido dos Trabalhadores.

Participou da organização da campanha eleitoral do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2002. Hoje, o ministro atua na coordenação do governo Lula, sendo responsável por firmar o diálogo político entre a sociedade civil e governo. Dirigente nacional do Partido dos Trabalhadores desde sua criação, em 1980<sup>2</sup>. Pertence a Tendência Articulação.

**Antonio Carlos Ramos Pereira (Carlão)**

Professor de matemática e Administrador de Empresas;

Fundador do Comitê Brasileiro pela Anistia, em 1977. Dirigente da CUT e fundador do Sind-Ute Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais; Presidente do PT de Minas Gerais, 1985 a 1991; Coordenador da campanha de Lula à presidência em 1989 e 2002; Eleito deputado estadual (1991-1994), foi líder da Minoria na Assembléia Legislativa e Líder da Bancada do PT; Candidato pelo PT ao governo de Minas, em 1994;

Presidente da BHTRANS entre 1995 e 2000; Secretário de Coordenação Regional Centro Sul, 2001 a 2002; Suplente de vereador em BH, assumiu o cargo em 2003.

Foi Líder da Bancada do PT e Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal. Eleito vereador em 2004 é atualmente membro da Comissão de

---

<sup>1</sup> Fonte: Cavalheiro (op. cit. 317), somente a listagem. O levantamento das funções foi feito por mim através de sites de busca utilizando o nome de cada diretor.

<sup>2</sup> fonte: [www.universia.com.br](http://www.universia.com.br).

Orçamento e Finanças e vice-presidente do PT Minas Gerais. Candidato a Deputado Federal em 2006.<sup>3</sup> Pertence a Tendência Articulação.

#### **Luiz Fernando Carceroni**

Professor aposentado Luiz Fernando Carceroni. Ele é filiado ao PT desde 1980, quando ajudou a fundar a seção mineira da sigla. Foi Diretor do Departamento de Controle Urbano de Belo Horizonte, em 2000; Gerente de Fiscalização da Prefeitura (s/d); Coordenador do Procon de Belo Horizonte (s/d); Assessor da Prefeitura 2006.<sup>4</sup> Tem como membro da família e candidato a deputado federal pelo PT Minas: Daniel de Castro Carceroni.

#### **Fernando Viana Cabral<sup>5</sup>**

Candidato a governador em 1986 pelo PT, Presidente da BEPREM em 2000, Secretário de Administração de Patrus Ananias (PT) em 1996, Secretário Municipal Coordenação e Gestão Regional Centro - Sul de Belo Horizonte, atual gestão de Fernando Pimentel (PT). Pertence a tendência Articulação.

#### **Marcia Mara de Araújo Abreu**

Candidata em 2004 à prefeitura de Sabinópolis, MG pelo PT.<sup>6</sup>

#### **Maria Inês de Matos Coelho**

Graduada em Pedagogia / UFMG; Especialista em Metodologia de Pesquisa Educacional (CENAFOR-MEC), com treinamentos em projetos (Banco Mundial-Qualidade em Educação) e em Avaliação e melhoria da qualidade (Universidade de Havana). Mestre em Educação / UFMG; Doutora em Educação / University of London-UK. Consultora em Educação à distância e Avaliação.

#### **Maria do Perpetuo Socorro Soares.**

Única referência à participação de um Grupo de Trabalho Especial para implantação de Centrais de atendimento nas Secretarias de Belo Horizonte<sup>7</sup>. Pesquisadora da área de Serviço Social.

#### **Maria de Lourdes Paraiso Coutinho**

---

<sup>3</sup> Fonte: Página do vereador na câmara de Belo Horizonte.

<sup>4</sup> Fonte: Folha on-line. [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br). Artigo de 04/02/2006. E outros sites como [www.e-  
agora.com.br](http://www.e-<br/>agora.com.br). Diário Oficial de Belo Horizonte de 22/12/2000, acesso via site de busca.

<sup>5</sup> Busca pelo nome através de sites de busca, informações dispersas em diversos sites.

<sup>6</sup> Não foi encontrada mais nenhuma referência. Site [www.bonde.com.br](http://www.bonde.com.br).

<sup>7</sup> Portaria P3340/94. Patrus Ananias. através do nome, site de busca.

Membro da executiva do Diretório do PT no corrente ano, de acordo com listagem do TRE.

**Paulisa Lacerda de Arimatéa**

Nenhuma referência foi encontrada sobre esse profissional.

**Agamenon José Siqueira**

Secretário Adjunto de Educação do Governo Itamar Franco<sup>8</sup>. Não foi possível encontrar outras referências à vida pública desse professor.

**Suely de Siqueira Campos**

Embora a professora tenha sido localizada no Município de Contagem na atual Administração da petista Marília Campos, não consegui detectar sua função.

**Antonio de Araújo Andrade**

Nada foi encontrado.

**Durval Angelo Andrade**

Iniciou sua militância nos movimentos da Igreja, especialmente nas Pastorais Populares e nas Comunidades Eclesiais de Base. Ainda hoje, tem trabalho, neste sentido junto aos Movimentos de Fé e Política e ao MOBON (Movimento da Boa Nova - Dom Cavati).

Na luta sindical atuou como presidente e dirigente sindical da Associação dos Professores de Contagem (1989/1990) e vice-presidente, diretor e membro do Conselho Geral do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação. Foi, ainda, membro do Conselho Municipal de Educação de Contagem. Foi eleito vereador de Contagem (PT), por dois mandatos consecutivos, em 1988 e 1992. Eleição para deputado estadual, em 1994. Em 1998, Durval Ângelo foi reeleito, deputado estadual mais votado do PT. Foi eleito, em 1999, vice-presidente da Assembléia. Foi eleito para o terceiro mandato, em 2002, como o deputado estadual mais votado do PT no Estado e o segundo mais votado em Minas Gerais<sup>9</sup>.

**Geraldo Francisco Barbosa (Tió)**

---

<sup>8</sup> Fonte: [www.educacao.mg.gov.br](http://www.educacao.mg.gov.br)

<sup>9</sup> Fonte: Página do Deputado [www.durvalangelo.com.br](http://www.durvalangelo.com.br).

Até hoje dirigente da Estadual do Sind-UTE, atua no Conselho Geral da entidade; Membro do diretório do PT de Sete Lagoas<sup>10</sup>. Pertence a tendência Articulação.

**João Augusto Gentilini**

Professor Universitário em São Paulo.<sup>11</sup> Não foi encontrado registro de sua militância política ou sindical. Foi Diretor de Delegacia de Ensino na década de oitenta.

**Geraldo Honorato Marques, Josefina Badim Teles, Maria Aparecida Peses de Oliveira.**

Apenas foi identificado o vínculo como funcionários da Secretaria de Educação, não foi possível constatar se aposentados ou em exercício. Todos são professores.

**Marli Aparecida Santos**

Professora universitária. Nenhum registro a mais.

**Paulo Godinho Delgado**

Deputado federal (PT-MG), fundador do Partido dos Trabalhadores no Brasil. Professor Universitário e Sociólogo. Mandatos Eletivos: Deputado Federal (Constituinte), 1987-1991; Deputado Federal, 1991-1995; Deputado Federal, 1995-1999, Deputado Federal, 1999-2003, Deputado Federal 2003-2007. Pertence a tendência Articulação.

**Sonia Maria Fontoura**

Atua em Uberaba, Pertenceu a rede estadual dessa cidade. Pesquisa racismo.<sup>12</sup>

**Salvador Rodrigues de Souza**

Candidato a vereador pelo PPS no município de Patos de Minas em 2000.<sup>13</sup>

**Sonia de Oliveira**

Foram várias as referências nos sites de busca, mas não foi possível certificar se eram mesmo dessa diretora.

**Suplentes**

**Rosaura de Magalhães Pereira**

---

<sup>10</sup> Fonte: [www.sindute.mg.or.br/diretoria](http://www.sindute.mg.or.br/diretoria) e [www.tre-mg.gov.br/partidos-politicos/diretorios](http://www.tre-mg.gov.br/partidos-politicos/diretorios).

<sup>11</sup> Fonte: Currículos Lattes.

<sup>12</sup> Fonte: [www.arquivopublicouberaba.com.br](http://www.arquivopublicouberaba.com.br) e currículos lattes.

<sup>13</sup> Fonte: site de busca.

Trabalhou no curso de Aperfeiçoamento de Prática pedagógica, em 2000, sob a coordenação de Maria Ceres P. S. de Castro, na gestão de Célio de Castro (PSB/PT), na Prefeitura de Belo Horizonte. Várias referências sobre formação continuada de professores.

**Silvio Generoso, Carolina Fonseca Costa, Zaíra Carvalho.**

Não foi possível identificar as atividades desses diretores.

**José Augusto Braga.**

Ainda hoje comparece às assembléias e às reuniões do Conselho Geral da entidade. Professor aposentado. É assessor do gabinete do deputado estadual Rogério Corrêa (PT/MG). Egresso da corrente Articulação rompeu com ela e ingressou na Tendência Marxista (TM).

**Co –Fundador sem cargo de diretoria:**

**Rogério Corrêa**

Professor de matemática e física. Vereador em Belo Horizonte por três mandatos (1989/93, 1994/97 e 1997/99). Fundador do Sind-UTE. Fundador do PT. Membro da primeira Executiva da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Autor do Programa Bolsa Escola em Belo Horizonte. ALEMGO- Legislaturas: 14ª - 1999-2003 - 15ª - 2003-2007 - a partir de 01/02/2003. Rogério pertence à tendência Marxista (TM).

Conforme fica evidente a esmagadora maioria dos diretores assumiram postos na administração pública no poder executivo e se tornaram deputados vereadores entre outros cargos aos quais concorreram. A esmagadora maioria também permanece ao PT e ainda a tendência articulação. Os trabalhadores da rede estadual de educação e das redes municipais de Belo Horizonte e da Grande BH continuam como base eleitoral desses ex-diretores sindicais.